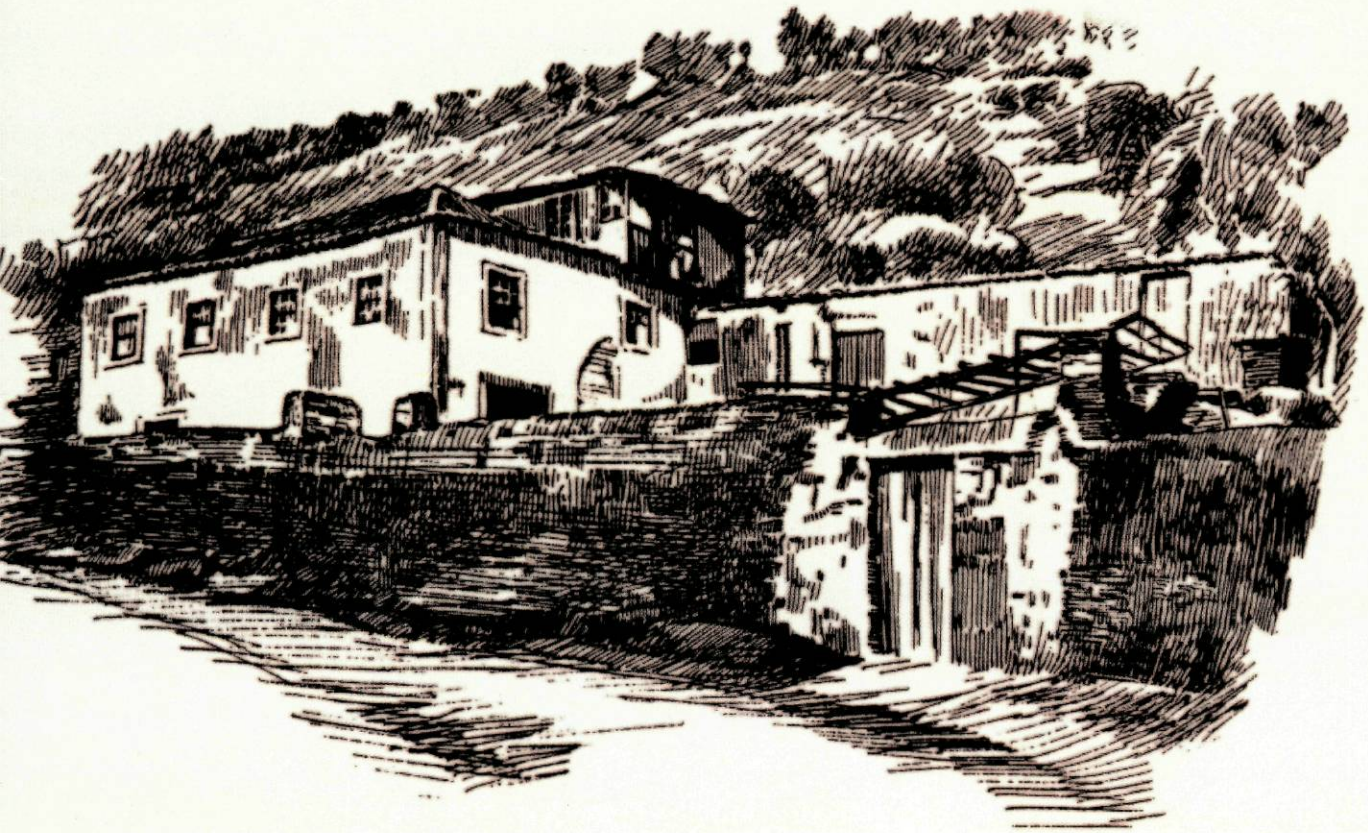
Quintas do Douro
As arquitecturas do vinho do Porto

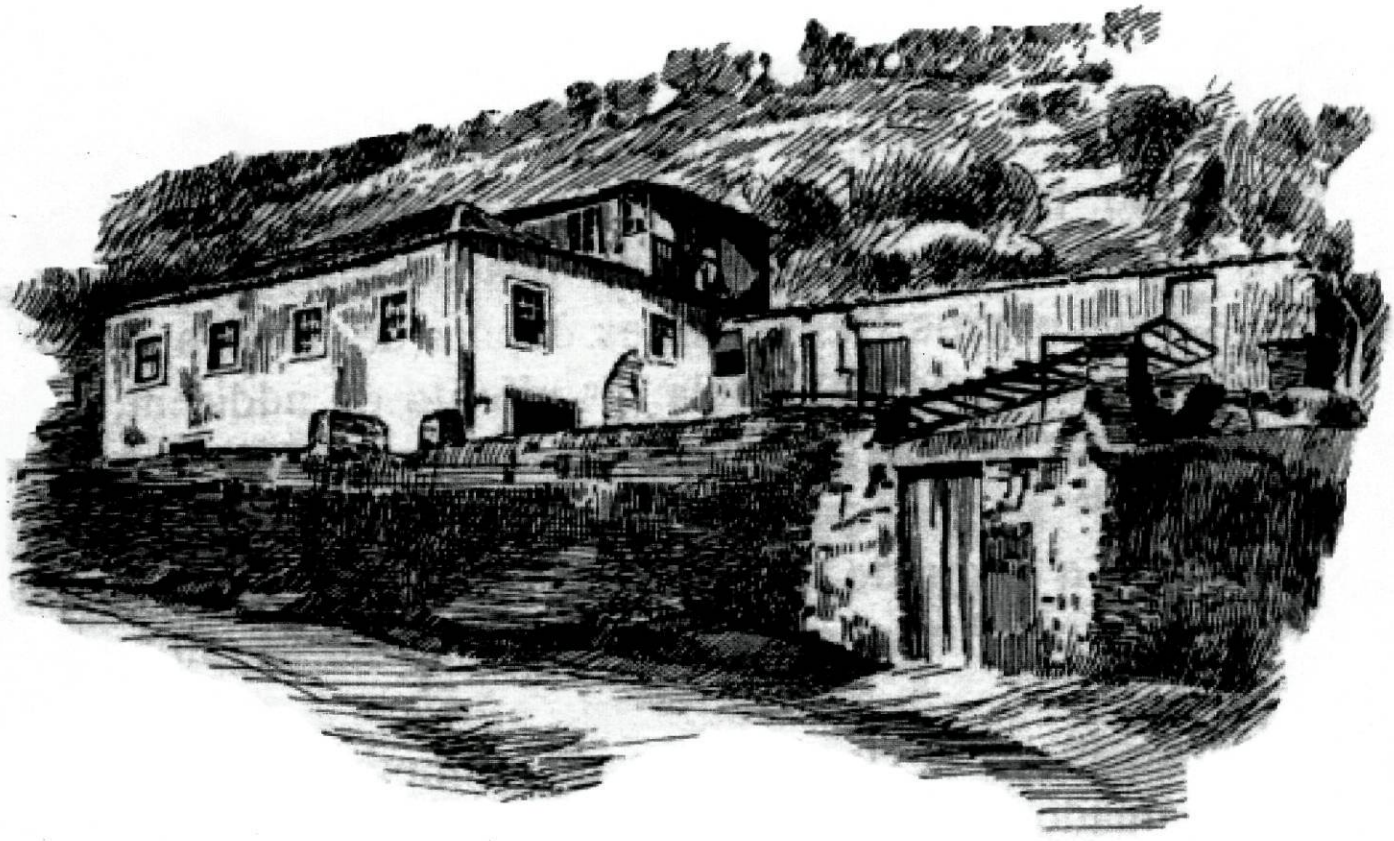


Natália Maria Fauvrelle da Costa Ferreira

Porto / FLUP
1999

Quintas do Douro

As Arquitecturas do Vinho do Porto



Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Orientador Científico: Prof. Doutora Lúcia Cardoso Rosas

Natália Maria Fauvrelle da Costa Ferreira

Porto / FLUP
1999

À Avó Natália e

ao amigo Henrique David

INDICE

AGRADECIMENTOS III

INTRODUÇÃO 1

I - PROBLEMAS E MÉTODOS 3

I. 1 - METODOLOGIA E FONTES 4
I. 2 - DELIMITAÇÃO DE CONCEITOS 6
I.2.1 - Quinta 7
I.2.2 – Casa de habitação do proprietário 9

II - TEMPO E ESPAÇO NA REGIÃO DEMARCADA 15

II. 1 - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO 17
II. 1 - DADOS HISTÓRICOS — A REGIÃO E O VINHO DO PORTO 19

III - AS ARQUITECTURAS DO VINHO DO PORTO 25

III.1 - ARQUITECTURA DE HABITAÇÃO 26
III.1.1 - Casa do Proprietário 26
III.1.2 - Casa do Caseiro 44
III.1.3 - Casa dos Trabalhadores — Cardenhos 44

III.2 - ARQUITECTURA DE PRODUÇÃO 51
III.2.1 - Oficina Vinária 51
III.2.2 - Estruturas de apoio 60

III.3 - ARQUITECTURA DA PAISAGEM 65
III.3.1 - Vinhas 65
III.3.2 - Entre a utilidade e o deleite: jardim, horta, pomar e mata 75

IV - SISTEMAS DE CONSTRUÇÃO E ELEMENTOS DECORATIVOS 84

IV.1 – SISTEMAS DE CONSTRUÇÃO: MATERIAIS E TÉCNICAS 85

IV.1.1 - Materiais 85

IV.1.2 - Técnicas 92

IV. 2 - ELEMENTOS DECORATIVOS 102

V - ESTUDOS MONOGRÁFICOS 106

V.1 – QUINTA DO BOM RETIRO 108

V.2 – QUINTA DA PACHECA 133

V.3 – QUINTA DO PAÇO DO MONSUL 145

V.4 – QUINTA DE RORIZ 173

V.5 - QUINTA DE SANTA JÚLIA DE LOUREIRO 188

CONCLUSÃO 224

ABREVIATURAS 227

ILUSTRAÇÕES 229

BIBLIOGRAFIA 232

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, apesar de ter sido uma tarefa solitária, tal como qualquer investigação, contou com a participação de muitas pessoas sendo difícil enumerá-las todas. Foram muitos os contributos que recebemos. Palavras de incentivo, a simples indicação de um livro ou da existência de um arquivo, tudo ajudou a construir o trabalho a que nos havíamos proposto. Contudo, não queremos deixar de fazer alguns agradecimentos personalizados.

Em primeiro lugar, queremos agradecer à Prof. Doutora Lúcia Rosas por nos ter acompanhado ao longo destes três anos de um modo tão paciente e amigo, sempre disponível para nos atender, dando sugestões, criticando, incentivando, enfim, orientando esta dissertação de forma exemplar, não faltando com a sua amizade nos momentos de dúvida e hesitação.

Aos professores do Mestrado de História da Arte em Portugal da Faculdade de Letras do Porto, na pessoa da sua coordenadora, Prof. Doutora Natália Ferreira-Alves, pela forma amiga como nos apoiaram, bem como aos nossos colegas de mestrado, pelo seu companheirismo.

Aos Professores que tivemos durante a licenciatura, e que têm demostrado interesse no prosseguimento do nosso trabalho, em particular ao Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira que nos despertou a curiosidade pelo Douro, e que muito nos tem apoiado. Pela forma amiga como foi discutindo connosco, enriquecendo o trabalho e esclarecendo as nossas dúvidas.

Ao GEHVID, e aos seus membros, pelo apoio logístico que nos forneceu em muitas fases, sem o qual muitas das deslocações não teriam sido possíveis, e por nos ter aproximado do Douro e das suas gentes.

Aos proprietários que depositaram confiança em nós, abrindo-nos as suas casas e os seus arquivos, facilitando toda a investigação: à Sra. D. Graça e Sr. Eng. João Nicolau de Almeida, Sra. D. Joana Van Zeller, ao Sr. Francisco Ramos Pinto, e à empresa Ramos Pinto (Quinta do Bom Retiro), ao Sr. D. Eduardo Serpa Pimentel, Sr. D. Teresa e Sr. Eng. José Serpa Pimentel (Quinta da Pacheca), à Sra. D. Antónia e Sr. Eng. Alvares Ribeiro, ao Sr. Eng. António Archer e à Sra. D. Luísa e Sr. Dr. Francisco Olazabal (Quinta do Paço do Monsul), ao Sr. Dr. Pedro Van Zeller, Sra. D. Cristina e Sr. Dr. Pedro Van Zeller (Quinta de Roriz), à Sra. Dra. Teresa e Sr. Eduardo Costa Seixas (Quinta de Santa Júlia), ao Sr. Dr.

Jerónimo da Cunha Pimentel e à Sra. D. Nini e ao Dr. Cabral Villas Boas (Casa da Calçada), e ao Sr. Miguel Pinto Félix (Quinta das Aveleiras).

Ao Sr. Arq. Arnaldo Barbosa, que gentilmente nos cedeu a documentação iconográfica da sua intervenção na Quinta do Bom Retiro.

À Dra. Ana Brochado e à Sra. D. Aida, da Biblioteca da Instituto do Vinho do Porto.

Ao Dr. Paulo Pato.

Ao Dr. Miguel Nogueira, do Serviço de Documentação Informática/Cartografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por ter elaborado os mapas que aqui incluímos.

Ao Sr. Manuel Jacinto Soares, da Grafislab, pela simpatia e prontidão com que atendeu aos nossos pedidos.

Ao amigo Dr. José Alexandre Roseira, um genuíno duriense, por ter partilhado os seus conhecimentos, a quem devemos o contacto com o Sr. Silvério Alberto Pereira Ramos, pedreiro de Covas do Douro, essencial para o conhecimento das técnicas tradicionais de construção do Douro.

Ao amigo Eng. Luís Sá e Sousa por ter ido ao Douro fazer o levantamento da planta da Quinta da Pacheca.

Ao amigo Dr. Nuno Miguel Soares por se ter deslocado ao Douro para fazer algumas das fotografias.

À amiga Dra. Adelaide Gil que pacientemente nos reviu todas as citações bibliográficas.

A todos os amigos que nos apoiaram e incentivaram, em particular a Dra. Paula Montes Leal que nos acompanhou nos momentos mais difíceis, partilhando as nossas angústias e alegrias, e que nos ajudou na revisão final das provas.

Por fim, deixo um profundo reconhecimento à minha família, em especial à minha irmã Ana Sofia que colocou e reviu as legendas, e ao Miguel Macedo Ferreira, meu marido, que me ajudou a resolver os problemas informáticos e que suportou os serões e o nervosismo dos últimos meses e as infindáveis ausências.

INTRODUÇÃO

«E a Europa, cada vez mais distante e nostálgica da vida rural, acaba de descobrir o valor patrimonial da arquitectura tradicional, camponesa, fruto da experiência de gerações, tão distribuída e variada pelos nossos territórios e tão ligada à paisagem, aos homens, aos seus trabalhos agrícolas e aos seus hábitos»

(Carlos Alberto Ferreira de Almeida)[1]

A presente dissertação tem por objecto de estudo a quinta, propriedade fundamental na produção do vinho do Porto, que apenas pode ser elaborado dentro dos limites da Região Demarcada do Douro. Esta unidade geográfica, marcadamente rural ao longo da sua história, apresenta particularidades únicas que permitiram o aparecimento do vinho do Porto. Pareceu-nos importante conhecer, em primeiro lugar, as características físicas e o percurso histórico desta região, factores intrinsecamente ligados à sua arquitectura e essenciais para o seu entendimento.

A reflexão sobre a arquitectura da quinta foi realizada com base na investigação aprofundada de cinco exemplares de quintas. Estes estudos monográficos serviram-nos de apoio no entendimento das diversas formas arquitectónicas que encontrámos dentro da unidade-quinta: a arquitectura de habitação, a arquitectura de produção e a arquitectura da paisagem. Esta fragmentação da matéria de trabalho era necessária para que pudesse ser entendida como um todo, em que as diversas partes interagem.

Pareceu-nos igualmente fundamental conhecer os sistemas construtivos e os respectivos materiais por forma a realçar o valor patrimonial que as estruturas de uma quinta potenciam.

O objectivo deste trabalho é pois o conhecimento das arquitecturas geradas pela produção do vinho do Porto, analisando o seu passado e a sua estrutura funcional, tendo também em consideração o seu estado actual e o seu valor patrimonial como documento histórico e cultural, cuja candidatura a Património da Humanidade da UNESCO foi recentemente proposta.

Em última análise, além do conhecimento destas arquitecturas, pretende-se o reconhecimento do seu inegável valor como património essencial para a distinção desta região dentro do país, e mesmo a nível internacional quando comparada com outras áreas de produção vinícola de montanha, contribuindo para a tomada de consciência das autoridades competentes da necessidade de salvaguarda, de preservação e de reabilitação das arquitecturas múltiplas quintas desta região.

---

[1] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Património: o seu entendimento e sua gestão.* Porto: Etnos, 1998, p. 14.

I PROBLEMAS E MÉTODOS

Antes de avançarmos para o estudo a que nos propusemos, parece-nos importante aclarar algumas opções metodológicas essenciais para o resultado final desta dissertação e qual o seu percurso, moldado pelas dificuldades na obtenção de bibliografia e de documentação. Queremos também especificar alguns conceitos com os quais vamos trabalhar ao longo da tese.

I. 1

METODOLOGIA E FONTES

TEMA

A escolha do tema para a nossa tese de mestrado surgiu porque havíamos começado a trabalhar no GEHVID, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, grupo de investigação a que ainda pertencemos. A definição da região a estudar era lógica. Faltava um tema, necessariamente da História da Arte, área em que nos licenciámos. O objecto de estudo veio com a observação do espaço duriense, rico num vasto património arquitectónico, cativando-nos em especial as casas de quinta, elemento estruturante da actividade vinhateira.

A primeira hipótese de investigação confinava-se apenas às casas de habitação de quinta, em grande parte desconhecidas (ou mal conhecidas) e ameaçadas pelo abandono ou modificações irreversíveis. Bem como apresentadas com um valor de antiguidade que realmente não têm. Após uma incursão mais atenta no terreno concluímos que estávamos perante uma realidade bem diferente, pois a casa tem incorporadas em si funções de produção, presentes na adega e nos lagares, que originalmente fazem parte da sua estrutura, embora em alguns casos já estejam destacadas da mesma. Assim, não seria possível entender esta arquitectura sem ter em consideração que o seu plano inicial contém espaços de produção vinícola. Estes espaços, juntamente com outras estruturas essenciais ao funcionamento da quinta como unidade de produção, organizavam-se em torno de um pátio criando uma unidade construtiva. A sua conexão é reforçada na paisagem pela presença de elementos vegetais como a alameda de acesso ou zonas ajardinadas. Tal facto levou à consideração de mais um espaço indissociável da casa: os espaços verdes que a embelezam e nobilitam. A análise de tais locais é um tema que pertence ao âmbito da arquitectura paisagística, vendo-nos confrontadas com o alargamento do tema inicial. Ao atentarmos na paisagem não podíamos colocar de parte as próprias vinhas, em função das quais todas as outra construções têm razão de existir. Depois, não nos era de todo alheia que a forma de implantação das vides neste terreno declivoso construiu uma paisagem única no mundo, de grande valor patrimonial.

O alargamento do tema inicial levantou-nos algumas dúvidas sobre a viabilidade deste estudo pois estávamos a penetrar em áreas para as quais não tínhamos formação, como era o caso da análise da paisagem. Corríamos o risco de fazer um trabalho demasiado superficial dada a extensão temática que nos propúnhamos tratar. A opção que tomámos

foi fazer uma abordagem, o mais abrangente, possível sobre cada um dos espaços que compõem uma quinta, ressaltando o seu valor patrimonial particular. O estudo aprofundado de cada uma destas arquitecturas permanece aberto para outros investigadores.

SELECÇÃO DAS QUINTAS

A primeira grande dificuldade com que nos deparámos foi na selecção das quintas a estudar em pormenor e qual o seu número. Quanta a esta última questão, limitámos o número de espécimens a analisar a cinco, uma vez que estes exemplares, depois de uma primeira prospecção, são os que mais documentação possuem, fornecendo informações suficientes para a análise global do fenómeno quinta. Os estudos monográficos serviam de base a tentativas de análise mais amplas pelo que a quantidade não era determinante. Uma vez que estávamos a realizar uma tese de mestrado, com óbvias limitações temporais e restrições quanto ao número final de páginas, este número pareceu-nos equilibrado.

Quanto à selecção das quintas a primeira norma que estabelecemos foi a localização das propriedades dentro da Região Demarcada do Douro e a sua óbvia vocação vinícola. A localização no espaço da Região Demarcada do Douro restringiu-se às sub-regiões do Baixo e Cima Corgo, facto não intencional mas que acaba por revelar a evolução histórica da região, cuja expansão para Leste foi consideravelmente mais tardia. Relativamente a barreiras cronológicas para os estudos monográficos não foram estabelecidos limites rígidos dada a natureza diversa da documentação, que em alguns casos remonta ao século XII e noutros aos inícios do século XX. No geral, estas arquitecturas foram entendidas como um fenómeno patrimonial, cuja raiz histórica está ligada à formação da Região Demarcada do Douro e ao desenvolvimento do negócio do vinho do Porto, modelo que se manteve constante até meados do século XX. O advento das novas tecnologias agrícolas, as mutações sociais, entre outros factores, trouxeram a mudança ao Douro, tornando este espaço num local em que o património se encontra em risco, ponto em que se centrou a nossa análise.

DOCUMENTO

Outro critério base para a selecção das quintas foi a existência de documentação que servisse de apoio ao estudo, uma vez que as incursões pelos arquivos da região, nomeadamente o Arquivo Distrital de Vila Real e o Arquivo da Câmara Municipal de Peso da Régua, se haviam revelado infrutíferas. Este foi de facto um dos grandes problemas que encontrámos pois muitas das quintas não possuíam qualquer arquivo ou este estava disperso por vários membros da família. Por outro lado, nenhum deles se

encontrava organizado, com a excepção do Arquivo Adriano Ramos Pinto, da empresa Ramos Pinto. Esta acabou por ser a primeira tarefa que levámos a cabo, com ajuda da Dra. Paula Montes Leal, organizando os documentos e elaborando um inventário que nos permitiu seleccionar a documentação que interessava a este estudo.

Os arquivos consultados apresentavam características muito diferentes, nem sempre fornecendo informações objectivas sobre a temática. Algumas das referências que temos foram tiradas de róis de contas e da correspondência dos feitores, de conteúdo extremamente diversificado, obrigando-nos a um exame muito atento da documentação. Outros casos houve em que a documentação fotográfica foi essencial para entender a evolução da quinta, como aconteceu no caso da Quinta do Bom Retiro.

Uma das dificuldades que tivemos na elaboração da dissertação residiu na falta de bibliografia específica sobre o tema, tendo que procurar em áreas diversas, como a Geografia, apoios para o entendimento da questão. A própria dispersão temática a que o esquema de trabalho nos havia obrigado dificultava a pesquisa bibliográfica, que abrangia publicações de matérias muito variadas desde a teoria do património, passando pela botânica e a vitivinicultura.

BIBLIOGRAF

Devemos justificar-nos quanto à opção de apresentação da dissertação. Optámos por não fazer um volume de apêndice, incluindo no corpo da tese os textos e as ilustrações que justificavam as nossas afirmações, por forma a não criar uma disparidade entre o volume de análise e o de anexos documentais. Parecia-nos importante que quem consultasse a tese pudesse relacionar de imediato a ideia desenvolvida com a imagem respectiva e com os textos mais importantes do núcleo documental de cada quinta. Esta opção teve como resultado a não inclusão de grande parte dos documentos que recolhemos, escritos e iconográficos, quer pela quantidade que dispúnhamos, quer pelo tipo de informação, que muitas vezes se resumia a uma linha num documento de muitas páginas.

ORGANIZAÇÃ

I. 2

DELIMITAÇÃO DE CONCEITOS

Este trabalho, como o título revela, tem por objecto de estudo as quintas vinhateiras da Região do Douro, sendo portanto essencial determinar o que entendemos por "quinta". Outro dado que importa analisar é a casa de habitação do proprietário, elemento da

arquitectura civil com grande visibilidade social dentro do conjunto da quinta, cuja definição arquitectónica interessa aclarar.

I. 2.1
Quinta

QUINTÃ

O vocábulo quinta procede do português arcaico q*uintã* que, segundo Alberto Sampaio, juntamente com outras formas de propriedade, como o *casal*, derivou da desagregação da *villa* romana, sendo composta por habitações, pomares, terras, soutos, vinhas, etc. Uma hipótese proposta por este autor aponta para que *quintã* possa proceder da divisão romana em Cardo/Decumanus, sendo esta a quinta parcela. Este tipo de divisão pode ter sido aplicado à *villa* resultando a quinta de uma forma de agrimensura agrária[2].

CASAL

O "casal" também deriva da *villa* romana, distinguindo-se da "quinta" por ser um prédio rústico não nobre e pelo seu tamanho inferior. A sua designação inicial está ligada à habitação isolada do trabalhador romano (*casarii*), que depois passa a designar também a terra que este trabalha[3]. A quinta controlava diversos casais, dela dependentes, sendo composta por «*grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões, eventualmente mesmo uma torre*»[4]. Alguma documentação medieval faz referência a «*quinta com seus casais*» ou «*casais que a ela rendem*», o que demonstra que a quinta tinha uma função administrativa, ficando o seu dono superintendente das restantes parcelas[5]. Por outro lado, a designação *quintã* também parece estar directamente ligada ao terreno onde se situavam as casas do senhor e os terrenos que eram cultivados sob sua orientação directa[6].

Durante a Idade Média uma significativa quantidade de terrenos fazem parte do património das ordens monásticas, estando a zona em estudo (Região Demarcada do Douro) sob a influência dos conventos de S. João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas. O esquema de exploração da propriedade adoptado para a grande maioria dos

---

[2] SAMPAIO, Alberto — *As vilas do norte de Portugal.* Sep. da Revista «Portugalia». Porto: Imprensa Moderna, 1903, p. 62.

[3] SAMPAIO, Alberto — Op. cit., 1903, p. 59.

[4] GONÇALVES, Iria — *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 168-183. Esta autora também partilha a opinião de Alberto Sampaio, acima referido.

[5] Cf. GONÇALVES, Iria — op. cit., 1989, p. 180; AMARAL, Luís Carlos Ferreira de — *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV.* Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 50-51.

seus bens foi o da exploração indirecta, entregando as quintas e os casais a rendeiros que se encarregavam de os enriquecer e trabalhar os seus campos.

Nos casos por nós estudados encontrámos um para o qual é possível documentar a aplicação deste esquema. Trata-se da Quinta do Paço do Monsul, foreira ao mosteiro de Salzedas, em cujos prazos encontrámos, além da descrição da quinta propriamente dita, a enumeração de diversas vinhas, olivais, etc., adjacentes à quinta mas com outros donos, todos obrigados a entregar os foros na Quinta do Monsul, também referenciada como granja. O termo *granja* encontra-se mais associado a reserva senhorial[7], directamente explorada pelo senhor. Tal facto, juntamente com o nome por que ficou conhecida a quinta (Paço do Monsul), reforça a opinião que o termo "quinta" surgiu para designar a reserva senhorial que desde a Época Romana é referenciada como *palatium* ou *palatiolium* (paço ou paçô), segundo Alberto Sampaio, termo que designava a morada do proprietário da *villa* e que se vai conservar no vocabulário das camadas populares[8].

Durante a Época Moderna a divisão da propriedade deve ter ganho contornos menos rígidos, passando a existir mais unidades independentes, generalizando-se o termo "quinta". Estas foram adquiridas pela pequena nobreza ou por burgueses endinheirados[9] que desta forma tornavam visível o seu estatuto social, que não seria evidente com a posse de um mero casal. Podemos dizer que é possível entender a quinta como um fenómeno social uma vez que irá ser associada a um determinado estatuto.

No presente a quinta pode ser interpretada como uma unidade de exploração agrícola, neste caso específico, vocacionada para a vitivinicultura, onde se integram casa de habitação e estruturas de apoio à actividade agrícola e, em especial, vitivinícola. É assim uma forma de organização do território, cuja estrutura traduz uma estratégia implementada pelo homem, ao longo dos séculos, em harmonia com o meio ambiente. É um testemunho vivo de uma realidade agrária que importa conservar, pelos seus valores culturais e memorativos.

O objecto "quinta" irá ser entendido ao longo desta dissertação como uma unidade territorial, composta por terras cultivadas maioritariamente por vinha, com casa de

---

[6] RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria — *Quintas do Concelho de Lisboa: inventário, caracterização e salvaguarda*. Lisboa: UTL/ISA, 1992, p. 4.

[7] Cf. GONÇALVES, Iria — Op. cit., 1989, p. 177-178; AMARAL, Luís Carlos Ferreira de — Op. cit., 1994, p. 50.

[8] SAMPAIO, Alberto — Op. cit., p. 57.

[9] RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria — Op. cit., 1992, p. 5.

habitação e construções anexas indispensáveis às tarefas agrícolas nela desenvolvidas. Será entendida como um fenómeno territorial, histórico, social e patrimonial.

I. 2.2

Casa de habitação do proprietário

A casa de habitação do proprietário, é quase sempre a maior construção da quinta. Pelo domínio que exerce sobre a sua envolvente é muitas vezes interpretada como uma casa senhorial, muito embora seja estruturalmente simples. A sua classificação arquitectónica é substancialmente deturpada devido a este factor, recaindo a sua classificação entre a casa apalaçada e a construção popular.

PAÇO

Em termos históricos, as habitações são denominadas de forma genérica como "casas" do século VIII ao XIII, com excepção para as habitações reais ou dos representantes da coroa, referidas como "paços". Estas casas eram pequenas, constituídas por sobrado e lojas. O paço não devia ter uma aparência muito diferente, apenas o distinguindo a autoridade que representava e não os aspectos arquitectónicos[10]. Outro dos fenómenos arquitectónicos a considerar, embora característicos dos finais da Idade Média, é a *Domus Fortis* ou casa-torre, casa de perfil fortificado liga à habitação nobre.

Socorrendo-nos novamente da Quinta do Paço do Monsul, sabemos que esta era conhecida por Quinta da Casa do Paço e da Torre do Monsul, sendo este último elemento normalmente associado a uma estrutura defensiva. Ora, a documentação dá-nos notícia de aqui existir uma torre e que esta quinta teria pertencido ao conde de Penela, mas não nos fornece elementos que caracterizem esta estrutura como uma *Domus Fortis*, isto é, elementos próprios da arquitectura militar como o fosso, as ameias, os *machicoulis* e os balcões com matacães[11]. Assim, esta estrutura estaria mais próxima da noção de *paço*, sinónimo de habitação nobre, embora na realidade a sua estrutura arquitectónica fosse muito simples. Ao ser referida separadamente a *Caza do Paço* é reforçada a ideia de Mário Jorge Barroca contrária à de Custódio Vieira da Silva, para o qual a torre não era um

[10] SAMPAIO, Alberto — Op. cit., 1903, p. 140-142.

[11] BARROCA, Mário Jorge — *Torres, casas-torres ou casas fortes: a concepção do espaço de habitação na pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV)*. In "Revista de História das Ideias". vol. 19 (1998) p. 66.

elemento isolado mas com anexos residenciais dada a limitação de espaço no interior da torre[12].

Ao longo do século XV e princípio do XVI o ritmo de construção dos paços acelera-se. Investe-se na terra, criando-se novos poderes no meio rural, onde a habitação recebe um novo enquadramento cultural[13]. A constituição de novas quintas era uma forma de alargar as honras, onde a construção da casa tinha um papel muito relevante. A torre, inicialmente ligada à formação de *quintãs* e à defesa, passa a ser, nos finais da Idade Média, o símbolo da linhagem, identificando-se com o "solar".

SOLAR
CASA NOBRE

A palavra "solar" deriva de *solum*, que significa «chão ou assento», e, amplamente, o lugar ou edifício ligado a uma família[14]. Assim, "quinta" tornou-se sinónimo de terra e "solar" de edificação ligada a famílias nobres, embora também pudesse ter agregada a si uma exploração agrária. Em terras galegas a ideia de "solar" é expressa pela palavra "paço", que continuou a ser utilizada com um significado ligado à ideia original de casa senhorial. Segundo Ana Maria Pereira Morales podemos definir *pazo* como «*casa solariega gallega edificada en el campo*» ou «*construcciones señoriales ubicadas en la campiña y poscedoras de una categoria arquitectónica muy superior a la del hábitat rural de la zona*», ficando excluídas as casas das vilas e cidades e as «*simples granjas blasonadas*»[15].

Ainda que algumas casas de quinta possuam brasão tal não lhes confere estatuto de "solar", pois este apresenta características arquitectónicas mais elaboradas, como foi evidenciado para o caso galego. Tal facto não invalida que alguns solares possam ter terras para produção, como no caso do Solar da Rede, em Mesão Frio, mas a planta e a traça arquitectónica não corresponde às exigências da vida agrícola como na casa de quinta, como poderemos confirmar mais adiante.

Estas observações levam-nos a considerar algumas obras escritas sobre este fenómeno da arquitectura civil portuguesa. Os trabalhos mais antigos limitam-se a enumerar um conjunto de casas brasonadas sem fazer qualquer análise da classificação dada, como se

---

[12] AHQPM — Lv. Prazos do Monsul, fl. 12. Em 7 de Dezembro de 1481 o Mosteiro de Salzedas fez renovação do Prazo da herdade do Monsul a Gonçallo Affonço de «*huma Caza no Monsul chamada o Paço a donde o mesmo e seos Avõs vivião e a hum filho ou filha*»

[13] SILVA, José Custódio Vieira da — *Paços Medievais portugueses: características e evolução da habitação nobre (séc. XII a XVI)*. Lisboa: IPPAR, 1995, p. 36.

[14] SILVA, José Custódio Vieira da — Op. cit., 1995, p. 63-65.

[15] PEREIRA MOLARES, Ana Maria — *La arquitectura del pazo en Vigo y su comarca*. [s. l.]: COAG, 1979, p. 7.

verifica para a obra de António Lambert Pereira da Silva[16]. Este autor dá maior importância à história de cada casa e à sua genealogia do que aos pormenores arquitectónicos propriamente ditos, afirmando mesmo que o objectivo da sua obra é fazer um registo «*dos lindos solares, das históricas torres e dos grandiosos palácios dispersos pelo nosso Portugal*».

Outra obra que podemos considerar é a de Gustavo Matos Sequeira, que nos fornece dados mais concretos sobre as opções metodológicas tomadas. O autor começa por afirmar que "solar" é algo «*perfeitamente à parte da casa popular rural ou cidadã, onde a influência dos moldes eruditos e a preocupação da esthetica e da sumptuosidade são quasi nullas, obedecendo mais aos motivos tradicionaes do que á influência dos elementos construtivos dos novos estylos*»[17]. Relativamente à casa na região do Douro chama-lhe *casa solarenga* mas confessa que «*há uma rudeza maior na construção e uma menos cuidada escolha de materiais construtivos. Muitos solares, se lhes supprimissem o brasão, ficariam reduzidos às proporções de uma casa modesta*»[18].

Vemos assim que o critério que leva à classificação destas casas como solares é o simples brasão, que nem sempre está presente, como poderemos ver. A disposição arquitectónica que grande parte das quintas apresenta, em que a casa não é um elemento isolado, não pode ser qualificada apenas tendo em conta o estatuto da família, representado na pedra de armas. A classificação destas casas terá pois que passar por outros factores.

Alguns autores utilizam com um significado análogo a "solar" a expressão "casa nobre", que também pode gerar algumas lacunas. Segundo J. J. Ferreira Alves este termo, corrente na documentação relativa à cidade do Porto durante a época moderna, é inicialmente utilizado em função da condição social do proprietário da casa e não pelas proporções arquitectónicas da mesma[19]. Contudo, existem referências dos século XVI que apontam para a ambiguidade desta elocução, que podia também designar a qualidade arquitectónica de um edifício[20]. Nos séculos subsequentes estas casas eram consideradas

---

[16] SILVA, António Lambert Pereira da — *Nobres casas de Portugal.*, Porto: Livraria Tavares Martins, 5 vols., [s. d.]

[17] SEQUEIRA, Gustavo Matos — *Palácios e solares portugueses.* Porto: Liv. Lello, [s. d], p. 5

[18] SEQUEIRA, Gustavo Matos — Op. cit., p. 42.

[19] FERREIRA-ALVES, J. Jaime — *A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII: introdução ao seu estudo.* In "Poligrafia" n.º 4 (1995) p. 26.

[20] AFONSO, José Ferrão — *A rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 163-165.

nobres tendo em conta os seus possuidores, a sua dimensão e as fórmulas construtivas[21]. De acordo com a descrição fornecida por J. J. Ferreira Alves para o século XVII, o tipo de casa em apreço estaria mais próximo do solar uma vez que não apresenta elementos ligados às funções agrícolas[22].

Pensamos que terá que ser com base neste critério iminentemente funcional que podemos classificar uma casa de quinta do Douro, pois a sua razão de ser está, acima de tudo, ligada à propriedade vinícola em que se insere. Deste modo, podemos buscar uma expressão de classificação mais ajustada tendo em conta o fenómeno arquitectónico enquanto realidade agrária, rural. Assim, esta será uma arquitectura rural. Mas o que podemos entender por arquitectura rural?

ARQ. RURAL
ARQ. POPULAR

Em primeiro lugar parece importante esclarecer que a arquitectura rural não é aquela que é construída no campo em oposição à arquitectura inserida em malha urbana. O critério-base deve incidir sobre a função produtiva agrícola que tal arquitectura foi tendo ao longo dos tempos. De modo algum esta arquitectura fica reduzida à sua função, dado que também deve muito a factores económicos, sociais, técnicos, etc.[23]

Outro ponto que importa evidenciar é o facto deste tipo de arquitectura ser vulgarmente considerado como "arquitectura popular", "arquitectura tradicional" ou "arquitectura vernacular". Ainda que estes termos possam ser ajustados de algum modo à realidade em consideração, julgamos que estas definições não ilustram de forma clara a realidade arquitectónica das quintas durienses. Mesmo para quem usa estas terminologias o seu significado não é muito preciso, não se estabelecendo definições concretas, como se pode ver na obra de Ernesto Veiga de Oliveira, *Arquitectura tradicional portuguesa*, em que o autor começa por falar em arquitectura popular, subordinando-a a determinismos geográficos, económicos, etc., para depois dizer que «*a casa popular, e sobretudo a casa rural, é mesmo concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola*»[24].

Em alguns estudos efectuados por autores portugueses, este tipo de classificação é aplicada à habitação das quintas vinícolas da Região do Douro. Assim, Ernesto Veiga de Oliveira tem em consideração as «*casas dos proprietários abastados ou medianos, isoladas das*

---

[21] AFONSO, José Ferrão — Op. cit., 1998, p. 167-168.
[22] FERREIRA-ALVES, J. Jaime — Op. cit.,1995, p. 29.
[23] LA REGINA, Francesco — *Arquitectura rurale: problema di storia e consérvazione della civilitá edilizia contadina in Italia*. Bolonha: Calderini, 1980, p. 3.
[24] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de — *Arquitectura tradicional portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Edições D. Quixote, 1994, p. 13.

demais»[25],mas não as considera diferentes das restantes casas populares da *Terra Quente* transmontana.

Outros autores que optam pela terminologia "arquitectura popular", destinguem estas construções usando expressões próximas de "solar" pela existência de elementos que a nobilitam, classificando-as como «*arquitecturas pseudo-palacianas*»[26]. O trabalho da Associação dos Arquitectos Portugueses, baseado no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa dos anos 50, reconhece o valor da quinta enquanto unidade fundamental da exploração agrícola, mas não identifica a sua arquitectura como um produto de uma realidade social e económica muito concreta, rotulando a casa de quinta de «*casarão armazém pretensioso*»[27]. Este tipo de classificação deriva da utilização da nomenclatura "arquitectura popular" pois as casas de quinta apresentam uma estrutura que combina elementos aristocráticos com o saber e a técnica de construções populares, rústicas.

A arquitectura popular distingue-se pela sua simplicidade, por ser prática, isto é, cria aberturas onde são necessárias sem ter qualquer cuidado com o conjunto da fachada[28]. Tal não acontece com a arquitectura rural, em que há uma preocupação pela harmonia dos vãos, mesmo quando não são decorados. A casa popular apresenta janelas pequenas, economizando-se o vidro, material dispendioso em tempos mais recuados. Para as classes mais abastadas, a quem pertenciam estas casas, as janelas além de ventilarem e iluminarem o interior, serviam para projectar a imagem de quem as habitava.

Outro elemento que determina o estatuto do ocupante da casa é a escada, rematada em muitas situações por uma varanda alpendrada, que responde às exigências dos trabalhos e da vida no campo. Em vez dos materiais pobres utilizados na arquitectura popular (regra geral a madeira), a arquitectura rural constrói as suas escadas e alpendres em granito, que é igualmente utilizado nos pilares que suportam a cobertura da varanda. A escada passa a ocupar um lugar de destaque na fachada da casa, tornando-se sinónimo de prestígio social, como poderemos confirmar ao longo do trabalho.

Uma definição bastante coerente para a casa de quinta é dada por João Vieira Caldas, que chama casa rural «*às habitações, ou melhor, aos conjuntos construtivos que, integrando a*

---

[25] Idem, p. 146.
[26] MOUTINHO, Mário — *Arquitectura popular portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa, 1979.
[27] ANTUNES, Alfredo da Mata; [et al.] — *Arquitectura popular em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
[28] ÁVILA MACÍAS, Maria Ángeles — *Arquitectura doméstica de la Comarca de Las Villuercas*. Mérida: Asamblea de Extremadura, 1995, p. 90. Este autora propõe que se utilize o termo "arquitectura

habitação, os edifícios de apoio à agricultura e à criação de animais, o pátio e os próprios muros envolventes, preenchem um vasto leque de situações entre os limites popular e erudito»[29]. Esta proposta explica claramente que estes edifícios não são populares nem eruditos, tentam sair do grupo dos primeiros tocando ao de leve os segundos.

Assim, ao longo desta dissertação iremos considerar a casa de habitação do proprietário de uma quinta como arquitectura rural, englobando todas as outras construções essenciais para o funcionamento da quinta. A casa de quinta pode também ser entendida como uma arquitectura de produção uma vez que «*diferentemente do que sucede com a casa nos grandes centros urbanos, não é exclusivamente o local onde o trabalhador recupera com o repouso a sua capacidade de trabalho, é ainda instrumento de trabalho*»[30].

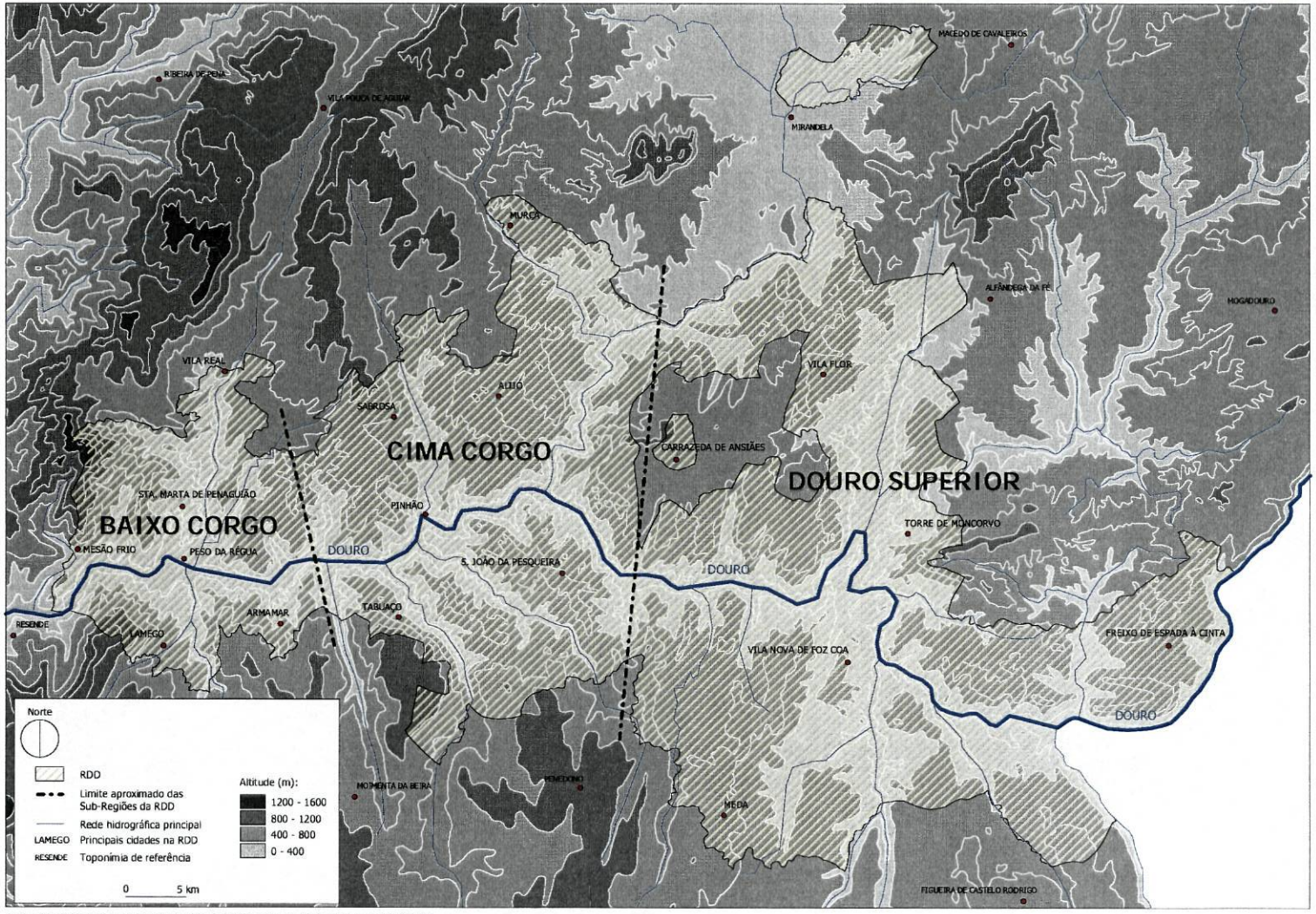
popular" para designar as construções dos povoados e "arquitectura rural" para as construções relativas ao campo e seus trabalhos.

[29] CALDAS, João Vieira — *Casa Rural.* In "Dicionário da Arte Barroca em Portugal". Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 109-110.

[30] COSTA, F. Ramos da — *Inquérito à habitação rural: crítica à obra, estudo e soluções do problema.* Cadernos da "Seara Nova". Lisboa: Seara Nova, 1944, p. 29.

II. ESPAÇO E TEMPO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Região Demarcada do Douro (Sub-Regiões)



Fonte: Comissão Nacional do Ambiente, Carta Administrativa de Portugal (escala 1:250.000)
CNIG, Atlas do Ambiente

FLUP
SDI/Cartografia

II.1

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

A região onde incide o nosso estudo, Região Demarcada do Douro, segue o curso do rio Douro entre a povoação de Barqueiros (Mesão Frio) e Barca d'Alva, reunindo um grande número de concelhos e freguesias, que se estendem pelos distritos de Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu (do distrito de Vila Real: Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Alijó, Murça e Sabrosa; do distrito de Bragança: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor e as freguesias de Romeu, Frechas, Avantos e Carvalhais do concelho de Mirandela; do distrito de Viseu: Armamar, Lamego, S. João da Pesqueira, Tabuaço e Resende; e do distrito da Guarda: Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda.).

A sua área de cerca de 250 000 ha é tradicionalmente subdividida em três sub-regiões: o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior[31]. Apresentam características um pouco diferentes em termos de especificidades climáticas e orológicas, o que se reflecte no próprio ordenamento do território. Assim, a zona do Baixo Corgo, com maior facilidade de ligação às cidades do litoral, apresentou um desenvolvimento mais precoce em termos de ocupação do espaço, logo seguida pelo Cima Corgo. Embora seja a sub-região com menores dimensões, é no Baixo Corgo que ainda hoje encontramos a maior concentração de vinhas, não só por estes motivos históricos mas pelas próprias características do solo, mais fácil de trabalhar por ser menos inclinado, e do clima, mais húmido e fértil. O mesmo já não aconteceu com o Douro Superior, fechado à região oeste pelo Cachão da Valeira até finais do século XVIII.

Este é o motivo tradicionalmente apontado para explicar o desenvolvimento tardio da viticultura no Douro Superior. Contudo, Gaspar Martins Pereira defende que esta região era uma unidade económica e cultural diversa, com base no cultivo de cereais e na criação de gado, e numa dinâmica comercial muito própria voltada para Espanha e para as cidades raianas. A actividade vinhateira surgiu lentamente como alternativa à decadência

[31] O Baixo Corgo vai de Barqueiros até rio Corgo; o Cima Corgo daqui até ao Cachão da Valeira; o Douro Superior do Cachão até Barca d'Alva.

deste esquema ancestral devido a episódios como as Guerras da Restauração ou a perseguição lançada aos cristãos-novos[32].

A Região encontra-se isolada do clima de tipo atlântico e dos ventos frios de leste e norte por frentes montanhosas, cujos pontos mais altos são a Serras do Marão (1415m) e de Montemuro (1382m), que permitem a formação de um microclima de características mediterrânicas bem patentes na flora duriense, como teremos oportunidade de constatar. Apesar das diversas variações microclimáticas devido à exposição solar, inclinação e altitude, podemos dizer que o Douro se caracteriza por um clima de tipo mediterrâneo, com temperaturas altas no Verão e nunca muito baixas de Inverno, precipitação anual moderada e humidade relativa média-alta[33]. Uma particularidade que contribui para a existência deste microclima é a bacia hidrográfica do Douro que, correndo em vales encaixados, permite a manutenção de temperaturas elevadas junto ao leito dos rios.

Estas características alteram-se com a altitude — acima dos 700m a temperatura desce e a pluviosidade aumenta, não havendo condições para a obtenção de vinho do Porto — e à medida que avançamos para leste — as temperaturas vão subindo e a precipitação diminui até atingir características semi-áridas no Douro Superior, onde o clima é de tipo ibero-mediterrânico.

É possível confirmar estas condições climatéricas pela presença de flora mediterrânica ao longo do curso do Douro, como a amendoeira, a oliveira e uma grande diversidade de plantas que trataremos no capítulo IV. Estas espécies necessitam de condições que só se encontram na zona que coincide *grosso modo* com a da Região Demarcada. Para lá dela surge-nos uma flora de tipo europeu, própria do clima mais rigoroso de Trás-os-Montes e das Beiras.

Geologicamente o Douro está inserido numa zona do complexo xisto-grauváquico pré-ordovício, que se estende ao longo das encostas do vale do Douro e das secções inferiores dos seus afluentes, delimitada por formações graníticas[34] onde já não é possível o plantio da vinha. Devido à constituição da própria rocha, não há muito solo para trabalhar e o que existe encontra-se muito próximo da rocha mãe. Daqui a necessidade de proceder a surribas e construir socalcos que retenham os solos. A análise destes solos permite-nos

---

[32] PEREIRA, Gaspar Martins — *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera.* In «Revista da Faculdade de Letras - História». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, vol. VI, p. 316-317.

[33] MENDONÇA, F. A; VASCONCELLOS, J. de Carvalho — *Estudo Fitogeográfico da região duriense.* In "Anais do Instituto do Vinho do Porto". Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1954, p.17.

[34] Idem, p. 17.

saber que são muito pedregosos, com areias e limos, mas muito favoráveis para o crescimento das vides — permitem uma maior fixação das raízes e da água, evitam a erosão e conseguem manter uma temperatura constante pois reflectem os raios solares durante o dia e acumulam calor para sobreviverem às temperaturas nocturnas[35].

São as condições naturais que tornam a Região do Douro um lugar singular no panorama geográfico do Norte do país, podendo mesmo dizer-se que é "*uma parte interior do sul de Portugal que foi transportado para o norte*", diferenciando-se apenas pelo relevo acidentado, que é característico do Norte[36].

São estas mesmas características que conferiram e conferem ao vinho do Porto prestígio a nível mundial. Sem esta localização e estas condições precisas não teria nascido o vinho do Porto e todas as edificações que nos propomos estudar. A conjugação deste factores torna todo este conjunto um património único no mundo. Esta singularidade deverá ser a razão maior da sua patrimonialização.

II.2

O DOURO, O VINHO DO PORTO E A REGIÃO — DADOS HISTÓRICOS

A região do Douro é tida, desde a época romana, como produtora de vinho. Assim o comprovam frequentes achados na região[37], sendo comuns em alguns locais os lagares escavados na rocha, cuja utilização se prolongou pela Idade Média. Para o período medieval são-nos fornecidos dados mais concretos, quer através dos forais, quer através da acção das ordens religiosas, grandes proprietárias nesta região. Um outro elemento precioso é a descrição deixada por Rui Fernandes, que caracteriza a região de Lamego, confirmando o seu protagonismo[38], cujos vinhos eram conhecidos no país como *vinhos cheirantes de Lamego.*

---

[35] MAGALHÃES, Nuno Pizarro de — *A região.* In "Enciclopédia dos vinhos portugueses: o vinho do Porto, os vinhos do Douro". [s. l.]: Chaves Ferreira, 1998, p. 17.

[36] LAUTENSACH, Hermann — *Portugal auf Grunde eigener Reisen und der Literatur.* 1932-1937, II vol. Citado por ROSEIRA, Arnaldo — *A flora da província de Trás-os-Montes e Alto Douro.* Porto, 1944, p.42.

[37] Veja-se a este propósito ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado; [et al.] - *Os lagares cavados na rocha do castelo de Castorigo - Pegarinhos (Alijó).* In "Douro — Estudos & Documentos", Vol. 2, n.º4 (1997) p. 15-24.

[38] FERNANDES, Rui — *Descripção do terreno em volta da cidade de Lamego duas légoas.* In "Colecção de Inéditos de História Portuguesa". Lisboa: Academia Real das Ciências, 1824. Editado a partir do manuscrito de 1531-1532.

A acção das ordens monásticas, nomeadamente dos mosteiros de Salzedas, de S. João de Tarouca e de S. Pedro das Águias, nota-se no aforamento de parcelas de terra das suas granjas, sendo os foros pagos em géneros agrícolas. O vinho terá aqui um papel fundamental, visto ser, já então, um produto importante na região, em particular no Baixo Corgo. Mas as restantes culturas tinham ainda preponderância.

O verdadeiro impulso da região é dado pelo comércio do vinho com a entrada em cena dos britânicos, cujas importações estão documentadas desde 1651[39]. Inicia-se a exportação em maiores quantidades devido às sucessivas guerras que opõem a Inglaterra à França e ao Tratado de Methuen (1703), na sequência na sequência da adesão de Portugal à Aliança Anglo-Austríaca, que se opunha às pretensões dos Bourbons à coroa espanhola. Desta aliança surgiu o acordo comercial em que Portugal se comprometia a deixar entrar os lanifícios ingleses no país, até então proibidos, contra a preferência dada aos vinhos nacionais nas ilhas britânicas[40]. Este mercado torna-se o elemento chave do comércio do vinho do Douro, também chamado do Porto. A denominação "vinho do Porto" surge pela primeira vez em 1675, quando Duarte Ribeiro Macedo se refere ao envio deste vinho para a Holanda, no *Discurso sobre a introdução das artes no Reino.*

Passa a ser na cidade do Porto que se vão centrar os negócios, decaindo o protagonismo do grande centro regional que fora até então a cidade de Lamego. É ali que as famílias inglesas se instalam, trazendo consigo os seus hábitos e instituições[41]. Cria-se um clima de estabilidade que vai durar até meados do século XVIII.

Verifica-se uma restruturação dos vinhedos, ocupando-se cada vez mais a zona do Cima Corgo, onde o vinho obtido era mais ao gosto britânico: multiplicam-se socalcos para se implantarem novas vinhas. Chegam ao Douro galegos e minhotos, que vão constituir a mão-de-obra deste trabalho sobre-humano. A paisagem transforma-se, submete-se à cultura da vinha que passa a dominar a região. O clima de prosperidade fomenta a construção de novas habitações, mais ou menos ricas, mas todas, de uma maneira geral, voltadas para a produção vinícola.

---

[39] SILVA, Francisco Ribeiro da — *Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna.* In "Douro — Estudos & Documentos". Vol. 1, n.º 2 (1996) p. 108.

[40] PEDREIRA, Jorge Miguel — *Methuen, Tratado de.* In "Dicionário Enciclopédico da História de Portugal". Lisboa: Publicações Alfa, vol. 1, 1992.

[41] Trazem a sua igreja, as suas escolas e mantém-se à parte da comunidade portuense. Em 1727 é criada a Feitoria Inglesa, cujo edifício ainda hoje se encontra de pé, ponto de encontro dos membros da comunidade.

Em meados do século XVIII o clima de euforia degenera em adulteração e no caos comercial, verificando-se ainda uma crise de superprodução. A solução para o equilíbrio da região é encontrada pelo biscaínho Bartolomeu Pancorbo e pelos durienses Luís Beleza de Andrade, frei João de Mansilha, que propõem ao então ministro de D. José, Sebastião de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, a instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que cria a primeira região demarcada e regulamentada do mundo. Inicia-se a demarcação através de marcos que dividem as propriedades segundo a qualidade dos seus vinhos. Simplificando, os vinhos eram separados em duas grandes categorias: os de *feitoria*, que eram para exportação, e os de *ramo*, que seriam vendidos nas tabernas do aro do Porto[42].

Os objectivos da Companhia eram «*fomentar a cultura da vinha no Alto Douro, proteger a pureza do produto e controlar os preços*»[43], sendo publicados sucessivos diplomas que visavam a protecção da qualidade do vinho. A sua salvaguarda a nível nacional é notória quando é ordenado o arranque de vinhas noutros pontos do país que, eventualmente, poderiam concorrer com o vinho do Douro. Contudo, a região não deixou de preocupar as autoridades quer pelo excesso de produção (é ordenado o arranque de vinhas), quer pela adulteração (é proibida a plantação de sabugueiros e ordenado o seu arranque[44]; são construídos armazéns em diversos pontos da região, por forma a controlar a qualidade do vinho exportado).

Dentro desta Demarcação são privilegiadas as zonas de Cambres e de Lobrigos, dos concelhos de Lamego e de Santa Marta de Penaguião, cujos vinhos são maioritariamente considerados para feitoria. Tal facto será relevante na distribuição do número de quintas nesta zona. Verifica-se mais uma vez um surto de construção e arroteamentos. Os principais produtores constroem os seus solares nas quintas e nas vilas mais próximas. A abertura do Cachão da Valeira, em 1792, intensifica as relações para montante, embora a expansão dos vinhedos só date do século XIX.[45].

As guerras napoleónicas trouxeram de novo a crise, uma vez que a economia inglesa, principal importadora de vinho, ficou ressentida com o esforço da guerra. Em Portugal os

---

[42] FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949-1951, 3 vol.

[43] MARTINS, Maria da Conceição Andrade — *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: ICS, 1990, p. 292.

[44] A baga do sabugueiro era utilizada para dar uma cor escura ao vinho, como era da preferência dos ingleses.

[45] Será esta mesma zona do Douro que beneficiará com o fim da Companhia e com a abertura da barra do Douro a todos os vinhos, em 1865.

seus efeitos também se fizeram sentir através da difusão das ideias liberalistas, culminantes nas revoltas liberais, cujos combates foram particularmente tempestuosos no Douro, estagnando a produção vinícola.

Dada a situação de descontrole surgem inúmeras criticas à acção da Companhia, que acabará por ser transformada pelo rei D. Pedro numa mera empresa comercial, através do decreto de 30 de Maio de 1834. Sem organismos superintendentes, proliferam os vinhos do Porto adulterados que, juntamente com a perturbação do mercado inglês e a abertura da barra do Douro a todos os vinhos, mergulham o sector numa crise profunda. São tomadas algumas medidas para controlar a crise, como a reabilitação da Companhia e o exclusivo dos portos do Douro para o vinho durienses, logo em 1838. No entanto, a região parece não conseguir erguer-se da apatia geral.

Além da crise no sector vinhateiro, o liberalismo traz também uma profunda mutação social. Os títulos da velha nobreza deixam de ter validade e as famílias entram em falência. São extintas as ordens religiosas, sendo as suas propriedades adquiridas pelos burgueses mais abastados, que também compram os bens da velha aristocracia arruinada. A Companhia também trouxera mudanças a nível social uma vez que concedia o privilégio de nobreza a quem possuísse 10 ou mais títulos das suas acções (alvará de 24 de Novembro de 1764). Por outro lado, o comércio deixa de ser encarado como uma actividade indigna, *não nobre*, havendo a possibilidade dos próprios comerciantes instituírem morgadios[46].

À paralisia do sector comercial e às alterações sociais seguem-se outros factores que alteram a dinâmica do *país vinhateiro*. A partir de meados do século surgem diversas doenças nas vinhas que irão levar inúmeras famílias à pobreza e provocar alterações na forma de plantar e tratar a vinha e, consequentemente, nos custos de produção.

A doença preambular foi a maromba, igualmente referida como *mal negro* ou *gamosa*, descoberta em 1850 que reflectia a falta de boro nas vinhas[47]. A ela seguiu-se a primeira grande praga: o oídio, também conhecido por *cinzeiro* ou *polvilho*. Este fungo (*Oidium Tuckeri*) trouxe a crise ao Douro nos anos 50 do século XIX. Apareceu na zona da Régua mas rapidamente se espalhou para outros locais. Se inicialmente este mal veio resolver os problemas da superprodução, o tratamento à base de enxofre acabou por ser ruinoso pois

[46] MARTINS, Maria da Conceição Andrade — Op. cit., 1990, p. 299-300.

[47] Na verdade, segundo Nuno Pizarro de MAGALHÃES — Op. cit., 1998, esta não é uma verdadeira doença mas uma simples carência de boro do solo facilmente corrigida quando feitas as análises correctas.

encareceu a produção ao ponto de levar os pequenos lavradores à ruína. Aumentam assim os proprietários que compram terras a preços mais baixos, formando uma elite cada vez mais separada do grande número de jornaleiros e trabalhadores assalariados.

A filoxera (*Phylloxera vastatrix*) terá uma acção ainda mais devastadora e os tratamentos conhecidos não conseguiam irradicar este insecto que havia surgido em 1863, em Gouvinhas, na quinta da Azinheira ou dos Montes, de António de Melo Vaz de Sampaio[48]. Por volta de 1876 começam-se a fazer experiências com sulfureto de carbono e enxertia de americano[49]. Levaria algum tempo até que estes tratamentos de estendessem a todo o Douro. A maioria das vezes a única solução encontrada pelos agricultores era rezar. O *Jornal da Régua* de 10 de Julho de 1880 conta-nos: "*No domingo houve procissão de penitência, promovida pelos habitantes de Cambres, para implorar a protecção divina contra os estragos da filoxera. A procissão saiu de Cambres, levando em grande pompa a imagem do Senhor dos Passos, e seguiu até à Senhora dos Remédios, em Lamego. Os penitentes seriam 3000 e viam-se entre eles grande porção de senhoras*" [50].

Esta praga teve como consequência a ruína de muitos lavradores e, mais uma vez, a transferência de propriedade. Agora foram os exportadores, principalmente ingleses, que ganharam com a crise. Eles eram os únicos que ainda dispunham de capacidade financeira para comprar e reerguer grandes quintas, valorizando-se principalmente as do Douro Superior[51]. As propriedades são adquiridas por parcelas, que depois se reúnem, ou por parcelas contíguas formando quintas de grande extensão.

O último flagelo do Douro foi o míldio, em finais do século (primeiro surto data de 1893), que iria destruir aquilo que fora deixado pela filoxera, embora se conseguissem de imediato tratamentos eficazes, como a aplicação da calda bordalesa ou *água celeste*[52].

Todas estas doenças originaram grandes mudanças no tecido social, como vimos, mas também trouxeram profundas alterações à paisagem: áreas que permaneceram incultas,

---

[48] PEREIRA, Gaspar Martins — Op. cit., 1989, p. 322.

[49] As experiências com sulfureto de carbono foram levadas a cabo pelo visconde de Chanceleiros, em 1876, na Quinta de Val de Figueira, em Covas do Douro. Nas mesma data, Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite, utilizava os porta-enxertos de americano PEREIRA, Gaspar Martins — *Um vinho milenar, um vinho universal.* In "Enciclopédia dos vinhos portugueses: o vinho do Porto, os vinhos do Douro". [s. l.]: Chaves Ferreira, 1998, p. 64.

[50] PEREIRA, Gaspar Martins — Op. cit., 1989, p.324.

[51] Um dos exemplos é a acção de D. Antónia Adelaide Ferreira, que ganhara ao vender o seu stock de vinhos numa altura em que estes escasseavam. Foi-lhe assim possível comprar grandes propriedades que se tornariam modelos de gestão.

[52] Esta mistura era constituída por sulfureto de cobre e carbonato de cal. MARTINS, Maria da Conceição Andrade — Op. cit., 1990, p. 453.

os chamados *mortórios*, e alteração da forma de construir os socalcos, com surribas mais fundas e socalcos mais largos e sólidos, pondo-se um maior cuidado na sua construção. Passa a ser possível plantar mais do que uma fiada de vinha em cada terraço, aproveitando-se melhor o espaço. No que se refere aos cuidados vitivinícolas são introduzidas novas técnicas de vinificação, e os tratamentos calendarizados da vinha são cuidadosamente estudados assim como as castas a plantar.

O Douro entra no século XX mergulhado numa crise profunda e ao mesmo tempo numa fase de grandes mutações. Foram sendo tomadas diversas medidas a nível institucional como a revisão da demarcação por João Franco e a criação de entidades reguladoras do sector do vinho do Porto que permitiram um reequilíbrio de forças[53]. Nos anos 40 o Eng.º Moreira da Fonseca concebeu um método mais justo de atribuição de benefício, baseado na pontuação dos terrenos segundo critérios baseados no valor do solo, do clima e das condições culturais, pontos que contribuem para a qualidade dos vinhos.

Após a prolongada crise comercial que afectou o sector entre finais dos anos 30 e os anos 60, as últimas décadas do século têm sido favoráveis, com a retoma, e até mesmo ultrapassando, o nível de exportações dos anos 20. As mudanças no campo da vitivinicultura não cessam com a utilização de novas técnicas de plantio que permitem a mecanização e, consequentemente, a redução dos custos de produção, e o constante apuramento das técnicas de vinificação. Este processo era quase inevitável dada a falta de mão-de-obra agrícola na Região e fora dela, em especial depois do surto emigratório da década de 60. Por outro lado, o nível dos salários significaria um aumento considerável do produto final. A paisagem do Douro está novamente em mutação com a substituição dos antigos muros de pedra por taludes ou simplesmente pela armação da vinha segundo as linhas de maior declive, *ao alto*. Um dos pontos que pretendemos focar é exactamente o momento de mudança por que passa a arquitectura paisagística desta região e o seu impacto sobre um património inigualável.

[53] As instituições criadas nos anos 30 foram a Casa do Douro, o Instituto do Vinho do Porto e o Grémio dos Exportadores.

III. AS ARQUITECTURAS DO VINHO DO PORTO

Neste capítulo pretendemos estudar as edificações que surgem numa quinta tendo em atenção os objectivos que devem cumprir. A análise das arquitecturas que surgem dentro de uma quinta foi feita considerando que cada uma delas nasce de acordo com objectivos muito concretos, sendo a casa uma arquitectura de habitar, o lagar e a adega uma arquitectura de produzir e o jardim e as vinhas uma arquitectura da paisagem.

A organização de uma quinta obedece a aspectos práticos da cultura da vinha, espécie dominante desta região. Esta não é a única situação em que uma cultura transforma a arquitectura e a sua implantação na paisagem. Vários autores estudaram o caso da Argentina, com os engenhos de açúcar, e do Brasil, que além dos engenhos tem também as fazendas de café e as instâncias de gado, em que as casas e as diversas dependências se dispõem de acordo com o objectivo da exploração agrícola[54].

[54] Cf. KOCH, Olga Paterlini de – *Agro-industria azucarera de Tucumán. Argentina. Patrimonio urbano-arquitectónico.* In «Actas VIII congreso internacional para la conservación del património industrial» The internacional committee for the conservation of the industrial heritage: CEHOPU - Ministério de Obras Públicas, Transporte y Medio Ambiente, 1995, p. 349-357; PIRES, Fernando Tasso Fragoso – *Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil.* Nova Iorque (etc.): Abbeville Press Publishers, 1995.

III. 1

ARQUITECTURA DE HABITAÇÃO

Entendendo a casa como uma forma de exteriorização da sociedade e do meio em que se insere, propomo-nos analisar a casa de quinta da região vinhateira do Douro não só como um fenómeno arquitectónico/artístico, mas também social e histórico. Partindo das diferentes casas que encontrámos numa quinta, pensámos poder caracterizar o alojamento dos seus habitantes de acordo com a função e a posição social que ocupam, respondendo cada edifício às exigências destes pressupostos[55]. Esta análise tem igualmente em conta o papel de cada uma destas estruturas na actualidade, o seu valor patrimonial e quais as probabilidades de uma conservação útil.

III.1.1.
Casa do proprietário

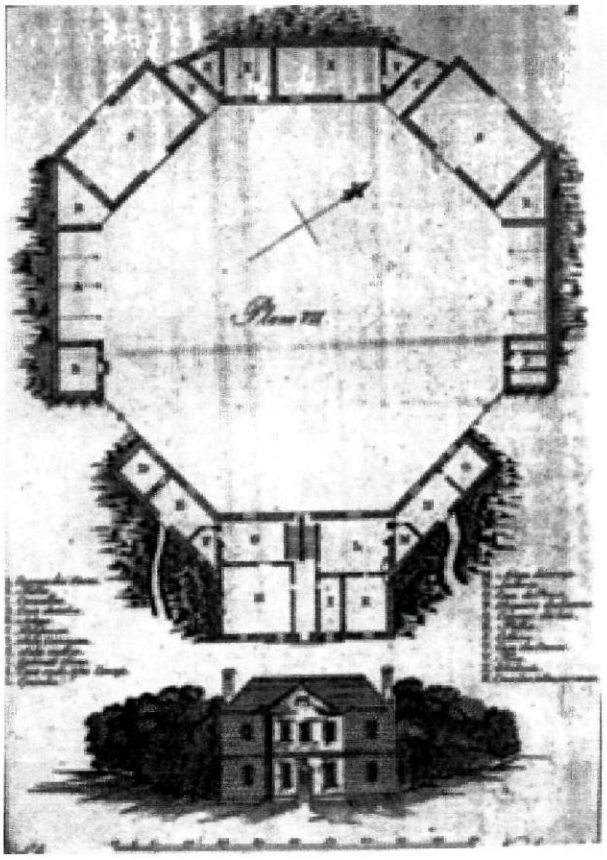
O elemento mais visível na estrutura de uma quinta duriense é a habitação do proprietário, quer pela sua localização, quer pelo seu valor simbólico. É um elemento quase sempre presente mas não obrigatório, pois uma quinta, que apresenta dimensões muito variáveis, pode ser unicamente destinada à produção, apresentando nesse caso apenas as arquitecturas de apoio, como a adega e os lagares (Cap. III.2). Quando existe, esta casa raramente é habitada de forma permanente. Serve para férias, para as vindimas. Este tipo de situação é muito frequente em algumas *viñas* do Jerez onde a casa é uma estrutura muito elementar que serve de apoio apenas às vindimas[56]. De facto é notória esta grande preferência pelos confortos da cidade em detrimento da pacatez do campo, como apontou um estrangeiro que passou por Portugal no século passado[57]. Parecem então absurdos alguns dos investimentos feitos. Pelo contrário. A casa da quinta era considerada como

---

[55] Este tipo de situação é bem visível nos *pueblos* açucareiros argentinos ou nas fazendas e engenhos brasileiros, em que ao *status* de cada ocupante corresponde a qualidade da estrutura. KOCH, Olga Paterlini de — Op. cit., 1995, p. 349-357; GOMES, Geraldo — *A arquitectura dos engenhos.* In "Antigos Engenhos de açucar do Brasil". Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994. p. 28-41; PIRES, Fernando Tasso Fragoso — Op. cit., 1995.

[56] FLORIDO TRUJILLO, Gema — *Hábitat Rural y Gran Explotación en la Depresión del Guadalquivir.* Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 1996, p. 81.

[57] «*it is entirely against the genius of the people to live a country life. The Portuguese is too sociable to endure to be surrounded only by woods and fields, and mountains (...) A Portuguese nobleman, if be rich enough, lives in Lisbon or Oporto, and if he has a country house will visit it for a month ou two in the*



Est. III.1 — Plano de uma fazenda agrícola (segundo A. Crocker)

um símbolo de poder, de prestígio. Ainda hoje todas as grandes empresas tentam que a casa das quintas de onde provém o seu vinho seja representativa do seu *status*, utilizando-a para receber os melhores convidados.

AUTORES

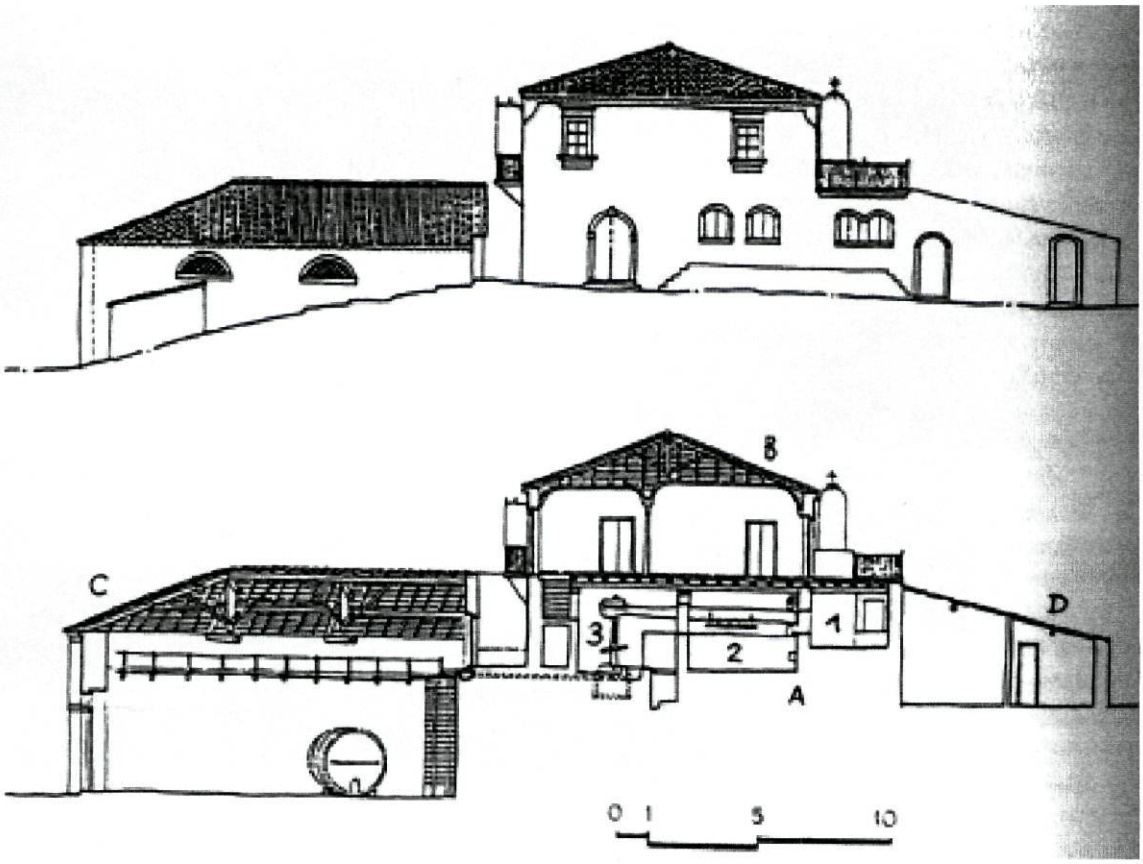
Ao nível da concepção, do risco do projecto das casas, pouco ou quase nada sabemos. Dificilmente serão obras de arquitectos, como se constata um pouco pelo mundo rural do norte do país. Contudo, conhecemos algumas referências a mestres de obra e pedreiros no caso da Quinta de Santa Júlia[58]. Pensamos que este devia ser o caso mais frequente. Além de executores, os mestres de obra seriam co-autores dos projectos na medida em que podiam fornecer opiniões sobre os materiais. A grande parte da concepção da obra estaria entregue ao próprio dono da casa que ia definindo o rumo desejado de acordo com as suas necessidades, o seu gosto pessoal e os usos da região, como trataremos mais adiante.

Não nos parece que aqui tenha havido qualquer teorização sobre o que devia ser uma casa rural, como se verificou em alguns países europeus, como a Inglaterra e a França. Estas obras, profusamente ilustradas com plantas e alçados, propõem aos agricultores as formas ideais para projectar uma propriedade rural, planeando todas as construções e até a própria paisagem, fornecendo inclusivamente informações sobre materiais e técnicas de construção[59]. Apesar de sabermos que alguns textos foram traduzidos para português por

Outumn». LATOUCHE, John — *Travels in Portugal.* 3ª ed. Londres: Ward, Lock, & Co, 1878, p. 109-110.

[58] Ver documentação anexa no cap. V.

[59] Cf. AIKIN, Edmund — *Designs for villas and other rural buildings.* Londres: J. Taylor at the Architectural Library, 1808; BARBER, William — *Farm buildings.* Londres: [s. n., s. d.]; BRISEUX, C. E. — *L'Art de bâtir des maisons de campagne.* Paris: Prault Pee, 1793; GANDY, Joseph — *The rural architect.* Londres: John Harding, 1806; LOUDON, J. C. — *A treatise on the forming, improving and managing country residences.* Londres: John Harding, 1812; LUGAR, R. — *The country gentleman's*



Est. III.2 — Esquema de uma casa agrícola na região do Etna (Itália)

José Feliciano Fernandes Pinheiro, a sua aplicação prática na Região do Douro não seria grande uma vez que estas estruturas são maioritariamente planeadas para actividades de agro-pastorícia ou então para propriedades vocacionadas para recreio[60].

A casa de quinta do Douro é uma estrutura pautada pela simplicidade, de risco anónimo, o que corresponde à maioria das casas das zonas vitícolas europeias. A grande excepção são os *châteaux* da zona de Bordeaux, verdadeiros palácios incluídos numa estratégia comercial muito concreta, documentada desde o século XVI, em que a própria casa serve como imagem do vinho aí produzido[61]. Inseridas na mesma lógica empresarial encontramos algumas casas da Região Demarcada do Xerez, com obras atribuídas a arquitectos de renome, como Charles Garnier[62].

architect. Londres: J. Taylor, 1807; POCOCK, William Fuller — *Architectural designs for rustic cottages, picturesque dwellings, villas.* Londres: J. Taylor at the Architectural Library, 1807.

[60] PINHEIRO, José Feliciano Fernandes — *Sobre a construção de edificios ruraes.* Discursos apresentados à meza da Agricultura sobre varios objectos relativos à cultura e melhoramentos do reino. Part. I. Lisboa: [s. n.], 1800.

[61] DETHIER, Jean — *Les architectures du vin: grandeur, déclin et renaissance d'une stratégie de la qualité conciliant culture et viticulture.* In "Les Arts du Vin". Bruxelas: Snoeck-Ducafu & Zoon, 1995, p. 40.

[62] FLORIDO TRUJILLO, Gema — Op. cit, 1996, p. 279.

PÁTIO

No Douro estamos em presença de uma casa de traça elementar, com dois a três pisos no máximo, geralmente acrescentado no século XIX. Com motivos decorativos pouco elaborados, por vezes tirando apenas partido dos diferentes materiais e jogando com o ritmo dos vãos. A fachada principal abre-se para um pátio, elemento essencial da casa rural[63]. Muitas das casas tiveram em tempos os seus pátios fechados de modo a poderem soltar as aves para consumo da casa, ficando estes locais conhecidos por "pátio das galinhas", como acontece nas Quintas de Roriz ou de Santa Júlia. Outra das funções do pátio é a de estabelecer ligação entre a casa e as diversas dependências da quinta mas, ao mesmo tempo, fechá-la ao exterior através de cancelas ou portões de ferro, como acontecia nas Quintas de Roriz, do Paço do Monsul ou de Santa Júlia (Est. VI.61).

Interiormente apresentam plantas modestas, geralmente estruturadas por um corredor ao longo do qual se distribuem as diferentes divisões: salas, quartos e casas de banho. Lembremos que este último espaço, tão banal em qualquer casa actual, era um luxo até finais do século passado, sendo a sua presença sinónimo de alto estatuto. A maioria das casas resumia o espaço dedicado à higiene a uma retrete no exterior da casa. O asseio comum era feito no próprio quarto com banheiras, lavatórios e bidés de esmalte ou madeira.

LOCALIZAÇÃO

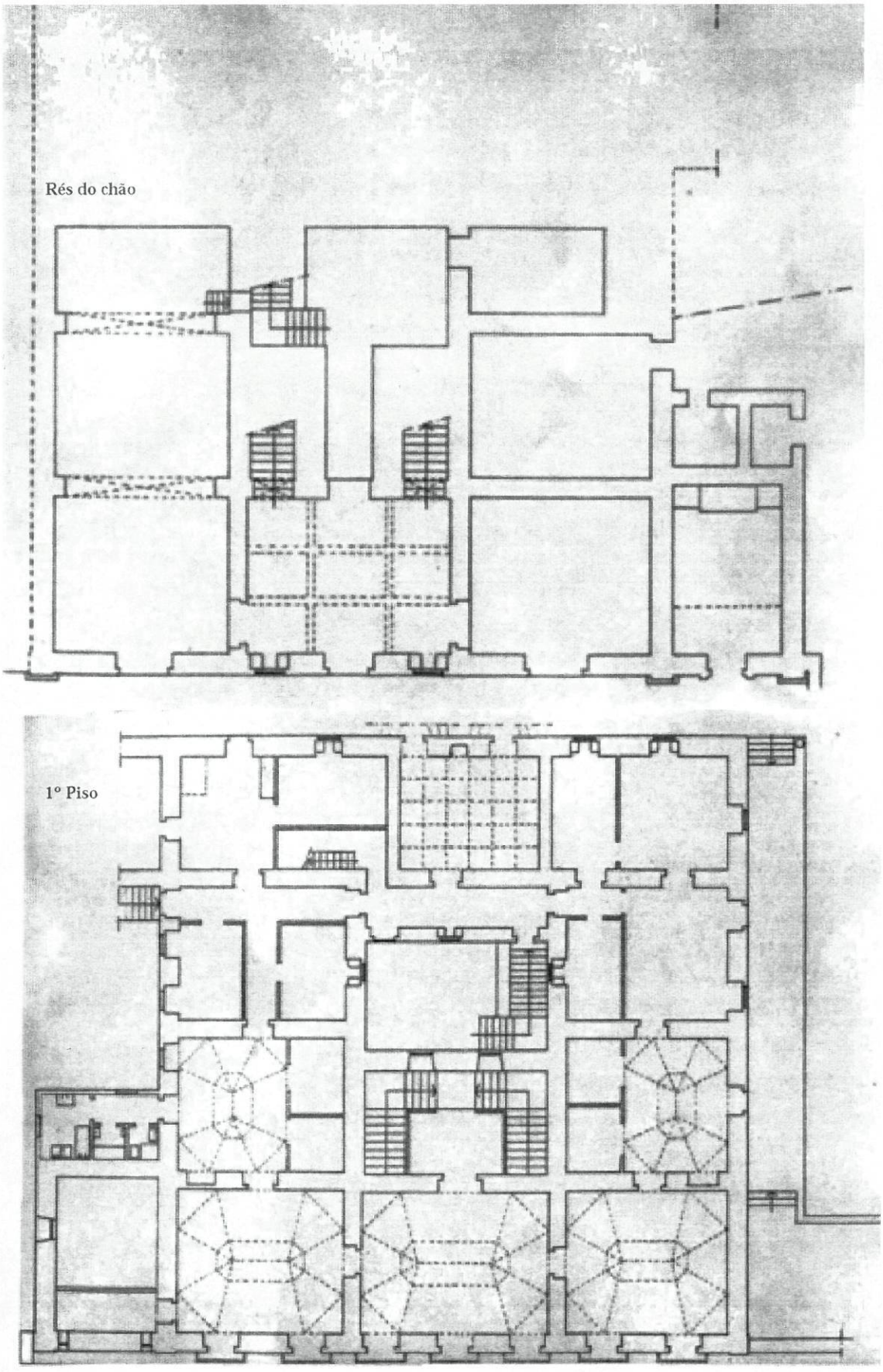
A casa, regra geral, ocupa o local mais elevado da quinta ou o de maior destaque, demarcando-se na paisagem. Esta selecção cuidadosa do local é também reforçada pela plantação de uma árvore de carácter exótico ou de grande porte, que a distingue entre todas as construções. Pretende-se dominar visualmente toda a propriedade e, ao mesmo tempo, marcar presença dentro do território. O cuidado posto na implantação da casa é fundamental pois posiciona o seu dono relativamente à comunidade que o circunda e à própria natureza[64]. Além da integração na paisagem procura-se a integração na sociedade, condição essencial dentro de um território em que a gestão dos negócios está entregue a um grupo restrito de famílias. Podemos entender a casa como um «*espaço de uso e representação*»[65], tornando-se no espelho de quem a habita ou possui.

---

[63] Este elemento é descrito para outras arquitecturas de zonas dedicadas à vitivinicultura, como Montilla Moriles (Espanha) e Armagnac (França). FLORIDO TRUJILLO, Gema — Op. cit., 1996; KLEIN, Alan; RIVIÈRE, Philippe — *Redécouvrir la terre crue...Approche typologique, architecturale et technologique.* In «Monuments Historiques» Midi - Pyrénnés. Paris. N.º 181 (1992) p. 23-27.

[64] RAISON, Jean-Pierre — *Habitação.* In «Enciclopédia Einaudi». Região. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986,. vol. 8, p. 344.

[65] FRÉMONT, Armand — *A região, espaço vivido.* Coimbra: Almedina, 1980. p. 38.



Est. III.3 — Planta da Casa da Calçada (Provesende)

Como espaço de uso, a inserção da casa prende-se com motivos práticos ligados ao próprio cultivo da vinha e à sua transformação, ficando o mesmo edifício com funções habitacionais (no sobrado) e produtivas (no piso térreo). A organização da casa parte, por norma, de uma planta rectangular com rés-do-chão e sobrado, um plano base fundamental na casa rural do norte de Portugal que, na região duriense, adquire características particulares. O sobrado serve para habitação do dono da casa, ficando os baixos para adega onde se armazena o vinho. É tirado o máximo proveito da inclinação do terreno encaixando a estrutura num socalco de modo a poder ter nas traseiras uma outra casa, onde se colocam os lagares[66]. A casa transforma-se numa «*máquina de habitar e instrumento de trabalho*»[67]. Podemos encontrar este mesmo tipo de lógica no arquitectar da casa em zonas vitícolas como Montilla-Moriles (Espanha) ou na região do Etna (Itália), em que a habitação se une aos espaços dedicados à transformação do vinho (Est. III.2)[68]. No Douro este esquema foi evoluindo em consonância com a própria evolução económica, que tornou o vinho do Porto no produto mais exportado do país. A oficina vinária separa-se da casa, ganhando monumentalidade e uma planta de tipo mais complexo. Mesmo quando se executa um projecto de raiz, como é o caso de uma pequena casa na Quinta do Bom Retiro, o rés do chão não adquire funções habitacionais mas utilitárias, servindo de garagem da quinta.

PLANTA
TIPOLOGIA

Como arquitectura rural que é, não encontrámos uma planta-tipo no que concerne à casa de quinta do vinho do Porto. Falta um padrão comum nas várias casas que visitámos e nas que estudámos mais pormenorizadamente para obtermos um quadro tipológico da habitação principal das quintas durienses. Podemos apenas apontar a presença quase obrigatória de uma série de espaços ligados ao funcionamento básico da casa ou à projecção da sua imagem.

Quando encontramos uma planta mais estruturada estamos perante um solar[69] ou construções mais recentes, como é o caso da casa da Quinta do Monte Meão (V. N. de Foz Côa), datada dos finais do século XIX, em que as linhas arquitectónicas apresentam maior influência urbana do que rural. Outro caso que podemos apontar é o do edifício

---

[66] Esquema a desenvolver no capítulo III.2.

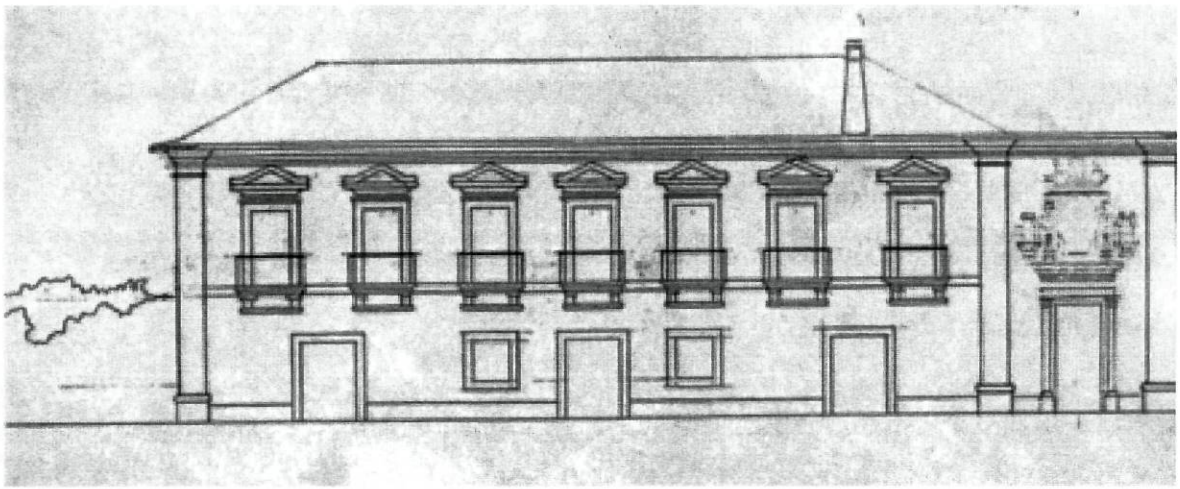
[67] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *O românico no Entre-Douro-e-Minho.* Porto, 1978, vol. I, p. 52.

[68] CASCONE, Giovanori; PENNISI, Paola; FAZIO, Salvatore di — *Edificios protoindustriales para la producción de vino en Sicilia: Los Palmentos y las bodegas del Etna desde el século XVII al XIX.* In "Informes de la construcción" Patrimonio arquitectonico industrial. Madrid: CSIC. Vol. 49, n.º 450 (Julho/Agosto 1997) p. 61-75; FLORIDO TRUJILLO, Gema — Op. cit., 1996.

Est. III.4 — Alçado do Solar da Rede (Carlos Azevedo)

setecentista da Casa da Calçada (Provesende) em que, apesar da adega estar incluída no plano da casa, esta apresenta uma planta estruturada e pensada como um todo (Est. III.3). Ao nível do alçado há também uma procura de uniformização dos vãos, decorados por linguagens que são facilmente identificáveis com as veiculadas pelos tratados de arquitectura (Est. III.5, III.4). Solares e outras casas de estrutura mais recente, são concebidos tendo em conta a função "habitar" e a necessidade de espaços sociais inerentes a esse papel, e não a função "trabalho", com todos os espaços que a actividade agrícola exige, como teremos oportunidade de exemplificar mais adiante. O que as classifica não é a mera localização no espaço, rural ou urbano, mas a forma como interagem com o mesmo. Pensamos pois que a arquitectura rural deve caracterizar-se em função de uma multiplicidade de condições inerentes ao seu uso e à sua inserção num espaço agrícola.

Embora para outra região do país, Carlos Alberto Ferreira de Almeida dá-nos uma descrição bem ilustrativa do que se espera da arquitectura de tipo solarengo: «*Com amplas e muitas janelas, se possível — como dizia o povo — tantas quantas os dias do ano, com escadarias e varandas amplas e festivas, com simbólicos maciços torriformes nos ângulos ou no centro,*



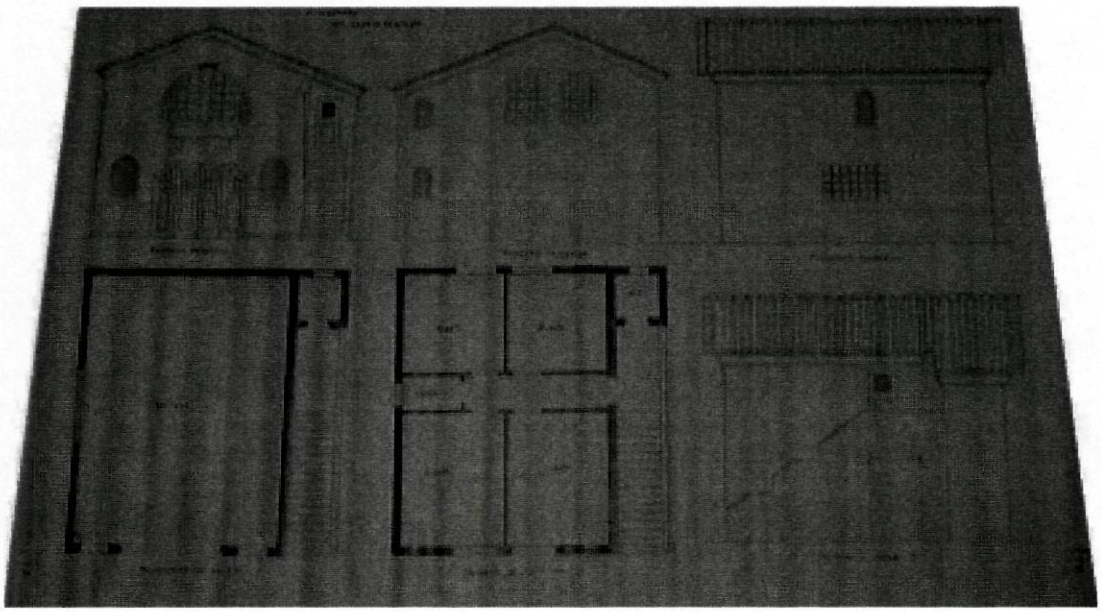
Est. III.5 — Alçado da Casa da Calçada

[69] Cf. p. 10.

sistematicamente consagrados por uma capela»[70]. Esta descrição aponta para plantas e alçados definidos de raiz que nos parecem raros na região em estudo, e para necessidades concretas de ostentação e valorização do exterior da casa. O tipo de arquitectura em análise não se pauta pela largueza dos vãos, nem tão pouco pela seu número, bem como por varandas "festivas".

Ao nível da planta a casa rural duriense pode ser entendida como um organismo vivo que não obedece a um plano previamente definido além do já apontado, adaptando-se a cada momento da vida dos seus proprietários. Mesmo assim, podemos dizer que, regra geral, a planta-base adoptada com maior frequência é rectangular, de fachada corrida, voltada para um pátio em torno do qual se encontram outras estruturas[71]. A esta é muitas vezes acrescentada uma outra ala formando um L[72], mas mantendo-se o pátio por onde transita toda a vida da quinta. Muitas destas casas não apresentam um traçado homogéneo, sendo compostas por sucessivos acrescentos que se justapõem no mesmo espaço, resultando numa planta de tipo irregular, como acontece na Quinta do Paço do Monsul com alas datadas desde o século XVI ao século XIX.

Este último tipo de planta, de crescimento um pouco anárquico, sem plano definido, reforça a interpretação da casa como um ser orgânico, cujo crescimento se dá de acordo com as necessidades e a capacidade financeira da família. Assim, a mudança verifica-se



Est. III.6 — Projecto para uma casa com garagem (1927 - AHRP)

[70] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 43.
[71] Exemplo disso é a Quinta do Bom Retiro e a da Pacheca. Cf. Est. V.12 e V.32.
[72] Como podemos ver na Quinta de Roriz e na Quinta de Santa Júlia. Cf. Est. V.59 e V.72.

Est. III.7 — Cozinha dos trabalhadores (Quinta da Pacheca)

quando a descendência aumenta ou passa a ocupar uma posição social e económica que requer visibilidade. A característica orgânica é também evidente no modo como a casa se posiciona no espaço, tirando partido da sua disposição sem o destruir ou transformar, conseguindo assim uma perfeita integração na paisagem[73]. Esta união é também reforçada pela selecção dos materiais, quase sempre autóctones, como teremos oportunidade de ver no capítulo V. A par destas duas últimas especificidades, a implantação da casa de habitação também é ditada pelas condições climáticas. Escolhe-se o sítio com melhor exposição solar e mais abrigado dos ventos.

Considerámos que a casa rural «*define o papel dos factores físicos e o dos factores culturais na construção de uma paisagem humana, sublinhando o valor fundamental de uma civilização*»[74] sendo portanto complexo estabelecer uma classificação tipológica para as arquitecturas rurais, embora alguns autores já o tenham feito. Falamos da classificação proposta por Demangeon (1942) já largamente debatida para este tipo de situação[75]. Baseada na planta interior e exterior da casa, esta teoria pode ser considerada em alguns casos, embora com as devidas actualizações, como na proposta das casas-bloco, que crescem de acordo com

[73] STOOP, Anne de — *Palácios e casas senhoriais do Minho.* Porto: Liv. Civilização, 1993. p. 12.
[74] RAISON, Jean-Pierre — Op. cit., 1986, p. 358.
[75] FLORIDO TRUJILLO, Gema — Op. cit., 1996, p. 153; RAISON, Jean-Pierre — Op. cit., 1986, p. 358-359.

as necessidades de cada conjuntura: cada ala é um espaço mais ou menos regular que se aglomera ao que já existe, numa sucessão de espaços de diferentes tamanhos que se unem num resultado harmonioso. A casa pode ser entendida como um «*instrumento funcional*», isto é, as mudanças verificam-se não tanto na forma arquitectónica, nos materiais e nas técnicas de construção, mas sobretudo na compartimentação adaptativa[76].

Considerando a habitação da quinta como uma estrutura com variantes de ordem diversa, a procura de pontos comuns passa, por um lado, pelos espaços essenciais ao funcionamento da casa como *máquina de habitar*, como a cozinha e a sala, e, por outro, pelos espaços e símbolos de representação social, como a capela e a pedra de armas.

COZINHA

Peça essencial em qualquer habitação, da mais simples à mais elaborada, é a cozinha. As quintas do Douro têm, em regra, duas cozinhas: uma integrada na casa dos senhores e outra, numa casa autónoma, para os trabalhadores, onde se convive grande parte do tempo, como veremos mais adiante. Este esquema deve remontar pelo menos ao século XVI, como comprova o prazo da Quinta do Paço do Monsul, datado de 1578. Trata-se da descrição mais antiga que encontrámos para a região. Através deste emprazamento ficamos a saber que já nesta data a quinta possuía duas cozinhas, podendo uma delas servir para o pessoal que aí trabalhava[77]. Neste caso, contrariamente ao que aponta Custódio Vieira da Silva para o século XIII[78], a cozinha não se encontrava incorporada na própria casa, ocupando o andar térreo, mas num edifício autónomo junto a ela que, pela evolução orgânica da própria habitação, acabou por ser unido ao corpo principal. Pensamos que inicialmente as cozinhas seriam separadas das casas, até por uma questão de segurança, evitando possíveis incêndios, embora não tenhamos dados escritos que o corroborem para épocas anteriores ao século XVI, como vimos.

Este tipo de mutação é visível nos casos que estudámos em pormenor. Para as quintas do Paço do Monsul e de Roriz essa evolução é facilmente detectada já que o corpo inicial da casa progride até abranger o edifício da cozinha (Est. V.57). Nas quintas de Santa Júlia e do Bom Retiro conseguimos nitidamente isolar o corpo da cozinha, o que aponta para uma certa autonomia do espaço (Est. V.72 e V.5). Esta independência da cozinha parece ser uma constante no Douro mesmo em casos mais tardios, como na Quinta do Monte Meão

---

[76] OLIVEIRA, J. M. Pereira de — *Para uma classificação tipológica da casa rural.* Separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra: [s. n.], 1965, p. 11.

[77] «*Outra caza que serve de Cozinha a qual he terreira que tem sette varas de comprido e quatro varas de largo* (...) *outra cozinha sobradada que tem cinco varas craveiras em comprido e tres e meia de largo*». Cf. Doc. n.º 7.

[78] SILVA, José Custódio Vieira da — Op. cit., 1995, p. 27.

(V. N. de Foz Côa) em que o espaço da cozinha está junto à casa mas destacado dela em termos de plano arquitectónico.

Actualmente grande parte das habitações dispõe de cozinhas equipadas e mobiladas de acordo com os padrões contemporâneos, o que levou ao desaparecimento da antiga cozinha que, salvo algumas reformas necessárias, ainda podemos encontrar na Quinta do Paço do Monsul. Da observação desta e das que ainda funcionam para os trabalhadores,

Est. III.8 — Varanda da Quinta do Bom Retiro (s/d, Foto Alvão, AHRP)

podemos obter uma imagem da cozinha de épocas de antanho, muito semelhante a outras zonas rurais do norte do país[79].

Este espaço seria marcado pela presença da lareira, abrigada por uma grande saia de pedra, muitas vezes sustentada por pilares. Normalmente encontrava-se adossada a uma das paredes ou a um canto da sala, onde a cal adquire uma cor negra devido aos fumos[80].

---

[79] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — Op. cit., 1978; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Território paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização.* In «Nova Renascença». Vol. I, n.º 2 (1981) p. 202 - 212.

[80] Convém lembrar que a chaminé é de introdução recente no Douro. Até meados do século XIX o escoamento dos fumos era feito por uma telha levantada ou por uma pequena abertura, como nos deixou escrito Eça de Queirós em *A Cidade e as Serras* ao descrever a casa de Tormes: «*Ao fundo a cozinha, imensa, era uma massa de formas negras, madeira negra, pedra negra, densas negruras de felugem*

No interior da saia eram pendurados os fumeiros da casa e a parede exterior encontrava-se adornada pelas panelas e tachos reluzentes com os mais diferentes tamanhos. O ambiente tradicional da cozinha em alguns casos ainda é marcado pela utilização de cores fortes, como o amarelo e o azul, e pela presença de armários embutidos nas paredes onde eram guardados os alimentos que requerem maior resguardo, como as compotas e os doces.

VARANDA ALPENDRADA

À saída da cozinha podemos encontrar também um pequeno pátio, quando esta é térrea, ou um alpendre de pequenas dimensões. Trata-se de um local multifuncional que caracteriza a casa rural do Norte de Portugal, ligado por norma às funções domésticas e agrícolas, que ainda é visível nas casas das aldeias da Região do Douro, de Trás-os-Montes e do Minho, onde grão e frutos são postos a secar.

No caso das quintas do Douro a particularidade reside no balcão/varanda[81] que se abre na entrada principal da casa. O local a que o visitante acede em primeiro lugar torna-se numa espécie de sala de visitas ao ar livre. A varanda alpendrada com a sua escadaria em pedra assume em alguns casos proporções desmesuradas em relação ao resto do edifício que, como vimos, é de linhas arquitectónicas muito simples. Testemunho deste facto é o relato de um inglês que andou pelo Douro: «*A casa* [da Quinta das Arregadas] *é uma modestíssima construção, mas a falta de grandeza é compensada por uma imponente escadaria de pedra que dir-se-ia de um templo*»[82]. É desta forma que um simples elemento de circulação de converte num agente obrigatório de prestígio social[83], de ligação entre o interior e o exterior.

Pensamos que é na utilização deste espaço que reside um dos pontos essenciais da classificação da casa de quinta como casa rural distinta dos solares. Normalmente nestes últimos as escadas abrem-se num pátio de entrada já no interior do edifício, ou, se se desenvolvem para o exterior, adoptam proporções cenográficas. Esta é uma especificidade mais própria das casas com funções de recreio e de aparato do que das casas mais ligadas às actividades rurais. Por outro lado, na casa rural a escada com o seu balcão ou varanda,

---

secular. E neste negrume refulgia a um canto, sobre o chão de terra negra, a fogueira vermelha, lambendo tachos e panelas de ferro, despedindo uma fumarada que fugia pela grade aberta no muro».

[81] Segundo a documentação consultada, o balcão apresenta dimensões menores que a varanda. Esta por regra prolonga-se pela fachada enquanto o balcão se confina à porta de entrada. Veja-se terminologia empregue aquando da remodelação da casa da Quinta de Santa Júlia e da casa da Quinta do Bom Retiro. Cf. Cap. V.5 e V.1.

[82] VIZETELLY, Henry — *No País do Vinho do Porto.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1947, p.14. (Trad. Facts about Port and Madeira. Londres, 1880. Cap. «In the Port Wine Country»).

[83] STOOP, Anne de — Op. cit., 1993, p. 13.

está normalmente adossada à fachada (o que permite dar funcionalidade ao patim) enquanto no solar é em geral utilizada uma escada destacada da fachada, mais decorativa que funcional.

Est. III.9 — Sala de jantar (Qta. de Santa Júlia)

SALA

Outro dos espaços de abertura ao exterior na casa é a sala[84]. Trata-se de um ponto de grande importância dentro da estrutura da casa desde tempos medievais[85], sendo normalmente a maior divisão do edifício. É o espaço de representação social onde por regra a actividade da casa não passa diariamente, abrindo-se apenas aos convidados. A decoração é pensada de forma cuidada sendo fundamentais as peças que revelam a antiguidade e o prestígio dos seus possuidores, sejam eles uma família ou uma empresa. Assim, fazem parte da decoração porcelanas e faianças, retratos e móveis antigos, mapas do Douro, rótulos, garrafas, diplomas de prémios etc. Estamos em presença de uma arquitectura de interiores própria, à qual têm acesso apenas as famílias com longas tradições na região, podendo não ser entendida nem bem interpretada por pessoas estranhas aos círculos familiares durienses[86].

Tendo esta característica em consideração fomos levadas a reflectir sobre a remodelação do interior da Quinta do Bom Retiro, supervisionada pelos novos donos, de origem francesa. Parece-nos que o resultado final se encontra desajustado da realidade duriense. Procurou-se mobiliário português, mas não foi tida em consideração a proveniência geográfica. São móveis rústicos de ferro forjado e madeiras pintadas mais característicos da região sul do país. Foi esquecido que os objectos que decoram estes espaços estão intimamente ligados às pessoas que os habitam ou que os possuem. Perdeu-se a imagem de uma casa de quinta do Douro, resultando o espaço num local ambíguo, onde se misturam peças rústicas das mais diferentes proveniências com adereços muito frequentes em ambientes urbanos. Por mais simples que seja o recheio de uma casa de

[84] Sala: palavra de raiz germânica, que designa "local de reunião".
[85] SILVA, José Custódio Vieira da — Op. cit., 1995.

quinta no Douro, há quase sempre um objecto com uma história, representando por isso acontecimentos ligados ao espaço ou àqueles que o habitaram e habitam.

Em termos estruturais a casa rural é também um espaço de representação, sendo marcada por linguagens intemporais, por quem o tempo passou lentamente. Transitando de geração em geração, a habitação é uma marca da estabilidade social, própria de uma sociedade que nega a mudança ou a encobre constantemente com valores tradicionais. Exemplo disso são as obras feitas nas Quintas da Pacheca, de Santa Júlia de Loureiro ou do Bom Retiro (Cf. Cap. V), em que se empregam propositadamente linguagens ancestrais. O objectivo não parece ser enganar o observador, ocultando a idade do edifício, mas tão só utilizar dialectos que são familiares e representativos para esta região e para estas gentes. Desta forma o património é preservado pela sua constante manutenção e reconstrução, num tempo cíclico sem princípio nem fim. É expressa uma vontade de continuidade. Na verdade, como aponta Jean-Pierre Raison, mesmo que a casa esteja datada não se pretende «*marcar uma etapa na evolução, mas a permanência de uma instituição*»[87], que nestes casos é uma família e a sua ligação a um espaço. Este mesmo valor de perpetuidade, patente em elementos simbólicos da casa como a pedra de armas ou a capela, permite-nos encontrar pontos comuns nas habitações das quintas do Douro.

Est. III.10 — Pedra de armas da Quinta Monsul

Nem sempre presente, de acordo com o estatuto da família que possui a quinta, a colocação do brasão na frontaria da casa, da capela ou do portão de entrada na quinta, simboliza um estatuto social e privilégios concedidos directamente pela realeza[88]. A pedra

PEDRA DE ARMAS

[86] Exemplo disso é a descrição deixada por Vizetelly da casa da Quinta do Seixo (S. João da Pesqueira): «*A casa é cómoda e arranjada com bom gosto, tendo um certo ar de pretensão*». VIZETELLY, Henry — Op. cit., 1947, p.22.

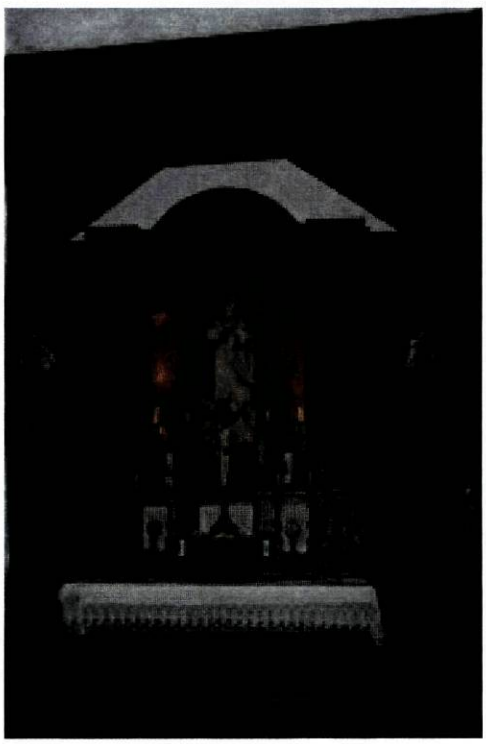
[87] RAISON, Jean-Pierre — Op. cit., 1986, p. 344.

[88] Ao ter uma quinta de grandes dimensões, o seu dono é socialmente considerado, mesmo que não possua título de nobreza — é a sua posse que o considera aos olhos da sociedade que o rodeia. Um caso semelhante passa-se no Brasil em que o detentor de um engenho de açúcar ou de uma fazenda

de armas tem um carácter perpétuo até pela escolha do próprio material, o granito, testemunho quase eterno da linhagem dos seus proprietários, que deixam na rocha a genealogia da família e as suas alianças. Normalmente no escudo estão representados os apelidos mais antigos cuja memória se quer conservar. Os primeiros escudos apresentavam armas plenas, simbolizando apenas uma família; posteriormente foram sendo acrescentadas as diversas ligações entre as famílias dando origem a uma linguagem heráldica mais elaborada, como podemos ver em alguns escudos da região[89]. A esta pedra é associada a própria casa, que não raro, fica também conhecida pelo nome da família que a habita há várias gerações. «*Exibição de posição e poder, o escudo assume agora um valor de memória de uma sociedade e uma forma de viver que se extinguiu*»[90].

CAPELA

O enraizamento e o poder que a casa de quinta nos traduz é reforçado pela presença de uma capela que, em tempos mais remotos, era um privilégio exclusivamente real, só muito tardiamente alargado às famílias nobres[91]. Do século XVI em diante assistimos ao fenómeno de instituição de capelas junto das habitações, o que se explica quer pela religiosidade, pois eram muitas vezes fruto de uma promessa, quer pela importância que transmitiam. A arte religiosa traz consigo uma carga simbólica e metafórica que significa a afirmação de valores de prestígio, embora esses valores se diluam com a progressiva laicização da sociedade, a partir do século XIX[92]. Contudo, podemos afirmar que a



Est. III.11 —Capela da Quinta da Pacheca

de café é facilmente nobilitado, como se pode ver pelo testemunho de um cronista francês do século XVII: «*A posse de um engenho de açúcar confere, entre os lavradores do Rio de Janeiro, como que uma espécie de nobreza. De um senhor de engenho só se fala com consideração*». PIRES, Fernando Tasso Fragoso — Op. cit., 1995, p. 11.

[89] O mesmo se verifica na região da Galiza como aponta MARTINEZ-BARBEITO, Carlos — *Torres, pazos y linajes de la provincia de La Coruña.* Leon: Editorial Everest, [1986], p. 10.

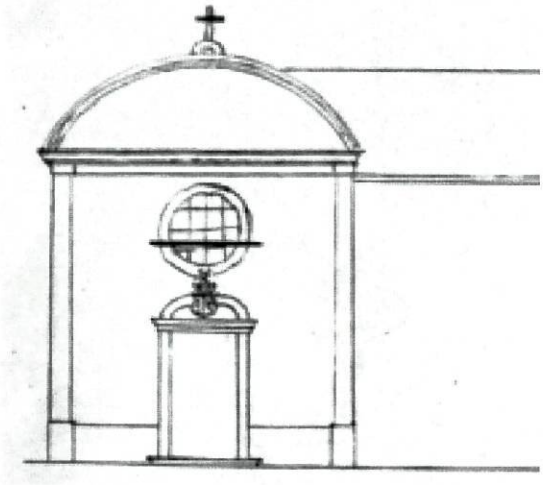
[90] MARTINEZ-BARBEITO, Carlos — Op. cit., [1986], p. 11.

[91] Segundo o Pe João Bautista de Castro, teriam sido introduzidas em Portugal pelos reis suevos. (CASTRO, Pe. João Bautista de — *Mappa de Portugal.* Lisboa, 1793, p. 164, Tomo 3, Parte IV. cit. por SILVA, José Custódio Vieira da — Op. cit., 1995.)

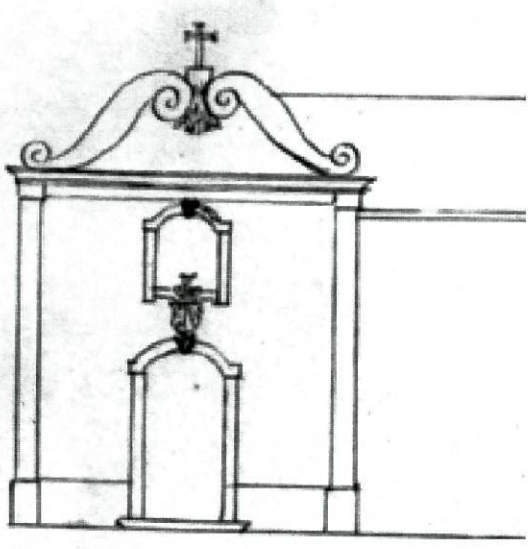
[92] ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da — *Espaços de culto público e privado nas margens do Douro.* In «Poligrafia». N.º 5 (1996) p. 57.

região que tratámos apresenta como padrão de comportamento valores conservadores aos quais está associada a prática religiosa, sendo conservadas e instituídas capelas, de forma sistemática[93].

A capela é encarada como um símbolo de poder pelo prestígio que transmite aos detentores da quinta ou da habitação onde está inserida[94]. Não estava ao alcance de qualquer um instituir uma capela. Era necessária uma situação económica confortável para poder despender grandes somas com a sua edificação, o seu mobiliário (retábulo de talha, imaginária e alfaias), e com os bens que ficariam vinculados para sustento da mesma. Cria-se um vínculo, que se torna num bem (ou conjunto de bens) indivisível, pelo que a sua transmissão dentro da família é longamente perpetuada[95].



Est. III.12 — Estudo para a fachada da capela da Quinta de Santa Júlia (AHQSJL)



Est. III.13 — Estudo para a fachada da capela da Quinta de Santa Júlia (AHQSJL)

Em alguns dos arquivos das quintas que tivemos oportunidade de consultar verificamos esta situação. Existia uma propriedade cujo rendimento era para a capela, como é o caso da vinha de Santo António na Quinta do Paço do Monsul. Ao longo das várias gerações foram sendo feitas sucessivas adições ao património do vínculo da capela, em cujo interior eram enterrados os membros da família. Este facto torna a capela um *«lugar de oração para os vivos e de repouso*

[93] Um caso muito interessante é o da Quinta da Raposeira, em Armamar, de arquitectura contemporânea, datada da segunda metade do século XX, em que os donos não se esqueceram de erguer a sua capela privativa, também de linhas actuais mas com recheio antigo.

[94] Esta valorização parece geral a uma elite portuguesa que atravessou o Atlântico e se enraizou nos engenhos brasileiros, onde a presença da capela atinge tal importância que os melhores materiais são empregues neste edifício. GOMES, Geraldo — Op. cit., 1994, p.37.

[95] STOOP, Anne de — Op. cit., 1993, p. 11.

para os mortos»[96]. Criam-se elos entre todos os membros da família, os do presente e os do passado — os primeiros devem rezar pelos que já partiram, cabendo aos defuntos a protecção dos seus entes vivos[97].

Por outro lado podemos considerar a capela como uma necessidade em algumas quintas cuja localização relativamente à igreja paroquial mais próxima transtornava de sobremaneira o normal funcionamento dos trabalhos agrícolas — não era possível que empregados e patrões ficassem sem o Sacramento Divino, sendo esta uma forte razão para que a capela fosse erigida[98]. Além da função privada, familiar, a capela assumia assim um carácter semi-público, pois ficava aberta não só aos funcionários da quinta como às populações da vizinhança.

A existência da capela, com seu capelão, poderia ser utilizada pelo dono da quinta como uma mais valia. Ao padre da capela, sempre pessoa da confiança do proprietário, ficava muitas vezes entregue a administração da quinta, supervisionando o trabalho do caseiro e as despesas, como acontecia na Quinta de Roriz[99]. Aliás, este deveria ser um procedimento comum a acreditar no testemunho que nos deixou Henry Vizetelly: «*Nalgumas quintas do rio Torto e doutras regiões do Alto Douro, é costume ser um padre quem desempenha as funções de caseiro ou administrador, e o Barão da Roeda tem mesmo um velho monge como inspector. Um sacerdote é considerado capaz de exercer muito maior influência sobre o pessoal do que aquela que um feitor escolhido entre eles, e da mesma classe poderia manter. O clero rural não perdeu aqui o seu prestígio entre a gente do campo, como o perderam os seus irmãos espanhóis, na Andaluzia; e em lugar das capelas anexas às casas das quintas estarem desertas ou profanadas, como acontece nos arredores de Xerez, o padre inspector, aos Domingos e aos dias Santos, invariàvelmente, reúne o seu rebanho de fiéis, na missa rezada de manhã cedo na capela da quinta, antes dos vindimadores e lagareiros partirem para os seus afazeres*»[100].

A capela podia ser implantada por forma a dar seguimento à fachada da casa, comunicando com o seu interior através da tribuna, da qual os senhores podiam assistir às cerimónias religiosas, ficando o corpo da capela para os trabalhadores da quinta e demais

---

[96] Idem, p. 11.

[97] Relativamente ao tipo de relação entre as diversas gerações da família, é um bom exemplo a mensagem gravada na campa da capela da Quinta do Paço do Monsul (Cf. p. 153).

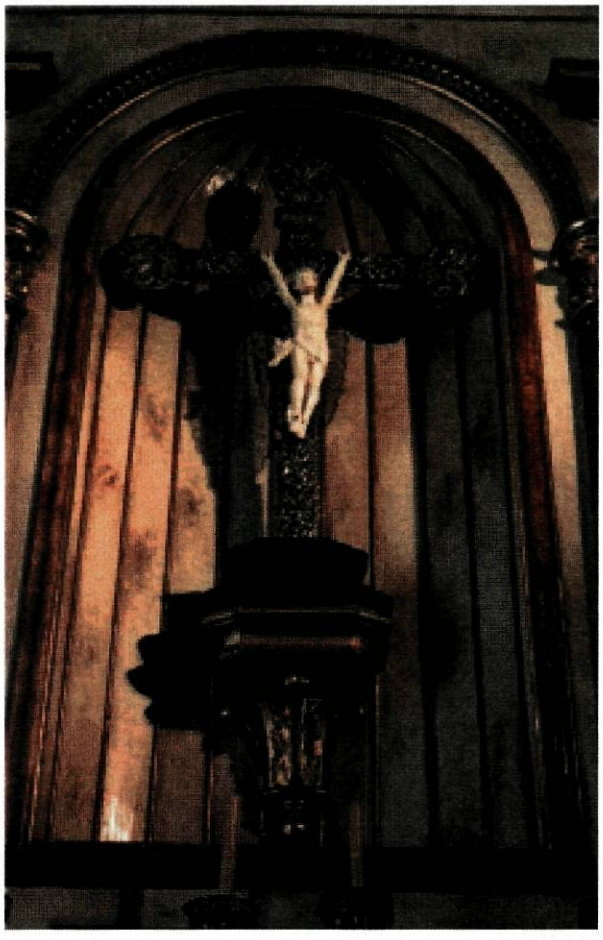
[98] No que diz respeito ao bispado do Porto, como refere M. J. Moreira da ROCHA, esta era uma das alegações feitas pelos proprietários, que tinham que atravessar rios ou estradas lamacentas para poderem comungar. Podemos pensar que tal situação também se aplicava ao bispado de Lamego embora não tenhamos tido acesso à documentação referente a esta matéria. Cf. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da — Op. cit., 1996, p. 71.

[99] Cf. p. 184.

assistentes. Esta tribuna encontrava-se, vulgarmente, por cima da entrada. Um caso especial é o da capela da Quinta das Nogueiras (Peso da Régua), onde, pela falta de espaço, a tribuna é colocada lateralmente, como um camarim. A existência deste elemento tem a ver, obviamente, com o tamanho das capelas que, na sua maioria, são de pequena a média dimensão.

Outras vezes a capela é destacada da casa não sendo construída tribuna. Neste caso a capela adquire um estatuto mais público pois está aberta ao culto não só dos seus possuidores e dos trabalhadores da quinta como também das gentes das imediações. Tal parece ter acontecido com a capela de Santo António, na Quinta do Paço do Monsul, à qual acorriam diversos populares para pagar promessas, como provam uma série de ex-votos pendurados nas paredes. A capela permitia também a comunicação com Deus na procura de bons frutos e colheitas[101], depois respeitosamente agradecidos. Uma tradição que se mantém em diversas casas, como na Quinta do Monte Meão (V. N. de Foz Côa), é a de salpicar as paredes da capelas com o vinho novo após a vindima.

A valorização destes edifícios passa a maior parte das vezes pelo interior, embora se encontrem alguns exemplares de boa qualidade arquitectónica. Os retábulos e a imaginária são sempre sinal de distinção mas a diferença passa pelas alfaias e pela paramentaria, que exigiam um esforço económico além do obrigatório. Grande parte destes recheios desapareceu com as sucessivas partilhas familiares ou com o simples abandono, pelo que seria muito complicado reconstituir a maioria do património religioso das quintas do Douro. Um caso exemplar, contudo, é o da Quinta de Santa Júlia, onde o primitivo recheio do



Est. III.14 — Cristo da capela da Quinta de Santa Júlia

[100] VIZETELLY, Henry — Op. cit., 1947, p. 51.
[101] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — Op. cit., 1978, p. 177.

século XIX, enriquecido por peças vindas de outras capelas da mesma família, foi cuidadosamente conservado[102].

A subsistência de uma casa de quinta no Douro torna-se numa tarefa por vezes difícil dados os custos de manutenção e a própria evolução familiar, que conduz a sucessivas partilhas do mesmo espaço. A manutenção de muitas delas tem por base uma vontade férrea em perpetuar um nome e uma posição adquirida pelos antepassados. Outras há que, recentemente adquiridas por empresas do sector vinícola, garantem a sua integridade por se tornarem na imagem de marca dessas casas comerciais.

III.1.2
Casa do Caseiro

Est. III.15 — Casa do caseiro (Quinta da Pacheca)

Junto da casa principal fica, regra geral, a casa do caseiro, que permanece todo o ano na quinta com a sua família. Cabe-lhe zelar pela orientação e execução dos trabalhos agrícolas, garantindo ao mesmo tempo que a propriedade não fique abandonada. A sua habitação é uma casa rural, com um a dois pisos, sem decorações e executada com materiais bastante comuns. Por norma encontra-se voltada para o pátio principal, para onde dá a casa do senhor, ou não muito longe desta. Em alguns casos tem escadas exteriores de acesso ao primeiro andar, onde se pode estender uma varanda em madeira, como nas aldeias das imediações. Interiormente tem poucas divisões, reduzindo-se ao estritamente necessário.

III.1.3
Casa dos trabalhadores — Cardenho

No Douro o edifício destinado ao descanso nocturno dos trabalhadores é conhecido por cardenho. A sua utilização é agora rara já que o número de trabalhadores das vinhas é

[102] Cf. p. 196.

cada vez mais reduzido assim como o pessoal com disponibilidade para efectuar alguns dos trabalhos mais duros, agora deixados às máquinas. Por outro lado, os meios de locomoção mais rápidos permitem que os empregados fixos e jornaleiros residam nas aldeias vizinhas. Em tempos eram principalmente ocupados pelas rogas durante as vindimas[103] e pelos galegos contratados para a construção dos muros.

Est. III.16 — Cardenhos (Quinta da Pacheca)

Os cardenhos são casas térreas, de condições deficientes, como está documentado para outros locais de monocultura[104]. Normalmente existiam dois edifícios: um destinado aos homens e outro às mulheres. A qualidade destes locais deixaria muito a desejar como podemos comprovar pelos relatos de alguns escritores. A título de exemplo deixamos o testemunho do visconde de Vila Maior: «*não offerecem senão um triste abrigo para os trabalhadores pernoitarem, e são completamente destituídos das commodidades mais rudimentares. É verdade que os trabalhadores galegos, para os quais exclusivamente se destinam, são naturezas rudes e afeitas ao mais áspero trato; mas, como nem assim mesmo gozam o privilégio de uma saúde inalterável, se algum de elles cáe enfermo, não encontra alí o menor alívio...*»[105].

Esta situação era também sentida na Quinta do Bom Retiro antes das obras na década de 20 deste século pois o administrador revelava a sua preocupação face à saúde dos trabalhadores, pedindo que as obras de remodelação fossem rapidamente efectuadas. Constatava que esse lugar «*sem ar nem luz inutiliza-me o pessoal que lá se méte e por isso estão alguns doentes*»[106]. A sua preocupação com o estado físico dos trabalhadores foi realmente cumprida a avaliar pelas plantas que realizou, onde incluía um espaço para doentes nos dois cardenhos (Est. V.14 e V.15). O desenho dos alçados revela a grande simplicidade

---

[103] As rogas são constituídas por trabalhadores vindos de aldeias distantes que se ocupavam da vindima. Este procedimento já não é tão vulgar pois a mecanização da vindima permite a contratação de um menor número de pessoal, que também escasseia na região. Nas explorações mais pequenas a vindima é feita essencialmente pela família e os amigos, sendo o número de pessoal contratado muito reduzido.

[104] KOCH, Olga Paterlini de —Op. cit., 1995. Esta autora diz que nos engenhos açucareiros da Argentina as casas dos jornaleiros são estruturas precárias, destinadas a ser ocupadas durante as colheitas. Já as casas dos feitores e pessoal residente têm maior qualidade.

[105] VILA MAIOR, Visconde de — *O Douro Illustrado*. Porto: Magalhães & Moniz Edit., 1876.

arquitectónica que estes espaços teriam, sendo fundamentalmente concebidos como abrigos.

PLANTA

Uma cuidada análise à planta do cardenho dos homens acusa a estratificação existente entre os diferentes trabalhadores. Assim, os trabalhadores rurais fixos e jornaleiros que executavam os mais diversos trabalhos na quinta ficavam juntos numa grande camarata sem qualquer privacidade. Os trabalhadores mais especializados, como os podadores, enxertadores, artistas e tanoeiros, possuíam camaratas próprias e individuais. As condições oferecidas deviam ser um pouco melhores, talvez em proporção com o próprio salário. A sua estada na quinta não era permanente, efectuando-se de acordo com o calendário das actividades agrícolas e necessidades momentâneas.

COZINHA

Como vimos, aos trabalhadores estava também destinada uma cozinha própria, à parte da cozinha da casa principal, onde ainda hoje a esposa do caseiro confecciona as refeições diárias do pessoal. No Douro ainda é possível, pelo menos em época de vindima, saborear o caldo cozido directamente na lareira dentro dos tradicionais potes de três pernas.

A sua estrutura manteve-se em larga medida inalterável, como a que descrevemos para a casa principal, com a lareira sob a saia de grandes dimensões da qual pendem os fumeiros e os tachos. Um caso exemplar de cozinha de fora é o da Quinta dos Frades (Lamego) de proporções avantajadas, onde ainda se conserva grande parte do recheio de outros tempos: malgas, tachos, panelas, fogão, etc.

Est. III.17 — Roda
(Quinta da Pacheca)

RODA

Por outro lado, a cozinha torna-se também num local de convívio, na sala da casa que os trabalhadores não possuem[107]. Outras vezes essa função passa para o refeitório, geralmente ligado à cozinha através de uma roda por onde passava a comida. Esta peça já não é utilizada mas permanece ainda em algumas quintas, como na Quinta da Pacheca ou de Santa Júlia de Loureiro.

[106] AHARP — Docs. soltos: Cor. Cândido Magalhães 33 - 1921.
[107] A cozinha toma aqui as funções que este espaço tem nas casas de lavoura mais pobres do norte do país.

Constatámos o valor patrimonial da arquitectura rural duriense que, sem ser monumental ou obra de arquitecto, apresenta «*qualidades funcionais e valores pitorescos, etnográficos e até técnicos, mostrando-nos por vezes perfeitas adaptações aos sítios e às funções, o que a aproximam, bem mais, da poética do habitar do que tanta outra construção que hoje se faz pelas nossas aldeias*»[108].

Pela sua estrutura, pelo seu posicionamento e pela relação que estabelece com o meio, a casa de quinta é uma marca essencial na paisagem duriense. Tendo em conta uma possível ratificação da candidatura do Vale do Douro como Património da Humanidade pela UNESCO, será necessário repensar a forma como este património da arquitectura rural portuguesa tem sido tratado.

A nível internacional a Arquitectural Rural só foi reconhecida como património passível de classificação através do Apelo de Granada do Conselho da Europa, de 1976. Segundo o seu texto deverão ser avaliadas como património arquitectónico rural as construções isoladas ou em conjunto que «*présentent un intérêt, soit par leur valeur historique, archéologique, artistique, légendaire, scientifique ou sociale, soit par leur caractère typique et pittoresque*»[109]. Anteriormente apenas eram considerados os grandes monumentos, num espírito herdeiro dos ideais do Romantismo oitocentista, ainda patente no texto da Convenção do Património Mundial de 1972[110], no qual o "património cultural" surge dividido em três grupos: monumentos, conjuntos e sítios. Em 1975 a Carta Europeia do Património Cultural passa a ter em conta a envolvente dos grandes monumentos, reconhecendo-lhes o seu valor histórico, mas ainda não especificando as construções mais modestas isoladamente[111]. O mesmo acontece na Carta de Nairobi, de 1976, que define no Art. 1 "conjunto histórico ou tradicional" e o posiciona no meio urbano ou rural, mas não contempla a construção isolada. Tal acontece apenas no já referido *Apelo de Granada*, que considera como património arquitectónico rural as construções «*liées aux activités agro-pastorales et forestières ainsi qu'à la pêche*»[112].

A nível nacional o processo de evolução também partiu da noção de monumento como símbolo pátrio (classificação como "monumento nacional"), relegando-se para segundo

---

[108] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — Op. cit., 1998, p. 15.
[109] CONSELHO da Europa — *L'Appel de Grenade: L'Architecture rural dans l'aménagement du territoire.* (1976). In "Cartas e Convenções Internacionais". Lisboa: IPPAR, 1996, p. 75.
[110] UNESCO — *Convention du Patrimoine Mondial* (1972). In "Cartas e Convenções Internacionais". Lisboa: IPPAR, 1996, p. 49-58.
[111] CONSELHO da Europa —*Charte Européenne du Patrimoine Architectural.* (1975). In "Cartas e Convenções Internacionais". Lisboa: IPPAR, 1996, p. 59-61.
[112] CONSELHO da Europa — Op. cit., (1976), p. 75.

plano todos os outros testemunhos do passado sem monumentalidade. Este conceito de monumento vai inclusivamente ser prejudicial a toda a envolvente dos monumentos, destruídos com a conivência do Decreto n.º 20:985 que delibera no Art. 25º, 2º que o governo poderá alienar «*quaisquer construções ou instalações que prejudiquem a boa conservação dos monumentos, ofendam ou desvirtuem o seu característico*»[113].

Durante a primeira metade do século XX as leis estabelecem as classificações de "imóvel de interesse público" (Decreto n.º 20:985) e de "valor concelhio" (Lei n.º 2:032), estando as classificações subordinadas à ideia de valor nacional. Actualmente, a legislação vigente, a Lei 13/85, estabelece no art. 8º, n.º 1, a) que os "bens culturais" possam ser classificados por monumentos, conjuntos e sítios, entendendo por monumentos «*obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social...*»[114].

Embora o termo "arquitectura rural" não seja mencionado, a definição alargada de monumento permite-nos encaixar aqui uma possível classificação para imóveis de arquitectura rural da Região Demarcada do Douro. Não queremos com isto dizer que estes bens devam ser todos classificados e alvo de protecção estatal.

Antes de tudo será necessário avaliar a qualidade e o estado actual dos imóveis da Região Demarcada do Douro. Tal só é possível com a elaboração de um inventário criterioso para cada concelho da região. Pensamos que só partindo da realidade local se pode conhecer verdadeiramente o património. A partir daqui seria então possível seleccionar os imóveis mais representativos da arquitectura rural duriense e proceder à sua classificação. Pela própria projecção que cada um destes bens tem a nível nacional, talvez não se justifique uma classificação como "monumento nacional" ou "imóvel de interesse público". Por outro lado, a ideia de "valor concelhio" parece pouco importante pois a gestão do património classificado, muito dependente dos organismos públicos centrais, está mais vocacionada para os grandes imóveis.

Assim, defendemos o tipo de política patrimonial fundamentada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que propõe a classificação dos bens culturais em função dos laços que estabelecem com a comunidade. De acordo com este autor é mais funcional uma classificação dos bens segundo quatro categorias de interesse: "imóvel de interesse de

---

[113] GOVERNO DA REPÚBLICA — *Decreto nº 20:985* (1932). In "Legislação Nacional: património arquitectónico e arqueológico". Lisboa: IPPAR, 1996, p. 19.

[114] ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA — *Lei do Património Cultural Português: Lei 13/85* (1985). In "Legislação Nacional: património arquitectónico e arqueológico". Lisboa: IPPAR, 1996, p. 34.

freguesia", "imóvel de valor concelhio", "imóvel de valor regional" e "imóvel de interesse nacional", estando cada uma destas categorias sob a alçada de diferentes poderes[115]. A classificação em correlação com a importância local do imóvel já está consignada na lei portuguesa. A Lei 13/85 prevê no art. 7,º n.º 2 a classificação como «*valor local, valor regional, valor nacional ou valor internacional*»[116]. Contudo, esta disposição não é posta em prática. Segundo este diploma os órgãos autárquicos (câmaras e assembleias municipais) têm competência para classificar, e desclassificar quando necessário, o património local e regional (Lei 13/85, art. 9, n.º 2[117]).

As directivas propostas por este texto implicam o estudo e o inventário do património sob a responsabilidade das autarquias. Esta tarefa seria adstrita a técnicos com formação adequada, que poderiam também elaborar os processos para classificação, exigidos na referida lei. Como é sabido, os quadros de pessoal das autarquias não incluem, a mais das vezes, um técnico superior, com formação na área de História da Arte ou de Arqueologia.

Esta estrutura proposta, bem mais leve a nível burocrático, colocaria as populações mais próximas do património, tornando-as responsáveis pela sua preservação. Muito do trabalho de protecção e valorização dos imóveis inventariados, classificados ou não, poderia passar pelas associações locais de defesa do património cujo acção tem sido positiva noutros países, como na Inglaterra, com associações de defesa do património desde o século XVIII[118]. Classificar o património como local e regional justifica-se quando importa que este seja reconhecido pelas populações.

Não esqueçamos que a função social do património cultural é ligar o Homem ao passado, dando-lhe referências que lhe permitam integrar-se no presente. Sem memória colectiva, sem raízes, o Homem é um ser incompleto, que não se revê em lado algum. «*O Património não pode ser olhado apenas como uma reserva e, menos ainda, como uma recordação ou nostalgia do passado mas antes, como algo que tem que fazer parte do nosso presente*»[119]. A defesa do património não deve ser sinónimo de elogio ao passado e desvalorização do presente. A realização de cada indivíduo passa pela forma como vive com o seu tempo, correndo o

---

[115] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — Op. cit., 1998, p. 24-28.
[116] ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA — Op. cit. (1985), p. 34.
[117] «*Cabe, em especial, às autarquias locais o dever de promover a classificação de bens culturais nas respectivas áreas*». Idem, p. 35.
[118] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — Op. cit., 1998, p. 28.
[119] Idem, p. 17. Este tipo de atitude é visível na elite duriense, que se apropria do seu passado, extraindo daí um sentido para o presente e uma perspectiva para o futuro.

risco de alienação quando tenta fugir dele. Assim, o património deve ser entendido como um valor útil no presente, como um bem dinâmico, não cristalizado.

Ainda que algumas das casas de quinta da Região Demarcada do Douro não sejam passíveis de classificação, não é de todo descabido que sejam conservadas dentro dos moldes tradicionais já que estão inseridas numa paisagem com valores culturais muito vincados, como veremos mais adiante.

Seria importante considerar o estabelecimento de normas para as reconstruções e os restauros das antigas casas de quinta. Estas normas seriam baseadas em pressupostos de bom senso, que não inibissem o desenvolvimento da região, restringindo o aparecimento de novas arquitecturas, mas que não permitissem a descaracterização da paisagem rural[120].

As construções que observámos são ao mesmo tempo testemunhos de uma sociedade que evoluiu para outros moldes de organização, dentro da qual determinadas estruturas deixaram de ter utilidade, como os cardenhos. A manutenção daquelas às quais ainda é possível atribuir uma função, como a casa, é por vezes complexa por óbvios motivos económicos. Compreendemos que conciliar a preservação deste património com a situação financeira e a estrutura familiar actual é um problema complexo, sendo a decadência em muitos casos quase inevitável. A solução pode passar por fundos de apoio para reconversão em unidades de turismo, pela procura de novas funções ou pela manutenção da sua função primeira, a de habitação, havendo alguma flexibilidade nos critérios de restauro, como dissemos, uma vez que o valor de uso deste património vivo é essencial para a sua sobrevivência.

[120] Ainda que discutível em alguns pontos, veja-se caso da Quinta do Porto onde foi ponderado o restauro e a construção de um novo edifício. O projecto foi da autoria dos arquitectos Fernando Távora e Bernardo Ferrão.

III. 2
ARQUITECTURA DE PRODUÇÃO

Ao estudarmos a quinta do Douro como uma unidade de exploração agrária parece-nos essencial a análise mais atenta das estruturas que afirmam essa funcionalidade e que justificam a classificação do conjunto dos edifícios da quinta como "arquitectura rural", em particular. Algumas destas construções estão a ser descuradas, quer pela evolução das técnicas agrícolas, quer pela evolução da lógica da exploração, o que coloca numa situação de risco um património de grande valor histórico e técnico, com grande relevância para toda a Região Demarcada do Douro.

III.2.1
Oficina vinária

Os lagares e a adega são estruturas fundamentais numa quinta de exploração vinícola pois permitem a transformação e o armazenamento do vinho produzido. O esquema ancestral utilizado no Douro, e nas casas agrícolas do Norte de Portugal de uma maneira geral, consiste em utilizar os baixos da casa para armazenamento do vinho, em tonéis de dimensões variáveis[121]. A particularidade da casa da Região do Douro está em colocar o edifício dos lagares atrás da casa, de modo a que o vinho escorra pela força da gravidade através de caleiras de granito até aos tonéis, depositados no andar de baixo. Esta situação verificava-se nas casas mais antigas do Douro como é o caso da Quinta da Pacheca ou da Quinta de Santa Júlia de Loureiro[122].

Caso curioso constitui a Quinta do Paço do Monsul, em que o edifício dos lagares está separado da casa, que mantém a adega nos baixos. Esta situação parece acontecer já desde o século XV, como é referido num prazo de Salzedas de 1469[123]. Os lagares são considerados à parte da casa, como uma unidade de produção tão preciosa como um pomar ou um olival. Daqui podemos concluir que, em tempos mais recuados, os lagares de granito talvez fossem um tipo de construção rara, constituindo um valor acrescido[124].

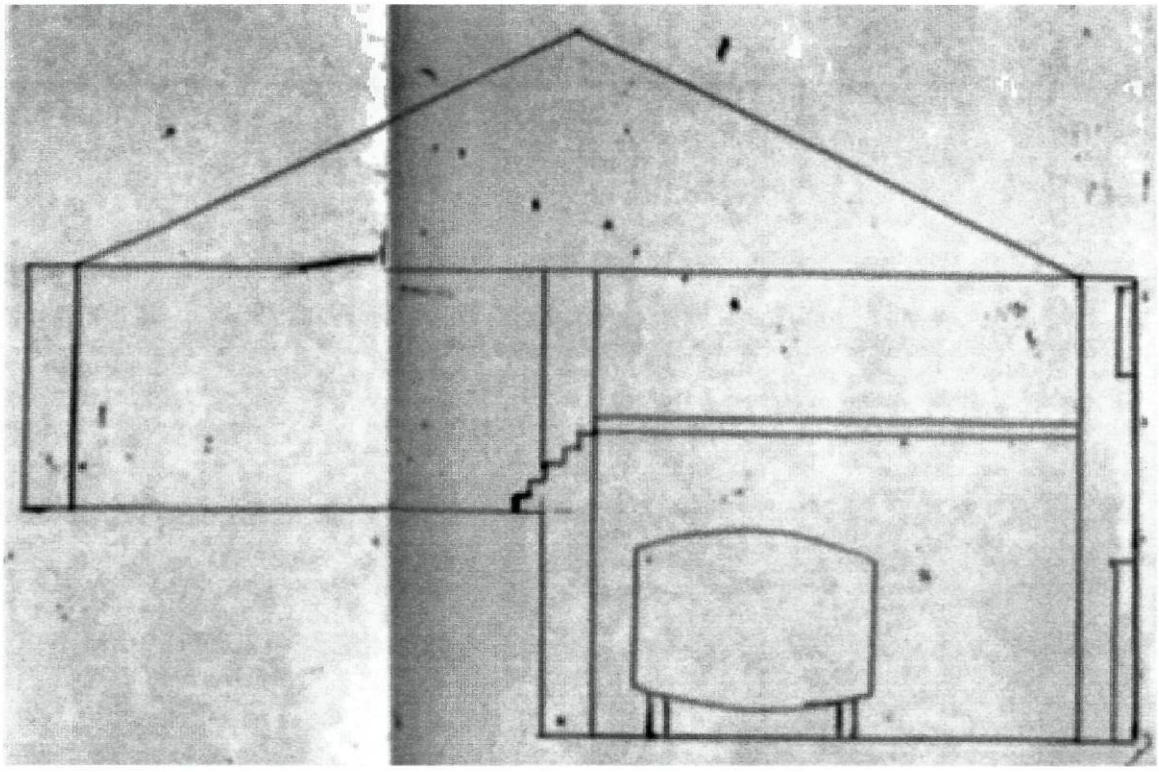
---

[121] Nas casas agrícolas do Entre-Douro-e-Minho as lojas são utilizadas mais frequentemente para o gado ou para armazenamento de alfaias.

[122] Cf. cap. V.2 e V.5.

[123] «e que por diante pague foro dellas herdades vinhas soutto, e huma parte olivaes, e lagares e pumares». AQPM — Livro dos Prazos.

[124] Da mesma opinião parece ser José de Lencastre que no seu glossário define lagar como «*recipiente para esmagamento de uvas cuja construção em pedra se generalizou só a partir do séc. XIV, pois*



Est. III.18 — Corte transversal da oficina vinária da Quinta de Santa Júlia (AHQSJL)

A partir de finais do século XVIII estes dois espaços ganharam maior autonomia, constituindo um edifício à parte da casa de habitação, a que podemos chamar de *oficina vinária*[125]. Pensamos que esta separação se deve a questões de comodidade e espaço uma vez que a produção vinícola aumenta consideravelmente de volume. Desta forma era evitada a infiltração do cheiro dos vinhos nas casas[126] e, consequentemente, facilitada a criação de locais mais espaçosos e com maior capacidade de armazenamento. As casas, contudo, continuaram a ter a zona baixa para arrumações, por vezes aproveitada para outros fins.

A implantação estratégica num local de acentuado declive e o encaixe num degrau do terreno facilita, numa primeira fase, a descarga das uvas, e depois a saída do vinho para

dantes usava-se mais a madeira». LENCASTRE, José de — *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (séc. IX a XV): subsídios para um estudo.* In "Anais do vinho do Porto". Porto: IVP, 1953. p. 169.

[125] Nome utilizado pelo visconde de Vila Maior. Cf. VILA MAIOR, Visconde de — *Preliminares da ampelographia e oenologia do paiz vinhateiro do Douro.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1865-1869, p. 184. Pensávamos de início empregar a designação "armazém". Pareceu-nos, contudo, que esta não era claramente empregue na literatura da especialidade, sendo muitas vezes utilizada como sinónimo de "adega".

[126] Como nos diz o visconde de Vilarinho de S. Romão, o vinho lança um gás nocivo que poderá afectar as pessoas que habitam a casa. Prova disso é a cor que os telhados adquirem na zona da

venda. A própria casa intervém na produção como uma máquina pois está estruturada de modo a permitir o transporte dos mostos ao local de armazenamento. O difícil e acidentado terreno duriense significa, neste caso, a solução de vários problemas. Esta mesma lógica é utilizada na produção vinícola da região do Etna (Sicília), também muito acidentada, embora o tipo de maquinaria e arquitectura seja diferente[127].

CASA DOS LAGARES

A casa dos lagares[128] é o local onde se inicia o processo de elaboração do vinho, como veremos adiante. Os lagares são tanques de pedra ou madeira, de dimensões variáveis, normalmente colocados sobre um plinto de granito ou, quando junto ao chão, circundados por um pequeno passeio em pedra. Cada casa tem normalmente mais do que um lagar (lagaretas no caso de terem menores dimensões), que se distribuem a todo o comprimento da parede sul, formando uma linha contínua. Quando a casa é de grandes dimensões formam grupos separados. Junto ao tampo dianteiro, chamado de *roda-vinho*[129], encontramos, regra geral, um pio ou *dornacho*[130] de pedra, para onde o vinho escorre antes de seguir pelas caleiras de granito que o conduzem à adega.

No centro estava colocado o sistema de espremer o *pé* que ficava depois de aberto o lagar. Os mais antigos apresentam uma prensa de vara e fuso. Neste caso o lagar era atravessado por um *feixe* ou *vara* de madeira de grande resistência, cuja parte mais delgada (*couce*) encaixava na parede do lagar, tendo a parte mais grossa (*cabeça*) um parafuso (*fuso*) em madeira. O fuso girava numa abertura da *cabeça* e tinha na sua base uma pesada pedra. Quando se queria espremer o cango ou *pé* colocavam-se sobre este tábuas com malhais sobre os quais se apoiava a vara. A pedra era assim elevada exercendo a sua força sobre as tábuas. Esta pressão devia ser feita de forma cautelosa e progressiva, parando sempre que os líquido estivesse a escorrer. Segundo o visconde de Vilarinho S. Romão este sistema tinha vários inconvenientes, tais como o espaço e o tempo que ocupava, o esforço que exigia e os resultados imperfeitos que com ele se obtinham. Um dos métodos alternativos possível graças ao avanço da tecnologia era uma prensa de

adega (Cf. Est. VI.58). GIRÃO, António Lobo Barbosa Ferreira de Teixeira — *Tratado teórico e prático de viticultura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 112.

[127] CASCONE, Giovanori; PENNISI, Paola; FAZIO, Salvatore di —Op. cit., (1997) p. 61-75.

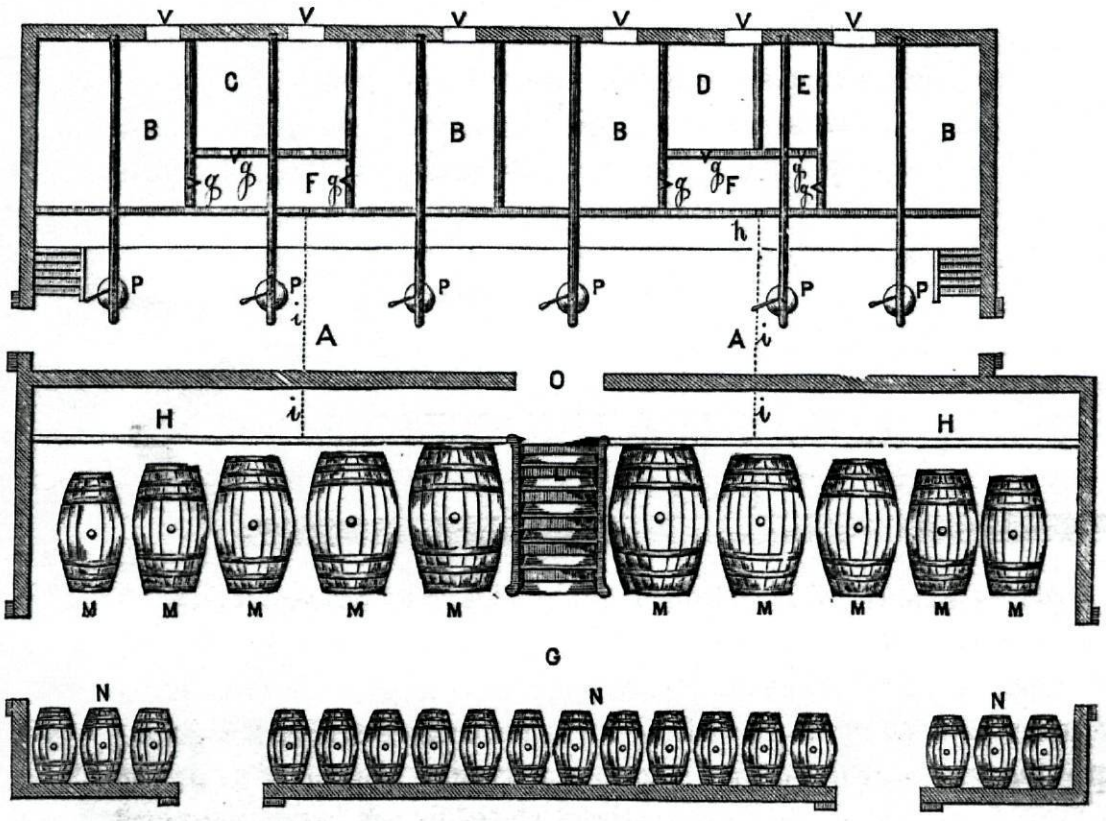
[128] Usamos aqui as classificações do visconde de Vilarinho de S. Romão que considera lagares o local onde é fabricado o vinho e adega o local onde este é acondicionado. VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de — *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes e Alto Douro Central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p. 338.

[129] Termo utilizado pelo visconde de Vilarinho de S. Romão em *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes e Alto Douro Central*.

[130] Termo utilizado pelo visconde de Vila Maior em *O Douro Ilustrado*.

pressão intermitente constituída por um parafuso e uma porca, com um cincho de madeira sobre o qual era colocado o pé[131].

Os lagares podem ser construídos de várias maneiras, consoante o material empregue[132]. Os lagares feitos de madeira são considerados pelo visconde de Vilarinho de S. Romão como os melhores para o vinho, mas apresentam como desvantagem a sua manutenção: é necessário proceder à calafetagem e ensebar as juntas todos os anos[133]. Anteriormente é preciso ter o cuidado de curtir as pranchas de madeira em água durante



A. Casa dos lagares.
B B B. Lagares de 26 pipas.
C. Lagar de 20 pipas.
D. Lagar de 12 pipas.
E. Lagar de 8 pipas.
F F. Dornachas ou pios.
g g. Bicas que vertem o vinho para os pios.
h h. Communicação dos pios com os canaes *i i* que conduzem o vinho para os toneis.
28

G. Adega em que estão os toneis.
H. Varanda.
L. Escada do serviço interior.
M M M. Toneis de diversas grandezas.
N N N. Canteiros para as pipas.
O. Porta dos lagares para a adega.
P P. Prensas de vara e peso.
V V. Janellas para descarga das uvas.

Est. III.19 — Oficina vinária segundo o visconde de Vila Maior

[131] VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de — Op. cit., 1896, p. 368.
[132] Embora o capítulo IV trate especificamente este tema, abordaremos o caso específico dos lagares dada a particularidade do assunto.
[133] GIRÃO, António Lobo Barbosa Ferreira de Teixeira — Op. cit., 1822, p. 107.

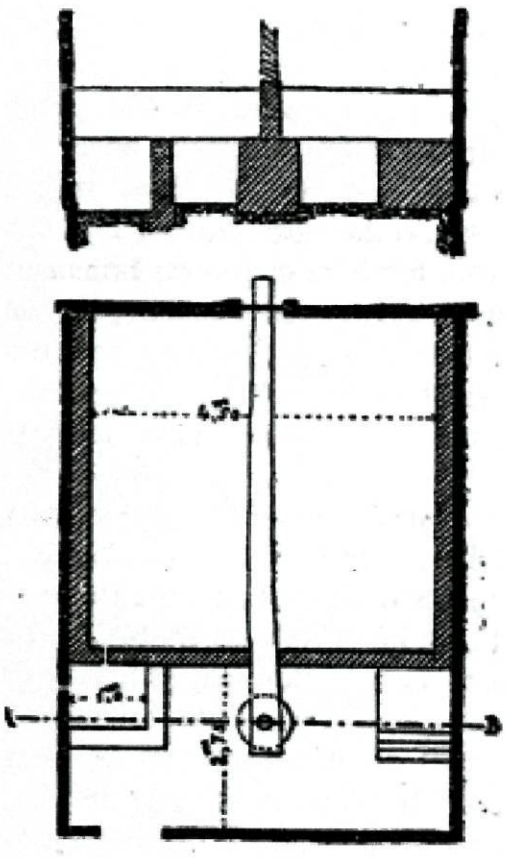
Est. III.20 — Lagares da Quinta da Pacheca

Est. III.21 — Lagares da Quinta do Paço do Monsul

cerca de seis meses para que percam toda a seiva e resina passível de transmitir mau sabor ao vinho[134].

O tijolo pode também servir para fazer lagares, sendo empregue apenas no *estro*[135], assente em argamassa com duas camadas de tijolos. As paredes da própria casa servem de *tampos*[136].

Quando são de pedra, o que é o mais comum, os lagares podem empregar o xisto ou o granito. Os de xisto apresentam duas soluções, podendo ser de pedra miúda ou de pedras de grandes dimensões, semelhantes aos lagares de granito. No caso de se construírem com pedra miúda as paredes servem de tampos, devendo ser bem caiadas. O *estro* será feito segundo o método romano, mais duradouro, barato e benéfico para o vinho[137], cuja técnica passamos a descrever: consistia em lançar sobre os alicerces (*statumen*) uma camada de argamassa com fragmentos de tijolos ou telhas (*ruderatio*) e depois outra de areia e argamassa mole (*mucleus*). A camada final (*sumana crusta*) era composta por seixos ou pedregulhos chatos. Apesar das inúmeras hipóteses de materiais para os lagares a solução mais adoptada é , sem dúvida, o granito, cortado em grandes lajes unidas com argamassa de cal e areia.



Est. III.22 — Planta e corte de lagar com vara e fuso (Quinta da Eira)

ADEGA

Na sala justaposta aos lagares está instalada a adega, em cuja parede de divisão passa uma caleira com bicas de granito para depositar o vinho em cada recipiente. Normalmente sobre estas caleiras está assente um estrado que corre ao longo da parede onde estão colocados os tonéis, de modo a se ter acesso visual a toda a sala. É deste estrado que parte a escada que conduz à entrada da adega, com largo portal, quase sempre voltado a norte. Esta orientação não é à toa já que, com o clima quente do

[134] A madeira utilizada podia ser carvalho, castanho ou ácer.
[135] Estro: fundo dos lagares.
[136] Tampos: paredes dos lagares.
[137] GIRÃO, António Lobo Barbosa Ferreira de Teixeira — Op. cit., 1822, p. 106.

Douro, a exposição a norte permite fugir do calor excessivo assim como dos ventos mais fortes. Quando tal não é possível é sempre aconselhada a presença de árvores que amenizam as temperaturas.

A sala da adega tem o mesmo comprimento da dos lagares, mas é mais larga e com pé direito mais elevado, exigido pelo arejamento que os vinhos necessitam. Outro dos cuidados a ter com o vinho é a luz, que não deve ser em demasia. Embora possamos ver janelas largas, estas têm portais de madeira que raramente se abrem, deixando apenas entrar uma luz ténue. O ideal, segundo os especialistas que temos vindo a citar, seriam frestas estreitas e no alto da parede.

Est. III.23 — Lagar novo na Quinta do Bom Retiro

O chão é normalmente de areão embora o modelar fosse a calçada[138]. Os tonéis não assentam directamente sobre o chão mas sim sobre *canteiros* de pedra ou madeira que os elevam para que não apodreçam em contacto com o solo. Alguns autores propõem ainda que ao montar o chão se tenha o cuidado de fazer um *ladrão* no centro da adega[139], isto é, o chão deve ficar ligeiramente inclinado para em caso de fuga se poder aproveitar o vinho. Esta solução só será possível se o chão não for de terra, que acaba por ser o material mais vulgar. De facto, a literatura da especialidade de finais do século XIX transmite a necessidade de higiene dentro das instalações, apelando para que sejam caiadas, tenham tectos devidamente forrados e chão em bom estado, pois este local era um ponto essencial dentro da cadeia de transformação da uva. Outro pormenor para que apontam é a qualidade das vasilhas em que se aloja o vinho.

Além dos diversos recipientes utilizados nos lagares são de salientar aqueles em que o vinho passa a maior parte do tempo: os tonéis e as cubas. Os tonéis são em madeira podendo ter capacidades variáveis. Para serem bem proporcionados devem ter o dobro do comprimento do diâmetro dos tampos, devendo os bojos rebaixar até ao gargalo. Os

[138] Actualmente os centros de vinificação optam por materiais mais higiénicos, sintéticos e tijoleiras, que não comprometem a integridade do produto ali tratado.

arcos empregues podem ser de madeira ou ferro, sendo estes últimos mais resistentes e duráveis. As cubas ou balseiros podem ser feitas em madeira ou pedra, apresentando uma forma tronco-cónica com uma tampa amovível na face superior.

FABRICO DO VINHO

O fabrico do vinho era iniciado na casa dos lagares, onde eram depositados os bagos através de grandes janelas baixas, sem que se atingissem os bordos do lagar, por forma a permitir a fermentação. A primeira operação era a pisa ou corte do lagar, trabalho muito duro em que os homens agarrados em filas esmagavam a uva. Este trabalho era feito à noite, permitindo o repouso do mosto até ao dia seguinte, altura em que os homens (agora cerca de metade) iam novamente para o lagar. A nova pisa, a *mexa* ou *trabalhar o lagar*, era menos rígida podendo os homens circular livremente. Quando o mosto atingia o grau de açúcar pretendido procedia-se à abertura do lagar (*encuba*), sendo o vinho conduzido para os tonéis na adega através dos canais colocados no pavimento. Era nesta altura que se adicionava a aguardente vínica. No início do Inverno era feita a *lota*, isto é, juntava-se um

Est. III.24 — Cena de lagar (s/d, s/a, AHRP)

[139] GIRÃO, António Lobo Barbosa Ferreira de Teixeira — Op. cit., 1822, p. 112; *Adega*. In "Dicionário Universal da vida pratica na cidade e no campo". Porto: Magalhães & Moniz, ed., [1889], p. 253-254.

almude de aguardente por pipa (valor variável). O vinho era igualmente *passado a limpo* (*trasfega*), com o objectivo de se conseguir uma maior homogeneização do produto final. Depois os vinhos eram envasilhados para envelhecerem nos cascos de madeira, sendo então enviados para os armazéns de Gaia.

Actualmente este processo difere consideravelmente quer no esmagamento da uva, sendo o trabalho de lagar substituído pelos esmagadores, quer no envelhecimento[140], onde se utilizam cubas de fermentação em aço inoxidável ou em betão armado, de manutenção mais barata. O valor de uma quinta reside agora na maquinaria que dispõe para elaborar o vinho. A pisa no lagar só é feita em algumas quintas, como o caso da Quinta da Pacheca, e nem sempre para todo o tipo de colheita, embora os benefícios da sua utilização sejam reconhecidos[141]. Por outro lado, os pequenos produtores optam por fazer o seu vinho nas Adegas Cooperativas, já mecanizadas. Em muitas propriedades os lagares estão desactivados e noutras já desapareceram para dar lugar aos meios de transformação mais modernos e as adegas servem para guardar uma quantidade mínima de vinho, apenas para consumo da casa.

Est. III.25 —Adega da Quinta da Pacheca

As alterações na sociedade duriense trouxeram a escassez de mão-de-obra, obrigando o desenvolvimento de processos mecânicos alternativos que, contudo, põem em risco a

[140] O próprio processo de envelhecimento nos tonéis antes de partir é considerado como *amadurecimento*, nome mais correcto para a evolução que os vinhos sofrem hoje em dia. FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da; GALHANO, Fernando; PIMENTEL, Eduardo Mendia Serpa; e ROSAS, José António — *O vinho do Porto. Notas sobre a sua história, produção e tecnologia.* 4ª ed. Porto: IVP, 1991, p. 125.

[141] Na Quinta do Bom Retiro o Eng. João Nicolau de Almeida mandou fazer um lagar que utiliza para a elaboração de vinhos específicos, cuja qualidade é assim garantida. Est. III.23.

preservação deste património fundamental para a Região. Visto que parece consensual desde há muito a vantagem da utilização do lagar[142], parece-nos conveniente criar processos modernos e incentivos que permitam a sua reutilização pela maioria dos viticultores que os abandonaram.

IV.2.2
Estruturas de apoio

Dentro das arquitecturas de produção podemos ainda encontrar uma série de instalações, a que chamamos estruturas de apoio, que integram o normal funcionamento de uma quinta, embora nem sempre directamente ligadas à vitivinicultura. Será mais fácil entendermos a sua existência se recuarmos no tempo, quando a vinha ainda não era explorada nos moldes actuais como uma monocultura com pouco volume de trabalhadores agrícolas disponíveis. Devemos antes entender este sistema agrícola como uma policultura com uma actividade predominante, a vinha. Era pois necessário produzir alimentos para o grande número de trabalhadores que habitavam a quinta e para o gado (e outros animais), exigido como força de trabalho e também como fonte de alimentação.

Actualmente, com as facilidades de comunicação, a população da quinta diminuiu consideravelmente e a mecanização de muitos trabalhos afastou os animais das tarefas agrícolas. Por outro lado, o antigo isolamento das quintas tornava imprescindível a presença contínua de artesãos especializados como os latoeiros, os tanoeiros ou os ferreiros. Hoje basta ir de automóvel até à vila mais próxima para comprar e reparar todo o material necessário para a manutenção da quinta.

Este conjunto de actividades requeria espaços que, regra geral, eram construídos sem os cuidados postos nos edifícios que analisámos. Falamos de edificações como as cavalariças, as tulhas, as pocilgas, os galinheiros e os mais diversos cobertos (Est. III.26). Outras há que consideramos exemplares pelo cuidado e investimento que mereceram por parte dos seus donos, como é o caso das frasqueiras ou dos pombais. Podemos analisar estas áreas tendo em consideração a forma como são utilizadas actualmente — se algumas ainda estão em funcionamento, uma grande parte perdeu há anos as suas características ou simplesmente a sua utilidade.

---

[142] Cf. AZEVEDO, M. Pacheco de; PEREIRA, Joaquim — *O vinho do Porto: tecnologia clássica e sua evolução no presente.* In "Anais do Instituto do Vinho do Porto". Porto: IVP, 1969, p. 73-87.

NITREIRAS

Tal é o caso das nitreiras que conhecemos para duas das quintas por nós estudadas, Pacheca e Paço do Monsul[143]. Estes locais eram construídos com o objectivo de fixar azoto que depois era utilizado para enriquecer os solos e melhorar a produção[144]. Desta forma era possível obter nitratos sem grandes despesas e sem recorrer aos adubos de produção industrial. A sua armação era disposta sob um coberto, alternando-se camadas orgânicas com corpos porosos, como o carvão, areia, cal ou gesso desfeitos, que impediam a sublimação dos sais amoniacais. Estes, através da oxidação formavam ácido nítrico, a base dos nitratos que enriquecem os solos[145].

CASAS PARA ANIMAIS

Espaços frequentes até meados do nosso século eram as cavalariças, para cavalos e burros, e as casas para os demais animais da quinta, como porcos, coelhos, muares, galinhas, etc. Facilmente se entende que muitas destas estruturas não tenham chegado até nós nas melhores condições pela sua precaridade e fragilidade. Quando permanecem são fruto das constantes renovações a que foram sujeitas. Uma excepção é o caso dos galinheiros da Quinta da Pacheca, construídos durante a primeira década do século. O seu desenho, da autoria de Afonso Serpa Pimentel, foi cuidado e pensado em termos de conforto e higiene dos animais a que se destinava, caso raro nesta região e mesmo no país[146]. O mesmo podemos dizer das instalações para aves de capoeira da Quinta de Santa Júlia, em que os detalhes construtivos são pensados ao pormenor, desde o tipo de grades ao mobiliário interior[147].

TELHEIROS

A par do pouco cuidado posto na casa dos animais estavam os vários telheiros ou cobertos que ainda encontramos em diversos pontos das quintas, marcando de alguma forma a paisagem da vinha. São estruturas muito simples com telhado de uma ou duas águas suportado por pilares de madeira. Podem ter as mais diversas utilizações, desde albergar as alfaias agrícolas, os produtos destinados ao tratamento da vinha e também os objectos fora de uso. A alguns deles eram acrescentadas paredes de construção muito

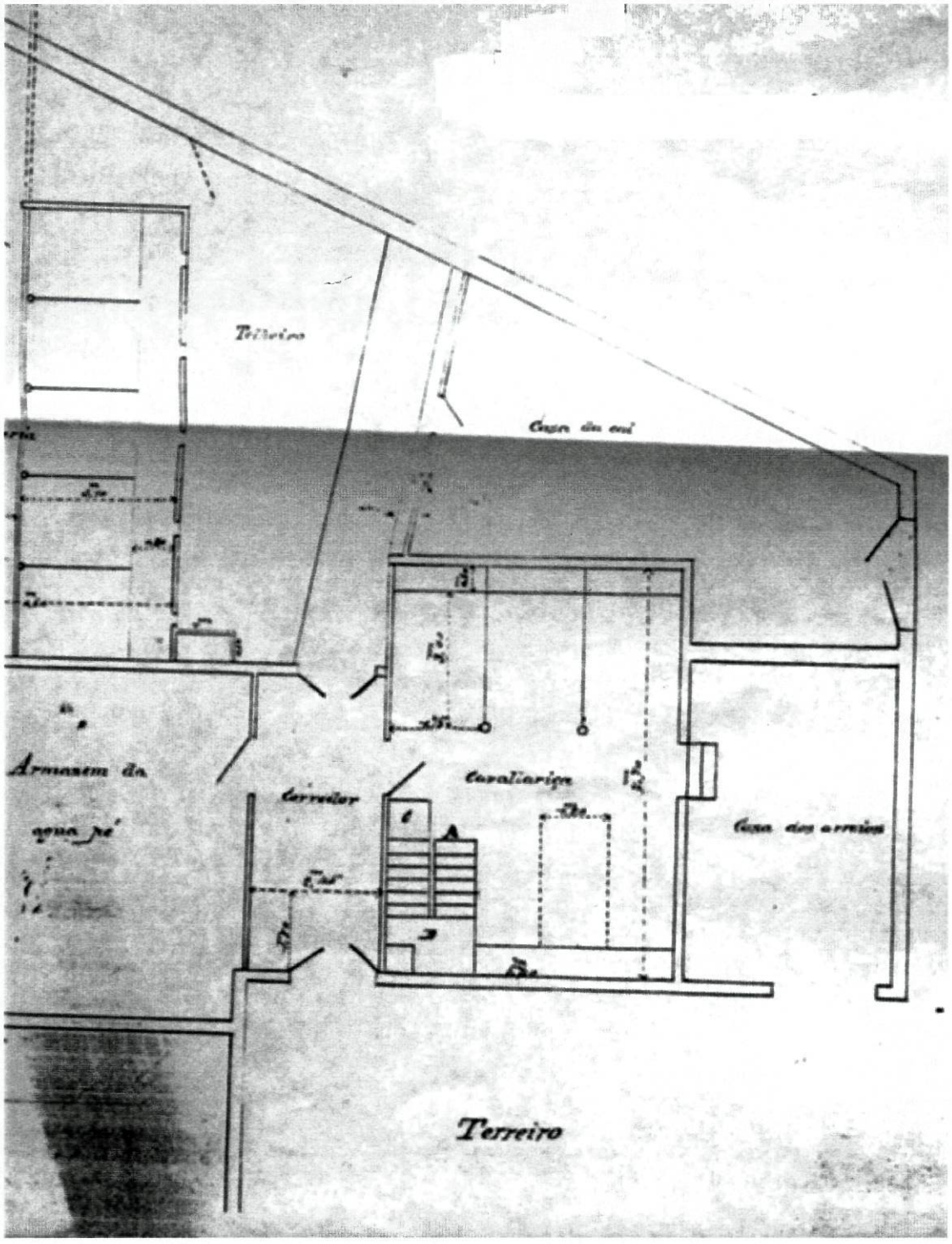
---

[143] Dada a proximidade das quintas e dos seus proprietários estes poderiam ser casos isolados, mas tal não acontece visto termos informação da existência de uma nitreira numa pequena quinta (Casa da Portela, em Fontelas, Peso da Régua). O uso de adubos na vinha parece ser processo comum na região do Douro.

[144] Veja-se as Est. V.30 e V.54 onde os proprietários das quintas comparavam os resultados das diversas colheitas segundo os tratamentos aplicados.

[145] *Nitrificação.* In "Dicionário Universal da vida pratica na cidade e no campo". Porto: Magalhães & Moniz, ed., [1889], p. 561-562.

[146] Assim nos parece indicar o "*Dicionário Universal da Vida Pratica na Cidade e no Campo*" que apela a cada momento para a necessidade de higiene em todas as instalações construídas. *Habitações dos Animais Domésticos.* In "Dicionário Universal da vida pratica na cidade e no campo". Porto: Magalhães & Moniz, ed., [1889], p. 77-80.



Est. III.26 — Planta das estruturas de apoio: cavalariças, casa da cal, telheiros, etc. (AHQSJL)

147 Cf. Doc. 14.

elementar, servindo depois para albergar os artífices que aí iam prestar o seu serviço, como no caso da Quinta de Roriz. Como referimos, toda a dinâmica agrícola foi alterada a partir da segunda metade do século XX e aos artífices sucederam-se os mecânicos que, em alguns casos, têm um lugar próprio dentro da propriedade, como acontece na Quinta do Bom Retiro.

Est. III.27 — Pombal da Quinta das Aveleiras

POMBAL

Uma outra estrutura que fazia parte da dinâmica de uma quinta era o pombal, uma construção simbólica pelo prestígio que conferia à propriedade, embora hoje tenha apenas uma função memorativa. De início a função do pombal era utilitária pois servia para abrigo e ponto de alimentação dos pombos, sendo igualmente «*o açougue da casa*»[148]. De facto era possível, durante a época mais quente, quando a reprodução se tornava mais activa, retirar borrachos e estorninhos — um habitante do pombal — para consumo próprio sem que o equilíbrio da comunidade fosse afectado. Por outro lado, o pombal era também um óptimo fornecedor de estrumes (o *pombinho*) que se formavam pela colocação de pequenas camadas de palha no chão[149].

Estas estruturas podem apresentar planta circular (Est. V.68) ou em ferradura, com saídas de voo voltadas a sul, lado que dispõe de maior exposição solar, uma vez que os pombos procuram lugares secos e abrigados. Assim sendo o local escolhido para a sua implantação respeita normalmente estas características. As suas paredes são em xisto, de espessura considerável, o que permite a manutenção de uma temperatura constante em todas as estações do ano[150]. O exterior é caiado por forma a isolar o edifício das humidades e facilitando a identificação do local aos pombos, cujo voo é muito alto. No interior é colocada uma mesa de madeira, onde os pombos descansam e comem, e poleiros feitos com paus entrecruzados. Nas paredes são feitas aberturas, de 25 a 30 cm de profundidade por 15 a 20 de largura e altura[151], que servem para a nidificação.

---

148 CASTRO, Nuno Meira da Silva e — *Pombais de Bragança*. In «Brigantia». Vol. 1, n.º 2 (1981) p. 56.
149 Idem.
150 Idem, p. 51.
151 Idem, p. 54.

Est. III.28 — Pombal da Quinta do Bom Retiro

Este edifício é mais comum nas zonas do Cima Corgo e Douro Superior, característica que advém, provavelmente, da proximidade da Terra Fria transmontana, mais fria e seca como convém a estas aves. Embora no Douro o pmbal não atinja a monumentalidade e a qualidade estética que adquire em algumas localidades francesas, como nos fala Dominique Letellier[152], a sua localização e as suas características arquitectónicas distinguem-no por entre as vinhas de forma marcante, passando a fazer parte da identidade da própria paisagem. O seu valor de memória permite-nos lê-lo como um património significativo do mundo rural duriense, ainda que não directamente ligado à vitivinicultura, mas quase sempre negligenciado por quem o devia proteger.

FRASQUEIRA

Igual importância merece a frasqueira ou garrafeira, já integrada nas actividades vitivinícolas. Grande parte das quintas reservam um pequeno espaço para guardar os seus vinhos engarrafados. Aqui se armazenam os vinhos mais finos, destinados a ocasiões especiais, e os vinhos correntes para consumo da casa. Estes espaços estão quase sempre ligados à casa, preferencialmente voltados a norte, ocupando os baixos, uma vez que as garrafas necessitam de temperaturas e humidade constantes. Na maioria dos casos são estruturas simples, sem grandes decorações ou cuidados de maior, com paredes forradas por suportes para as garrafas, que podem ir de simples estantes de madeira a cubículos individuais de tijolo ou cimento. Um caso excepcional é o da garrafeira da Quinta de Santa Júlia de Loureiro, em que as paredes são forradas a lousa.

---

[152] LETELLIER, Dominique — *Les Pigeonniers*. In «Monuments Historiques» Midi - Pyrénnés. Paris. N.º 181 (1992) p. 28-32.

III. 3

ARQUITECTURA DA PAISAGEM

«A gradual afirmação da identidade cultural de um povo vincula-se com a terra. Construíram-se paisagens que ainda são hoje suporte e memória das comunidades e, portanto, marcos culturais e históricos»

(Gonçalo Ribeiro Telles)[153]

Entendendo a paisagem agrícola como um registo do tempo, da memória colectiva, em que elementos naturais entraram em sintonia com os elementos humanos[154], podemos verificar a forma como foi estabelecida uma harmonia entre a exploração e a conservação da paisagem na Região Demarcada do Douro. O equilíbrio paisagístico daí resultante, enquanto realidade histórica, está em perigo de desaparecer devido às actuais circunstâncias económicas e demográficas, que tendem para a mecanização com consequente implantação de novas formas paisagísticas. A nossa análise vai no sentido de qualificar esta paisagem, tentando apontar medidas que permitam a sua viabilidade futura. A análise da paisagem de uma quinta passa igualmente pelo jardim e pelas estruturas de embelezamento, como as alamedas, componentes paisagísticas menos imponentes mas que não deixam de ter importância no quadro total da quinta e que, em alguns casos, merecem a nossa atenção pela qualidade da sua flora.

III.3.1.
As vinhas

A vitivinicultura, como temos vindo a observar, é o sustentáculo de toda esta região já que é em função dela que giram as actividades dominantes. Uma das suas particularidades é ser uma viticultura de montanha, distribuindo-se por áreas com forte inclinação. O plantio da vinha dependeu do engenho do homem, que conseguiu vencer esta adversidade.

A paisagem agrícola tradicional caracteriza-se pelo implante das vides em socalcos com muros de pedra, muitas vezes bordejados por espécies arbóreo-arbustivas que

---

153 TELLES, Gonçalo Ribeiro — *A Conservação das Paisagens Históricas e Rurais.* In «Correio da Natureza». Nº17 (1992) p. 52.

permitem completar a dieta alimentar dos seus proprietários e reter a água no solo[155]. O agricultor duriense fabricou o solo, substituiu a natureza na construção da paisagem[156]. A paisagem do Douro exprime o empenho de gerações, iniciada numa conjuntura de elevada pressão demográfica e avanço técnico primitivo. Ergueu-se uma paisagem monumental, em socalcos, atractiva e original, podendo mesmo estabelecer-se «*uma íntima relação entre a qualidade do produto e a beleza da paisagem*»[157].

Actualmente a paisagem da região do Douro é polimorfa, sendo possível encontrar diversos tipos de paisagem vinícola como os patamares e a vinha *ao alto*, além dos socalcos pré e pós-filoxéricos (Est. III.29). Estes diferentes tipos devem-se a causas de ordem natural e de ordem económica e social. Factores como a filoxera, o drástico aumento dos custos de produção, essencialmente manual, e a falta de mão-de-obra devido ao grande êxodo rural, trouxeram mudanças na forma de produzir a paisagem.

VINHA PRÉ-FILOXÉRICA

A solução mais antiga que encontramos para o plantio da vinha é a dos socalcos pré-filoxéricos, assim conhecidos por serem abandonados na segunda metade do século XIX, quando a filoxera ataca este território. Eram constituídos por muros de pedra pouco espaçados. Os terraços formados eram estreitos e o espaço de terra criada ficava no plano horizontal, albergando em média um bardo de vinha. Apesar de tudo algumas quintas conservam vinhas pré-filoxéricas em actividade como é o caso da Quinta do Noval ou da Quinta do Bom Retiro.

MORTÓRIOS

Os socalcos que não foram destruídos para dar lugar a novas plantações de vinha ficaram conhecidos por *mortórios*. São estruturas que ainda é possível encontrar na paisagem duriense, em parte aproveitadas para outras culturas, como a oliveira. Uma parte considerável foi invadida por mato, constituído pela tradicional flora duriense, de tipo mediterrâneo, muito rica em espécies aromáticas, melíferas, medicinais e bravias comestíveis, como a esteva (*Cistus ladaniferus L.*), as giestas (*Cytisus spp.* e *Genista spp.*), as urzes (*Erica spp.*), o rosmaninho (*Lavandula pedunculata Mill.*), a cornanheira (*Pistacia*

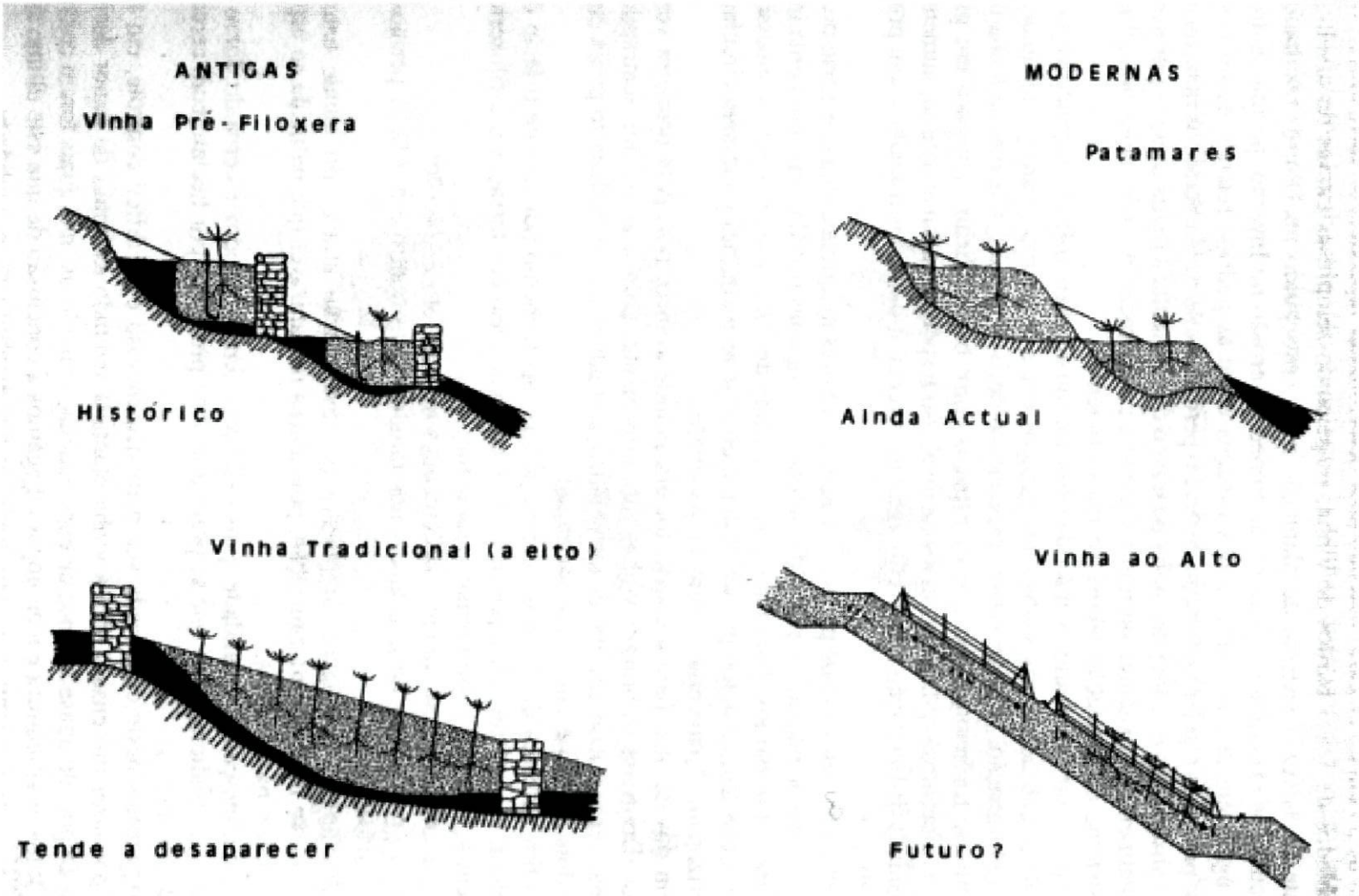
---

154 CARY, Francisco Caldeira — *Paisagem e Agricultura*. In "Paisagem". Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1994, p. 49.

155 Falamos de culturas como a oliveira e as árvores de fruto, em particular citrinos.

156 REBELO, Vasco — *A revolução pós-filoxérica e os anos oitenta: dois períodos de grandes transformações na viticultura duriense*. In "O voo do arado". Lisboa: MNE/IPM, 1996, p. 398.

157 CARY, Francisco Caldeira — Op. cit., 1994, p. 56.



Est. III.29 — Esquema dos tipos de implantação da vinha na Região Demarcada do Douro, segundo o Eng. João Nicolau de Almeida

terebinthus L.), o trovisco (*Daphne gnidium L.*), o espargo bravo (*Asparagus acutifolius L.*), entre outros[158].

VINHA TRADICIONAL

Com a filoxera o sistema adoptado passou a ser a construção de muros de pedra mais largos, com terraços inclinados, construídos seguindo as curvas de nível, com capacidade para um maior número de fiadas, o que possibilitava a utilização de animais de tracção para revolver os solos. O espaço entre os muros foi alargando aparecendo a chamada vinha tradicional ou a eito. Este sistema revelou-se bastante eficaz pois o muro impedia a erosão durante o Inverno, permitindo também o escoamento das águas em excesso através das pedras e reservando a água necessária para os períodos mais secos. A água que ficava no solo não evaporava totalmente no Verão pois os muros absorviam e reflectiam os raios solares. Presentemente a grande desvantagem reside na mão-de-obra necessária quer nos trabalhos da vinha, dificilmente mecanizável, quer na manutenção dos muros de pedra.

PATAMARES VINHA AO ALTO

Já na segunda metade deste século, a partir do final da década de 60, começaram a ser adoptadas outras formas de plantio, os patamares e a vinha *ao alto*, apontadas como vantajosas por permitirem a mecanização e abolirem os muros de pedra. No sistema de patamares horizontais, semelhante à vinha pré-filoxérica, os pés são distribuídos por terraços estreitos, com uma a duas filas de bardos, que acompanham as curvas de nível e as curvaturas do terreno. Em vez dos tradicionais muros de pedra, o solo é sustentado por taludes em terra. A ligação entre os patamares é feita por estradas diagonais sujeitas a normas técnicas quer na sua localização quer na inclinação, resultando num aproveitamento deficiente do terreno disponível. No método da vinha *ao alto*, a vinha é armada seguindo a linha de maior declive do terreno.

O primeiro sistema revelou uma diminuição de qualidade da produção e alguns problemas como a erosão dos solos; o desenvolvimento de ervas infestantes nos taludes, cujo controlo é extremamente oneroso e complicado; a diminuição das águas de reserva com o aumento da evaporação; vinhas sujeitas a maiores amplitudes térmicas; baixo índice de mecanização das tarefas pois a maioria continua a ser manual, reduzindo-se a motorização às mobilizações do solo, aplicação de herbicidas e tratamentos fitossanitários.

---

[158] ROSEIRA, Arnaldo — Op. cit., 1944; RIBEIRO, José Alves — *Património agro-ecológico do Douro.* In "Observatório". Actas do 1º Congresso Internacional do Rio Douro. N.º 1 (1990).

Mesmo para a vinha *ao alto* a mecanização com os tractores usuais não é possível em locais de grande declive, sendo necessária a utilização de motocabrestantes[159].

Embora sumário, este esboço da evolução dos métodos de armação do terreno para o plantio da vinha permite-nos ver que a paisagem do Douro está em transformação. Como paisagem cultural que é, como veremos mais adiante, não pode ser entendida como um dado adquirido, estática. Ela resulta da acção do Homem, que aproveita e gere os recursos naturais face às circunstâncias sociais e económicas. É um produto do espaço e do tempo que "evolui com a própria Humanidade"[160], sendo por isso também um sinal relevante da identidade regional, um documento da sua história[161].

Est. III.30 — Mortórios (Maurício Abreu)

[159] REBELO, Vasco — Op. cit., 1996, p. 409; ALMEIDA, João Rosas Nicolau de — *A vitivinicultura duriense: contributo para uma actualização.* In "Observatório". Actas do 1º Congresso do Rio Douro. N.º 1 (1990) p. 17-30.

[160] RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria — Op. cit., 1992, p. 6.

[161] «*el paisage puede compararse a un conjunto de documentos donde puede leerse la historia de las actividades productivas humanas y también la historia natural de la formación y evolución de los terrenos que lo constituyen*». GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, Fernando — *El Porqué de la Conservacion del Paisaje (hombre-ecologia-paisaje).* In "Jornadas sobre El Paisaje". Segovia: Horizonte Cultural y Academia de Historia y Arte de San Quirca, 1988, p. 28.

Estamos perante uma paisagem cultural viva[162] pois deve a sua existência à interacção entre o Homem e a Natureza. Alguns autores optam por utilizar a designação de "paisagem histórica" que parece ter o mesmo significado. Segundo Gonçalo R. Telles "paisagem histórica" é «*o resultado de um sábio encontro entre o Homem e a Natureza em que aquele "modela" esta sem a destruir e, muitas vezes, valorizando a sua forma estética e riqueza biológica*[163].». Esta mesma designação é apontada pelo Comité Internacional da IFLA[164] para as Paisagens Históricas, para os quais uma "paisagem histórica" é «*an area which has been a setting for an event or activity that is significant in human history*[165]». O autor que cita esta posição da IFLA afirma ainda que a importância da paisagem histórica reside «*not in its aesthetic value or ecological integrity but in its historic quality*». Desta forma privilegia-se o passado do local, pondo claramente de parte uma das características da paisagem duriense: a sua qualidade ecológica/natural e a mudança que lhe está implícita.

A legislação nacional do património cultural português, a Lei 13/85, ainda adopta o conceito de "sítio" já ultrapassado na legislação internacional, definindo-o como «*obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social*»[166]. Optámos por utilizar a designação "paisagem cultural" por ser mais abrangente em relação ao conceito "paisagem histórica", englobando além dos fenómenos históricos e culturais, a ideia de património como recurso vivo, natural, e por ser uma designação mais actual que "sítio"[167].

O motor das transformações mais recentes nesta paisagem cultural tem sido a diminuição do trabalho manual. Tal só é possível através da reestruturação das implantações e da mecanização, sem que isso signifique o sacrifício do "carácter" dos vinhos aqui produzidos. Esta situação também se verifica em outras áreas europeias de

---

[162] O termo "paisagem cultural viva" foi definido em 1992 na conferência do Centro de Património Mundial, onde foi estabelecida a classificação das paisagens em: culturais desenhadas, culturais vivas ou fósseis e culturais associativas.

[163] TELLES, Gonçalo Ribeiro — Op. cit. (1992) p. 54.

[164] Internacional Foundation of Landscape Architects.

[165] ANAGNOSTOPOULOS, George — *Tourism and Historic Landscape Management.* In Actas do Simpósio da Região Central da IFLA. Porto: Associação Portuguesa dos Arquitectos, 1990, p. 146.

[166] Lei n.º 13/85, art.8º n.º 1 alínea b, In *Legislação Nacional: património arquitectónico e arqueológico.* Lisboa: IPPAR, 1996, p. 34.

[167] A equipe responsável pela elaboração do estudo do Vale do Douro em termos patrimoniais, encarregue de definir qual a melhor zona do vale para ser proposta à UNESCO como Património da Humanidade, adopta esta qualificação. SPIDOURO; QUATERNAIRE Portugal; OFICINA de

Est. III.31 — Patamares

viticultura de montanha como nos informa Mário Fregoni[168]. Este autor pensa que a escolha adequada de cada processo de cultivo deve ter como objectivo «*a conservação do património cultural, territorial*» e do próprio meio ambiente.

Em nossa opinião este parece ser o ponto fraco da recente evolução da paisagem duriense. Concordamos que é necessário encontrar métodos que optimizem a produção sem encarecer o produto final mas será que as vias até agora adoptadas tiveram em consideração a conservação do património cultural e territorial? Exceptuando casos muito pontuais, na grande maioria das situações a reconversão total das vinhas é a via mais seguida, pondo em risco a riqueza cultural do sistema tradicional. Ao conteúdo estético e histórico que esta paisagem encerra corre o risco de seguir-se a monotonia[169].

Estas transformações foram pagas com capitais próprios ou com fundos de apoio estatais como o PDRITM (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes). Este programa aprovava a construção de vinhas novas, segundo as técnicas mais modernas de armar o terreno, sendo conivente com a destruição dos antigos socalcos. Os

---

Planeamiento — *Viabilidade da Candidatura do Vale do Douro a Património Mundial: relatório final.* [s. l.: FRAH], 1999.

[168] FREGONI, Mario — *La viticulture de montagne entre tradition et innovation.* In «Viticulture de Montagne». CERVIN. N.º 1 (1991) p. 2.

[169] TELLES, Gonçalo Ribeiro — Op. cit., 1992, p. 54.

seus objectivos eram o aumento da produção de vinhos de qualidade e a diminuição dos efectivos humanos através da mecanização[170].

Pensamos que é possível encontrar soluções de compromisso sem que isso signifique o desaparecimento da tradicional paisagem da Região Demarcada do Douro, marcada pelos muros de xisto de inegável valor cénico. Não queremos com isto dizer que toda a paisagem construída entretanto deva ser substituída por socalcos tradicionais. Além dos custos desnecessários de uma operação deste tipo, as implicações a nível patrimonial parecem-nos óbvias. Os patamares e a vinha *ao alto* existentes no Douro assinalam as transformações tecnológicas por que passou a região. São já testemunhos de uma etapa da sua história vitivinícola.

As características marcantes da paisagem da Região Demarcada do Douro levaram já à mobilização de várias instituições com o fim de apresentar uma proposta de candidatura à UNESCO para a inserção da Região Demarcada do Douro na lista do Património Mundial. O processo é liderado pela Fundação Rei Afonso Henriques e apoiado pelas instituições regionais e por organizações internacionais como o CERVIM (Centre de Recherches pour la Viticulture de Montagne et en Forte Pente).

Contudo, parece-nos pertinente falar em primeiro lugar de uma classificação a nível nacional, pois esse reconhecimento interno é essencial para afirmar uma ratificação a nível internacional. Uma candidatura a nível nacional seria viável tendo em consideração os critérios gerais (o histórico-cultural, o estético-social e o técnico-científico) e os critérios complementares (integridade, autenticidade e exemplaridade) apresentados pelo IPPAR[171]. Podemos afirmar que a Região do Douro possui um «*importante significado histórico*» que espelha a memória de uma forma de ocupação humana do território. É igualmente produto de uma expressão arquitectónico-paisagística com relevo nacional e internacional. A Região do Douro distingue-se ainda pela sua inegável qualidade estética e pela utilização das técnicas e dos materiais. É uma paisagem que mantém a sua integridade, pois a sua evolução natural processou-se de modo coerente; que mantém a autenticidade, pois conserva os seus valores originais; e que se pauta pela exemplaridade, pois contém em si as características de uma paisagem rara, única e excepcional.

A nível internacional os critérios a aplicar são os definidos pela UNESCO através das *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial* (1992) e que têm em

[170] REBELO, Vasco — Op. cit., 1996, p. 405.

consideração: a autenticidade, a identidade, a singularidade universal, a excelência, o significado histórico, a raridade, a espiritualidade, a biodiversidade, a sustentabilidade socio-económica, a sustentabilidade regulamentar e a viabilidade organizativa e de gestão[172]. Todos estes critérios têm fundamentos como temos vindo a observar (qualidade e raridade da paisagem, diversidade florística, etc.) até mesmo a espiritualidade uma vez que o plantio do vinho é indissociável da disseminação das ordens monásticas no Vale do Douro.

A preservação e protecção desta paisagem cultural viva parece-nos então um ponto a reter. Pensamos que a conservação da paisagem deve passar pelo aproveitamento das técnicas tradicionais, ainda que sejam introduzidas as inovações necessárias para a manutenção da competitividade da produção[173]. Uma mecanização considerável da paisagem levaria à sua uniformização e, por conseguinte, à perda da diversidade que a torna excepcional.

Est. III.32 — Vinha ao alto

[171] IPPAR — *Critérios: Classificação de Bens Imóveis.* Lisboa: IPPAR, 1996.

[172] Critérios expostos por SPIDOURO; QUATERNAIRE Portugal; OFICINA de Planeamiento — Op. cit., 1999, p. 17-18.

[173] A lei 13/85 no art. 44°, n.°5 aponta a necessidade de «*compatibilizar o progresso científico e técnico como as tecnologias tradicionais que fazem parte da herança cultural portuguesa*». *Legislação* ..., 1996, p. 41.

É óbvio que este processo deverá ser estudado por forma a não se tornar demasiado oneroso para os produtores. O ponto de partida terá que ser a realização de um inventário cuidadoso das vinhas[174] da Região. Como todo o trabalho ligado à área do património, só o conhecimento profundo da realidade e do objecto a classificar pode servir de base a qualquer decisão. Por forma a resultar numa caracterização eficiente de cada vinha, a ficha a utilizar deverá ser elaborada por um grupo de especialistas de diversas áreas, tendo sempre presente que o meio físico também nos transmite valores plásticos e emocionais de difícil classificação[175]. Só depois deste trabalho feito será possível classificar e proteger as áreas mais representativas da Região Demarcada do Douro.

Todas as acções posteriores deverão ser acompanhadas de legislação que confirme as medidas impostas. Haverá também que ter em conta a nomeação ou criação de um organismo superintendente, uma comissão coordenadora, que represente essas mesmas leis e que zele pela sua observância, elaborando um programa de gestão integrada.

Quanto a soluções para a manutenção da paisagem em estudo pensamos que, por um lado, é possível mecanizar as vinhas tradicionais, como têm revelado as experiências da ADVID (Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense) com a utilização de tractores especiais ("Chaniettes")[176]. Pode contrapor-se que estas máquinas seriam apenas acessíveis às grandes empresas, com maior disponibilidade financeira. No entanto, mesmo que seja este o cenário, estariam a ser poupadas grandes áreas muradas. Como medida paralela poderia ser incentivada a formação de cooperativas para a compra e utilização destas máquinas pelos pequenos produtores.

Por outro lado, resta o problema da manutenção dos muros, erguidos por uma mão-de-obra especializada que vai escasseando na região. Neste caso também poderia ser criado um fundo de apoio ou um programa de incentivos fiscais para os agricultores e as empresas que mantivessem os muros tradicionais[177], bem como fomentar o ensino das artes de pedreiro. Pode igualmente optar-se por uma solução intermédia, mantendo apenas uma parte dos muros como testemunho de outras épocas, como foi feito na Quinta do Bom Retiro. Pensamos que esta talvez venha a ser a decisão mais corrente dados os

---

[174] No Douro, *vinha* é sinónimo de parcela de terra cultivada com limites e proprietários bem definidos.

[175] CLAVER FARIAS, Ignácio (coord.) — *Guia para la elaboración de estudios del medio físico: contenido y metodologia.* Madrid: MOPU, 1984, p. 383.

[176] REBELO, Vasco — Op. cit., 1996, p. 410.

investimentos económicos que representa a proposta anterior, contudo, não deixamos de alertar para os perigos e as incongruências que podem resultar deste recurso, que deverá ter uma comissão para uniformizar critérios.

Depois de definida e legalizada, a orientação de uma paisagem cultural viva levanta problemas muito complexos. Ao ser gerida pela própria população que nela habita, torna-se muito sensível a questões como as técnicas de produção e desenvolvimento agrícola, como vimos, e a problemas directamente ligados com a educação e a sensibilidade de cada indivíduo para as questões patrimoniais, como confirma, Machthild Rössler: «*As paisagens culturais vivas são locais que correm o maior risco porque se tornam rapidamente vítimas dos planos económicos e sociais. E mais, o público é menos sensível à protecção das paisagens culturais do que em relação à protecção dos monumentos e dos parques naturais*»[178]. É necessário que o agricultor não assuma o papel de um mero produtor, mas que se afirme como um construtor de paisagem. Esta posição pode também torna-lo num agente destruidor. Nesse caso cabe às autoridades competentes a sua formação individual[179], pois sem a assistência dos agentes autóctones todo e qualquer projecto concertado de preservação resulta infrutífero.

III.3.2.
Entre a utilidade e o deleite: o jardim, a horta, o pomar e a mata

Implantados no terreno das quintas, com funções que oscilam entre a utilidade e o deleite, jardins e hortas, pomares e matas, confirmam a diversidade paisagística do Douro. Estas unidades têm sido pouco valorizadas, tendo em conta que são o remate da estética de representação da casa e dos seus proprietários[180]. Nestes recantos, por vezes de

---

[177] A lei do Património Cultural Português estabelece no art. 46º várias hipóteses legais para que esta solução possa ser implementada.

[178] RÖSSLER, Machthild — *New perspectives for the protection of cultural landscapes.* Resumo da comunicação apresentada ao Simpósio anual do CERVIN "Avaliação das Paisagens Vitícolas Históricas de Encosta e Montanha: classificação como Património Mundial", Maio de 1996. (No prelo)

[179] O art. 49º da Lei 13/85 estabelece que o Estado deve empreender e apoiar «*acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva*». *Legislação* ..., 1996, p. 42.

[180] DACAL, Carlos Rodríguez; IZCO, Jesus — *Pazos de Galicia.* [s. l.]: Xunta de Galicia, [1994], p. 19.

reduzidíssimas dimensões, escondem-se patrimónios botânicos excepcionais, aos quais importa dar dignidade.

Est. III.33 — Pormenor do jardim da Quinta de Santa Júlia

EVOLUÇÃO DO JARDIM

Optámos por englobar a análise do jardim com a da horta e do pomar porque nos pareceu que fazem parte de uma mesma realidade inicial. A evolução do conceito de jardim fez-se em conformidade com as alterações dos hábitos sociais e com a própria concepção estética da natureza[181]. Foram estas progressivas alterações que se encarregaram de dar autonomia a cada um dos espaços em apreço.

Até ao século XIV/XV as casas importantes tinham em seu redor uma horta (os hortos) com árvores e plantas aromáticas, como a laranjeira, limoeiro, alfazema, etc.[182], estrutura que não desapareceu totalmente, sendo ainda visível nos jardins do Douro, e que parece enquadrar-se na tradição árabe. Será por volta do século XV que no nosso vocabulário a palavra "horto" é substituída por "jardim", de origem

[181] PEREIRA, José Fernandes — *Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil.* In «História da Arte em Portugal». Lisboa: Publicações Alfa, 1993, vol. 8, p. 64.

[182] ARAÚJO, Ilídio Alves de — *Arte Paisagística dos jardins em Portugal.* Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1962, vol. 1; CARITA, Helder; CARDOSO, Homem — *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal: ou a originalidade e desaires desta arte.* Lisboa: Editora de Autores, 1987; SILVA, José Custódio Vieira da — Op. cit., 1995.

francesa. A partir do século XVI redescobre-se a arte dos *topiarii* romanos e o gosto pela construção dos jardins[183]. Os espaços de recreio, até então simples hortas com árvores de fruto, passam a ser pensados em função de percursos e decorados por uma série de acessórios que se tornam parte essencial de qualquer jardim: bancos, buxos, latadas, jogos de água, etc.

Paralelamente, o jardim manteve as plantas com fins ornamentais, medicinais e alimentares úteis ao funcionamento da casa. A função de recreio não fez esquecer a utilidade. Em vez de se destacar como espaço de deleite e fruição, o jardim é encarado como prolongamento do campo de cultivo. O modelo seguido, baseado nesta promiscuidade de espécies, onde se misturam frutos, hortaliças, ervas e flores, cria um tipo específico de jardim que podemos designar de *kitchen gardens*[184]. Na opinião de José F. Pereira esta ambiguidade utilitária do jardim «*esclarece o estatuto ruralizado de que a nobreza nunca verdadeiramente se conseguiu libertar*»[185]. Para Ana Cristina Leite este fenómeno, característico do período pós-Restauração, tem a ver com a recuperação do horto medieval, em que coexistem pomar de recreio e horta ajardinada de tradição árabe. Deve-se ainda à adopção do jardim de tipo italiano, menos rígido que o de tipo francês, tornando o espaço num lugar de passeio não subordinado à geometria[186].

O jardim do Douro, como os jardins do norte de Portugal de uma maneira genérica, segue o gosto do jardim barroco, palco para a fantasia e o irreal, local onde se combinam a unidade e a variedade. Adopta os conceitos cenográficos do barroco devido ao próprio terreno onde se implanta, estruturando-se em terraços suportados por muros de pedra, mas na sua essência podemos dizer que mantém a organização de um *kitchen garden*. Os seus patamares são decorados por latadas, bancos e caleiras de granito por onde correm as águas da quinta, que servem para regar e dar frescura ao local. A coroar encontramos quase sempre um espaço para recolher as águas— um tanque, um chafariz ou, mais raramente, um lago. O granito é a pedra eleita para as diferentes cantarias. Durante as pesquisas efectuadas apenas encontrámos um jardim em que é utilizada outra pedra. Referimo-nos ao da Quinta de Travassos (Peso da Régua), infelizmente já em avançado

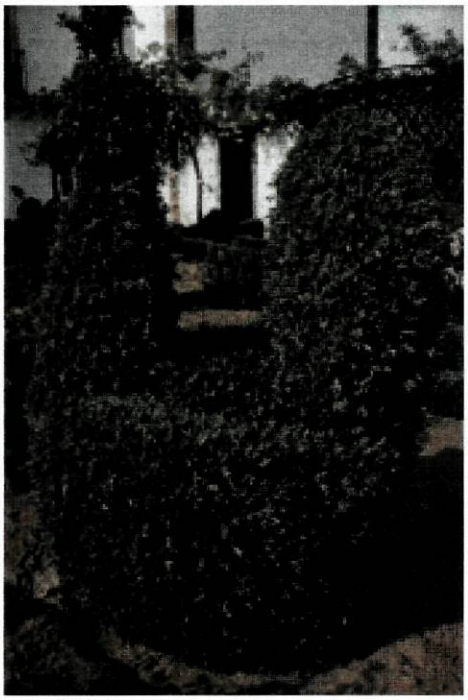
---

183 ARAÚJO, Ilídio Alves de — Op. cit., 1962.

184 SKEA, Ralph G. — *The conservation of Scotland's historic gardens: some recent issues.* In "Journal of Architectural Conservation". Donhead: Editor David Watt. Vol. 2, n.º 3 (1996) p. 28.

185 PEREIRA, José Fernandes — Op. cit., 1993, p. 65.

186 LEITE, Ana Cristina — *Jardins.* In "Dicionário da Arte Barroca em Portugal". Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 236-237.



Est. III.34 — Tópia (Quinta de Santa Júlia)

estado de degradação. Neste caso, todos os socalcos, bicas e demais cantarias são lavradas em xisto. A sua beleza e valor reside no tipo de trabalho a que foi sujeito o próprio material, muito difícil de talhar.

Regra geral o jardim desenvolve-se diante da casa e/ou lateralmente, cercado por um muro que muitas vezes forma um miradouro sobre a propriedade[187]. O desenho é delimitado por pequenos alegretes em pedra ou definido por arbustos trabalhados. Os canteiros, planeados de forma mais ou menos rebuscada, albergam desde o bolbo mais simples às espécies mais exóticas. Exemplo disso é o jardim da Quinta de Santa Júlia, onde são colocados no mesmo plano canteiros de rosas e tópias de excelente talhe; a par de tabuleiros com produtos hortícolas crescem árvores de grande valor botânico. De facto este jardim possui exemplares classificados de Interesse Público pelo Instituto Florestal desde 30/5/1942[188]. Esta protecção abrange todo a mancha arborizada da Quinta, tendo dentro dela especial importância algumas espécies, quer pela sua raridade, quer pela sua antiguidade. As espécies consideradas como mais significativas dentro do perímetro do jardim e zonas anexas (pátios, alameda) são a araucária do Brasil (*Araucaria angustifolia (Bertol.) Kuntze*), cameleira (*Camellia japonica L.*), magnólia (*Magnolia grandiflora L.*) e tília prateada (*Tilia tomentosa Moench.*). É ainda valorizado o souto de castanheiros (*Castanea sativa Miller*) [189] que forma uma parte importante do arvoredo na entrada da Quinta. Outro jardim que merece a

Est. III.35 — Tópia (Quinta de Santa Júlia)

[187] Veja-se os casos dos jardins da Quinta de Santa Júlia e do Bom Retiro.
[188] DIVISÃO de Protecção e Vigilância dos Ecossistemas Florestais e Inspecção Fitossanitária — *Árvores Isoladas, Maciços e Alamedas de Interesse Público.* Instituto Florestal: Lisboa, [1995].
[189] Idem.

nossa atenção é o da Quinta do Bom Retiro, cuja estruturação foi acompanhada pelo horticultor Jacinto de Matos. Quanto a nós o seu valor reside no facto de ser fruto de um projecto pré-definido e de possuir uma grande variedade de plantas, desde as mais tradicionais às mais exóticas[190].

HORTA E POMAR

Seguindo a tradição de raíz medieval, em alguns casos a função do jardim passava para o pomar, como verificamos na Quinta do Paço do Monsul. O pomar, constituído essencialmente por árvores de frutos de espinho, e a horta estão implantados na continuação da casa, fechados ao pátio através de um muro com latada. No caso da Quinta de Roriz o jardim é substituído por uma vinha, demarcada por ciprestes, cujo remate é um muro com vista para o rio Douro. Podemos associar este esquema às quintas cujos donos não tiveram uma projecção social muito evidente ou em que a utilização da quinta era meramente circunstancial. Na Quinta do Paço do Monsul existe uma reduzida área ajardinada junto da ala habitacional mais recente, datada do princípio deste século. Embora não concluído, o seu desenho estava inserido no projecto de reformas da casa de habitação planeado pelo Eng. Afonso do Vale Pereira Cabral em 1917[191]. Podemos assim constatar que o processo de valorização da casa também podia passar pelo espaço que a rodeava. O jardim de mero espaço de prolongamento agrícola, com a horta e o pomar, podia tomar proporções mais elaboradas, espelhando a posição e o prestígio dos donos da propriedade.

Est. III.36 — Alameda da Quinta da Pacheca

ALAMEDA

Um dos elementos fundamentais na projecção da casa através da arquitectura da paisagem é a alameda de acesso[192]. Regra geral é composta por árvores de grande porte,

[190] Cf. doc. n.º 2 e n.º 3.

[191] Cf. Est. V.50.

[192] Em duas passagens do seu romance *A Cidade e as Serras*, Eça de Queirós dá-nos uma ideia do valor deste espaço: «*...o velho solar, com a sua nobre alameda de faias seculares...*»; «*Mas sobretudo lhe*

como tílias ou plátanos que transmitem monumentalidade à principal entrada na quinta. Assim acontece com as Quintas da Pacheca e do Paço do Monsul (Est. V.43), tendo esta última uma alameda formada por palmeiras gigantes. Estas áleas podem também estar inseridas na paisagem entre as vinhas, como verificámos para a Quinta do Bom Retiro, cuja plantação data de 1922: já no fim do jardim, num caminho por entre os socalcos de vinhas, foram plantadas palmeiras que tornaram o local numa alameda de passeio[193].

Est. III.37 — Ciprestes da Quinta do Bom Retiro

Em várias das quintas por nós estudadas encontramos plantas de tipo exótico, caso muito comum por toda a Região Demarcada. São sinónimo de ostentação, por se tratarem muitas vezes de plantas importadas, e de apropriação do espaço, cuja importância tivemos já oportunidade de debater[194]. Plantas como os ciprestes, as palmeiras, as japoneiras e as araucárias, surgem a assinalar a propriedade na paisagem. É pois frequente que o perímetro das quintas seja debruado por árvores imponentes, como é o caso dos ciprestes ou dos cedros, alternados com oliveiras ou árvores de fruto.

MATA

O bosque ou a mata também são um elemento presente em algumas quintas. As espécies existentes são maioritariamente específicas da flora primitiva da região, constituída por espécies de tipo mediterrâneo como o pinheiro (*Pinus maritima L.*), os carvalhos (entre eles o carvalho negral (*Quercus pyrenaica Willd.*) e o carvalho roble (*Quercus robur L.*), a azinheira (*Quercus rotundifolia Lam.*), o castanheiro (*Castanea vulgaris*

agradava a longa alameda, assim direita e larga, como traçada para nela se desenrolar uma cavalgada de senhores com plumas e pagens.»

[193] AHARP — Lv. Bom Retiro 1, fl. 194, 27 Janeiro 1922.

[194] Cf. p. 29.

Hill.) e o sobreiro (*Quercus suber L.*)[195], que ainda fazem parte de algumas manchas arborizadas.

Muitas quintas continuam a manter pequenos redutos de mata (Cf. Est. V.53) cuja utilidade está mais ligada à própria economia da propriedade. No caso da Quinta de Santa Júlia as transformações efectuadas no século XIX parecem conferir à mata uma função de recreio. O arranjo para este fim foi conseguido plantando em torno das plantas autóctones árvores estranhas à paisagem duriense, como as austrálias e o eucalipto (considerado no século passado como espécie exótica)[196]. Existem vestígios de uma casa de chá no interior de uma das matas e notícias de um "jogo da bola", espaço presente no paisagismo das matas de recreio. Não restam percursos definidos para que possamos determinar qual a verdadeira função deste espaço dentro da vida da quinta. O mesmo podemos dizer sobre o espaço de mata circundada por ciprestes que existe na Quinta do Bom Retiro, onde não encontrámos sinais de ter sido utilizada como espaço de recreação. Embora o bosque ou mata tenha funções de recreio em muitas quintas de outras regiões, como no aro das cidades do Porto ou de Lisboa, no Douro ele é frequentemente resultado de antigas formas de exploração de propriedade em que a madeira e os produtos das árvores eram fundamentais em muitos aspectos da vida rural.

A colocação de árvores exóticas, como nos exemplos mencionados, destaca os espaços na paisagem não sendo sinónimo de criação de um parque arborizado, como podemos encontrar na Quinta de Vale Abraão, que guarda espécies botânicas de grande variedade e exotismo e que, ao que sabemos, não tem qualquer protecção.

Embora não estejamos em presença de grandes parques com projectos de conhecidos arquitectos paisagistas, alguns dos pequenos de jardins do Douro, como o de Santa Júlia e o do Bom Retiro, podem ser considerados como históricos segundo a legislação existente a nível internacional para este tipo de problema. A Carta de Florença no Art. 1 define jardim histórico como «*une composition architecturale et végétale qui, du point de vue de l'histoire ou de l'art, présente un intérêt public*»[197], considerando-o assim um monumento. A caracterização "monumento" não é sinónimo de monumental pois o Art. 6 explica que esta denominação «*s'applique aussi bien à des jardins modestes qu'aux parcs ordonnacés ou*

---

[195] ROSEIRA, Arnaldo — Op. cit., 1944; MENDONÇA, F. A; VASCONCELLOS, J. de Carvalho — Op. cit., 1954; RIBEIRO, José Alves — Op. cit. (1990).

[196] Cf. cap. V.

[197] ICOMOS/IFLA — *Charte de Florence: jardins historiques.* In "CARTAS e Convenções Internacionais". Lisboa: IPPAR, 1996, p. 79.

paysages»[198]. Ao compor-se de matéria vegetal, o jardim é vivo, resultando assim numa obra que se constrói ao longo dos tempos. O seu estado actual é consequência de um equilíbrio entre a acção do Homem e da Natureza, sendo este o esquema que é necessário manter.

> *"This heritage of landscape and of popular culture represents a large part of our collective memory. It provides "roots" for modern people, a sense of place, a link to the past, a storehouse of ideas on how we can use the land, a vital source of culture and of spiritual creation. It represents a massive inherited "capital" of human effort, which we may (to our cost) ignore or waste or we may choose to use and adapt.»*
>
> (ECOVAST — Strategy for Rural Europe)[199]

Constatámos então a importância desta paisagem rural, não porque não tenha evoluído e parado no tempo, como normalmente se caracterizam as paisagens rurais, mas porque testemunha uma longa e duradoira relação entre o Homem e a Natureza, da qual resultou um vasto património construído.

Podemos apontar várias razões que revelam a importância da paisagem cultural da Região Demarcada do Douro[200]:

— É um testemunho da diversidade da cultura humana;

— Transmite aos seus habitantes um efeito de continuidade e de diversidade local, através das suas raízes e tradições;

— Conserva formas de vida e de exploração da terra que se revelaram viáveis e que podem continuar a sê-lo no futuro;

— É uma fonte de vestígios do passado: um palimpsesto, uma biblioteca que faz parte da nossa herança cultural.

Esta herança patrimonial pode ser entendida como um «*sinal impresso pelo homem na paisagem natural*»[201], englobando, como vimos, os mais diversos tipos de arquitectura. Ao considerarmos este património como um sinal estamos igualmente a valorizar as suas implicações históricas e culturais, justificando-se a sua salvaguarda pelos serviços que

---

[198] Idem.

[199] Citado por DOWER, Michael — *Cultural Landscapes: What should we do about them?* In "Landscape Issue". Vol.11, n.º 1 (Abril 1994) p. 82.

[200] Pontos baseados nas ideias propostas por DOWER, Michael — Op. cit., (1994) p. 81.

pode prestar à comunidade onde está inserido. Estes valores patrimoniais são assim um recurso à disposição da região. São também um produto não renovável, pelo que qualquer perda será fatal.

Reconhecendo a necessidade de se conjugarem esforços para garantir a sua manutenção e salvaguarda, pensamos também que uma política concertada de preservação do património pode resolver alguns problemas que se põem a nível regional. Uma das principais contrariedades com que se debate a Região do Douro é a fixação das populações mais jovens. É possível atenuar o êxodo populacional através da criação de postos de trabalho que a manutenção deste património pode gerar nas mais diversas áreas, desde os serviços às artes tradicionais.

Esta herança cultural coloca às autoridades competentes, à comunidade científica e aos eventuais mecenas uma série de desafios que, a serem aceites, podem resultar numa valorização da região:

— Identificar, registar e compreender a herança que esta paisagem cultural nos lega, o que só é possível através da inventariação criteriosa dos vários patrimónios da região, envolvendo cientistas das mais diversas áreas;

— Proteger esta paisagem cultural de eventuais mudanças inadequadas ou negativas. Tal só pode ser conseguido através dos órgãos governamentais e municipais, mediante planos criteriosos de ordenamento do território;

— Promover a sobrevivência da região e das gentes que criaram a paisagem. Se este objectivo não for alcançado não haverá quem utilize estes bens de acordo com a finalidade para a qual foram criados. Podemos argumentar que é possível colocar um socalco ou um lagar num museu. Contudo, estamos perante um património vivo e consideravelmente extenso, não cabendo a sua vitalidade e riqueza numa estrutura museológica tradicional.

---

[201] GONÇALVES, Eduardo Osório — *Salvaguarda do Património: uma estratégia de Desenvolvimento Regional nas Área Protegidas.* In "Correio da Natureza". N.º 2 (1988) p. 3.

IV. SISTEMAS DE CONSTRUÇÃO E ELEMENTOS DECORATIVOS

IV.1

SISTEMAS DE CONSTRUÇÃO: MATERIAIS E TÉCNICAS

O conhecimento das técnicas e dos materiais de construção empregues na edificação da quinta, considerando os diferentes tipos de arquitectura que nela podemos encontrar, permite-nos entender melhor a relação entre a quinta e a região onde se implanta. Pretendemos especificar os materiais tradicionais e as respectivas técnicas de utilização e transformação, ainda que falemos em outros compostos de utilização mais recente.

Os materiais empregues são quase sempre autóctones e as técnicas repetem procedimentos tradicionais. Este facto está associado às implicações económicas daqui resultantes. A utilização de materiais de fora da região pode estar ligada a uma vontade de ostentação e exteriorização de prestígio social. Numa região de acessos muito difíceis, a importação de matérias primas só era possível a pessoas com grande poder de compra.

IV.1.1

Materiais

XISTO

O material mais utilizado na construção é a pedra, em particular o xisto, pois, como tivemos oportunidade de ver, a Região Demarcada do Douro está implantada numa zona de xistos. O xisto é uma pedra argilosa, de textura lamelar, de grande resistência e grão fino, quando de boa qualidade[202], utilizada na construção dos muros de vinha e das casas. Pode também ser usada como revestimento interior (paredes e pavimentos) ou, mais raramente, como pedra de cantaria (Est. IV.1)[203].

Est. IV.1 — Alpendre original da Quinta do Bom Retiro

O xisto mais abundante no Douro é cinzento, sendo o azul característico da zona de V. N. de Foz Côa. O desmonte desta pedra

[202] SEGURADO, João Emílio dos Santos — *Materiais de construção.* Lisboa: Livraria Bertrand, [s. d.], p. 67.

[203] Cf. p. 77 sobre o jardim da Quinta de Travassos.

Est. IV.2 — Pormenor dos lagares da Quinta de Roriz

deve ser feito com os métodos tradicionais, como o ferro ou as cunhas de madeira, sendo o fogo usado com muitas cautelas, pois os explosivos podem provocar a sua fragmentação. Antigamente a pedra era extraída da pedreira com a ajuda dos chamados *ferros de vinha*, não havendo qualquer tratamento em blocos quando se destinava a muros ou construções menores, como cobertos. Observava-se cada pedra e ia-se utilizando conforme a necessidade. Normalmente preferiam-se as pedras mais lisas às mais rugosas, mas a qualidade era ditada pela pedreira. No caso da pedra se destinar à construção de edifícios, o trabalho começava logo na pedreira, enquanto a pedra ainda conservava a humidade natural. O pedreiro preparava os blocos, que adquiriam uma dimensão muito próxima da final[204]. A pedra era depois serrada. Até aos inícios do século XX este processo era manual. Actualmente já é possível fazer esta operação com serras mecânicas. Nas quintas que estudámos mais a fundo aparecem referências a pedreiras dentro do perímetro da quinta. Daqui eram retiradas as pedras e o saibro para a construção dos muros de sustentação da vinha e dos diferentes edifícios. Noutros casos a pedra era encomendada a um pedreiro que a preparava e a entregava na quinta[205].

GRANITO

A pedra mais nobre era por norma o granito, uma pedra silicosa, cristalina, formada pela aglomeração de quartzo, feldspato e mica[206]. Os seus blocos eram utilizados nos pontos de maior tensão, como os cunhais e as padieiras, ou nos espaços mais destacados, deixados sem reboco, que assumiam funções decorativas: pedras lavradas, escadas, rodapés, etc. (Est. IV.2 e IV.3).

As referências que encontrámos à pedra na documentação consultada, referem o perpianho, a alvenaria e a cantaria. A alvenaria parece estar associada à obra corrente de pedreiro, com pedra aparelhada de forma a dispor os muros segundo técnica a descrever mais adiante. O uso do termo "cantaria" em alguns documentos sugere um tipo de pedra de corte mais cuidado para ser utilizada como acabamento ou elemento decorativo[207]. O

---

[204] Cf. Doc. n.º ??.
[205] Cf. Doc. n.º?? , p. ??
[206] SEGURADO, João Emílio dos Santos — Op. cit., p. 48.
[207] Entre inúmeros exemplos: «*pedra de cantaria bem escudada liza e fina*» Cf.Doc. 13.

perpianho é um bloco de pedra que é aparelhado de modo a acompanhar toda a largura do muro, ficando as faces do bloco visíveis dos dois lados[208]. A sua utilização parece estar associada à necessidade de dar solidez à obra, contribuindo para o travamento do muro. Tal parece ser o caso da obra da lareira, na Quinta de Santa Júlia: « *a parede da frente da salla, deve ser de perpianho athe ao tilhado, para sustentar bem a padieira do fogão, e para dar ao fogáo hum vaco, ou espaço livre e largo athe ao tilhado*»[209].

MADEIRA

Além da pedra, o outro material essencial numa construção é a madeira. O seu uso é essencial quer na própria construção, quer como instrumento auxiliar da obra[210]. As madeiras para construção devem ser homogéneas, duras e resistentes às mudanças climáticas. Assim as madeiras preferidas para as obras são as rijas (como o carvalho ou o castanho) e as resinosas (como o pinho ou o cedro)[211]. É durante o processo de corte que se decide qual a utilização que a madeira terá. Se depois de esquadriado o tronco (*falqueamento*) se cortarem longitudinalmente quatro segmentos semicirculares, formando secções quadrangulares ou rectangulares, produzem-se *vigas*, usadas para suportar grandes cargas. Estas podem ser serradas em *tábuas* ou *pranchas*, ou em *vigotas* (vigas de pequena dimensão). As *tábuas* podem ser serradas paralelamente à espessura, formando-se *folhas*, que, de acordo com o número de *fios* (número de serragens), originará tábuas de soalho (um fio) ou de forro (com mais de dois fios). Ao corte das pranchas em folhas chama-se *serrar ao alto*. Se se cortar perpendicularmente chama-se *serrar ao baixo*, dando origem a *ripas*, que podem ainda ser cortadas para fazer *fasquias*. Os troncos inteiros podem também ser transformados em barrotes: *barrotes chatos* (aqueles que são serrados a meio); *barrotes de face e canto* (quando se corta o tronco em quatro partes)[212].

Est. IV. 3 — Remate da capela da Quinta de Roriz

[208] RODRIGUES, M.ª João Madeira; (et. al.) — *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*. Coimbra: Quimera Editores, 1996, p. 214.
[209] Cf. Doc. 13.
[210] « *pinheiros para serem guindadas as pédras, e as madeiras para a estáda e para a róda*». Cf. Doc. 21.
[211] Cf. Doc. 21.
[212] SEGURADO, João Emílio dos Santos — Op. cit.

METAIS

O terceiro material básico na construção são os metais em particular o ferro, que veio substituir a madeira como elemento de suporte nos vigamentos e colunas. Tal facto acontece na Quinta de Santa Júlia em 1868, durante as obras da casa (Cf. doc. 13), e a quando das obras na casa dos lagares e armazém, em 1891. «*Já deve ter recebido numa guia do despacho de 5 columnas de ferro fundido e 6 vigas de ferro batido, o fuso para o lagar*»[213]. Este tipo de suporte é vantajoso pela resistência que apresenta e a durabilidade, podendo também ser decorado. Está igualmente presente nos materiais usados para fixar, como pregos e parafusos, e nas diferentes ferragens para portas e janelas. Outro dos metais que é de uso frequente é o chumbo, utilizado em tubo para as canalizações e como elemento de soldadura dos diversos materiais[214].

Est. IV.4 — Casa da Eira da Quinta de Roriz

TELHAS

Um material essencial na construção dos edifícios de uma quinta é a telha, o tipo de cobertura mais empregue, considerado mais durável e económico. As telhas, feitas à base de argila, devem ser leves, duras, lisas e impermeáveis. Podemos considerar dois tipos de telha: a telha curva, como a de aba e canudo e a de tipo romano, e a telha chata, como a de tipo Marselha e a de escamas.

A telha curva, por ser mais antiga, está associada à casa-tipo da quinta, e à arquitectura rural portuguesa de uma maneira genérica. Quando se efectuam obras, a opção por este tipo de telha está ligada à conservação de uma tradição e uso ancestral, como se verifica pela atitude dos proprietários da Quinta do Bom Retiro: «*TELHAS: As telhas "typo Marselha" poderão ir d'aqui, para as casas de fora, para as da casa serão das antigas compradas ahi. Talvez as primeiras tambem fiquem mais baratas compradas em Villa Real, aqui custa o milheiro Esc. 308$00*»[215]. As telhas curvas, ditas de aba e canudo ou de canudo, eram as

[213] AHQSJL — Docs. Soltos. Correspondência de Vasco Serpa Pimentel para o feitor Medeiros, carta de 5/7/91.
[214] Cf. doc. 14.
[215] AHARP — Lv. Bom Retiro 1, fl. 114, 31 Maio 1921.

tradicionalmente utilizadas no nosso país, começando a ser substituídas pela telha de tipo Marselha a partir de finais do século XIX, inícios do XX[216]. A telha de canudo apresenta uma maior dificuldade na colocação e na manutenção, pois a sua fixação requer o uso de argamassa entre cada fiada. A telha de tipo Marselha[217] é vantajosa na medida em que não necessita de argamassa, formando assim telhados mais leves e com vigamentos menores. Para cobrir os pormenores do telhado, como o remate do espigão e dos rincões, são utilizados telhões — telhas angulares de grandes dimensões, podendo conter ornamentos.

AREIA

Para unir estes materiais básicos intervinham argamassas de diversos tipos. Na elaboração das argamassas aplicadas para ligar as pedras podemos ter dois tipos de elementos activos: a cal, de uso mais tradicional, e o cimento, que encontrámos em obras mais recentes, sempre ligados através de um elemento inerte, a areia. Nas obras da Quinta do Bom Retiro são muito frequentes as referências as estes elementos de ligação dos materiais, em especial ao cimento. «*A casa fornece o que fôr preciso de cal e cimento para aqueduto e pedras de borda*»[218]. A qualidade deste material é essencial para a boa confecção da argamassa. É a areia quem modera a contracção do cimento e da cal durante o endurecimento evitando fendas. A boa areia é silicosa, sem terra ou outras substâncias orgânicas[219]. A areia pode ser de mina, rio ou de mar, sendo esta pouco recomendada pela percentagem de sal que contém.

Est. IV.5 — Telhados da Quinta do Bom Retiro

CAL

A cal é obtida através da cozedura a 800 a 1000º C da pedra calcária fragmentada. O processo é levado a cabo em forno próprio sendo o combustível empregue condicionador

[216] Um autor do século passado dá-nos conta que este tipo de telha começa a ser substituído pela telha Marselha, cuja utilização é mais vantajosa. *Telhas.* In "Dicionário Universal da Vida pratica na cidade e no campo". Porto: Magalhães & Moniz, Ed.[1889], II vol., p. 1059.

[217] Telha chata, com 2 canais longitudinais com encaixes nos bordos laterais e no topo, em forma de cutelo, que permitem a ligação das telhas entre si.

[218] AHARP — Lv. Quintas 2, fl. 202, 26 Junho 1926.

[219] SEGURADO, João Emílio dos Santos — Op. cit.

das qualidades da cal: se se faz *cal a mato*, apenas resultam como impurezas as cinzas da lenha; a *cal a carvão* ficará sempre com impurezas deixadas pela sua combustão, que dificilmente se conseguem separar. Podemos encontrar duas variantes deste produto, a cal hidráulica, que faz presa com a água, e a cal aérea, que faz presa com o ar. Dentro da cal aérea podemos encontrar a cal gorda e a cal magra. Esta última caracteriza-se por ser menos untuosa que a primeira e por não formar uma pasta homogénea depois de apagada. A cal hidráulica tem as mesmas características que a magra, mas se lhe for aplicada água em excesso endurece, faz *presa* devido à presença da sílica e da alumina. É menos untuosa, sendo recomendada para trabalhos de alvenaria comum. Cal de melhor qualidade é feita a partir de cré (uma pedra calcária terrosa, muito branca e macia), tipo de material que aparece mencionado nas listas de materiais empregues nas Quintas do Bom Retiro e de Santa Júlia[220].

CIMENTO

Os cimentos naturais são de origem argilosa e calcária, sendo hidráulicos. Distinguem-se da cal por não se apagarem com a presença da água e por fazerem *presa* num espaço de tempo mais curto. Existem dois tipos de cimento: cimento romano ou de *presa* rápida, e cimento Portland (assim baptizado por adquirir a cor da pedra Portland) ou de *presa* lenta. O cimento obtém-se através de um composto de cal, sílica, alumina, óxido de ferro, magnésio e anidrido sulfúrico. Esta mistura é cozida e depois moída[221]. No caso das obras efectuadas na Quinta do Bom Retiro, o tipo de cimento que é mencionado na guias de remessa[222] é da fábrica Liz, de Lisboa, que segue um processo de fabrico semelhante ao descrito.

GESSO

Um material utilizado nos acabamentos interiores é o gesso, principalmente nos tectos trabalhados (estuque). O gesso é uma pedra (sulfato de cálcio) que, depois de hidratada, faz *presa* facilmente. O seu endurecimento gradual permite que se possa raspar, polir e trabalhar após a *presa*. Existem diversos processos do fabrico do gesso que permitem dar-lhe maior dureza, tal como a adição de alúmen, sulfato de zinco ou a aplicação de uma solução de cera em sulfureto carbónico. É possível utilizar o gesso colorido, bastando para isso juntar-lhe um pigmento em pó. Oxida o ferro e altera facilmente com a humidade, sendo solúvel em água, daí que não seja usado no exterior. Não adere à madeira pelo que necessita de emprego prévio de argamassa com gesso.

---

220 Cf. doc. 14.
221 SEGURADO, João Emílio dos Santos — Op. cit., p. 217.
222 AHARP — Lv. Quintas 1 a 5.

MASSAS E BETUMES

São ainda utilizadas uma série de massas e betumes[223] que permitem tapar fendas, colocar vidros, etc., ajudando nos acabamentos da construção. As receitas que a seguir indicamos deviam ser conhecidas dos artífices da região, a avaliar pelos componentes referidos no *Diário* do 2º visconde de Gouveia, muitos deles indicados nestas fórmulas. Em alguns casos, como na tinta, é o próprio visconde quem apresenta a fórmula a seguir.

No que se refere às cantarias (preenchimento de falhas ou ligação de pedras pequenas) o betume utilizado é o *betume de canteiro*. Esta massa é feita com cera e pez louro em partes iguais a que se junta pó de pedra. Outro betume pode ser feito com 480g pez louro, 90g de sebo, 60g de cera amarela, 30g de fezes de ouro e pó de pedra. Caso seja para ligar metais à alvenaria, junta-se também limalha de ferro e enxofre. O preenchimento de fendas na madeira é feito com *betume de marceneiro*, antes de se aplicar a pintura. Faz-se com alvaiade ou cré, ocre e óleo de linhaça. Por vezes junta-se areia fina ou tijolo moído. Quando as zonas a ligar são mais húmidas, como canais, fontes, tanques, etc. é utilizado o *zulaque*, preparado com cal viva em pó fino, óleo de linhaça e estopa picada. Outra solução é o betume de *guta-percha*, extremamente resistente, que se prepara juntando a guta-percha com resina, litargírio e um material duro em pó, como o vidro, areia, esmeril ou pedra pomes. Para colocar vidros utiliza-se a *massa de vidraceiro*, preparada com 180g. a 200 de óleo de linhaça misturadas em 1kg de cré ou branco de Espanha[224].

TINTA

Os retoques finais, em especial no interior dos edifícios são dados pela cor das tintas. Até existirem os processos químicos de elaborar a cor, as tintas eram compostas manualmente, utilizando dois tipos de compostos: um em pó (pigmento colorido, que podia ser moído pelo próprio pintor[225]) e outro líquido que servia de solvente (água, óleo, verniz, etc.), ditando este o tipo de tinta obtida. A *tinta a óleo* utilizava como solvente óleo, sendo o mais usado o de linhaça, como consta da relação da Quinta de Santa Júlia que temos vindo a citar. Este tipo de tinta deveria ser preparada de uma só vez para cada demão, devendo ser mexida antes de qualquer aplicação para que a cor seja uniforme[226].

A qualidade destes componentes era muito importante para o resultado final, a acreditar pelas informações do 2º visconde de Gouveia que pede «*o melhor Alvaiado ja*

---

[223] Receitas tiradas de SEGURADO, João Emílio dos Santos — Op. cit.

[224] Este material também podia ser comprado já feito como nos é referido nas obras da Quinta do Bom Retiro em que são enviados «*450 vidros foscos e 50 kg. de betume*». AHARP — Lv. Quintas 2, fl. 257, 21 Outubro 1926.

[225] No Diário do 2º visconde de Gouveia há referência a um «*Mohinho de moer tintas*». Cf. Doc. 14.

mohido e desfeito em massa, para se pintar, e o melhor vernis para as portas, dito é em Achiroute, em casa do doceiro, Gustavo»[227]. As tintas eram aplicadas tanto sobre os rebocos das paredes como sobre a madeira das portas e rodapés, como atesta a receita que o 2º visconde de Gouveia dá para a pintura das portas, incluindo os motivos decorativos que deviam ressaltar as almofadas: «*Receita para as portas — Alvaiado com amarelo tostado, e pouco ou ninhum amarelo d'Italia. Filetes alvavado* [sic] *com terra de Siena calcinada e ocar*»[228]. A pintura da madeira também se estendia à talha, que podia ser escurecida ou pintada para ficar mais brilhante[229].

Podemos ainda mencionar vários materiais que são utilizados na construção dos edifícios de uma quinta, como o vidro ou o azulejo, cuja função é muitas vezes decorativa, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

IV 1. 2
Técnicas

MUROS DE VINHA

Essencial na construção de qualquer edifício é levantamento dos muros. No Douro a técnica tradicional[230] de construir um muro é aplicada às casas e à paisagem que, como vimos, se encontra estruturada em socalcos. Para construir um muro de vinha era necessário antes de mais proceder-se ao derrube da ladeira. As encostas eram derrubadas com dinamite ou à força de braços e de ferros, seguindo-se o levantamento dos muros com a pedra solta e o aterro do terraço[231]. A realização dos muros era assim uma forma de aproveitar a pedra, uma vez que à medida que se ia cavando a terra aparecia a fraga, conservada para fazer os muros. Os muros serviam assim para travar a terra, como vimos, e para guardar alguma pedra. Quando se arma o terreno em patamares que apresentam muros de terra com taludes, a pedra é enterrada.

Ao construir-se um muro o ponto mais importante é a base, sempre mais larga que o topo. A largura do muro é dada pela altura que se pretende, embora no muro de vinha o

---

[226] A quando das obras da Quinta do Bom Retiro este tipo de tinta já seria feito de forma industrial pois é mencionado o envio de tinta de óleo para a quinta. AHARP — Livro Quintas 2, fl. 38, 13 de Março 1925.

[227] Cf. Doc. 14.

[228] Idem.

[229] Idem.

[230] Muitas das informações sobre o xisto e o modo como é tradicionalmente trabalhado no Douro foram-nos fornecidas pelo Sr. Silvério Alberto Pereira Ramos, pedreiro de Covas do Douro (Sabrosa).

mais importante seja a largura da base. Uma parede de vinha apresenta sempre uma inclinação para o interior, um desaprumo de 2 a 3 cm por cada 2 metros entre a base e o cimo do muro. Esta técnica permite uma maior resistência à força da terra que sustenta. A técnica utilizada, tendo em vista a maior economia de meios, consiste no progressivo estreitamento do muro: assim, uma parede de 10 m de altura apresenta uma base de 2 m, mas no remate a largura ronda os 60 cm.

A disposição das pedras é feita de forma cruzada, assentando as juntas da fiada superior no meio da fiada inferior. Na construção de um muro de vinha não há preocupação em acertar as pedras, não se utilizando o prumo. As pedras são colocadas em função da aresta da pedra anterior e assim sucessivamente. É utilizado o saber empírico para as aparelhar de forma correcta. Não há nenhum tipo de cuidado especial no

Est. IV.6 — Muro de vinha com pilheiros (Foto Alvão, c. 1940, IVP)

corte das pedras, excepto se estas forem para os cunhais. A pedra é picada de modo a que a aresta superior coincida com a aresta superior da pedra precedente. Deste modo economiza-se pedra e tempo: não se cortam as pedras para lhes dar um aspecto liso, o que significa menos tempo de trabalho e menor desaproveitamento de pedra. Quando há

[231] REBELO, Vasco — Op. cit., 1996, p. 400.

maior preocupação de manter os muros acertados é utilizada a técnica da pedra picada. Neste processo a pedra é picada na face exterior conferindo-lhe um aspecto mais elaborado. Normalmente a pedra picada é empregue nos cunhais dos muros das vinhas.

Est. IV.7 — Escada na vinha (Maurício Abreu)

A utilização de blocos irregulares gera espaços entre as pedras, que depois são *recheados*. O *recheamento* de um muro é uma técnica que consiste no preenchimento dos espaços entre os blocos de xisto por pedras de pequenas dimensões. As pedras são recheadas para que possam suportar o peso de todo o muro, que assim se torna mais compacto, evitando que as pedras estalem e ponham em risco a estabilidade do muro. Outra técnica empregue para solidificar o muro é *mossiçá-lo*, isto é, reforçar o interior. O *mossiço* é o espaço existente entre o interior e exterior de um muro que, no caso dos muros de vinha, é cheio de terra e pedras soltas.

Os únicos instrumentos utilizados são o martelo de bico e o ponteiro, servindo o primeiro para aparar as pedras por forma a dar-lhes a feição desejada. O ponteiro é

empregue quando se encontra um *liso*, que permite abrir a pedra na horizontal sem a partir.

ESCADAS NA VINHA

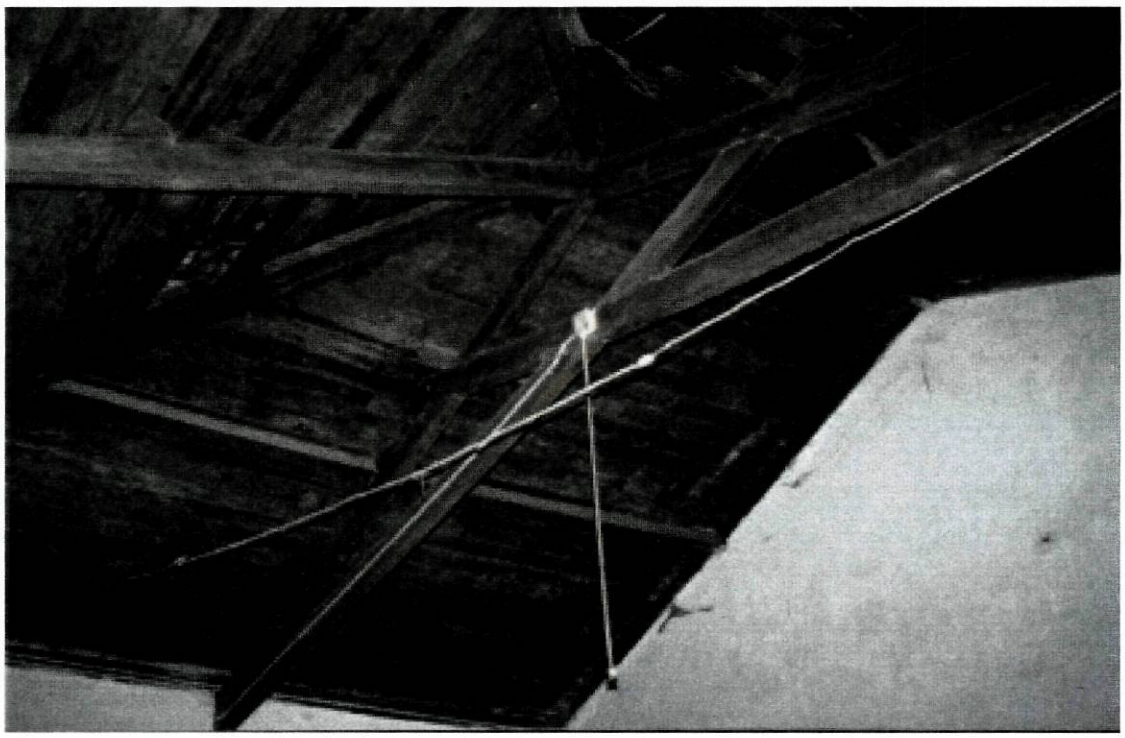
Os diversos patamares são ligados entre si através de escadas que podem estar embutidas na própria parede. Neste caso vão ocupar um espaço que é retirado à espessura do muro. A outra forma de construir as escadas consiste na colocação de lajes na transversal do aparelho da parede, deixando uma parte saliente que formará cada degrau da escada. A altura de cada degrau e o nível da saliência é previamente estabelecido, sendo depois adicionado cada degrau à medida que se vai construindo o muro. Cada laje fica com uma maior superfície no interior do muro para poder formar um *contra-balanço* que dá estabilidade à escada. A este tipo de escada dá-se o nome de *escada de salta cão*, as mais antigas e típicas da região. As pedras de cada degrau são também devidamente *recheadas* para que possam suportar o peso a que serão sujeitas.

Est. IV.8 — Casa da Quinta de Roriz

MUROS DE EDIFÍCIOS

A construção de uma casa obedece quase aos mesmos critérios técnicos, embora numa casa haja a preocupação de apresentar os muros aprumados. Normalmente a largura do muro de uma casa anda à volta dos 60 cm, sendo o aparelho disposto de forma cruzada. As paredes em xisto são mais largas que as de tijolo ou de cimento, conservando a frescura de Verão e o calor de Inverno. Quando não é colocado qualquer tipo de reboco acaba por ter baixos custos de manutenção uma vez que não é necessário pintar. Quando é rebocada, é pintada com cal que, além de reflectir os raios solares, tem efeitos sanitários pois afasta os insectos. O uso da cal pode também ser associado à crença popular nos seus efeitos apotropaicos[232]. Erguem-se ainda paredes feitas com tijolo de barro, disposto de forma semelhante à pedra. O uso de tijolo é referido nas obras da Quinta de Santa Júlia (este material é referido na obra da chaminé. Cf. Doc. 13) e nas da do Bom Retiro (entre as inúmeras referências encontradas podemos citar o envio de «*500*

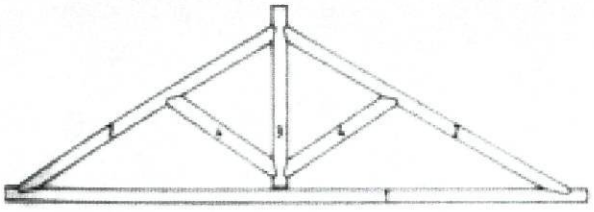
[232] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — Op. cit. (1981) p. 205.



Est. IV.9 — Tecto do refeitório da Quinta da Pacheca

Est. IV.10 — Tecto do alpendre junto à cozinha na Quinta da Pacheca

tijolos prensados "trevo"»)[233]. Outra técnica que mencionada é o *capeado*, em que as paredes são revestidas com pedras soltas[234].



1. Linha; 2. Pernas; 3. Pendural; 4. Escoras.

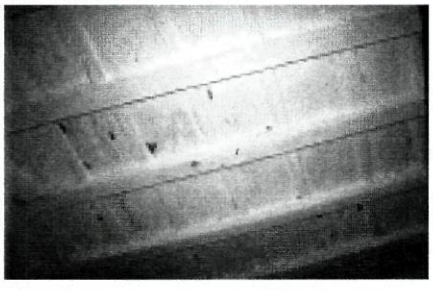
Est. IV.11 — Armação em asnas

COBERTURA E ARMAÇÃO

A cobertura dos edifícios é feita com telhas de barro, de aba e canudo ou de Marselha, como vimos, dispostas sobre uma armação de madeira, geralmente construída segundo o sistema de asnas. O esqueleto do telhado pode assentar directamente sobre as paredes do edifício ou ser cravado numa estrutura que é depois pregada às paredes.

Caso interessante, pelo tipo de armação que apresentam, são os telhados da cozinha dos trabalhadores e do alpendre a ela anexo, na Quinta da Pacheca. No primeiro caso o tradicional sistema de asnas é elaborado de forma mais decorativa: a linha é formada por duas traves oblíquas que cruzam com as escoras, deixando de ser necessário o pendural (Est. V.9). A armação do alpendre apresenta uma estrutura fusiforme: ao centro de duas linhas cruzadas foi colocado um pendural sobre o qual recaem uma série de escoras, que formam um fuso (Est. V.10).

O madeiramento do telhado determina o número de águas. Nos vãos de maior amplitude o telhado apresenta duas a quatro águas, enquanto nos locais mais simples, como os alpendres ou anexos adossados, limita-se a uma água. Devido ao carácter orgânico da casa rural, os telhado reflectem as diferentes fases de construção do edifício, resultando muitas vezes em estruturas pouco homogéneas.



Est. IV.12 — Tecto (Quinta do Monsul)

FORRO

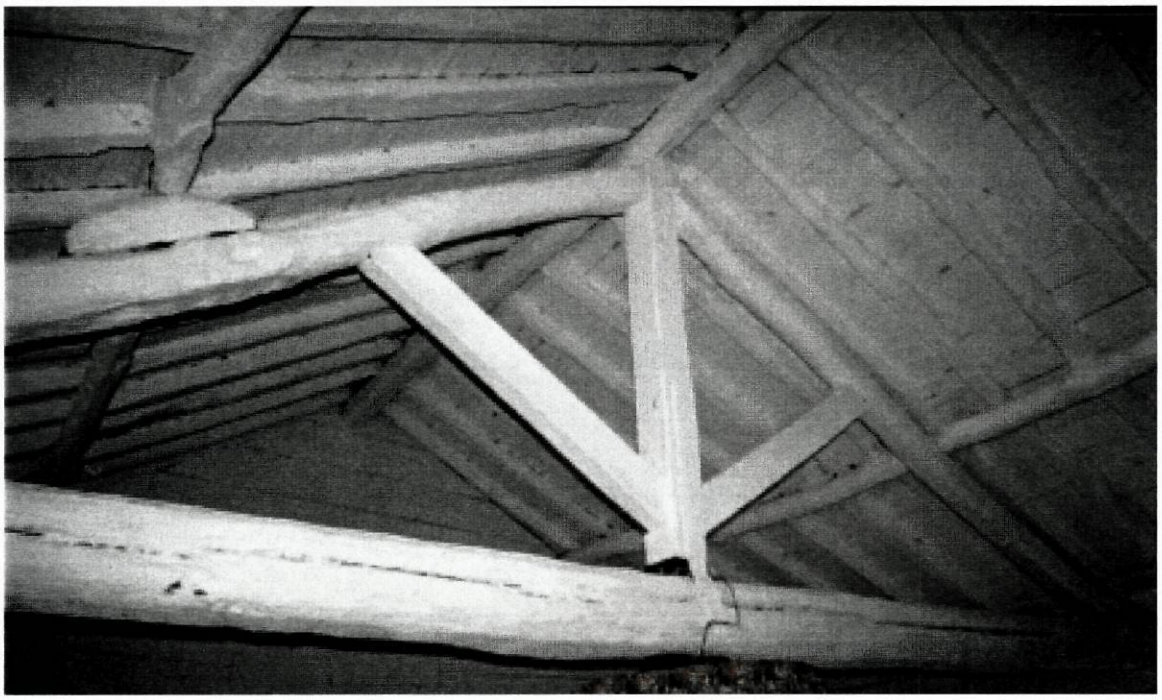
Depois de feita a armação do telhado é colocado um forro de madeira que ficará entre o interior da casa e a telha, isolando a casa das agressões externas. Quando o telhado não leva este revestimento estamos em presença de uma cobertura em *telha-vã*[235], vulgar nos telheiros e construções de menor valor, como os cobertos para animais ou as antigas cozinhas sem chaminé. O forro é constituído por tábuas de madeira que assentam sobre

---

[233] AHARP — Lv. Quintas 2, fl. 154, 25 Fev. 1925.

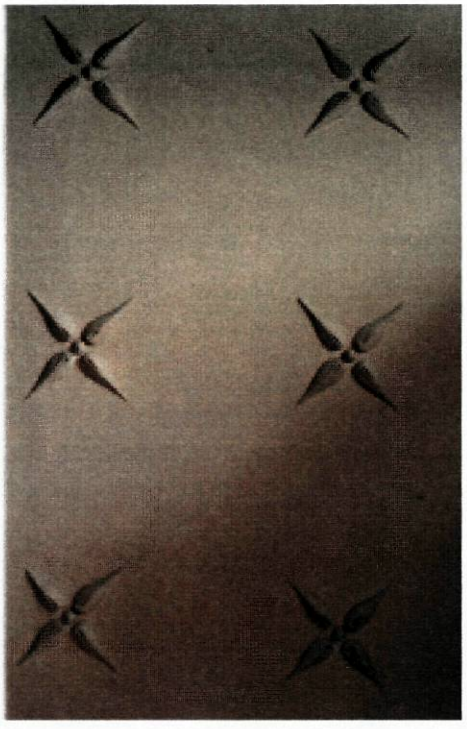
[234] O parapeito do jardim devia ser «*coberto e com o capeado de cantaria. Nas quinas os quadrados mais grossos, para segurar as grades*» Cf. Doc. 14.

[235] RODRIGUES, M.ª João Madeira; (et. al.) — Op. cit., 1996, p. 256.



Est. IV.13 —Tecto da sala de entrada da Quinta do Monsul

Est. IV.14 — Tecto de uma sala na Quinta do Monsul



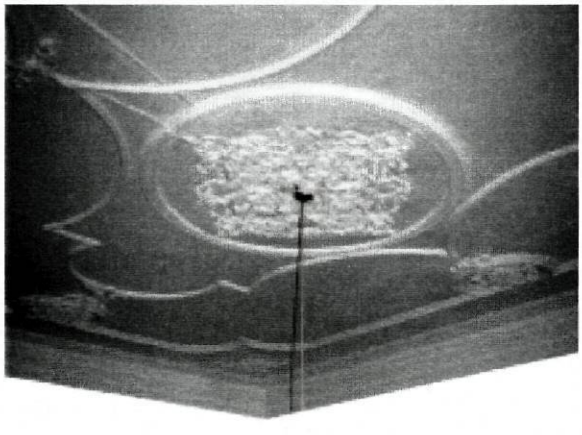
Est. IV.15 — Pormenor de tecto em estuque
Quinta de Santa Júlia

os caibros, e onde depois será fixada a telha (Est. IV.13). Um exemplo singular do embelezamento do forro está presente na ala mais antiga da Quinta do Paço do Monsul: os caibros são decorados com duas linhas esgrafitadas, e sobre eles foram assente fasquias também decoradas, formando um tecto em quadrículas (Est. V.12).

TECTO

Será sobre o forro que se coloca o tecto, em madeira ou estuque. O tecto em madeira é o mais tradicional no Douro, como na arquitectura rural do norte de Portugal de modo genérico[236]. A técnica mais simples de elaborar o tecto, e bastante corrente nesta Região, consiste na sobreposição alternada de tábuas de madeira, formando o chamado tecto de *camisa e saia*. Também com tábuas compridas pode ser feito um tecto em *masseira*, assim designado pela sua forma aconchada, semelhante a uma masseira de pão[237]. Partindo para formas mais elaboradas podem ser feitos tectos aconchados com uma base de formato prismático (um hexágono ou um octógono), sendo depois as faces decoradas com caixotões de madeira. Os tectos podem também ser lisos com aplicação de elementos talhados, como acontece na Quinta de Santa Júlia. Nesta mesma quinta podemos encontrar tectos em talha, pouco comuns em edifícios civis. Este tipo de tecto é mais usual em construções religiosas, de onde pensamos que terão vindo os referidos tectos.

O tecto em estuque necessita de uma estrutura de madeira fasquiada onde é aplicada a massa previamente feita. Esta massa é preparada com pó de gesso misturado com água, ao qual se junta



Est. IV.16 — Pormenor de tecto em estuque
Quinta do Monsul

[236] Esta é uma estrutura comum nas casas dos arredores da cidade do Porto e na região do Minho. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de — Op. cit., 1994, p.40.
[237] Na Quinta do Paço do Monsul, o escritório anexo à sala de entrada tem o tecto em masseira.

estopa ou sisal. No caso de se querer estucar uma parede, antes da massa é necessário aplicar o *esboço*. A massa de *esboço* é formada por 4 partes de areia calcária branca, 1 de cal em pasta e 1 de gesso em pó. Sobre esta estuca-se com a *massa de estender ou dobrar*, feita com partes iguais de cal, pasta e gesso. A superfície pode depois receber pintura ou ser brunida. Alguns tectos apresentam trabalhos elaborados conseguidos através de peças feitas em separado, denominadas *estafes*. Estes são compostos por cré, gesso fino e estopa, consolidados numa armação de madeira com a forma desejada. Estas peças são depois presas com pregos de ferro zincado, uma vez que o gesso oxida o ferro.

PAVIMENTO

Cada piso do edifício bem como os espaços exteriores são devidamente pavimentados. No que se refere ao exterior o mais normal são terreiros e arruamentos apenas em terra batida; ocasionalmente podemos encontrar locais com calçada feita de seixos de rio ou, mais raramente, de pedras regulares. Só locais que se querem nobilitar, como as entradas, são lajeados com pedras planas e regulares. Este mesmo tipo de revestimento é utilizado no interior dos espaços de produção, como os lagares, ou em locais onde a madeira seria perigosa, como o caso das cozinhas. Algumas dependências, entretanto modernizadas, optam pelo uso de ladrilhos vidrados como a tijoleira.

SOALHO

No interior dos edifícios, em particular na casa do dono da quinta, é colocado um madeiramento entre os diferentes pisos sobre o qual irá assentar o soalho, também designado na documentação por *sôlho*, expressão que é utilizada como sinónimo da

Est. IV.17 — Tecto da cozinha da Quinta do Bom Retiro

própria madeira para soalho[238]. Podemos encontrar duas formas de colocar o soalho. O *soalho à portuguesa*, constituído por tábuas largas com rebaixo de cada lado, por forma a se justaporem uma às outras; e o *soalho à inglesa*, que emprega tábuas mais estreitas, encaixando pelo sistema de macho e fêmea. Entre o soalho e o tecto do andar inferior é normalmente deixado um espaço, denominado *guarda-pó*[239].

[238] «*temos muita precizão de solho pois devia ser a primeira obra que ali deviamos fazer, os postes que não temos rimedio senão vitolas de pinho, pois tabuas de castenho por aqui não os há, e algua que há são pisados a dobrar e por so e seria bom que o solho tenha vitola, ferro e guarda-pó. Não devem vir nada menos de 25 a 30 duzias pois o solho que ali esta esta podre e pouco se poderia aproveitar*». AHK — Cx. 2, Correspondência de José Correia Rebelo para Nicolau Köpcke, 17 Janeiro 1825.

[239] *Soalho.* In "Dicionário Universal da Vida pratica na cidade e no campo". Porto: Magalhães & Moniz, Ed.[1889], II vol., p. 1013; SEGURADO, João Emílio dos Santos — Op. cit.

IV.2

ELEMENTOS DECORATIVOS

Est. IV.18— Janela de Roriz

Est. IV.19 — Janela do Bom Retiro

Est. IV.20 — Janela e porta do Monsul

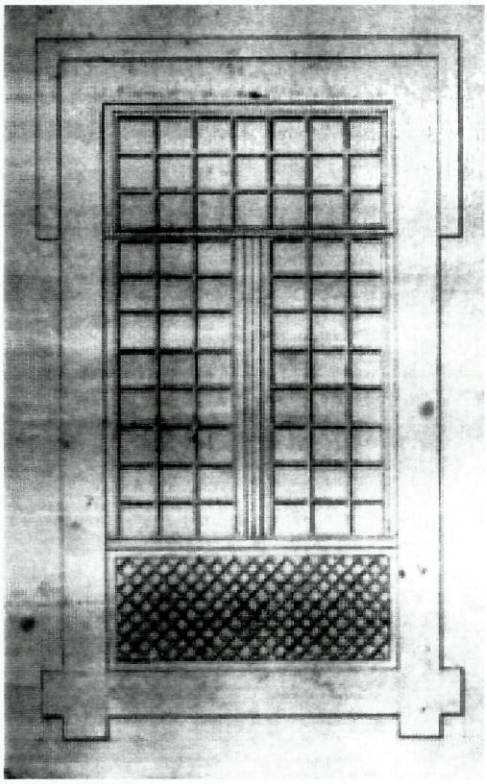
O espaço mais decorado numa quinta é, por norma, a fachada principal da casa do proprietário e a capela, quando esta existe, uma vez que estas são as áreas de maior exposição ao visitante, desaparecendo por completo nas zonas de carácter funcional. Uma excepção é a oficina da Quinta de Roriz, em que os vãos se encontram decorados por molduras policromas com alguns elementos desenhados (Cf. Est. V.65).

VÃOS

Como já tivemos oportunidade de referir, a casa do proprietário apresenta linhas elementares, resumindo-se a decoração a um tratamento mais cuidado dos vãos e das suas cercaduras, de acordo com o grau de ostentação que se pretende, e à presença de elementos como a varanda alpendrada ou a pedra de armas. Os elementos e as formas que decoram os edifícios de uma quinta, além do seu conteúdo estético, reflectem de forma inequívoca um gosto pessoal e os valores culturais, espirituais e psicológicos da sociedade em que se inserem[240].

Podemos encontrar janelas de formato bastante simples, como as tradicionais janelas de guilhotina com uma moldura que segue a configuração da janela, regra geral em granito. Esta moldura pode restringir-se apenas ao lintel e ao peitoril (Est. IV.18) ou tomar uma forma um pouco mais complexa: as ombreiras prolongam-se no remate inferior e o perfil da verga estende-se sobre as ombreiras (Est. IV.19). Este é um esquema muito comum no Douro e na arquitectura rural do norte do país. Algumas janelas são enriquecidas com motivos esculpidos, como acontece na Quinta de Santa Júlia e na Quinta da Pacheca. Não nos parece que estes

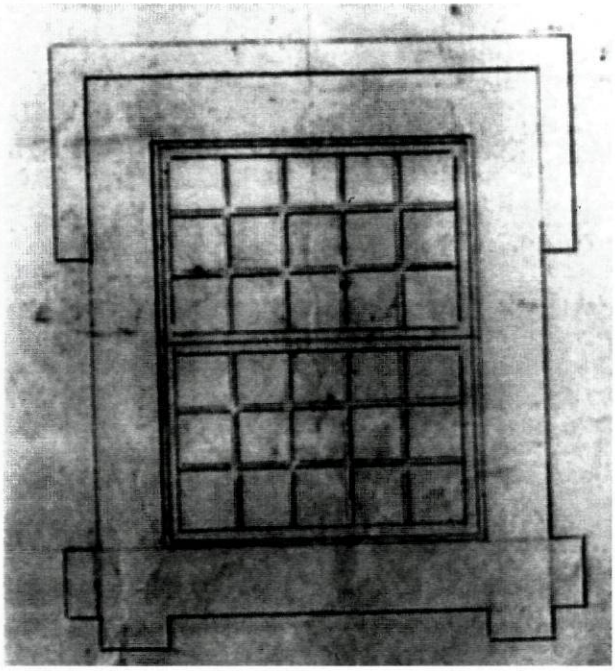
[240] FLORIDO TRUJILLO, Gema — Op. cit., 1996, p. 139.



Est. IV.21 — Desenho da janela do 1º andar
(AHQSJL)

tenham a ver com o tipo de decoração que podemos encontrar nas casas solarengas, em que as linguagens decorativas são de influência barroca. Outra forma de decorar os vãos surge através de uma moldura policroma, que os destaca do conjunto da casa.

As janelas podiam também ser de sacada, fechadas por portadas de madeira, nos casos mais antigos como Monsul, ou portas de vidro. É ainda possível encontrar janelas de batentes, mais recentes no Douro, mas cuja utilização se difundiu já a partir de meados do século XIX, como se pode ver pelos desenhos de Santa Júlia. Estas janelas permitiam enobrecer os vãos com a multiplicação das vidraças, que podiam também ser coloridas e ter as mais diferentes formas.



Est. IV.22 — Desenho da janela do 2º andar
(AHQSJL)

Para completar o jogo decorativo das fachadas podem ser rasgados postigos e óculos. Os postigos surgem em função das necessidades de iluminação do interior, limitando-se a sua decoração a uma moldura colorida ou a uma cercadura em granito. Os óculos apresentam formas mais elaboradas com molduras de perfis trabalhados. Algumas destas aberturas são de inspiração erudita, como é possível ver no óculo da Quinta da Pacheca.

No que concerne aos portais exteriores, com excepção do portal da capela, a decoração não é digna de nota, repetindo muitas vezes os esquemas das janelas. Já as

Est. IV.23 — Porta no *hall* da Quinta de Santa Júlia

portas interiores são quase sempre pintadas, jogando algumas com o volume dado pelas almofadas dos batentes. Um dos casos mais interessante é o da porta da sala de entrada da Quinta de Santa Júlia, com lintel e ombreiras em madeira talhada.

VARANDA

Outro elemento que exibe funções decorativas é a varanda alpendrada. O seu papel simbólico e funcional, ao qual já nos referimos, não lhe retira um certo carácter decorativo, embora nunca com a magnitude das varandas com escadaria monumental ou das *loggias* dos solares. O efeito ornamental é conseguido através do contraste entre os materiais (entre o branco da cal e o granito), da colocação de uma voluta de influência barroca no remate da guarda lateral, das colunas em granito, normalmente lisas, ou através da vegetação que a cobre. Mesmo quando é construída em madeira, como acontece na Quinta de Roriz, a varanda é um espaço que se destaca do resto da construção pelo seu valor decorativo expresso pela vegetação que a cobre e pela forma como se destaca do resto do edifício. De facto, vimos já que a vegetação pode ter um papel ornamental muito grande através dos jardins, alamedas e árvores isoladas.

VEGETAÇÃO

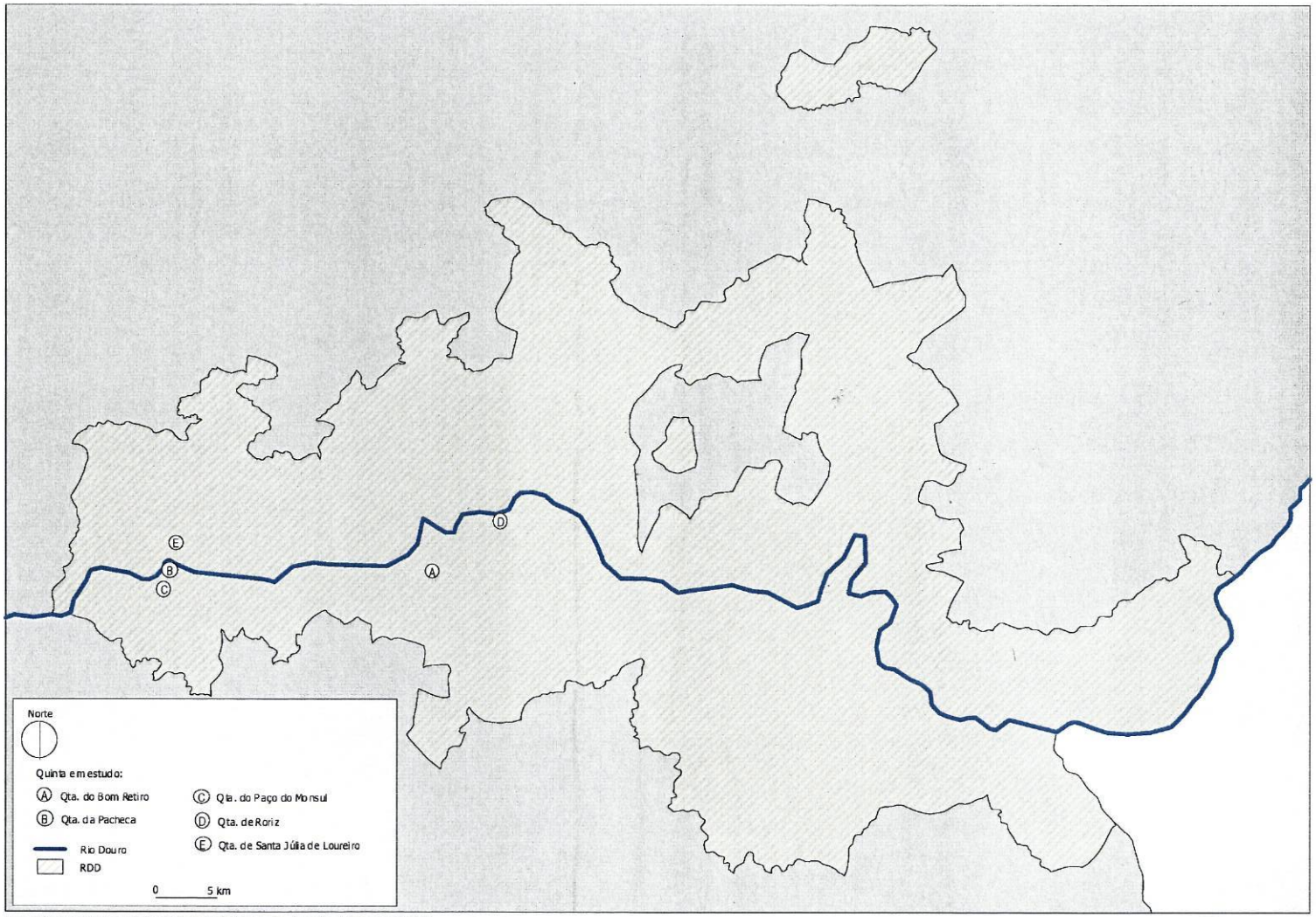
Podemos ainda considerar como objectos decorativos os gradeamentos de ferro que rodeiam os jardins, normalmente ligados entre si por pilares de pedra com remates esculpidos, e o mobiliário de jardim — bancos, esculturas, lagos, tanques, fontes. Não incluímos os azulejos pois a sua utilização não é muito difundida na região, sendo mais característico da região sul do país, muito embora na Quinta de Santa Júlia tenha sido colocado um painel propositadamente concebido para decorar o fundo da escada de acesso à casa.

Est. IV.24 — Espaldar de azulejo e estudo prévio (AHQSJL)

V. ESTUDOS MONOGRÁFICOS

Neste capítulo são apresentados os estudos feitos a cada um dos exemplares de quinta, cuja análise serviu de base a este trabalho. Foi incorporada a cartografia dos locais estudados, tendo por referência base a Região Demarcada do Douro. As quintas foram ordenadas alfabeticamente, incluindo cada um dos estudos a transcrição de alguns dos documentos consultados. Cada monografia teve por base uma ficha, aqui passada a texto, com campos que contemplavam a localização geográfica, a análise arquitectónica e a evolução histórica de cada propriedade.

Quintas em estudo



Fonte: Comissão Nacional do Ambiente, Carta Administrativa de Portugal (escala 1:250.000)

FLUP
SIG/Cartografia
Miguel Nogueira / 99

V.1. QUINTA DO BOM RETIRO

LOCALIZAÇÃO: Valença do Douro (Tabuaço)
CRONOLOGIA: 1844; 1913; 1921/32; 1994
PROPRIETÁRIO: Ramos Pinto, S.A.
ARQUITECTO/ENCOMENDADOR: Adriano Ramos-Pinto; Arq. Arnaldo Pimentel Barbosa
FUNÇÃO INICIAL – Produção vinícola
ACTUAL – Produção vinícola
DIMENSÕES: 100 hectares
FONTES: Arquivo Histórico Adriano Ramos Pinto; Arquivo Familiar Perfeito de Magalhães

Est. V.2 - Vista geral da Quinta do Bom Retiro

A quinta do Bom Retiro ergue-se no vale do rio Torto, tendo uma ponte privativa que estabelece ligação à estrada de Casais do Douro para Ervedosa. Esta ponte, bem como a estrada de acesso à quinta pelo lado este, foi construída em 1926 sob a direcção do engenheiro alemão Hans Wald[241]. Até essa altura o acesso à propriedade era feito

[241] AHRP — Livro Quintas 2, fl. 168.

exclusivamente por Valença do Douro, subsistindo ainda hoje um portão de ferro no terreiro de cima, provavelmente a primitiva entrada.

Est. V.3 – Varanda alpendrada da Quinta do Bom Retiro

Esta quinta tem como vizinha a Quinta do Serôdio (antigo Bom Retiro Pequeno), com a qual forma um *todo construtivo,* pois ocupam a única plataforma do vale — uma localização bastante estratégica, que domina o vale do rio Torto. Em tempos estiveram unidas, mas devido a partilhas familiares foram divididas, como assinalam diversos autores[242].

As primeiras notícias que temos da quinta do Bom Retiro datam de finais da década de 60 do século XVIII, quando João Henrique de Magalhães adquire uma série de propriedades na zona do Bom Retiro. Pensamos que a quinta estaria em formação. É o mesmo proprietário quem escreve à rainha pedindo que a sua propriedade seja incluída na demarcação de feitoria[243], uma vez que não havia sido considerada nas anteriores[244]. Uma resposta positiva foi dada em 1790, ficando contudo excluídos os vinhos brancos[245],

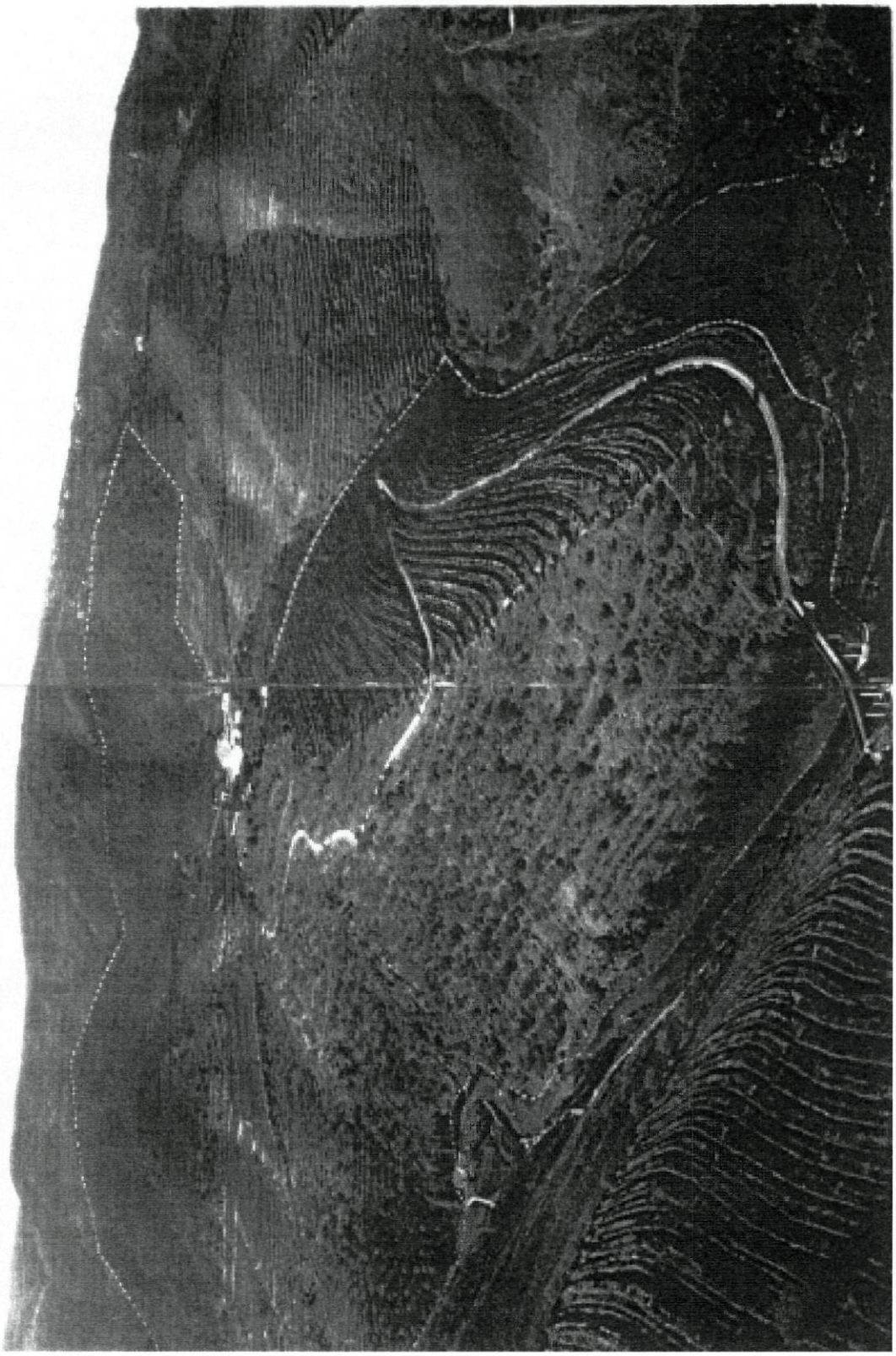
---

[242] AZEVEDO, Correia de — *O Douro maravilhoso.* [s. l: s. n., s. d.], p. 220-224; MONTEIRO, Manuel — *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes.* Porto: Imprensa Moderna, 1911, p. 53-54.

[243] Cf. documento publicado por FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da [et al.] — Op. cit., 1991.

[244] Não consta na demarcação de 1757, e na de 1758 e 1761 aparece na categoria de 10$500 réis. FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da —Op. cit., 1949-1951.

[245] "*Sua Magestade por Rezolução de 19 de Mayo do prezente anno de 1790, tomada em Consulta desta Junta de 11 de Mayo, Foi servida mandar incluhir na Demarcação Subsidiária de vinhos d'Embarque, o Vinho*



Est. V.4 — Panorâmica da Quinta do Bom Retiro (s/d - Foto Alvão)

tinto da Quinta do Bom Retiro, pertencente a João Henrique de Magalhaens; ficando excluidos os Vinhos Brancos, que serão apllicados para Ramo da mesma Quinta". FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996, p. 220.

considerados de 19$200 réis. No entanto, a qualidade dos seus vinhos não é posta em causa, como atesta o relato do Visconde de Vila Maior[246].

Já em meados do século XIX sabemos que a casa estava em muito mau estado, levando-se a cabo várias obras, entre as quais nos armazéns, cardenhos e capela[247]. No A.F.P.M. voltamos a encontrar referências para os anos de 1913 a 1916, sendo notório o mau estado da casa, agravado por sucessivos temporais[248]. É nestas condições que a quinta é adquirida pela firma Ramos-Pinto em 1919, sendo depois sujeita a um profundo restauro

Est. V.5 — Vista das vinhas, com as vinhas pré-filoxéricas em primeiro plano

que adiante trataremos.

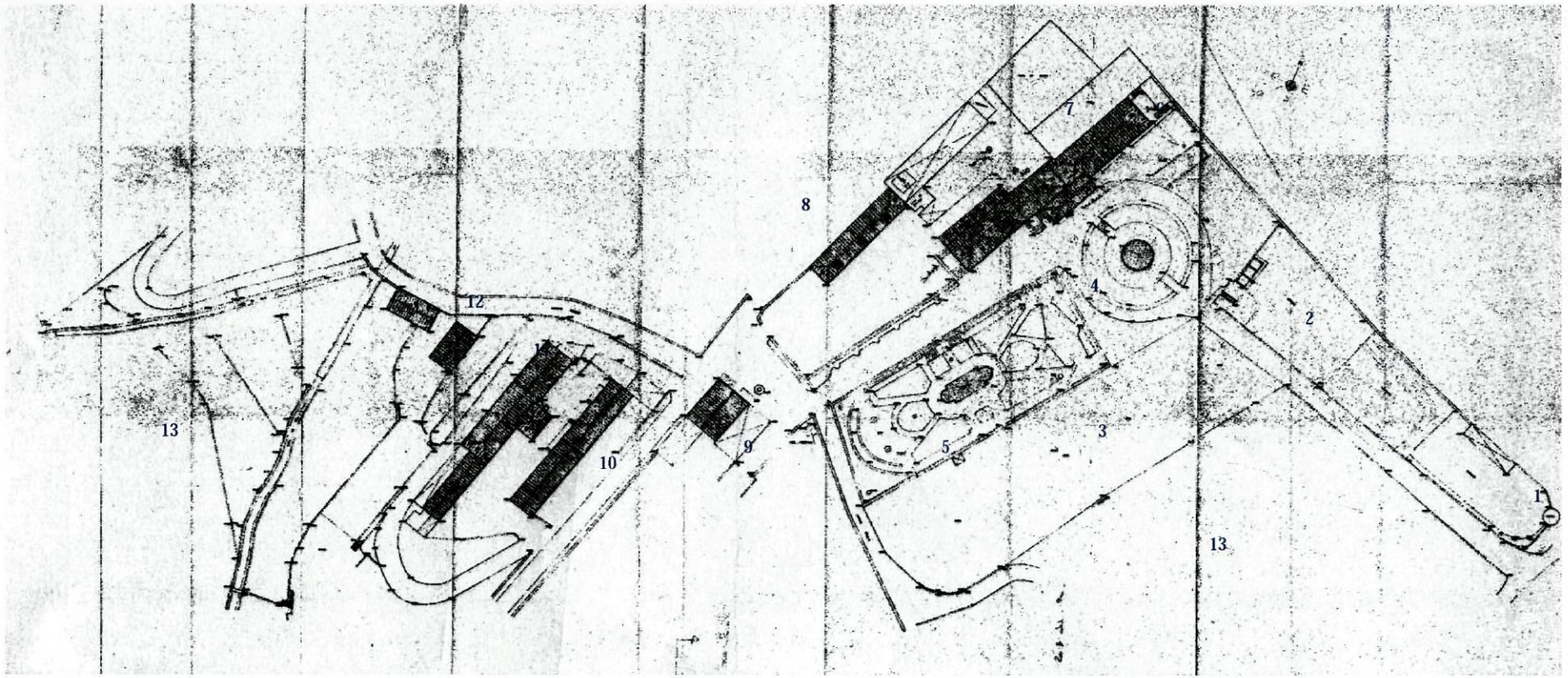
A paisagem da quinta é recortada pela vinha, praticamente toda mecanizada. Os velhos socalcos foram substituídos por patamares e vinha ao alto, restando duas zonas de socalcos antigos: uma na parte mais alta da quinta, junto da entrada de Valença, e outra junto ao rio. É uma opção dos seus proprietários não destruir estas áreas, que consideram um património vitícola de grande valor.

---

[246] VILA MAIOR, Visconde de — Op. cit., 1876, p. 131.

[247] AFPM — Livro de apontamentos soltos de 1844. O único indício que possuímos da existência de uma capela é este. Dado o estado de desorganização do arquivo consultado pode tratar-se de outra propriedade ou então este edifício, muito arruinado, foi demolido.

[248] AFPM — Correspondência de Guilhermina Vasques Ferreira para Luís de Magalhães.



Est. V.6 – Planta da Quinta do Bom Retiro (s/d)

LEGENDA:

1 – Pombal
2 – Horta
3 – Pomar
4 – Jardim com lago
5 – Jardim com piscina
6 – Casa de habitação
7 – Centro de vinificação
8 – Casa do caseiro e laboratório
9 – Casa com garagem
10 - Cardenhos
11 - Cozinha dos trabalhadores, arrumos e telheiros
12 - Telheiros
13 - Vinhas

Est. V.7 — Jardim

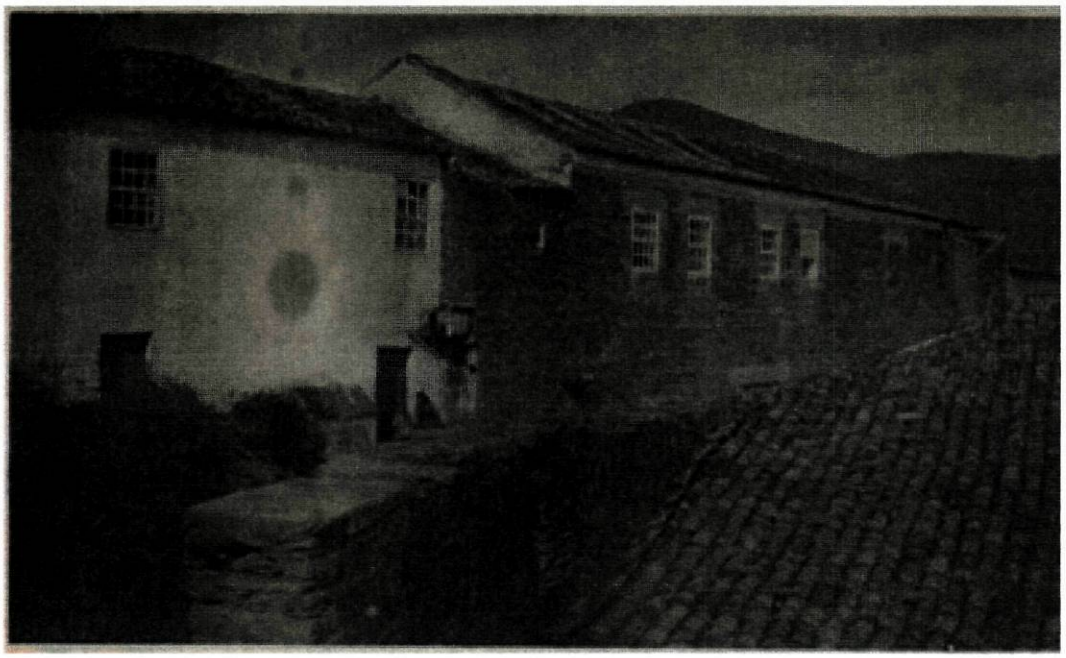
Foi nesta quinta que se testou pela primeira vez a técnica de plantio em patamares assim como a de vinha ao alto[249]. Fortemente geometrizado pela orientação das vinhas, cada pedaço cultivado é separado por caminhos em saibro, o que imprime ritmo a todo a paisagem. A vinha é bordejada por pequenos olivais e por zonas de mato de flora arbustiva como a esteva, a giesta, o carrasco. Numa zona a sudoeste do casario a vegetação apresenta-se mais densa, sendo fundamentalmente constituída por medronheiros e circundada por ciprestes, árvore que demarca toda a zona sudoeste, onde se estendem os diversos matos da quinta.

Mais próximo do conjunto habitacional as zonas de pomar, horta e de jardim. O jardim, de tipo francês[250], desenvolve-se num patamar abaixo da casa, tendo como centro a piscina, de secção geométrica. Foi construída em 1927/28, já com a função de piscina, mas rodeada de repuxos como se fosse um espelho de água, uma vez que semelhante estrutura seria demasiado arrojada para a época e para o local (Est. V.26). O jardim encontra-se rodeado por um muro de xisto ritmado por pequenas aberturas com grades que, além de o circunscrever, serve de miradouro sobre o vale do rio Torto. As plantas que o compõem vão de pequenos canteiros com roseiras, lilases ou plantas aromáticas, até árvores de fruto, medronheiros e cedros.

---

[249] LIDDELL, Alex; PRICE, Janet — *Douro: as quintas do vinho do Porto.* 2ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1995, p. 149.

[250] Embora a designação utilizada no dicionário de termos de que nos socorremos seja a de *Jardim à Francesa*, optámos por designá-lo como *jardim de tipo francês*, uma vez que não apresenta a grandiosidade dos jardins ditos à francesa, que se caracterizam pela sua geometria e integração de elementos construídos e se «*desenvolvem em grandes áreas relvadas e alamedas de grande comprimento*». RODRIGUES, M.ª João Madeira; [et. al.] — Op.cit.., 1996, p. 166.



Est. V.8 — Quinta do Bom Retiro (Fev. 1920)

Est. V.9 — Vista da Quinta do Bom Retiro (finais do século XIX/princípios do XX - Maria da Conceição Lemos Magalhães)

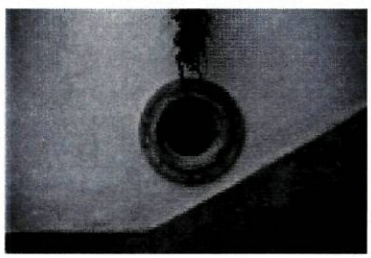
Como continuação do jardim, pelo lado sul, espraia-se uma avenida de palmeiras de pequeno porte, plantada em 1922[251]. No lado norte temos um lago com repuxo rodeado por canteiros com roseiras e toranjas. Esta rotunda é o remate da estrada que vem de Casais do Douro, tendo o troço final um tratamento semelhante a uma avenida, entre vinhas, hortas, laranjal e o velho pombal circular.

Est. V.10 — Fachada da casa durante as obras (Outubro 1927 - Raúl Ramos-Pinto)

Junto da casa podemos encontrar mais vegetação — tílias, olaias e fruteiras anãs. Os limoeiros e as laranjeiras, entre outras árvores anãs que ainda restam pela quinta, vieram propositadamente de Nova Iorque, em 1931 e 1932[252].

Toda a área ajardinada foi plantada a partir de 1922 , sendo o projecto de selecção de plantas e desenho da autoria da Casa Hortícola de Jacinto de Matos, na cidade do Porto[253]. É este horticultor quem vai tratar de quase todas as árvores então plantadas na quinta, havendo referências à sua presença até 1928, quando projecta o lago com plantas aquáticas[254] e aí se desloca com Raúl Ramos Pinto para ver o local. Todas as espécies iam do Porto, o que implicava cuidados redobrados com a sua plantação, sempre expressos nas cartas que as acompanhavam. A importância que o jardim assume enobrece de forma decisiva este lugar que, além da produção vinícola, tinha uma clara função de recreio[255].

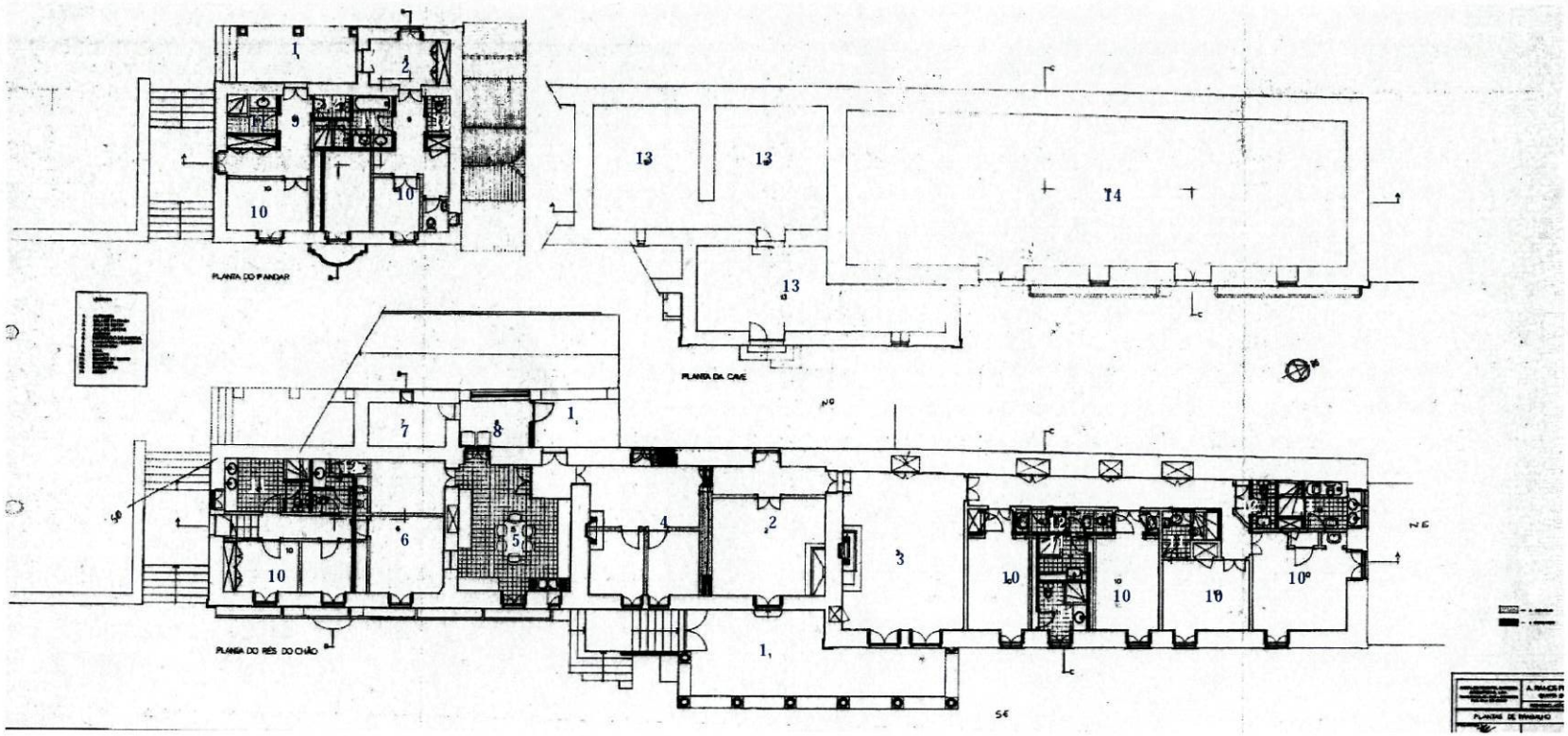
O mesmo se verifica em relação à casa de habitação. Após a compra pela família Ramos-Pinto nos anos 20 deste século, sofre uma grande remodelação que transforma a velha casa de lavoura, já muito degradada, numa exemplar casa de quinta. Esta mutação visava o conforto dos seus hóspedes sazonais mas sem que isso significasse o desrespeito pelos valores locais e pela tradição. É desta forma que se



Est. V.11 — Óculo junto à escada

---

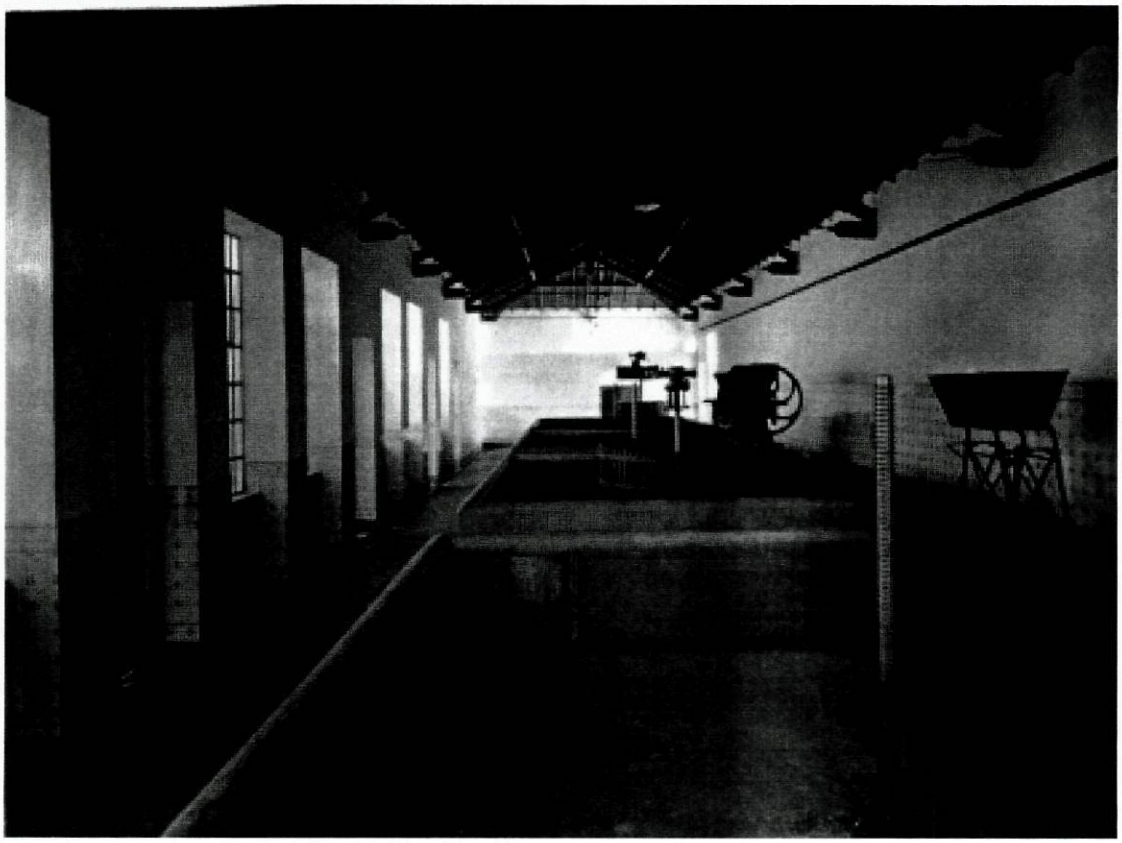
[251] AHARP, Livro Bom Retiro 1, fl. 194.
[252] AHARP, Livro Quintas 4, fl. 368.
[253] AHARP, Livro Bom Retiro 1, fls. 194, 274 e 280.
[254] AHARP, Livro Quintas 2, fl. 398, 408.
[255] "*A plantação das árvores que para ahi teem ido deve ser feita com toda a brevidade afim de que não sofram com a demora. Perto da casa pôr de preferencia arvores de fructo ou de enfeite do que as oliveiras que são muito tristes.*" AHARP, Livro Bom Retiro 1, fl. 194 (27 Janeiro 1922).



Est. V.12 — Planta da casa (1994 — Arq. Arnaldo Barbosa)

LEGENDA:

1 – Alpendre
2 –Sala de entrada
3 – Sala de estar
4 – Sala de jantar
5 – Cozinha
6 – Refeitório do pessoal
7 — Garrafeira/Despensa
8 — Lavandaria
9 — Hall
10 — Quarto
11 — Quarto de banho
12 — Sanitário
13 — Garrafeira
14 — Adega



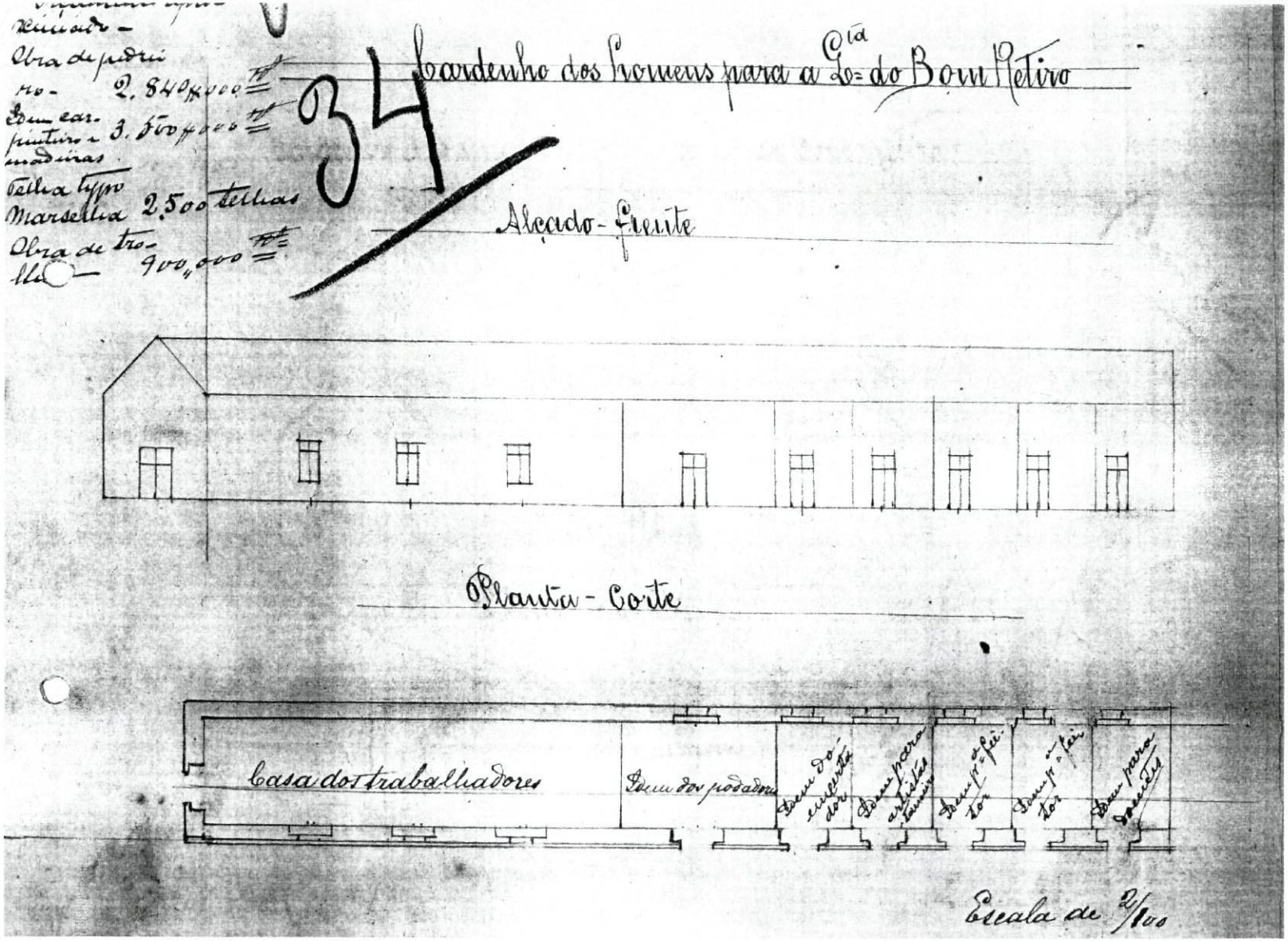
Est. V. 13 — Antigos lagares da Quinta do Bom Retiro (Foto Alvão)

explica que uma firma como a Ramos Pinto, que se enquadrava nas tendências da arte europeia e portuguesa[256], opte por realizar uma obra que segue os padrões da habitação duriense. A sua afirmação passava pela tradição, sinónimo de prestígio, e não pela inovação, associada as pessoas estranhas à região.

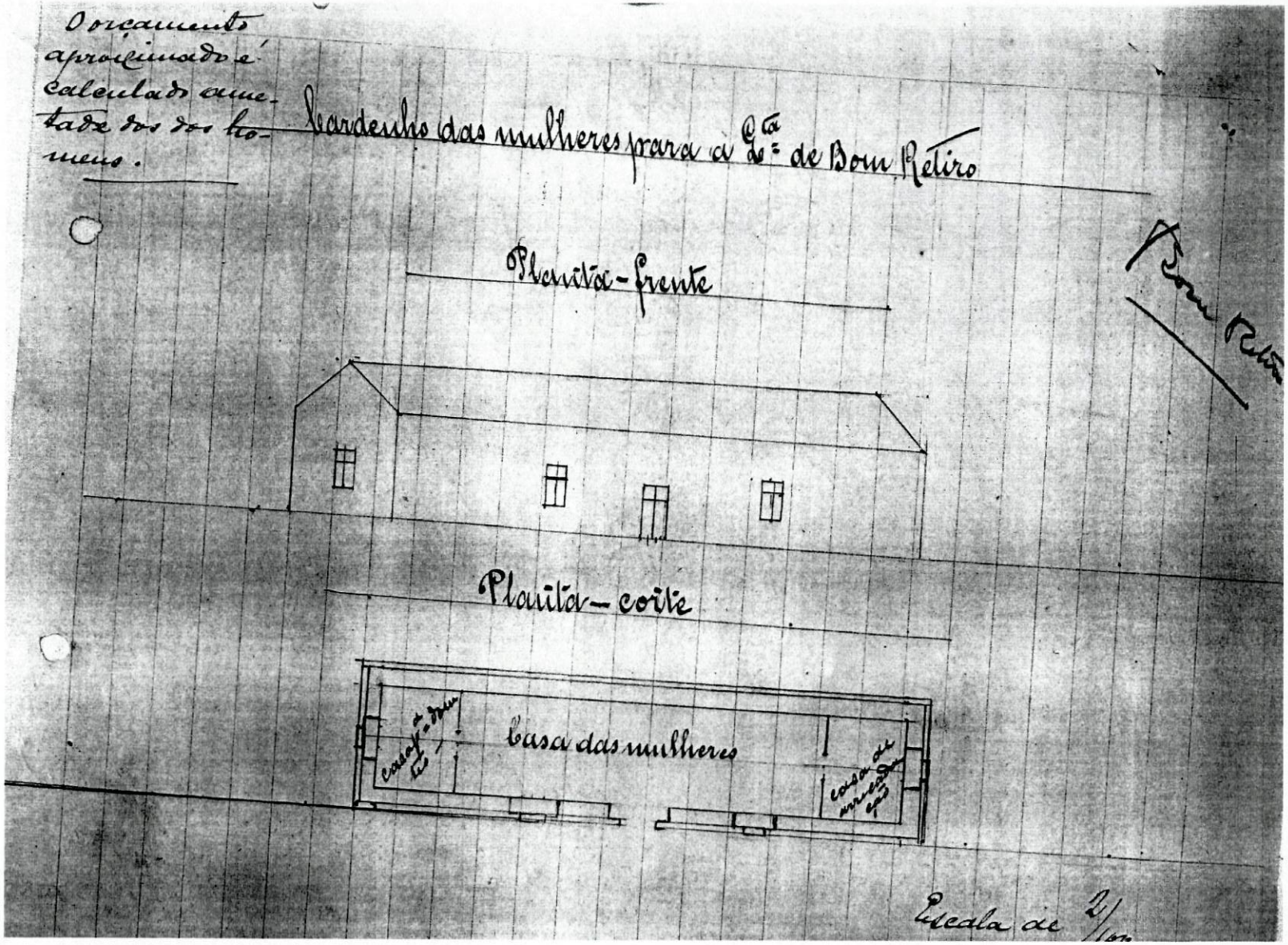
O plano de obras não alterou aparentemente o esquema exterior da casa, como se pode ver na Est. V.8, apenas lhe adicionando a varanda alpendrada. As escadas com uma certa cenografia e o corrimão em granito, rematado por uma voluta de gramática barroca, significaram a nobilitação do novo espaço. A construção da varanda implicou a demolição de uma série de estruturas que deram lugar ao jardim desta nova parte da casa. A anterior entrada nobre da casa, o alpendre traseiro do século XVIII, foi mantido mas já sem a função de outros tempos.

Interiormente não nos é possível fazer grandes comparações por não termos notícias anteriores à década de 20. Contudo, pelos relatos que possuímos, o seu estado não devia ser o melhor e o mais funcional. Sabemos que foram feitos lavabos nos quartos e que a

[256] Veja-se a colecção de cartazes publicitários desenhados na Bélgica e a própria sede da firma, que esteve prestes a ser transformada num edifício de arquitectura neo-manuelina.



Est. V.14 — Planta do cardenho dos homens (1933 ? — Isidoro Cândido de Magalhães - Feitor da Quinta



Est. V.15 — Planta do cardenho das mulheres (1933 ' — Isidoro Cândido de Magalhães - Feitor da Quinta

Est. V.16 — Centro de vinificação

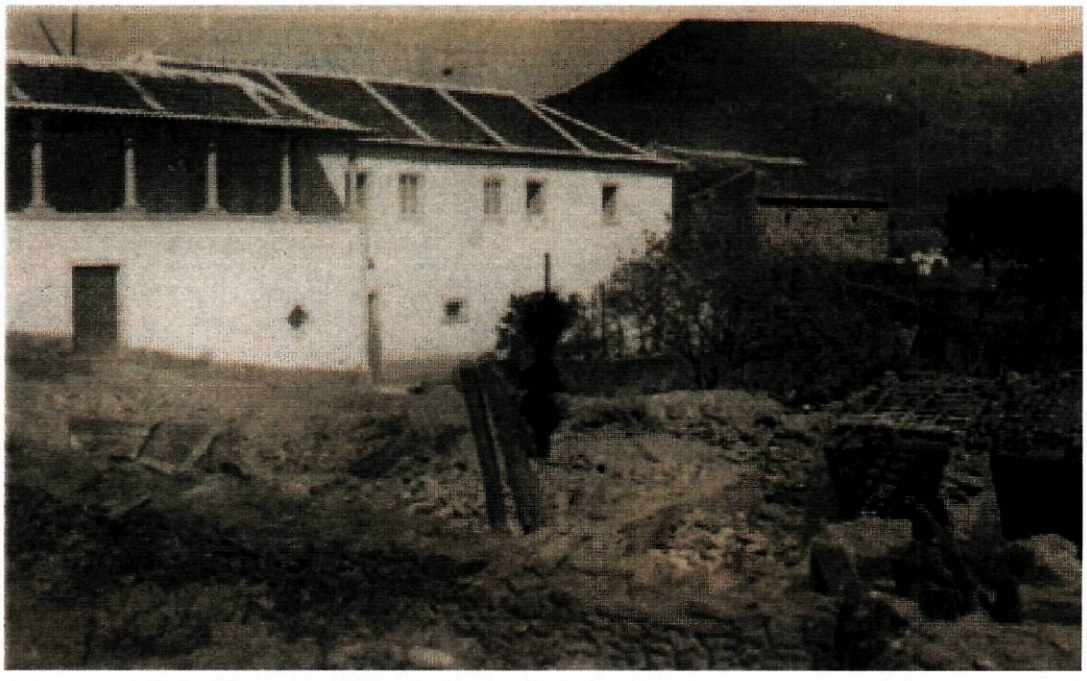
cozinha foi totalmente remodelada, embora não nos seja dado saber se data desta altura o seu invulgar tecto em madeira (Est. IV.17).

Verificaram-se algumas inovações ao nível dos materiais. As tradicionais janelas de guilhotina são substituídas por janelas de portadas, embora as cercaduras sigam um esquema comum a muitas casas no Douro. Por outro lado, houve um constante aproveitamento de materiais estranhos à região, como o cimento[257], utilizado na consolidação do aparelho antigo e em pontos decorativos, como os vãos e os rodapés, imitando o xisto (Est. V.11). O observador é enganado em nome da aparência. O respeito pela tradição é igual em relação aos telhados: "*As telhas "typo*

Est. V.17 — Fachada da casa

[257] São inúmeras as referências existentes nos livros do AHARP ao envio de sacos de cimento de várias qualidades para as obras na quinta, assim como ao envio de tijolos, madeiras e os mais diversos materiais.

Est. V.18 — Casa em construção (1924 - Raúl Ramos-Pinto)



Est. V.19 — Obras na área que viria a ser ocupada por jardim (1926 - Raúl Ramos-Pinto)

Est. V.20 — Pátio traseiro da casa (1925 - Raúl Ramos-Pinto)

Est. V.21 — Vista geral da quinta durante as obras (Out. 1925 - Raúl Ramos-Pinto)

Marselha" poderão ir d'aqui, para as casas de fora, para as da casa serão das antigas compradas ahi"[258].

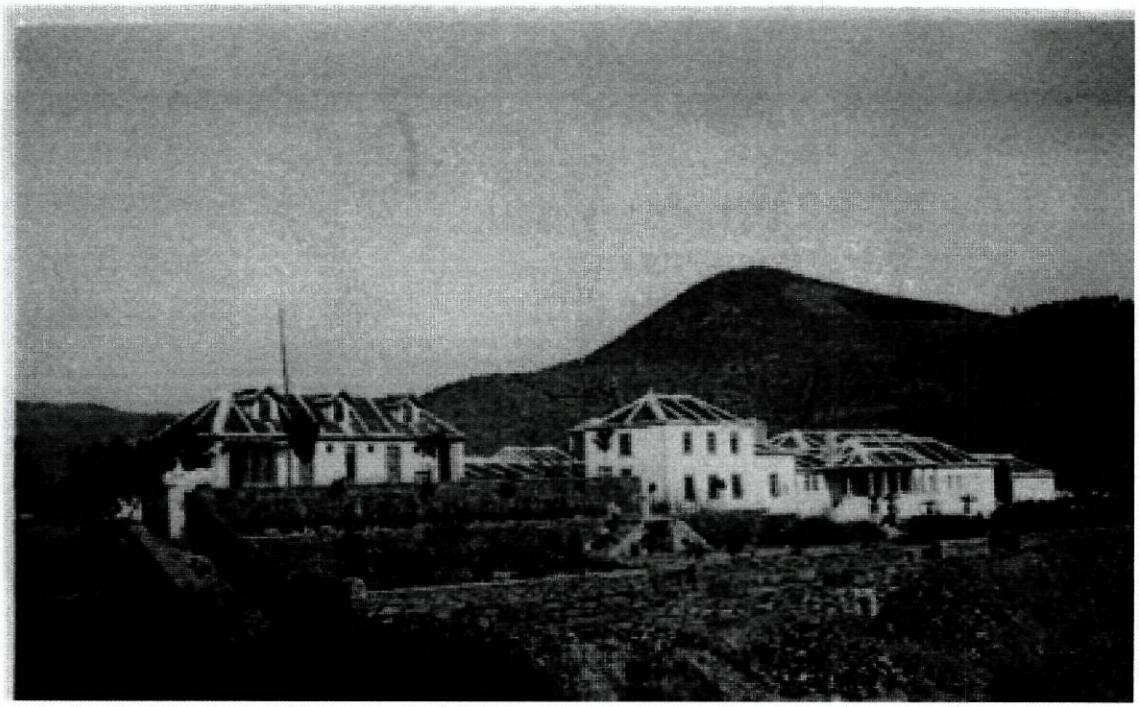
Est. V.22 — Obras da casa (1927 - Raúl Ramos-Pinto)

Estas obras não se confinaram à casa. As estruturas de apoio foram igualmente reformadas, respeitando sempre o espírito autóctone. A casa dos lagares foi revestida a azulejo vindo da fábrica de cerâmica do Carvalhinho, em Vila Nova de Gaia, a casa do caseiro reestruturada assim como todo o pátio de trás. A mesma sorte tiveram os cardenhos que foram reconstruídos em meados do século. Apesar de repetirem a fachada projectada nesta época o interior sofreu muitas alterações. Os planos iniciais serão da autoria de Isidoro Cândido de Magalhães (Est. V.14 e V.15), a quem estava confiada a administração da quinta, e que muita preocupação revelou pelo estado em que tais instalações se encontravam. Novamente a construção tenta seguir os usos locais: "*Quanto a forrar o cardenho entendemos que devemos cingir-nos aos costumes da terra e só o fazer se fôr costume fazê-lo ahi*"[259]. Com o fim das rogas, em 1981, deixou de fazer sentido manter quartos para trabalhadores, passando os cardenhos a ser utilizados como arrumos.

Est. V.23 — Construção da piscina (1927 - Raúl Ramos-Pinto)

Pensamos que estas obras foram acompanhadas de perto pelos proprietários e pelo administrador,

[258] AHARP — Livro Bom Retiro 1, fl. 114 (31 Maio 1921).
[259] AHARP — Livro Bom Retiro 1, fl. 194 (27 Janeiro 1922)



Est. V.24 — Vista da casa com o jardim já construído (1928 - Raúl Ramos-Pinto)

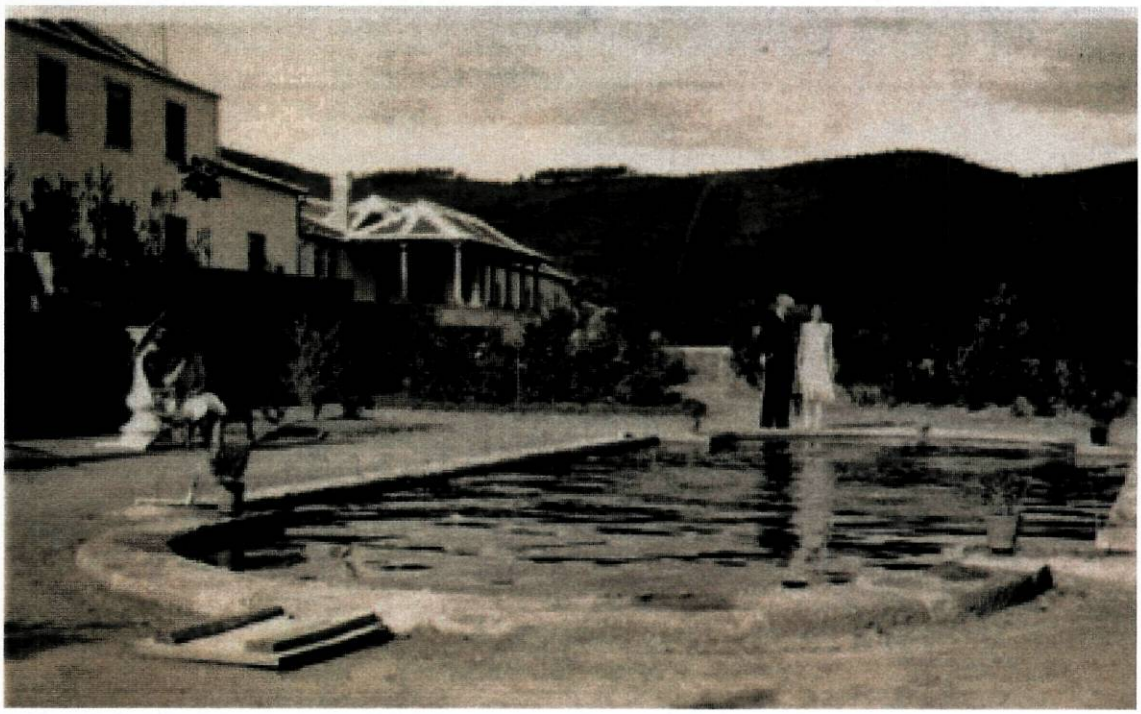
como era usual, mas também por um arquitecto. São algumas as referências à sua pessoa, embora nunca seja citado o nome, nem os trabalhos concretos, com a excepção da casa do caseiro[260] e de um desenho que pensamos ser da casa com garagem (Est. III.6).

Entre estas alterações e as que tiveram lugar já nos anos 90, estamos em crer que a única mudança digna de nota é a inserção de uma varanda com grade em ferro forjado no segundo piso, talvez nos anos 40.

Em 1994 o edifício habitacional sofreu profundas transformações ao nível da planta, como se pode ver na Est. V.12. As obras foram dirigidas pelo Arq. Arnaldo Pimentel Barbosa, que teve que adaptar esta casa à sua nova função: a de receber convidados da empresa e já não a de acolher uma família. Optou-se por criar quartos com casas de banho individuais e por dar um maior conforto

Est. V. 25 — Plantação do pomar (Outubro. 1932 - Raúl Ramos-Pinto)

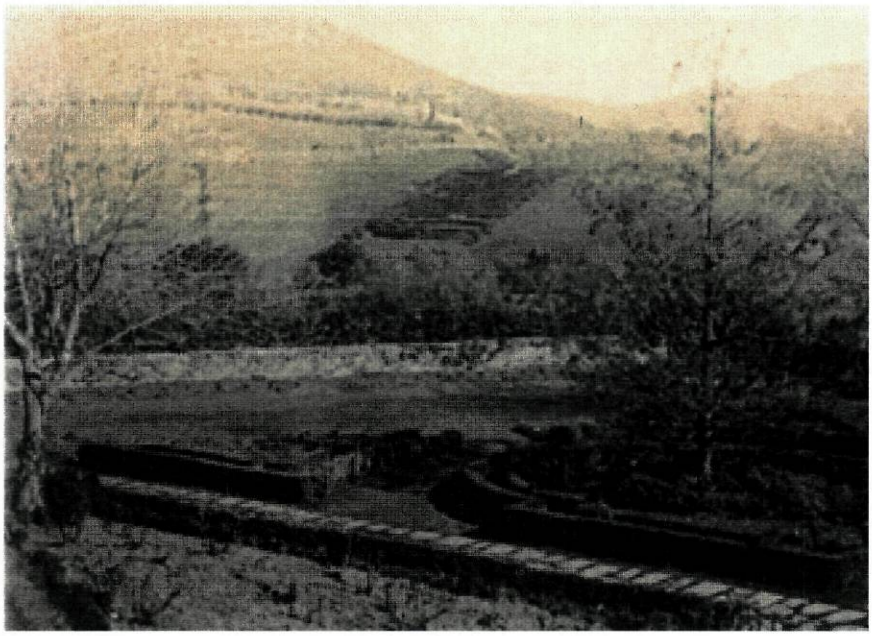
[260] AHARP — Livro Bom Retiro 1, fl. 121 (17 Junho 1921) "*Vae ahi sabbado tarde o Raúl e um architecto*"; Idem, fl. 253 (21 Agosto 1922) " *A planta da casa dos caseiros será remettida a V. Snra. directamente pelo architecto visto que o mesmo Sr. deseja dar algumas indicações a V. Snr.*"



Est. V.26 — Piscina (1928 - Raúl Ramos-Pinto)

Est. V.27 — Jardim junto à frontaria da casa (Out. 1933 - Raúl Ramos-Pinto)

a todos os espaços, embora a regra seguida nem sempre tenha sido o respeito pelos usos da região — o ambiente recriado não é o de uma típica casa duriense[261].



Est. V.28 — Jardim (Fev. 1946 - Raúl Ramos-Pinto)

O mesmo arquitecto foi responsável pelas obras de transformação do pátio traseiro, onde também teve que remodelar de acordo com as novas funções: os lagares são destruídos para dar lugar às máquinas exigidas pelas técnicas modernas de vinificação (Est. V.16). Esta estrutura foi feita para albergar as cubas de cimento e esconder da paisagem as cubas de aço inoxidável. No alpendre do pátio foi colocado um lagar de construção recente, memória das antigas estruturas. Hoje é utilizado na elaboração de algum vinho produzido segundo as técnicas tradicionais. Os escritórios da quinta foram colocados dentro dos velhos alpendres de arrumos que ladeavam o pátio. A antiga casa de habitação do feitor ainda serve parcialmente a sua função, estando a restante área a ser utilizada como escritório do feitor e laboratórios, o que também exigiu alterações.

A zona abaixo dos cardenhos, onde se encontra o refeitório e velhas dependências de lavoura, como a cozinha, os currais e os galinheiros vai ser sujeita a grandes alterações funcionais uma vez que a modernização da quinta assim o obriga. Está projectada a transformação da dependência central numa oficina, para poder dar assistência à inúmera maquinaria ali existente.

---

[261] Cf. p. 68, acerca da nossa apreciação sobre o interior da casa duriense.

DOCUMENTOS

DOC. 1

AHRP — Capa 33, documentos soltos, s/d.

«*Nota aos arbustos e arbores que o Ex.mo Sr. Raul me pediu.

Solanus betaceum trepadeira

Idem pseudo capricum idem

Sutherlandia frutesceus idem

Junipeirus Virginiana

Pinus-pinca (pinheiro manço)

Pinus sylvestris rigensis (rega)

Jardim Sciadopytis verticullata (pinheiro guarda sol)

Sanodimu sempervirens (sequoia semprevirens)

Betula Alva

Celtis Cordifolia

Diospyros Lotus carvalho não comestivel

Fraxuins exelcior (freixo comum)

Julgans nigra (nogueira da america)

Morus Alba (amoreira)

Morus Nigra

Platanus orientales

Pessegueiros — Krumello

Pessegueiros — Le Vainquer Estrangeiros

Pessegueiros — Joaquim Machado

Pessegueiros — Maracotão amarelo seôdio

Pessegueiros — Rosa Portuguezes

Platanus argentina variegata

Populos (Choupos)

Populos Alba

Populos Augulata

Populos Balsamea

Populos Canadensis

Populos Fastigiata

Populos Nigra

Populos Tremula

Prumus Pissardi fol. Purpureis

Qeuercus coccinea

Qeuercus rubra

Qeuercus pedunculata

Qeuercus cerris

Sorbus aucuparia

Ulmus campestris

* As palavras sublinhadas apresentavam uma caligrafia diferente.

Pereiras — Cépola 1ª
Pereiras — Napoléon 1ª
Pereiras — Madame Ballet
Pereiras — Alexandre Ballet
Pereiras — Duchesse d'Augouleme
Pereiras — Lawsou
Pereiras — Cristiano Van-zeller
Pereiras — Figueirôa
Acuneia florlibunda
Persea nidica
Schcuns molle (pimenteiras)
Ameixeiras — Botan
Ameixeiras — Burbank
Ameixeiras — Chabot
Ameixeiras — Coe's Golden Drop
Ameixeiras — Gigante
Amendoeiras — Pêche
Idem a fruits monstrueme
Idem Bruantine
Idem Fournat de Brézeunaud
Nogueira de casca tenra
Marmeleiros — Berecky
Marmeleiros — Gigantesque de Vrauja
Nespereiras do Japão
Cypressus glauca (cedro do Bussaco)
Figueiras de Sunyrua
Figueiras de fruits panachés
Deve haver na casa Alfredo Moreira da Silva & Filhos
Laranja de umbigo ou da Baia
Laranja coroa de Rei; Limueiras Comum
Limoeiros galego
Limoeiros de fructos grandes
Limoeiros Margarita
Tangerinas — Setubalense
Tangerinas — Carvalhaes
Quanto custará cada uma d'estas arbores?»

«Eucaliptos e palmeiras: No dia 23 foram expedidos para ahi mais 200 eucaliptos e 20 palmeiras, fazendo assim um total de 400 eucaliptos e 40 palmeiras. As palmeiras destinam-se á avenida para os sitios mais seccos.

DOC. 2
AHRP — Livro Bom Retir 1, fl. 194-195, 27 Janeiro 1922.

Arvores: A plantação das arvores que para ahi teem ido deve ser feita com toda a brevidade afim de q não sofram com a demora. Perto da casa pôr de preferencia arvores de fructo ou de enfeite do que as oliveiras que são muito tristes. Junta vae uma lista das plantas que para ahi mandou o horticultor Jacintho de Mattos. (...)
A primeira expedição de plantas foi de:
6 Marmelleiros
16 Ameixieiras
10 Pereiras
25 Nogueiras
6 Nespereiras
10 Amendoeiras de casca tenra
13 Cerejeiras
20 Amoreiras brancas
4 Amoreiras pretas
50 Aveleiras
4 Solanus pseudo capricum
2 Junipeiros virginia
6 Pinus pinca
6 Pinus insignis
6 Pinus excelsa
6 Diospyros
12 Limoeiros sendo 4 vulgares, 4 Gallegos e 4 Rotundo.
Segunda expedição feita em 26 de Janeiro:
15 Pereiras de diversas qualidades
10 Ameixieiras de diversas qualidades
6 Nespereiras
25 Nogueiras
10 Amendoeiras de casca tenra
10 Amoreiras brancas
30 Aveleiras
6 Solanum Pseudo capricum
2 Junipeiros virginia
6 Pinus pinca
6 Pinus insignis
6 Pinus Excelsia
2 Julgans nigra
2 Platanus orientalis
2 Platanus occidentalis
2 Populos alba
2 Populos canadensis
2 Populos tremula
6 Diospyros de diversas qualidades»

«Varanda: Prefeririamos que os cantos da varanda ficassem como está na planta, isto é, da maneira indicada no primeiro desenho.

No caso, porém, de isto ser muito mais difficil, ou dispendioso, autorisado fica V. Snra. a fazer os cantos em redondo, em baixo, tambem. Em redondo só junto à escada, assim: »

DOC. 3

AHRP — Livro Bom Retir 1, fl. 379, 23 Janeiro 1923.

V.2 QUINTA DA PACHECA

LOCALIZAÇÃO: Cambres (Lamego)
CRONOLOGIA: 1911; 1974; 1983; 1985
PROPRIETÁRIO: Eng. Eduardo de Mendia Serpa Pimentel
ARQUITECTO/ENCOMENDADOR: Afonso Serpa Pimentel
FUNÇÃO INICIAL – Produção vinícola
ACTUAL – Produção vinícola
DIMENSÕES: 30 hectares
FONTES: Arquivo Histórico da Quinta da Pacheca; Arquivo Distrital do Porto

Est. V.29 — Vista geral da Quinta da Pacheca, sobranceira ao Douro

Sobranceira ao rio Douro, mesmo em frente à cidade da Régua, situa-se a Quinta da Pacheca com grande tradição dentre da Região do Douro. O primeiro nome conhecido a ela ligado é o de Bastião Pereira, de Pomarelhe, que empraza ao mosteiro de S. João de Tarouca, em Maio de 1551, uma vinha em Peradanta[262], abaixo de Tourais, nome pelo qual era então conhecida a quinta. A denominação "Pacheca" é referida a partir do século XVIII, provavelmente ligada à figura de Mariana Pacheco Pereira[263].

---

[262] AHQP, Fundo Pachecos Pereira, doc. n.º 1.

[263] O testamento de Mariana Pacheco Pereira, datado de 1735, fala na Quinta de Tourais, deixada a Pedro Pacheco Pereira, seu sobrinho (ADP, Fundo Notarial, PO 8º, Lv. 205, fl. 17v a 23). Depois, em 1750, um documento reconhece as «*propriedades pertencentes à Comenda de S. Martinho de Cambres junto à quinta de Tourais, chamada da Pacheca*». AHQP, Fundo Pachecos Pereira, doc. n.º 22.

Est. V.30 — Fotografia aérea da Quinta da Pacheca (início dos anos 70)

O casco da quinta era prazo ao mosteiro de Santa Maria de Salzedas[264], sendo constantemente alargado durante o século XIX por sucessivas compras de prazos e propriedades, dispersas pelas imediações de Tourais, algumas das quais ainda na posse desta casa. Em certos casos chegaram a trocar-se terrenos, de forma a conseguir unir as terras. Exemplo disso é uma troca efectuada em 1855 com Bernardo Pinheiro de Aragão, da quinta da Varanda, que possuía «*umas terras encravadas*» na quinta da Pacheca[265].

Est. V.31 — Resultado do estudo da produção (AHQP)

Por se situar no Baixo Corgo, coração das Demarcações Pombalinas, foi desde logo incluída no rol das terras com capacidade para produzir vinhos de Feitoria, aptos a serem exportados para Inglaterra[266]. A situação da quinta terá declinado com as já referidas pragas do século XIX, tendo sido vendida em Setembro de 1903 a José Freire de Serpa Leitão Pimentel e a António Francisco Machado Mendia. Os novos donos investiram na recuperação das vinhas e das áreas construídas, como veremos mais adiante, e mesmo no alargamento da propriedade, que se tem mantido na posse desta família[267].

A recuperação dos vinhedos foi empreendida de tal modo que alguns autores da época dão conta da forma como a replantação foi levada a cabo de forma cientifica[268]. O mesmo

---

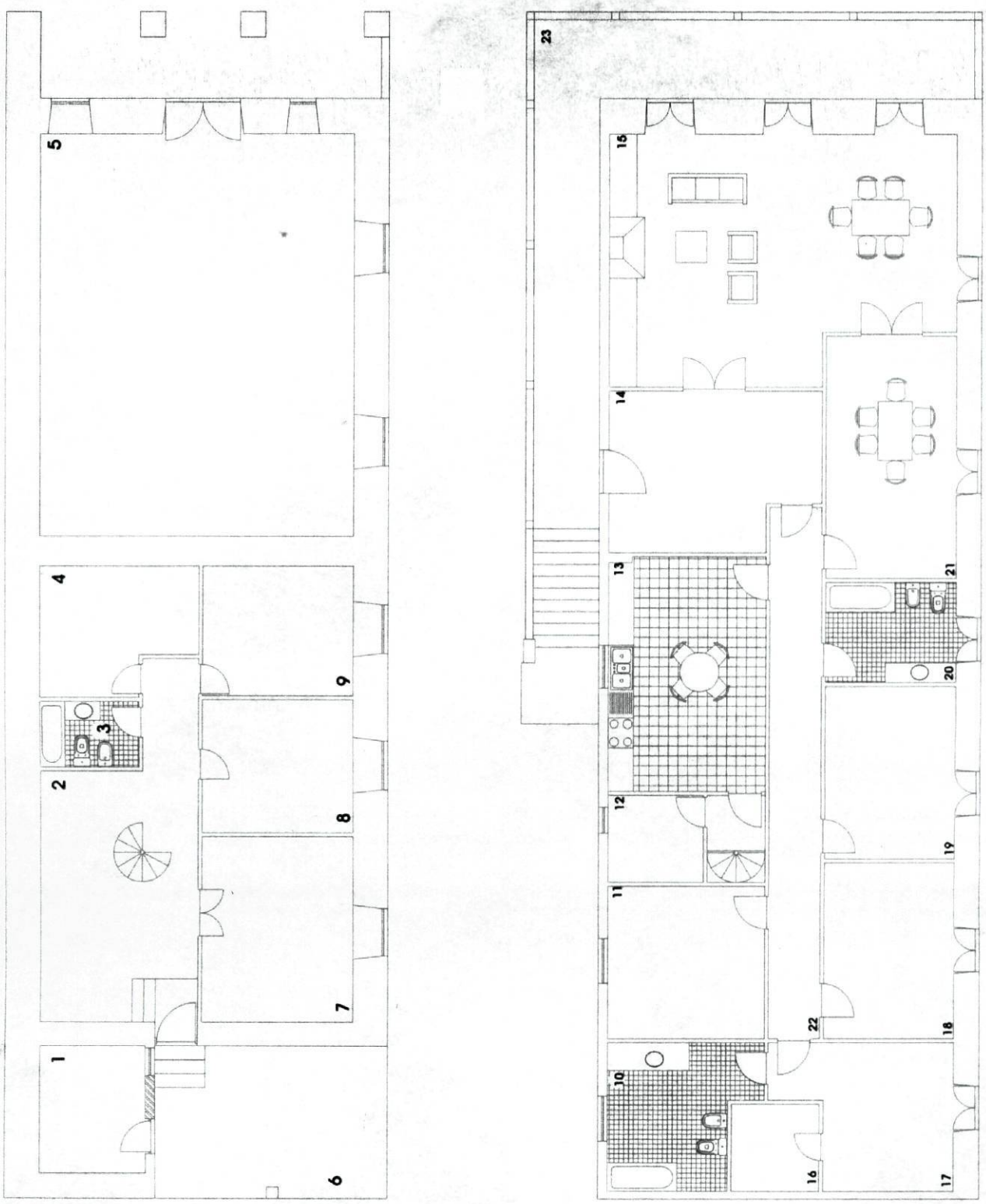
[264] O primeiro prazo conhecido data de 1659, tendo sido dado a José Pereira Pacheco, filho de Manuel Pereira Pacheco e Joana Pacheco (AHQP, Fundo Pachecos Pereira, doc. n.º 11). Como o arquivo do Mosteiro de Salzedas desapareceu, não nos foi possível confirmar desde que época esta propriedade se encontrava na posse da família Pacheco Pereira.

[265] AHQP, Fundo Pachecos Pereira, doc. n.º 38.

[266] Cf. FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — Op. cit., 1949-1951.

[267] AHQP, Fundo Pachecos Pereira, doc. n.º 39 a 43.

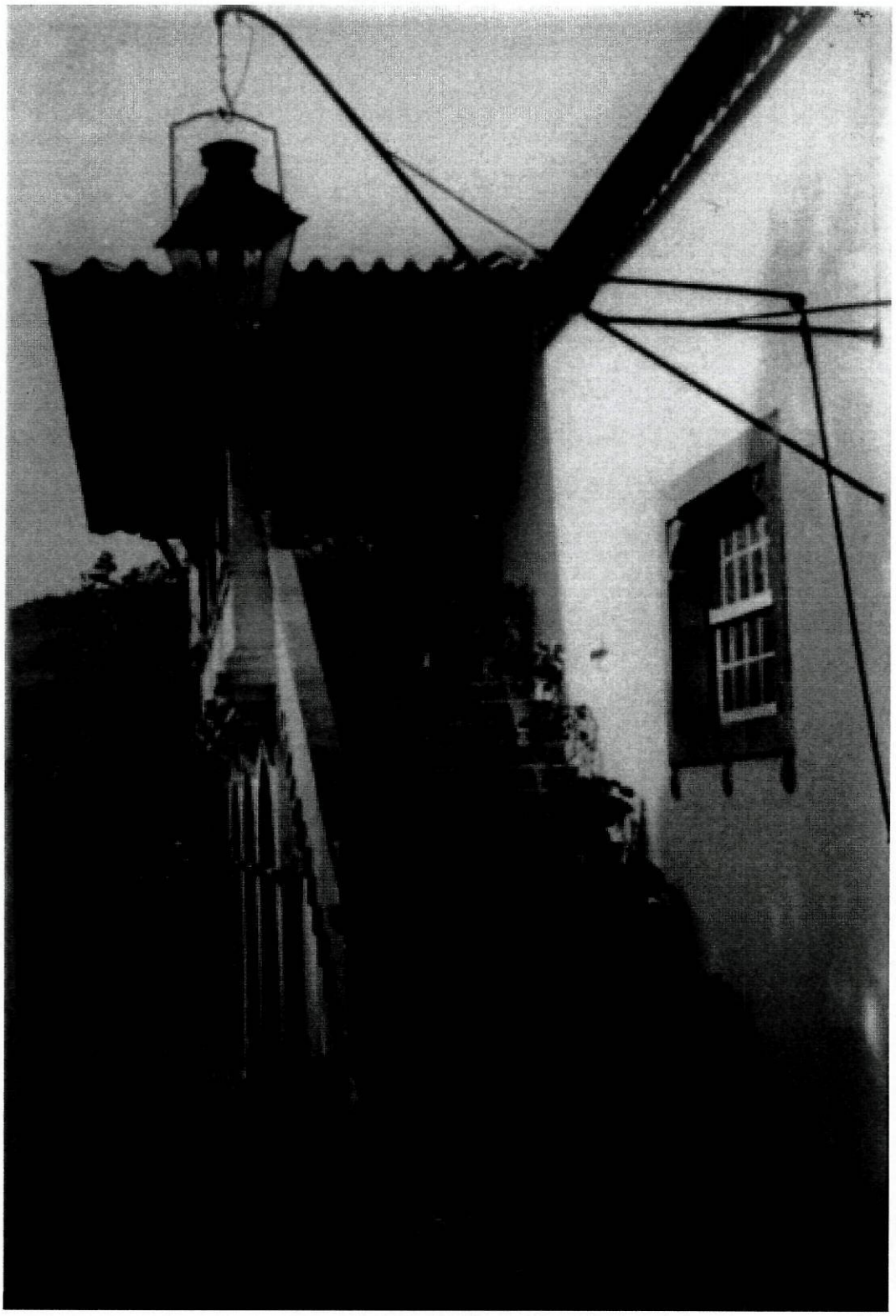
[268] MONTEIRO, Manuel — Op. cit., 1911, p. 135.



Est. V.32 — Planta da casa de habitação da Quinta da Pacheca (Eng. Luís Sá - 1998)

LEGENDA:

1 — Quarto da costura
2 — Hall
3 — Casa de banho
4 — Arrumos
5 — Armazém
6 — Quarto
7 — Quarto
8 — Quarto
9 — Quarto
10 — Casa de banho
11 — Quarto
12 — Lavandaria
13 — Cozinha
14 — Hall
15 — Sala de estar
16 — Quarto de vestir
17 — Suite
18 — Quarto
19 — Quarto
20 — Casa de banho
21 — Sala de jantar
22 — Corredor
23 — Varanda alpendrada



Est. V.33 — Antiga disposição das escadas (s/d - AHQP)

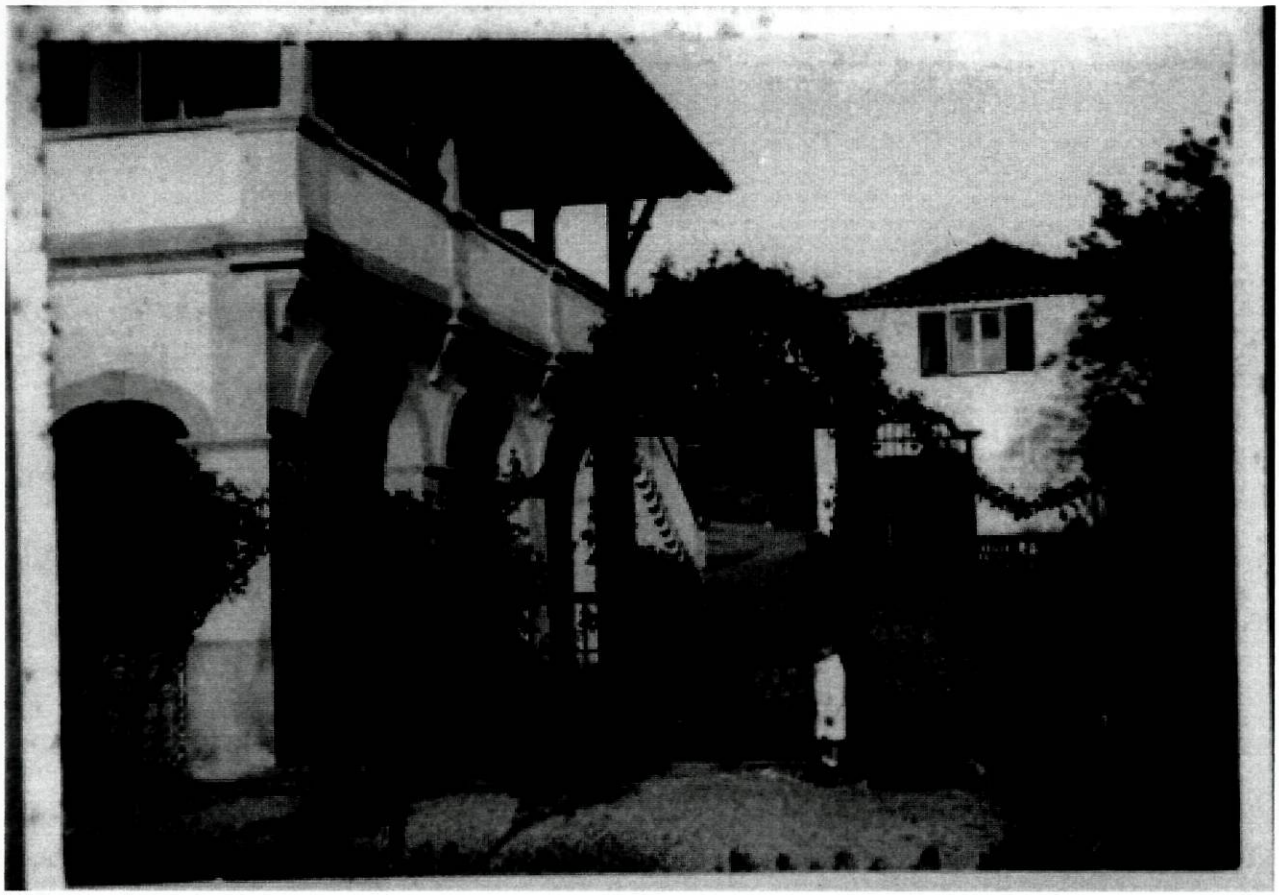
confirmado numa foto antiga em que os então proprietários experimentavam a qualidade das uvas consoante o tipo de tratamento empregue (Est. V.31). De facto, nesta quinta existiu uma nitreira, como na quinta de Paço do Monsul, sendo levados a cabo vários testes. Os resultados eram depois comparados com os de Afonso Coelho Cabral, dono do Monsul (Est. V.55).

Por se localizar numa zona plana não foi necessário recorrer aos tradicionais socalcos, como na maior parte do Douro, sendo já possível a mecanização de uma área considerável. Os bardos foram colocados de forma tradicional, sendo o seu perímetro marcado por oliveiras e ciprestes e os caminhos internos bordados por árvores de fruto, principalmente pereiras.

Est. V.34 — Fachada principal

Marca igualmente a arquitectura desta quinta a alameda de plátanos que se abre no portão da quinta e nos conduz ao terreiro principal. É um pátio em areão orlado com pequenos canteiros de sardinheiras e outras plantas decorativas, onde se distribuem a casa de habitação, os escritórios, a casa de receber e a casa dos lagares.

A poente situa-se o jardim, articulado com a casa de habitação e a casa do motorista. Possuindo a estrutura de um bosquete, é composto por espécies arbóreas utilizadas neste tipo de estrutura —carvalho, cedros, loureiros, japoneiras, bambus — e ainda por pequenos canteiros de flores. Todo este espaço encontra-se rodeado por um murete, com grades de ferro forjado. No lado norte encontramos apenas um imenso terreiro circundado por plátanos, que fora em tempos ocupado por canteiros de buxo. Este jardim era também cercado por uma grade de fasquias de madeira (Est. V.35). Actualmente é aqui que se realizam as grandes recepções da quinta.



Est. V.35 — Pormenor da fachada poente (s/d - AHQP)

Uma outra zona ajardinada encontra-se no lado oposto da casa, junto à capela e a um caminho calcetado com seixos do rio, rematado por um tanque em granito. O espaço é ocupado por canteiros e vasos, várias árvores dispersas, como cedros e japoneiras.

A primeira descrição da quinta a que tivemos acesso encontra-se num manuscrito da BPMP[269], onde se diz que o casco da quinta «*consta de Vinhago, e no Corporal delle tem as Cazas a saber as Cazas de sobrado que tem de comprido cento e des, 110 palmos, e de largo trinta e cinco, 35 e a Caza de Lagares com o mesmo comprimento que contem em si quatro, 4, Lagares de pedra de Cantaria, e outras Cazas defronte destas de sobrado que tem de comprido*»[270]. Apesar de estar incompleta, esta descrição permite-nos identificar a actual casa de habitação com a do século XVIII, apenas faltando o edifício dos lagares, demolido em 1974, como veremos adiante. A organização primitiva seguia o padrão tradicional, em que lagares e adega são incorporados na própria casa. Esta estrutura foi mantida nos século seguintes pois a escritura de venda descreve-a do mesmo modo: «*uma casa d'habitação, com seu armazem,*

[269] PEREIRA, Gaspar Martins; COSTA, Natália Fauvrelle — *Instruções para a cultura das vinhas e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia.* In "Douro — Estudos & Documentos". Vol. 3, n.º 5 (1998) 161-175.
[270] Idem, p. 175.

casa de quatro lagares, casa de cosinha, quatro casas terreas, um coberto com colunas de ferro, casa para cocheira e cavallariça, capella e terrenos em volta de vinhas com oliveiras e arvores de fructa, quintal com seu pôço»[271].

A alteração mais evidente é o acrescento do corpo nascente ao nível do andar habitado. Não existe qualquer prova que documente a data desta alteração. Apenas é possível

Est. V.36 — Fachada poente actual

afirmar que cerca de 1911 já havia sido construído, como consta de uma fotografia de Emílio Biel publicada por Manuel Monteiro, no livro "Douro...".

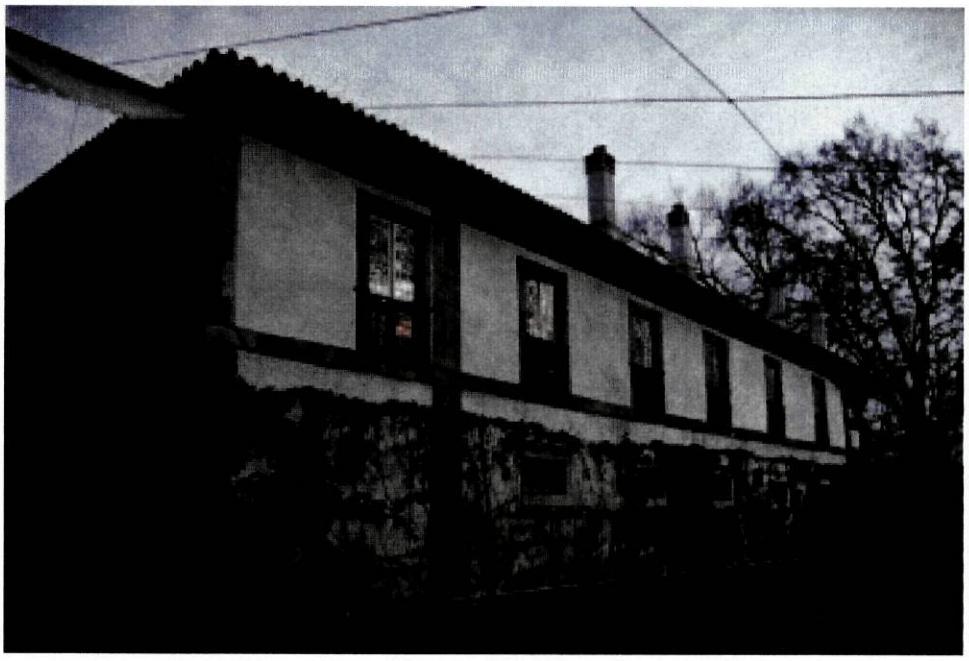
Ao longo do século XX este edifício foi sofrendo sucessivas alterações, que se iniciaram por volta de 1911, com a construção de uma fachada mais monumental no lado poente da casa, desenhada por Afonso de Serpa Pimentel, marquês de Gouveia[272] (Est. V.35). A linguagem arquitectónica empregue, embora riscada por um amador, reporta-se a tempos mais recuados (séc. XVI/XVII), sendo o objectivo dar à casa o *ar de antiguidade*, que a distinguirá de todas as outras. Como referimos, a casa assume um valor de representação social e ao investirem no enobrecimento da habitação os novos proprietários demarcam claramente o seu poder na comunidade.

---

[271] AHQP, Fundo Pachecos Pereira, doc. n.º 39.

[272] Informação fornecida por D. Teresa e Eng. José Serpa Pimentel. Além do risco destas obras é também responsável por obras na casa da Quinta de Vale de Abraão, da mesma família, entretanto seriamente afectada por um incêndio fruto do descuido das autoridades competentes.

Nesta época são igualmente construídas uma série de dependências ainda hoje em funcionamento, com excepção dos cardenhos dos homens e das mulheres, como sucede na maioria das quintas. Salienta-se o grande armazém, com lagares em pedra[273], e a adega, de grandes proporções.



Est. V.37 — Fachada das traseiras, voltada ao rio Douro

Entre essas construções salientam-se igualmente a chamada "casa de cima", a cozinha e o refeitório dos trabalhadores e os galinheiros. Estes últimos são extremamente cuidados sob o ponto de vista construtivo: nichos individuais em cimento, pátio comum também cimentado. O refeitório e a cozinha dos trabalhadores, que se comunicam através da roda, têm a particularidade de apresentarem a armação do telhado de uma forma diferente da tradicional, mais ornamental, talvez da autoria do marquês de Gouveia[274]. A cozinha ganha monumentalidade pelo saial da chaminé, assente em pilares de granito, que ocupa uma parede. A "casa de cima", construída por alturas da I Guerra Mundial segundo o actual proprietário, é apenas utilizada para arrumos dadas as suas dimensões e o seu estado de degradação, estando neste momento a ser estudado o seu restauro, tendo em vista o aproveitamento para fins turísticos, assim como das dependências a ela anexas (o refeitório e a cozinha).

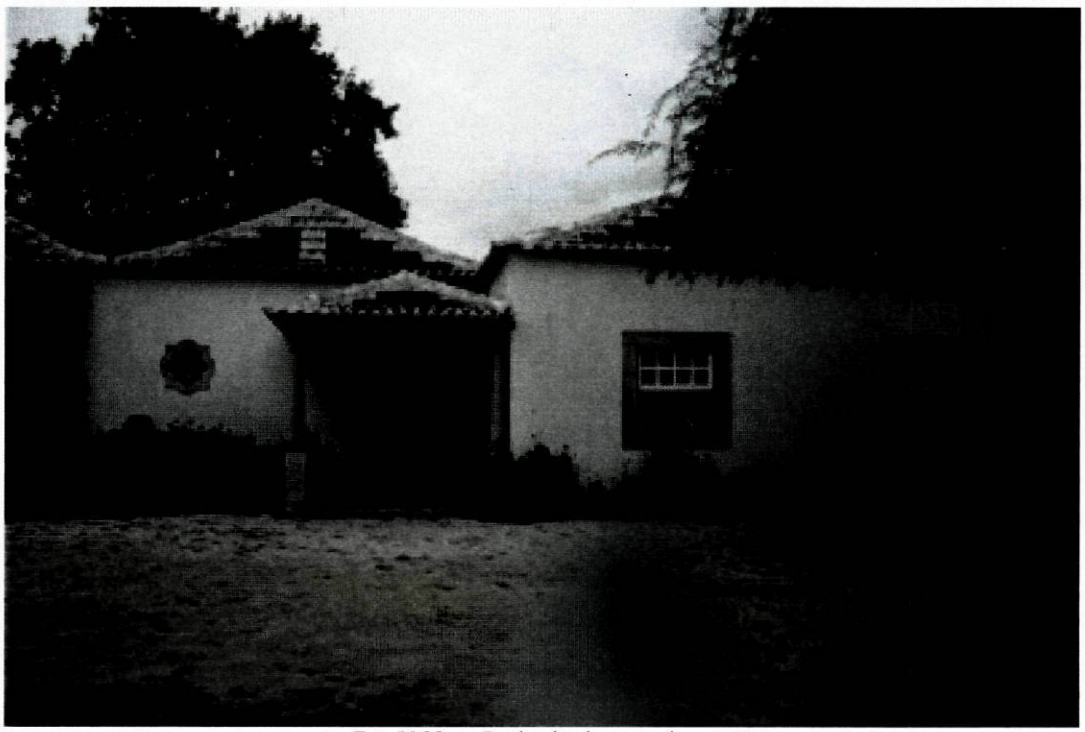
No ano de 1974 foram levadas a cabo obras de vulto, anulando-se o protagonismo da fachada erguida no princípio do século. Procede-se à demolição da casa dos lagares e da escada lateral de acesso (Est. V.30 e V.33). Constrói-se uma nova fachada voltada ao

[273] Estes lagares encontram-se datados de 1911.

[274] Já tivemos oportunidade de descrever o tipo de armação aqui presente no cap. IV. (Est. IV. 9 e IV.11).

pátio, que aproveita o balcão do lado poente, prolongando-o numa varanda/alpendre, que se torna no elemento dominante da casa (Est. V.34). Os novos vãos são abertos imitando o mais possível os antigos, chegando mesmo a criar-se um óculo com desenho de inspiração oitocentista[275] Por ser do agrado do proprietário, o Sr. Eng. Eduardo de Mendia Serpa Pimentel, este óculo foi copiado de uma casa da cidade do Porto. Esta atitude revela, mais uma vez, o respeito pela tradição e pela antiguidade da casa, símbolo da família. Algum material da zona destruída é aproveitado, como a janela que está na fachada da antiga casa do cocheiro[276] e outro é fruto de reaproveitamento de demolições, como é o caso da cornija. Fazem-se mais duas janelas iguais a esta para serem colocadas a ladear a entrada da adega (Est. V.39). Tal facto imprime uma certa harmonia ao conjunto, que assim aparenta ser todo da mesma época.

Ainda no terreiro principal situa-se a casa de visitas, construída com fins turísticos, em



Est. V.38 — Fachada da casa das visitas

1983[277], numa zona que estivera ocupada por galinheiros, cardenhos e cozinha de fora (Est. V.38). Nas traseiras desta casa foram instalados o centro de engarrafamento e as cubas de aço inox, encaixadas entre o edifício e as escadas que fazem a ligação à parte alta da quinta. Como nas outras obras, houve a preocupação de não construir nada que alterasse

[275] Informação fornecida por D. Teresa e Eng. José Serpa Pimentel

[276] Esta janela encontrava-se junto das escadas de acesso ao andar superior, como se pode ver na Est. V.33.

[277] Data inscrita na soleira do alpendre.

o equilíbrio da quinta, optando-se por utilizar vãos de desenho tradicional, por construir um alpendre que, como vimos, é um elemento importante na casa do Douro, e por copiar o óculo da fachada da casa, procurando-se novamente a unidade do conjunto. Ao lado da entrada foram colocadas mós e outras pedras, e até mesmo um marco da feitoria datado de 1761, ornamentos que transmitem simbolicamente a antiguidade da casa.

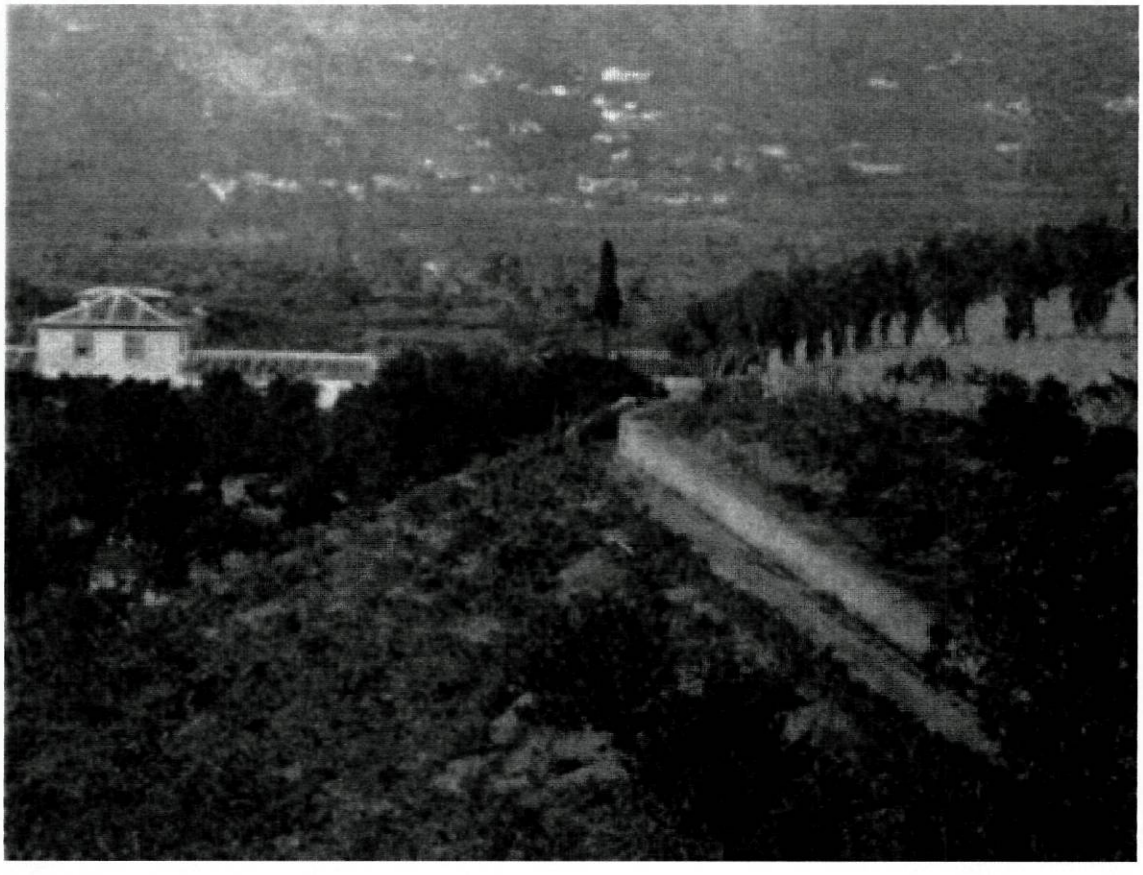
O outro elemento importante nesta quinta é a capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição (Est.III.11). Trata-se de um edifício de pequenas dimensões, de fachada lisa, coroada por uma cruz em granito. Esta foi colocada em 1995, aquando o restauro, em substituição da antiga, que se encontrava já em avançado estado de degradação, mas copiando todo o seu desenho. Do interior destacam-se um crucifixo incrustado a madrepérola, com Cristo em marfim, de estilo indo-português, alguns ex-votos de prata e o retábulo de estilo neoclássico, restaurado em 1995[278].

Est. V.39 — Fachada da adega

[278] Os proprietários optaram por lhe retirar a policromia (azul e branca) bastante deteriorada, deixando a madeira nua.

V.3 QUINTA DO PAÇO DO MONSUL

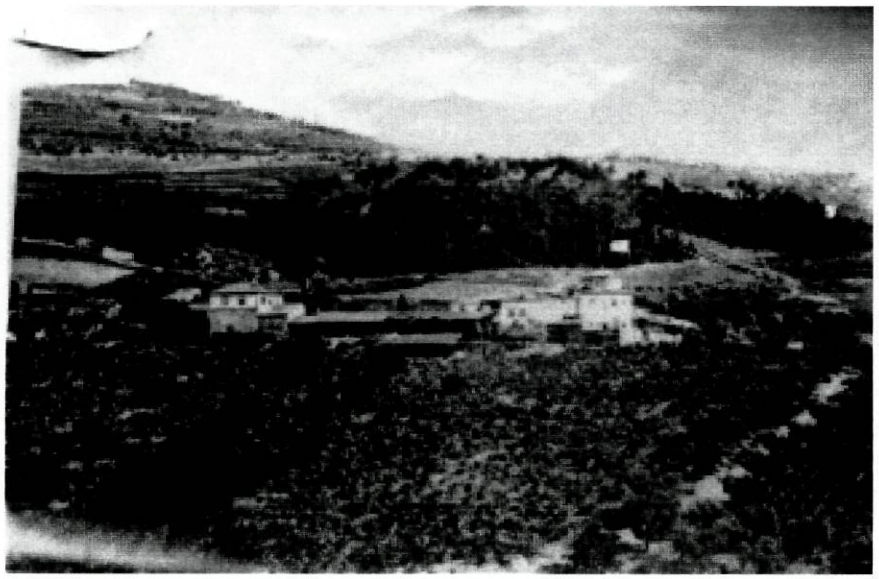
LOCALIZAÇÃO: Cambres (Lamego)
CRONOLOGIA: Séc. XVI; 2ª met. Séc. XIX, princípios do XX
PROPRIETÁRIO: Herdeiros de Francisco Pereira Cabral
ARQUITECTO/ENCOMENDADOR: Luís Guedes de Carvalho; Afonso Pereira Cabral
FUNÇÃO INICIAL – Produção vinícola
ACTUAL – Produção vinícola
DIMENSÕES: 21 hectares
FONTES: Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul



Est. V.40 — Vista do pomar e traseiras da casa do Monsul (s/d - AHQPM)

A Quinta do Monsul destaca-se na paisagem do vale de Cambres pelos ciprestes que bordam o seu perímetro, sempre alternados por oliveiras e árvores de fruto. As construções erguem-se num ponto alto e plano da quinta, do qual se avista ao longe a povoação de Cambres e, mais próximo, o casario de Rio Bom. Em torno dessa elevação estende-se a vinha que, pela pouca inclinação do terreno, não se apoia nos tradicionais socalcos.

O primeiro proprietário desta quinta foi Pedro Viegas, que a recebeu de D. Afonso Henriques e a vendeu, em 1201, a D. Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz[279]. Como é sabido, foi esta senhora quem fundou o mosteiro de Salzedas, a quem doará a dita quinta. Uma vez na posse do Mosteiro foi emprazada em 1331 ao conde de Penela, Afonso de Vasconcellos e Menezes, sendo referida como *Granja do Moçullo*[280]. A próxima referência data de 1469, quando é emprazada a Gonçalo Afonso e a sua mulher, Beatriz Dias, referindo o documento a existência de lagares na dita *Quinta do Moçullo*[281]. O prazo feito a Paulo Rodrigues, filho de Ana Gonçalves, e a Leonor Nunes, sua mulher, em 1541, é a primeira descrição da quinta, onde se refere a existência da casa do Paço e de *moradas que forão emprazadas a Gonçallo Affonço*[282]. Mais pormenorizado é o prazo de 1578, feito a Ana Rodrigues, viúva de Domingos Leitão, de Armamar, em que lhes «*Emprazarão humas cazas que estão na Quinta do Moçullo. Primeiramente huma caza sobradada que tem em comprimento seis varas e de largo quatro; Outra caza que serve de Cozinha a qual he terreira que tem sette varas de comprido e quatro varas de largo; Outra Caza sobradada que chamão Torre que tem sette varas de comprido e sinco de largo. Uma outra caza que chamão Paço que tem sette varas de comprido e de largo sinco. Outra caza terreira com hum pardieiro que tem tudo de comprido treze varas de largo quatro. Outras cazas sobradadas com suas lojas que tem de comprido nove varas e de largo seis varas. Huma caza que tem dentro dous lagares que tem de comprido sinco varas e meia e de largo sette. Hum pardieiro pegado a esta caza que tem sette varas de comprido e oito de largo. Mais*



Est. V.41 — Vista da Quinta do Monsul (s/d - AHQPM)

[279] AHQPM — Livro das Compras, fl. 4.
[280] AHQPM — Livro dos Prazos, fl. 2.
[281] AHQPM — Livro dos Prazos.
[282] AHQPM — Livro dos Prazos.

Est. V.42 — Pintura mural com a recriação da primitiva casa da Quinta do Monsul

outra caza derrobada que tem seis varas de comprido e tres de largo, partem estas cazas, digo outra cozinha sobradada que tem sinco varas craveiras em comprido e tres e meia de largo, partem estas cazas com Anna Gonçalves moradora na mesma Quinta e com Pantalião Francisco morador em Sande, tem estas cazas huma serventia para hum terreiro que esta adiante dos portaes das dittas cazas»[283].

No documento de 1541 a casa era alvo de um pagamento especial e neste último há uma clara distinção dos edifícios, sendo os mais notáveis o Paço e a Torre, como já vinham referidos no emprazamento feito ao conde de Penela. Na Idade Média este tipo de designação só era dado à morada de nobres ligados ao rei, o que revela a importância que esta propriedade assume. A palavra *paço* tem a sua raiz em *palatium*, que designa o palácio real e, em última análise, o símbolo máximo do poder régio no norte da Península, como aponta José Mattoso[284]. A sua existência está claramente ligada ao meio rural, à posse da terra, pois esta era a organização da sociedade e da economia medievais. Ao contrário do que se passou em França, onde o paço tinha uma função militar, em Portugal tem sempre uma função civil, logo de habitação[285]. Por outro lado, a *torre*, ligava-se inicialmente à

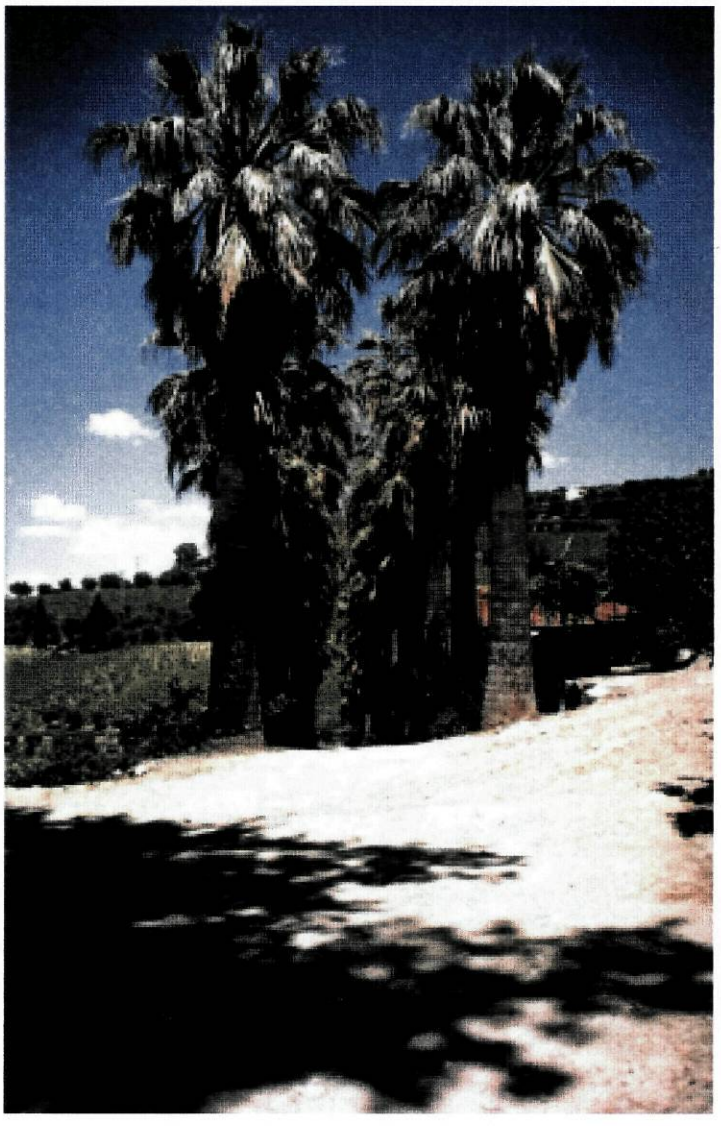
[283] AHQPM - Livro de Prazos, fl. 44 a 48. Nos prazos que se seguiram a este, datados de 1603, 1691, 1725 e 1754, utiliza-se a mesma fórmula descritiva embora já sem diferenciar as casas com este tipo de nomenclatura.

[284] MATTOSO, José — *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. vol. I - Oposição. 4ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 128.

[285] SILVA, José Custódio Vieira da — Op. cit., 1995, p. 34-35.

defesa do território e às *quintãs*, tornando-se a partir dos finais da Idade Média num valor simbólico indissociável da linhagem familiar[286].

Um outro pormenor que revela a importância desta casa na história medieval portuguesa é uma sentença do rei D. Pedro, datada de 1328, em que este proíbe as «*cassadas ou ajuntamentos por qualquer guiza nem notheficaçoes ou outras malfeitorias nas Geiras do Moçullo*»[287]. Esta mesma resolução foi um dos pontos que o Infante D. Henrique quis esclarecer ao mandar fazer um tombo no Mosteiro de Salzedas, em 1445.



Est. V.43 — Avenida Inês

Mantendo-se na mesma família desde o século XIV, esta quinta está hoje na posse de um grande número de proprietários. Tal facto não tem significado a sua descaracterização. Pelo contrário. Como é comum na sociabilidade duriense há um gosto pela preservação da tradição e da memória familiar. As intervenções efectuadas visam a conservação, com uma excepção que assinalaremos mais adiante. As únicas mudanças de vulto de que temos notícia datam da segunda metade do século XIX e do princípio deste.

[286] Cf. p. 7 e ss.
[287] AHQPM — Livro das Sentenças, fl. 6

As obras de transformação iniciam-se com Luís Guedes de Carvalho Souza e Vasconcellos. É ele quem manda encanar a água na quinta e procede à sua reestruturação, que passa por obras nos cardenhos, hoje fora de uso. Manda plantar um grande número

Est. V.44 — Pátio do Monsul (lado sul)

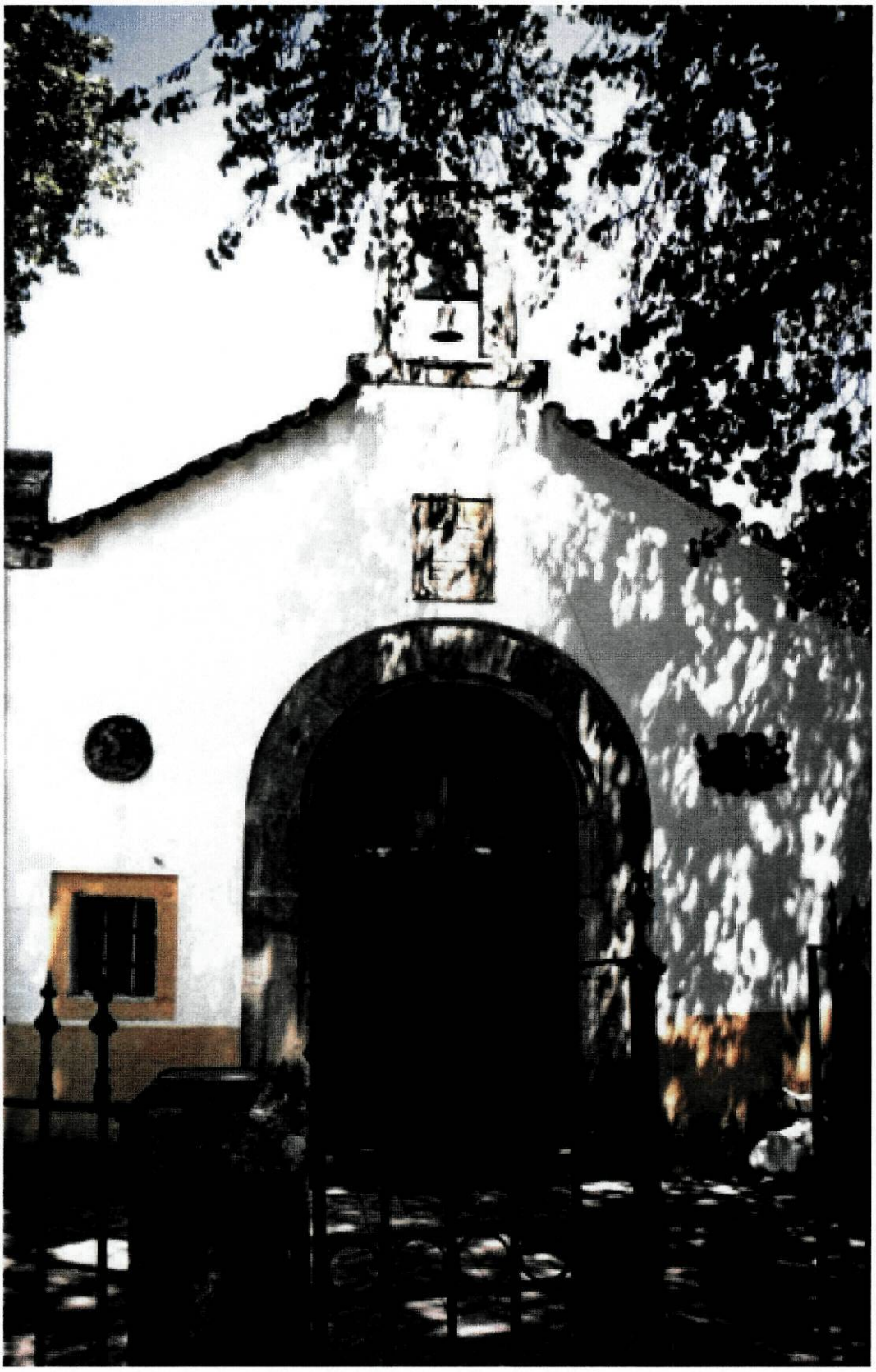
Est. V.45 — Pátio do Monsul (lado norte)

Est. V.46 — Vista do pátio do Monsul

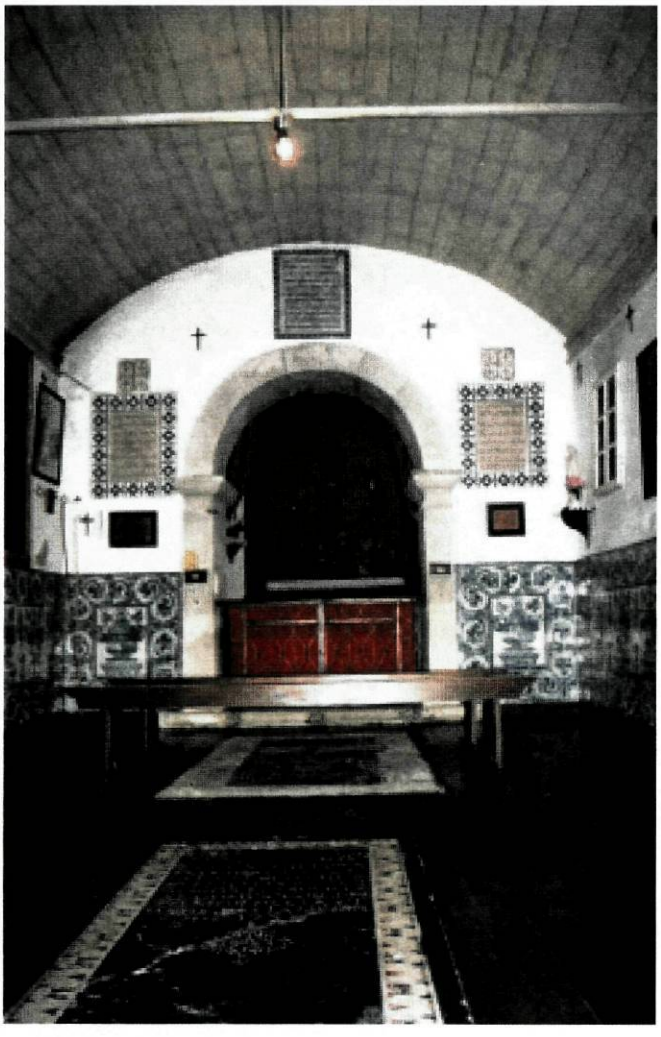
de oliveiras e algumas árvores decorativas, compensando de certa forma o rasto de destruição deixado pelo *oidium*, que afectara as vinhas em 1852. Modifica o pátio principal transpondo para o meio o tanque mandado fazer por Gonçalo Afonso Coutinho, primitivamente junto à capela, com a data de 1469[288] (Est. V.44). Além deste existem mais tanques no resto da quinta, ainda que sem a sua monumentalidade. Realiza igualmente algumas alterações no interior da casa, havendo notícia de que mandou fazer a lareira do quarto maior[289].

A obra de vulto a que procede diz respeito à capela, que manda reconstruir em 1848 (Est. V.47). Dedicada a Santo António, foi instituída em 1599 por Gaspar de Carvalho de Lucena e Leonor Gouveia Leitão[290], sendo tradição dizer-se que os medalhões que decoram a sua fachada representam os instituidores. É apenas referida no prazo de 1691, pois não estaria construída em 1603, quando o mesmo Gaspar de Lucena empraza a quinta ao Mosteiro de Salzedas. No seu interior guarda vários ex-votos (quadros, lápides e vários tipos de objectos) e lápides comemorativas (Est. V.48). Estas últimas foram sendo colocadas

[288] Junto à data encontramos um brasão, muito apagado, que não conseguimos identificar. Pode tratar-se do emblema de um antigo dono da quinta.
[289] AHQPM — Memórias do Ano de 1862, cf. doc. 12.
[290] AHQPM — Livro n.º 32 da Casa do Monsul, fl. 39.



Est. V.47 — Fachada da capela de Santo António

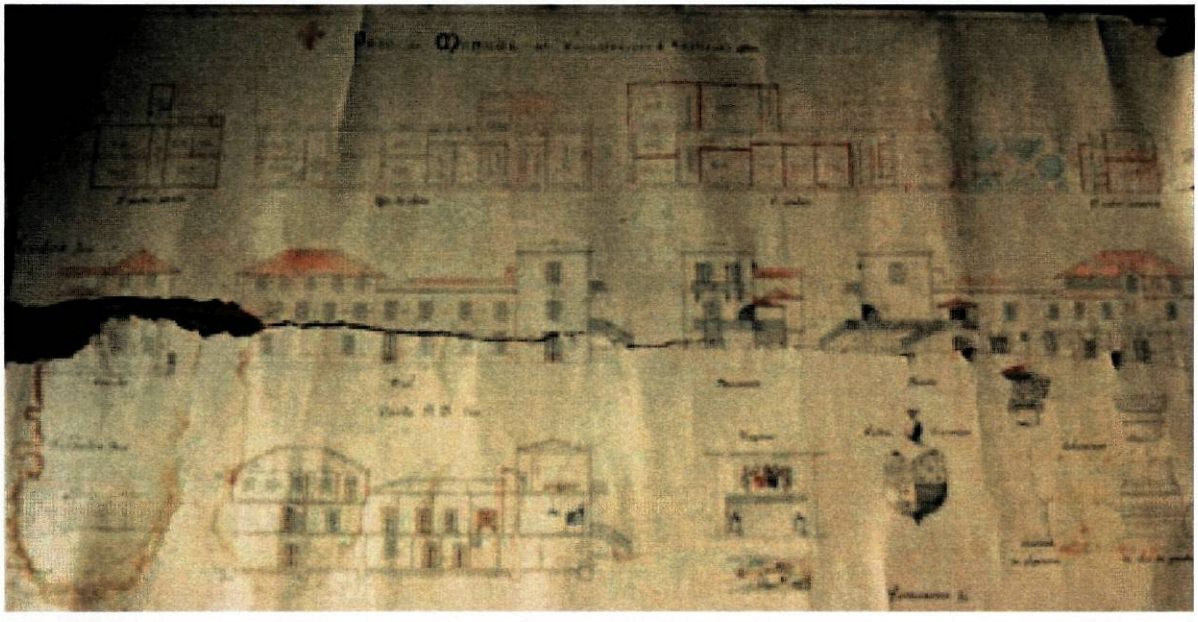


Est. V.48 — Interior da capela de Santo António

ao longo dos séculos pelos sucessivos donos do vínculo da capela, que desta forma lembravam aos vindouros as suas obrigações[291]. Os sinais de prestígio linhagístico da casa estão aqui colocados: o brasão e as ameias. A pedra de armas, representando as famílias Guedes e Vasconcelos, apresenta proporções pouco equilibradas o que lhe confere um ar arcaico, que pode igualmente ser um sinal de alguma antiguidade. Sofreu depois um restauro em 1908, da autoria de Afonso Pereira Cabral que procedeu a alterações mais significativas. Contudo, os seus planos iniciais seriam muito mais ambiciosos a julgar pelo desenho que encontrámos no AHQPM, que propunha uma transformação do tipo de linguagem arquitectónica da casa (Est. V.50). À tradicional e simples casa rural seriam adicionados novos vocabulários, que enobreceriam de sobremaneira a quinta à semelhança do que aconteceu na Quinta do Bom Retiro, por exemplo, com adição de coluna de tipo toscano, alteração dos vãos, reestruturação da pedra de armas, jardim, etc. Por norma, quando o avanço dos tempos dita a mudança, as soluções encontradas tentam conciliar o mais possível o passado com o presente, que surge sempre mascarado de antigo. Neste caso a estrutura fundamental da casa não era alterada mas a sua fachada seria enriquecida por uma linguagem de distinção.

[291] Estas obrigações ficam bem expressas na campa da família, que se encontra no corpo da capela, onde se pode ler: *He hum dever do Homem desfolhar saudades sobre o jazigo a donde jas a virtude e a amizade.* Para além desta campa existe uma outra, em mármores incrustados, vinda de um mosteiro de Lamego.

Est. V.49 — Mapa da Quinta do Monsul (1903 — Afonso Pereira Cabral)



Est. V.50 — Projecto de transformação da casa de habitação do Monsul (1917 — Francisco S. S. Bahal?)

Não sabemos por que motivo não chegou a ser efectuada a obra, se por falta de meios ou de vontade, resumindo-se as mudanças à *factura e reedificação da Caza da Torre no Monsul*[292]. Estamos em crer que toda a ala norte da casa, cuja construção e motivos decorativos correspondem a finais do século passado, seria a *torre* medieval pelas suas medidas e posição (Cf. Est. V.50). Esta reconstrução terá feito desaparecer o corpo antigo mas na planta as medidas parecem corresponder às descrições dadas pelos documentos. O mesmo se aplica na parte sul, cujos baixos seriam os primitivos armazéns e o sobrado o *paço*. Ainda hoje se conservam divisões que apontam para a antiguidade da construção, muito provavelmente do século XV. É o caso da sala de entrada. O pé-direito é baixo, apenas elevado pela cobertura de madeira, de estrutura simples. O aparelho é bastante irregular, como se pode ver nas imperfeições do próprio reboco. As salinhas à sua esquerda situam-se a uma cota ligeiramente inferior e apresentam tectos mais elaborados, o que nos faz pensar que podem ser posteriores a esta grande sala[293]. Apoiando-nos na análise do tipo de soalhos, tectos e na estrutura arquitectónica das divisões, pensamos que pertencem igualmente a este período o primeiro trecho do corredor (Est. V.51) e os dois quartinhos com tecto disposto em quadrículas[294].

Est. V.51 — Corredor da casa

Tendo como base o prazo de 1578 que aqui transcrevemos, podemos identificar ainda a casa dos lagares, as cozinhas e outras dependências. De facto, dos cinco lagares que existem, dois são notoriamente mais arcaicos, constituindo talvez os elementos mais

---

[292] AHQPM — Memórias do Ano de 1862, cf. doc. 12.

[293] Enquanto na sala de entrada o tecto apresenta o sistema de asnas visível, com forro para esconder a telha, as salas laterais têm, respectivamente, tectos em masseira e em caixotões octogonais.

[294] Sobre o forro do tecto são colocadas pequenas fasquias na vertical e, sobre estas, na horizontal, outras traves mais largas decoradas por duas linhas esgrafitadas. Cf. Est. IV.12.

antigos da propriedade. Contudo os lagares não são utilizados pois o vinho é mandado fazer fora, como acontece com o azeite. Quanto às cozinhas, ainda hoje são duas: uma dos caseiros e outra da casa (Est. V.52). Esta encontra-se num edifício de dois pisos (*sobradado*) e deveria estar em tempos isolada da casa. A sua ligação é feita através de um corredor com sala sobre o pátio[295]. A cozinha dos caseiros mantém a sua estrutura inicial, da qual se destaca a grande lareira sobre o chão e o saial da chaminé. Os vários telheiros também têm a sua raiz na estrutura medieval que, basicamente, não foi alterada.

Os planos do Eng. Afonso do Valle Pereira Cabral não ficaram por concluir totalmente pois este conseguiu transformar amplamente a paisagem da quinta, recortada de onde em onde por carreiros estreitos que a dividem (Est. V.49). Ordenou a construção destes arruamentos, que serviam para homenagear os membros da família. Assim, cada rua possui o nome de um dos seus filhos, todos devidamente identificados por marcos de granito (como se vê no mapa da quinta que desenhou). Os netos, por serem muitos, ficaram memorizados num olival e a esposa, de seu nome Inês Van Zeller Guedes de Carvalho, por quem tinha grande admiração, ficou eternizada numa avenida de palmeiras de grande porte que remata o caminho de entrada (Est. V.43). Todos os caminhos são bordejados por vinhas em latada, estando as ladeiras rematadas por olivais, outra importante produção desta casa como acusa toda documentação, que não só refere a azenha do azeite como a plantação de oliveiras.

Est. V.52 — Cozinha de dentro

[295] Esta cozinha foi modernizada em 1995, mas foram mantidas as suas cores tradicionais: azul forte nas madeiras (armários, tecto, bancos) e ocre nas paredes.

Est. V.53 — Vista de uma vinha e da mata do Monsul, com o pomar em primeiro plano

No lado poente da quinta encontram-se a horta e o pomar, que fazem as vezes de jardim, como era tradição medieval. Este último é constituído por uma grande variedade de fruteiras, além dos tradicionais citrinos do Douro. De uma maneira geral as árvores de fruto estão presentes por toda a quinta, não só na bordadura da vinha, mas também a ladear os caminhos. Deste mesmo lado da quinta, num ponto mais elevado, encontramos a mata, composta por pinheiros, medronheiros, castanheiros, nogueiras, além da habitual vegetação arbustiva.

Est. V.54 — Resultado do estudo da produção (AHQPM)

1º Prazo do Moçullo feito a
D. Affonço de Vasconcellos em 1331

DOC. 4

AHQPM — Livro dos Prazos, fl 2.

In Nomine Dei ãmen, combos cam quantos este Instremento ouvirem aos nove dias de Marti erat mil trezentos e secenta e nove, o Mosteiro de Santa Maria da Salzeda esibe Fratere, e Vicentes Nuno Domus Abbate cum seos Fratibus facierunt Prazu da Granja do Moçullo a Dom Affonçus Vasconcellus e Menezes Comites Penelam cum obrigacionis de pagarem o foru das herditatis ficando anobis o direito com todolos que ahi sende esas pertenças,

2º Prazo da Quinta do Moçullo feito em 1469

DOC. 5

AHQPM — Livro dos Prazos, fl 8.

Aos 9 dias do Mez de Julho fizerão hum Prazo a Gonçallo Affonço e a sua Molher Briatris Dias moradores no Moçullo e a hum Filho ou Filha de entre ambos, e não havendo filho nem filha a huma pessoa que nomeiar o primeiro que delles morrer; que não seija de maior condição que algum delles, e que por diante pague o Foro dellas herdades Vinhas Souttos, e huma parte Olivaes, e Lagares e Pumares, mais a Vinha que trazia João Gonçalves, e Soutto com seu Bacello, assim como parte a Vinha de Antonio Fernandes com o Lagar de Gonçallo Lopes e com o Cabbido e com Gonçallo Affonço, e mais o Lagar da Molher do ditto Antonio Fernandes em que ella he vida e nos pague em cada hum anno huma meia marraã, e a hora da sua morte nos fique livre e dezembargado a nõs; e as sobreditas pessoas nos pagarão em cada hum anno pello dia de Natal a sobreditta meia marraã do sobreditto Lagar, e nos pagarão em cada hum das sobreditas couzas a pas e a salvo na nossa Quinta do Moçullo o quarto de Pão Vinho e Linho, e do mais que se der na ditta Quinta, e a metade do Azeite, e pellos Souttos nos pagarão em ca[sic] hum anno em dia de Natal, dous bons Põrcos cevados, e huma Marraã, e dous bons pares de bons Capoes, e do Pumar nos pagarão em cada hum anno Cem reis brancos, e de Cebolinho nos pagarão huma boa Carga, todas estas couzas nos pagarão em cada hum anno como devem, e guardarem todas as condiçoes dos prazos antigos, e do nosso Prazo em Gonçallo Affonço e a sua Molher, por nós e pellas pessoas sobredittas assignamos e outhorgamos todas estas condiçoes e permetemos de as cumprir e guardar, e respondermos perante o Senhor Dom Abbade sobe penna de pagarmos. E por verdade passei aqui a este Livro que he Notta do ditto Mosteiro que este Prazo e Notta trasladei e assignei

Gonçallo Affonço

JoãoAntonio

Prazo do Moçullo 1541

DOC. 6

AHQPM — Livro dos Prazos, fl 22.

Saibão quantos este Instromento de Emprazamento virem como no anno do Nascimento do Nosso Senhor Jezus Christo de mil e quinhentos e quarenta e hum annos ãos dous dias do Mes de Setembro do ditto anno, no Mosteiro de Nossa Senhora Santa Maria de Salzedas estando ahi Frei Pedro de Penalva Dom Abbade do ditto Mosteiro e o Prior do Convento delle, todos juntos chamados a som digo com Cappa tangida como uzo e costume de sua Ordem, e logo por elles foi ditto que elles sobre dittos Emprazavão como de feito Emprazarão e dicerão em prezença de mim Nottario, e das Testemunhas abaixo nomiadas que elles davão de foro e penção em tres vidas a Paullo Rodrigues e a sua Molher Donna Leonor Nunes moradores na sua Quinta do Moçullo Termo da Cidade de Lamego e a hum Filho ou Filha de emtre elles qual nelles a quizerem nomiar, e não havendo filho ou filha a huma Pessoa qual nomiar o derradeiro que delles morrer, e não será pessoa de maior

condição do que qualquer delles comvem a saber estas couzas que ão diante se seguem comvem a saber, As dittas moradas que forão emprazadas a Gonçallo Affonço e a Briatris Dias sua Molher, e isto da maneira que elles havião e pessoião a sobreditta Quinta do Moçullo por Instrumento dellas herdades e Vinhas e Souttos e Ollivaes e Lagares e Pumares; Mais huma Vinha que trazia João Gonçalves e Barroca com seu Bacello assim como parte com a Vinha de Domingos Fernandes e com o Lagar de Gonçallo Affonço e com o Cabido e com Pedro Fernandes e com o Lagar da Molher de Diogo Annes, do qual Lagar nos pagarão huma meia marraã pello dia de Natal em cada hum anno, e os sobredittos seos Cazeiros serão obrigados a pagar e da Quinta do Moçullo, e o quarto de todo o pão que houver nas Terras do ditto Prazo; e mais pagarão o decimo do Vinho e linho e somagres que houver na ditta Quinta; e mais pagarão a metade do Azeite que houver nos Ollivaes da ditta Quinta, e pellos Souttos serão obrigados a pagar hum Porco cevado, e huma meia marraã, e hum cappão, e pagarão hum carneiro da Caza do Paço, mais pagarão duas cargas de Cebolinho, e elles sobredittos seos Cazeiros haverão os quartos de Cebolinho que na Quinta houver, e todas estas sobredittas couzas pagarão em cada hum anno do qual emprazamento, o qual fizerão por virtude de hum Instromento de nomiação e traspaçamento que lhe fez Anna Goncalves sua Mai dette [sic] ditto Paullo Rodrigues o qual Instromento ficou em poder de mim Taballião Nottario pellos quaes direitos foros o ditto Dom Abbade no seu Convento dicerão que os sobredittos seos Cazeiros serão obrigados a pagar todos os foros por dia de Nattal comvem a saber hum bom Porco, huma marraã, hum capão, e hum carneiro, todas estas couzas em seu tempo segundo sempre pagarão, e serão obrigados a fazerem o Azeite na Azanha do ditto Mosteiro e serão a elles fieis obedientes Vassalos cumprindo os seos direitos e foros que pagarão as custas em dobro e o ditto Prazo não o poderão vender nem dar nem doar nem demarcar nem Emprazar nem por outra qualquer via ou maneira o ditto Prazo contra o ditto Prazo em parte ou em todo paguem a parte dous Marcos de pratta; quando o ditto Dom Abbade e seos Monges e Mensageiros forem a sua Caza que possão pouzar com elles, e lhe farão todo o gazalhado que poderem e não cumprindo elles todos tres Pessoas ou huma dellas as sobredittas condições porquanto o ditto Prazo, e mais serão obrigados a fazer bemfeitoria nas dittas couzas Terras e Vinhas darão todos os curadobios em seos tempos de maneira que seja tudo por elles melhorado e não piorado, e cumprindo os dittos Cazeiros todalas sobredittas couzas ou condiçoes que o ditto Dom Abbade e Convento, e serão Pessoas lizas e o ditto Emprazamento relemquir e isto sob penna de dous marcos de pratta para a parte outra o obeservante do ditto contratto a penna levada ourão neste contratto ficue firme e valiozo nas dittas tres vidas e forão no ditto Paullo Rodrigues acceitas e o ditto Prazo nas sobredittas pessoas premetem de cumprir e goardar todalas sobredittas condiçoes sob penna de pagarem os sobredittos dous marcos de pratta, e obrigando todos os seos bens moveis e de raiz havidos e por haver e cumprir e guardar como ditto, e por tudo responder perante qualquer Juizes ou Justiças que o ditto Dom Abbade e Convento os quizerem demandar, e que querendo vender o ditto Prazo faloão primeiro saber áo ditto Mosteiro se o querem, e não querendo emtão, o venderão a quem quizerem comtanto que lhe tornandolhe o terço do presso porque o venderem e o ditto Paullo Rodrigues recebe o ditto Prazo e mais com todalas sobredittas condiçoes assima declaradas, e o ditto Paullo Rodrigues, e as sobredittas duas pessoas haverão doze Alqueires de pão e quatro Galinhas digo 4 geiras de Bois do Padre Annes e dos herdeiros que ficarão de João Annes moradores que forão na ditta Quinta do Moçullo e mais pagarão emquanto dorarem as dittas tres vidas digo Pessoas. Em testemunho de verdade os sobredittos Dom Abbade e Convento mandarão e outhorgarão ser feito o ditto Instromento de Emprazamento e assignarão todos e mandarão sellar com os sellos pendentes do ditto Mosteiro. Mais pagarão os sobredittos dous Cazeiros por dia de Nattal de cada hum anno tres Alqueires de Vinho, dous de Trigo ãos Monges do

ditto Mosteiro; e são Testemunhas que forão prezentes Pantalião Gonçalves morador na Villa da Eucanha, e Domingos Ferreira Criado do ditto Snr Dom Abbade, e eu João Carvalho Nottario Publico por El Rei Nosso Senhor. Pascoal da Fonseca Escrivão dos contratos e couzas do ditto Mosteiro de Nossa Senhora Santa Maria das Salzedas por El Rei Nosso Senhor que este Instromento de Emprazamento de hum Livro de Nottas que em meu poder está, que foi feito por João de Carvalho ante o Snr Diogo Ferreira áo qual Livro em tudo tirei bem fielmente do proprio todo do verbo adeverbo por virtude de hum Mandado no Despacho do Snr Corregedor da Cidade de Lamego que fica em poder de mim Escrivão e a Requerimento de Gaspar de Carvalho morador na ditta Cidade o qual tirei sem emtrelinha nem borradura nem couza que duvida fassa hoje 25 de Abril do Mes de Agosto de mil e quinhentos e oitenta e oito annos, e concertei com o Taballião aqui comigo ao pé assinado e o assignei do meu signal razo que tal hé

Paschoal da Fonseca

Prazo de toda a Quinta do Moçullo.

Jesus Maria 1578

DOC. 7

AHQPM — Livro dos Prazos, fl. 45.

Saibão quantos este Instromento de Emprazamento e contratto em tres vidas e mais não virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1578 aos 12 dias do Mes de Abril do ditto anno no Mosteiro de Nossa Senhora Sancta Maria de Salzedas na Caza do Capitulo della estando ahi o Munto Illustrissimo Senhor Frei Balthazar de Sancta Crus Dom Abbade do ditto Mosteiro com os Reverendos Senhores moradores em o Convento do ditto Mosteiro que erão prezentes em esta Notta e erão chamados a som de Campana tangida segundo costume da sua Ordem fazendo Capitullo para o que ao adiante se segue, logo por elles foi ditto em prezença de mim Escrivão e testemunhas ao adiante nomiadas que elles Emprazavão e de feito logo Emprazarão nas dittas tres vidas e mais não a Donna Anna Rodrigues Donna Viuva e Molher que foi de Domingos Leitão moradores na Villa de Armamar, ella em primeira pessoa em segunda hum filho ou filha que ficue dentro della e do ditto seu Marido qual entre ella quizer nomiar, e a segunda moniará a terceira de forma que sejão tres pessoas e vidas e mais não e lhes Emprazarão humas Cazas que estão na Quinta do Moçullo. Primeiramente huma Caza sobradada que tem em comprimento seis varas e de largo quatro; Outra Caza que serve de Cozinha a qual he terreira que tem sette varas de comprido e quatro varas de largo; Outra Caza Sobradada que chamão a Torre que tem sette varas de comprido e sinco de largo. Outra Caza que chamão o Paço que tem sette varas de comprido e de largo sinco. Outra Caza terreira com hum Pardieiro que tem tudo de comprido treze varas de largo quatro. Outras Cazas sobradadas com suas Lojas que tem de comprido nove varas e de largo seis varas. Huma Caza que tem dentro dous Lagares que tem de comprido sinco varas e meia e de largo sette. Hum Pardieiro pegado a esta Caza que tem sette varas de comprido e oito de largo. Mais outra Caza derrobada que tem seis varas de comprido e tres de largo, partem estas Cazas, digo outra Cozinha sobradada que tem sinco varas craveiras em comprido e tres e meia de largo, partem estas Cazas com Anna Gonçalves moradora na mesma Quinta e com Pantalião Francisco morador em Sande, tem estas Cazas huma serventia para hum terreiro que está adiante dos portaes das dittas Cazas. Mais hum Campo que serve de Melloal que está a donde chamão o Chão do Prado que leva de samiadura seis alqueires de Trigo, e parte da banda de baixo com Antonio Fernandes de Riobom e Diogo Chrus e Vinha que pertence ão ditto Mosteiro, e huma ilharga com o Ribeiro que vem de Riobom para o Touraes, e da banda de sima com

Diogo Rodrigues morador na Quinta do Coutto. Huma Vinha que estã abaixo da Estrada e Cazas que entestão na Azanha do ditto Mosteiro, que leva vinte homens de Cava e tem trinta e sette peromagens de Olliveiras entre novas e velhas e tem algumas arvores de Vinho ao redor e parte da banda de baixo com Estrada que vai para Touraes e do Sul parte com herdades da ditta Quinta e pella banda de sima emtesta nas mesmas Cazas da Quinta e do Norte com Vinha de Jorge Fernandes morador em Quintião que não pertence ão ditto Mosteiro. Hum Campo que está Azeinha que levará em samiadura tres Alqueires de Trigo, e tem hum piqueno Bacello e algumas Arvores de Vinho que tem parte da banda de baixo com a Azanha e com o Caminho que vae para Touraes e da parte do Norte com terra da mesma Quinta e do Sul com Matheos Gonçalves digo com Campo de Matheos Gonçalves que mora em Lamellas, e de cima com Caminho que vai para o Moçullo; Outro Campo que chamão o do Figueiral que levará em samiadura tres Alqueires, e tem Olliveiras e tem Figueiras e algumas arvores de Vinho, e tem 2 larangeiras e parte de baixo com o Campo da mesma Quinta, e da banda do Nascente com Cazas da mesma Quinta, e de sima com herdade da mesma Quinta outro Campo da Fonte que levará de Samiadura tres Alqueires de Trigo e quatro Olliveiras boas e no sima deste Campo está hum pedaço de Matto com dois lodoes com suas Arvores que parte da banda de baixo com Caminho que vai para Riobom e do Sul com outro Antonio Fernandes mora á Barca da Regoa, e com herdeiros de Manoel Fernandes do Moçullo e do Norte com Terra da mesma Quinta, e de sima com Campo dos herdeiros de Antonio Pereira. Outro Campo que está a donde chamão o Bellomonte que levará de samiadura sinco alqueires de Pão e parte de huma banda com Soutto com Joanna Francisca moradora na Bogalheira, e da banda de baixo, e da outra ilharga com Vinha dos herdeiros de Manoel Fernandes que mora no Moçullo, e da banda de sima com herdeiros de Antão Fernandes morador em Cambres, e mais huma Vinha junto ãs Cazas que levarão oito homens de Cava com seu quinhão de Figueiral e outras arvores, e tem mais sette promages de Olliveiras parte do Nascente com terras da mesma Quinta e do Poente com Anna Gonçalves moradora na mesma Quinta. Mais hum Ollival na mesma Quinta com sua Terra o qual semiandose tudo levarã de samiadura oito alqueires de Centeio, e tem tres correntes de Olliveiras, com Antonio Pores de huma parte morador na mesma Quinta, e com Gonçallo Dias morador na mesma Quinta, e com Joanna Francisca da Bogalheira, Outro Campo do Louzada que levarã de samiadura quatro Alqueires de Trigo, tem este huma Figueira e outras arvores com hortas parte com terras da mesma Quinta e com a Estrada que vai para Riobom mais na mesma Quinta a metade do Campo da deveza que levará de samiadura sette alqueires de Centeio parte com Terras da mesma Quinta, e da outra parte com herdeiros do Palhote de Quintião e da outra com Gonçallo Dias da mesma Quinta. Hum Campinho que levará meio Alqueire de Linhaça em samiadura que tem dentro suas Figueiras e dous Lodoes, e parte com Terras da mesma Quinta e com Antonio Dias. Outras Terras da mesma Quinta, sinco quarteiroes em que se lhe samiava o Sebolinho o qual Prazo mandou fazer sua justa vedoria que ditto foi feita por os Padres Frei Hortinio do Ermo, e Frei João Monges do ditto Mosteiro em que forão Testemunhas Gonçallo Dias morador na mesma Quinta, e Antonio Gonçalves de Riobom e Domingos Martins morador em Riobom, e Francisco Gonçallo morador na Corredoura, e por elle ditto Emprazante e Pessoas aqui declarados no ditto Prazo como pertenco ão ditto Mosteiro e melhoramento se melhor poderem.

Prazo do Monsul.

Jesus Maria Anno de 1603

DOC. 8

AHQPM — Livro de Memórias, fl. 209.

Saibam quantos este publico Instrumento de emprazamento e aforamento em tres vidas e mais não virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seis centos e tres ãos vinte e quatro dias do Mes de Outubro do ditto anno na Quinta da Adega do Chão que he Termo da Cidade de Lamego, estando ahi o Munto Reverendo Frei Rommano de S. Lourenço Dom Abbade do Mosteiro de Nossa Senhora de Sancta Maria de Salzedas Procurador do Prior, e Padres e Convento do ditto Mosteiro por virtude de hum Instromento de Procuração que em este meu Livro dezanove de Nottas anda aqui em todo me reporto, e outro sim estando ahi prezentes os Reverendos Padres Frei Balthazar dos Reis, e Frei Christovão de Santiago Pregador Rellegiozo do ditto Mosteiro; logo pellos dittos Padres perante mim Taballião e Testemunhas áo adiante nomiadas, que elles Emprazavão como deffeito logo Emprazarão em tres vidas e mais não a Gaspar de Carvalho de Lucena morador na Cidade de Lamego, elle em primeira vida, e elle nomiará a segunda, e a segunda nomiarã a terceira de modo que sejão tres vidas e mais não; mas que não sejão prohibidas em Direito antes pessoa com que áo ditto Mosteiro apraza, disserão que lhes Emprazavão a Quinta do Mossullo de que elle anda de Posse, assim e da maneira que foi Emprazada a sua Sogra Anna Rodrigues, da qual Quinta as propriadades são as seguintes.

Ittem primeiramente no Corporal desta Quinta estão humas Cazas de sobrado tem de comprido catorze varas e meia cada vara de sinco palmos, e sette de largo, pegado com estas huma Caza terreira tem de comprido oito varas e de largo quatro, partem com a serventia e Pumar do Emprazante.

Ittem humas Cazas com dois Lagares, tem de comprido oito varas e de largo sette, e pegado nestas humas Cazas derrubadas huma dellas tem hum Forno coberto, tem dezacete varas em comprido em largo doze, partem com Cazas do Mosteiro que servio de Adega e com Cazas de Antonio Lopes da Bogalheira e de suas Irmans e terras desta Quinta.

Ittem mais pegado nestes Pardieiros outro Pardieiro tem de comprido sette varas e de largo quatro parte com Vinha de Bartoleza Lopes.

Ittem Adega do Mosteiro que tem oito varas de comprido e sette de largo, parte com Corredor e serventia desta, e com as Cazas dos herdeiros de Manoel Pires e Cazas de Manoel Diz e Pardieiros do Emprazante.

Ittem hum Sarrado de tras das Cazas de sobrado com Pumar e Orta e Campo e arvores com vides ferraes e asariaes e dezaceis Olliveiras, tem de comprido pella Estrada que vai para Riobom, cento e vinte e quatro varas, e de largo da Azanha emthé a Estrada cento e vinte e seis parte com a mesma Estrada e terras deste Mosteiro que trãs Manoel Dias da Pel do Coelho e com Azanha e Cazas da Quinta, e leva seis Alqueires de Trigo, tem neste Serrado Bartholeza Lopes hum piqueno de Chão de Ortas.

Ittem huma Vinha que está a Costa que leva vinte homens, tem de comprido oitenta varas pella Estrada, e de largo Cento e vinte, junto della hum piqueno de Monte com vinte e sette Olliveiras leva dous Alqueires samiandose, parte com terras deste Mosteiro que trãs Bartholeza Lopes e com terras do Cabbido que trãs Amado Martins, e com Estrada da Barca. Huma Vinha ão Fyo que leva quarenta e sinco homens, tem quatro emxertos de Pereiras, duas Figueiras e duas Serdeiras, tem de comprido sento e doze varas e de largo noventa e seis, parte com terras do Cabbido do Emprazante, e com Caminho da Bogalheira, e com vinha deste Mosteiro que traz Bartholeza Lopes, e pello Ribeiro asima.

Ittem outra Vinha leva trinta homens da Cava tem de comprido cento e oitenta varas, e pello mais largo nove, parte com terras de Antonio João e caminho da Bogalheira e com Estrada da Barca da Regoa que vai para a ditta Bogalheira.

Ittem pegado nesta vinha huma terra de moute que está a Belmonte, leva nove Alqueires samiandose, tem de comprido cento e trinta e duas varas, e de largo vinte e seis, parte com terras deste Mosteiro que tras Antonio Lopes e com Gaspar Lopes de Portello que he de S. João e terra que se sameia leva dous Alqueires de sameadura.

Ittem hum Ollival abaixo desta terra com trinta e duas Olliveiras, leva oito Alqueires, a terra tem de comprido quarenta e quatro varas , e de largo quarenta, parte com Estrada que vai para Riobom, e com o Rio e terra do Mosteiro que tras Manoel Dis.

Ittem huma terra de Monte e Bellomonte asima do Forno tilheiro com alguns Raboleiros novos leva doze Alqueires samiandoce, pouco mais ou menos, tem de comprido cento e noventa e seis varas, e de largo settenta e seis, parte com terras deste Mosteiro que tras João Domingues de Quintião e com Soutto deste Mosteiro que tras Gonçalo Alveres de Mondim, e Antonio Lopes e Manoel Dis da Pel do Coelho.

Ittem o Chão do Prado ou da Prova, leva seis Alqueires de Trigo pouco mais ou menos, tem pella borda do Ribeiro Salgueiros que servem para madeira, e hum lodão com huma videira, e hum carvalho, e algumas Olliveiras que são da Quinta de Riobom tem de comprido cento e trinta e duas varas pella Estrada, e de largo quarenta e oito pello mais largo parte com a Estrada Publica e com o Ribeiro que vem de Riobom e Vinha deste Mosteiro que tras Francisco de Seixas de Riobom.

Ittem hum Ollival a Vallongo com sinquenta Olliveiras leva seis Alqueires de Trigo pouco mais ou menos digo dezoito Alqueires pouco mais ou menos, tem em comprido cento e secenta e oito varas, e de largo trinta e seis, parte com terras deste Mosteiro que tras Andre Correia de Mesquita de Villa Real e Manoel Diz e Antonio Lopes, e Balthazar Martins de Filgueiras.

Ittem asima deste Ollival parte huma ilharga hum piqueno de terra que levarã hum meio Alqueire pouco mais ou menos de samiadura, tem de comprido vinte e oito varas, e de largo dezaceis parte com terras que trazem Andre Correia de Mesquita, João Fernandes da Eucanha e a Molher de Simão Pires de Pouzada.

Ittem huns Pardieiros que forão de Sezilia Jorge, e herdeiros de João Pires de Filgueiras, tem de comprido doze varas e de largo doze parte com Adega deste Mosteiro, e Vinha que trazem os herdeiros de Manoel Pires, as quaes propriadades e Quinta atras declaradas forão vistas e apegadas pello ditto Padre Frei Balthazar dos Reis com os Vedores Sabastião Lopes e Doimingos Fernades de Riobom que para isso houverão juramento segundo costume digo segundo consta da Apegação que fica em poder do ditto Padre, e por este Emprazamento sem mais aucthoridade de justiça disserão que davão como deffeito logo derão aos dittos Emprazantes a Posse Real actual e corporal da ditta Quinta de monte em fonte rotto e por romper com suas emtradas e sahidas novas e velhas direitos e pertenças que de Direito lhe pretenção com todas as suas agoas de regar e limar assim como tudo áo ditto Mosteiro pertence e de direito lhas podião Emprazar milhor seos dittos Emprazantes outro sim milhor as poderem haver, com tal condição que em tudo o fassão bemfeitoria e milhoramento dando ãs dittas propriadades seos adubios necessarios e a seu tempo devido, em modo que por elles seja tudo milhorado e não piorado, e outro sim com tal condição que dem e paguem de foro e penção, e dizimo Cem Almudes de Vinho pello novo de cada anno, e serão obrigado oito dias antes que comessem a vendima a mandar reccado ão ditto Mosteiro para que vanha

dizer e escolher de que vinha e pastos querem o ditto Vinho, e serão obrigados a dar Lagar e Vazilha que sera huma dorma que leve a sobreditta copia em que se recolha o ditto vinho, e emquanto se não leva para o ditto Mosteiro que será todo de huma só Lagarada, que se fará da maneira que o ditto Mosteiro, e sendo cazo que não mande o tal reccado e o de na forma asima declarada pagarã por elle em cada hum anno trinta mil reis, e outro sim pagarão de Foro da Caza da Adega que novamente lhe Emprazão posto dentro no ditto Mosteiro em cada hum anno por dia de Natal em pãs e em salvo trezentos reis, e o Vinho atrãs declarado serã de toda a Uva mas escolhido da Vinha e pastos que o ditto Mosteiro quizer e allem disto pagarão mais quatro cestos bem cheios de carregar de Sebolinho em cada hum anno daquelles que se vião no Mosteiro como emthe agora se costumavão pagar, e isto no tempo costumado sob penna de que o não pagando na forma asima ditta pagarão quatro mil reis por elle o qual foro todo atras se pagarã áo ditto Mosteiro em cada hum anno, e não pagarão outro foro algum mais do que o atras declarado, e serão obrigados os dittos Emprazantes a fazerem todo o azeite que houverem nas terras deste emprazamento na Azanha do ditto Mosteiro e pagar a maquia sob penna que não o fazendo pagarão em dobro a ditta maquia e lhe poderá ser estimada naquillo que parecer ao Snr Dom Abbade ou seu Rendeiro, e o ditto Emprazante poderá nomiar hum Filho seu ou Filha na peça de Vallongo e no piqueno de terra logo pegado e no Cham do Prado ou da Prova com o Foro que lhe bem parecer a elle Emprazante, mas o Filho nomiado em todo o mais Corpo da Quinta será pessoeiro e pagarã todo o foro atras declarado, e o nomiado nas dittas duas vidas digo pessoas pagarã ão ditto pessoeiro o foro que lhe for carregado nas dittas peças, e porquanto o Chão do Prado ou Provas com seos Salgueiros e arvores todas que nella estão e a Vinha da Costa com sua Terra junta a ella que vai dar no Ribeiro da Azanha e por elle asima vai emtestar nas Cazas da ditta Quinta, e assim a Caza que emtesta a ditta Vinha e terra que tudo tras Antonio de Gouveia do Moçullo que ora estava prezente ã feitura deste Prazo as quaes propriadades o ditto Antonio de Gouveia tras e pessue por virtude de huma Escriptura de Concerto que logo aprezentou de Tranzacção e amigavel Compozição que elle e o ditto Gaspar de Carvalho de Lucena fizerão na qual se concertarão e houverão que, digo, por bem que o ditto Antonio de Gouveia as comesse e gozace e pessoice em sua vida delle e pessoas deste Prazo, ha por bem o Snr Dom Abbade e mais Padres que a ditta Escriptura em tudo se cumpra assim e de maneira que se nella contem, e nella emterpoem sua authoridade e a rateficação para que em tudo valha e se cumpra na forma da ditta Escriptura com tal condição que o ditto Antonio de Gouveia em sua vida que assim pessoir as dittas propriadades pague logo áo ditto Gaspar de Carvalho de Lucena treze Almudes de Vinho na bica do Lagar em cada hum anno o qual Vinho entra na copia do foro atras declarado e outro sim o ditto Antonio de Gouveia em sua vida pessoirã a Caza que emthe agora pessue e novamente se empraza que he as Cazas a tras declarada da Renda, e pagará ão ditto Emprazante e pessoas deste Prazo os dittos tres tostoes áo ditto Emprazante que são os atras declarados para o ditto Emprazante acudir com elles áo Mosteiro, e dos Cem Almudes de Vinho atras declarados não pagarão mais que oitenta Almudes emthe ão anno de seis centos e sette e o anno de seis Centos e oito pagarão os dittos Cem Almudes de Vinho por emteiro pella medida que ora serve na ditta Cidade e da maneira que atrás fica declarado, e pagarão este anno prezente de seiscentos e tres as meias de Azeite e todos os foros que emthe agora pagavão ao Mosteiro, e poder digo não poderão vender dar doar dotar partir escambar nem por forma alguma, nem outra alguma alienação fazer das dittas propriadades sem licença do ditto Mosteiro se as quer tanto pello tanto, e não as querendo amtão as poderão vender com sua liçenca ã tal pessoa com que lhe apraza e por seu consentimento, e emtão lhe pagarão o terço do presso que outrem por

ellas der e boamente valler, que poderá ser estimado se vai pello justo presso; e logo pello ditto Emprazante que prezente estava em seu nome e das mais pessoas vindouras foi ditto que elle recebia em si este emprazamento com todas as clauzulas e condiçoes atras declaradas que a todas e a cada huma dellas se obrigava a cumprir para o que disse obrigava sua pessoa e bens havidos e por haver e renunciavao Juiz de seu Foro, e se obrigava a responder em todas as couzas tocantes a este Emprazamento diante dos Juizes da Villa da Eucanha ou diante do Conservador do ditto Mosteiro a honde quer que estiver e para arecadação do Foro queria ser cittado e ajuizado em pessoa do Porteiro que ora he e ao diante for da ditta Villa que para isso o fazia seu bastante Procurador declarando que elle em seu nome se dezaforava diante do Conservador do ditto Mosteiro porquanto era benefeciado e Instituido em pessoa Ecleziastica e em nome das pessoas vindouras se dezaforava perante os juizes da ditta Villa e por Centença dos Juizes honde a cauza correr para os quaes se desafora queria ser executado e assim pella Provizão executiva que no ditto Mosteiro há, e outro sim pagar por cada dia ã pessoa que andar na ditta Execupção dozentos reis por dia posto que seja Pião e sempre queria ser cittado para a arrecadação do ditto foro e duvidas que sobre elle houver em pessoa do Porteiro da ditta Villa que para isso o fazia seu bastante Procurador como ditto hé; e pellos Padres foi ditto em seu nome e dos Padres e Convento do ditto Mosteiro por virtude da ditta Procuração que eu Escrivão dou fé ser bastante para occazo de cumprirem e estarem sempre por este Emprazamento dorante as dittas tres vidas, e em Testemunho da verdade assim o Outhorgarão e mandarão fazer este Emprazamento para todos cada hum em seu traslado de per sim que todos assignarão na Notta de mim Escrivão depois de lhe ser lido com as Testemunhas que a tudo forão prezentes, dizendo mais o ditto Emprazante que elle de hoje para sempre renunciava as vidas de todos os Prazos que tinha das propriadades atras declaradas digo dettas[sic] não queria uzar só por este estar e em todo cumprir como se nelle contem em Juizo e fora delle, declarando mais os sobredittos que emthe ão anno de seis centos e sette se pagarão os outenta Almudes de Vinho atrãs declarados, e do ditto anno por diante se pagarão os dittos cem Almudes de Vinho na forma atras declarada e mandando o Emprazante oito dias antes da vendima reccado ão Mosteiro que será por carta, e constando por resposta ou por testemunhas que o ditto reccado foi dado áo Perlado do ditto Mosteiro ou a quem suas vezes tiver, e não mandando escolher o ditto vinho e em tal cazo o ditto Emprazante continuarã sua vendima e do vinho que se achar no Lagar ou Lagares quando o vierem buscar se pagarão os dittos cem Almudes de Vinho, e não vindo por todo o tempo que o vinho estiver nos Lagares, o mandarã o Emprazante arrecadar em dõrnas para se pagar, e que as propriadades lhe emprazarão assim como estão demarcadas e as pessue o ditto Emprazante sopposto que houvesse erro na medição ou samiadura. Testemunhas que áo tudo forão prezentes Martim Denis morador em Pouzada de Freires, e João Rodrigues Meirinho morador junto ao ditto Mosteiro que todos assignarão com os dittos Padres e com o Emprazante e com Antonio de Gouveia atrãs que a este emprazamento assestio. Paschoal da Fonseca, o Dom Abbade Frei Romano de S. Lourenço. Gaspar de Carvalho de Lucena. Frei Christovão de S. Thiago. Antonio de Gouveia. Frei Balthazar dos Reis. João dos Reis. Martim Denis.

Este prazo está no Cartório do ditto escrivão no Livro 19 a folhas 66.

Anno de 1691

Prazo feito a D. Antonia Sallema

DOC. 9

AHQPM — Livro de Memórias, fl. 310.

Saibão quantos este Publico Instromento de Emprazamento e aforamento em tres vidas cumpridas perfeitas e acabadas e mais não virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seis centos e noventa e dois digo noventa e hum annos em os vinte e oito dias do Mes de Dezembro do ditto anno no Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas na Caza do Despacho do ditto Mosteiro a donde eu Escrivão fui estando ahi de prezente o Munto Reverendo Padre Dom Abbade Frei Manoel Coelho Abbade do ditto Mosteiro, e bem asim estando mais prezente os Virtuozos Monges do ditto Mosteiro Prior e Sob Prior e mais Rellegiozos delles por elles foi ditto perante mim Escrivão e das Testemunhas desta Notta ao adiante nomiadas e no fim della assignadas, por elles logo foi ditto que elles Emprazavam como de feito Emprazarão em tres vidas e mais não a saber a Donna Antonia Sallema de Vasconcellos moradora no Moçullo a ella em primeira vida, e ella nomiará a segunda, e a segunda nomiarã a terceira, de modo que sejão tres vidas e mais não; mas que não sejão das prohibidas em Direito, nem Pessoa Ecleziastica, antes pessoa conque ão ditto Mosteiro apras, dicerão que elles Emprazavam como de feito logo Emprazarão a Quinta do Moçullo de que a ditta Emprazante anda de Posse assim e da maneira que foi emprazada a seu Avo Gaspar de Carvalho de Lucena e a qual Quinta as Propriadades della são as seguintes

Ittem primeiramente humas Cazas de sobrado no Corporal desta Quinta que tem de comprido vinte e seis varas, e meia cada vara de sinco palmos craveiros e sette de largo.

Ittem logo pegado defronte humas Cazas terreiras, entre as quaes ha huma de sobrado, todas tem de comprido trinta e seis varas e meia e de largo pella parte do Nassente sinco varas, e do Poente sette varas e meia partem estas Cazas tambem com as sobreditas asima por todas as partes com fazendas e propriadades da mesma Quinta, servem as Cazas terreiras de Estrebarias e de Palheiros e de Lagares de Vinho.

Ittem o Casco da Quinta que emche em si dezacette Olliveiras e arvores do Espinho e Pumar e huma Horta, e huma Capêlla e a maior parte consta de Vinhatoria, tem de todo de comprido debaixo asima trezentas e sincoenta e sette varas, e de largo dozentas e quarenta e quatro varas, parte do Nascente com Terra de Monte maninho que he da Emprazante, e do Poente com Estrada Publica que vai de Riobom, e do Nõrte parte com o Ribeiro do Fojo, e do Sul com Vinha de Francisco Rabello Teixeira da Corredoura na qual Propriadade e Casco de Quinta vão emcluzas e metidas nesta medição duas Vinhas que sahirão do Prazo de Andre Denis morador que foi na Quinta do Mossulo, o qual Casco e Propriadade sopposto que no Prazo velho de Gaspar de Carvalho de Lucena conste de diversas propriadades e Caza e Cozinha no tempo prezente está tudo sem divizam de tapigos ou paredes e se disfizerão as Cazas terreiras e Adega e Pardieiros para se fazerem as Cazas terreas de que asima se fas menção.

Ittem hum Campo ão Chão do Prado que tem de comprido cento e sincoenta e nove varas, e de largo sincoenta e huma varas parte do Nascente com Estrada Publica de Riobom de alto a baixo, e do Poente com o Ribeiro que vai para o Douro, e do Norte com Marinhas de Seixas da Cidade de Lamego, e do Sul parte com Francisco Teixeira da Corredoura tem dentro em si hum pedaço de Vinha para a parte do Sul e pella Parede do Caminho huma Chantoada de vides e huma Olliveira.

Ittem mais huma Vinha que esta a donde chamão Vallongo que tem de comprido dozentas e dezacette varas, e de largo pella parte de baixo sincoenta e sinco varas parte do Nascente de alto a baixo com

Francisco Rabello Teixeira da Corredoura e do Poente parte com Maria de Araujo de Lamego, e do Norte parte com João Correia de Mesquita Morgado de Abbaças, e do Sul com Bento Peixoto da Cidade do Porto.

Ittem mais hum Pouzado por sima do Casco da Quinta que tem de comprido secenta e oito varas, e de largo cento e sincoenta e tres varas, parte do Nascente com Francisco Rabello da Corredoura e com Joze Monteiro, e do Puente parte com Matta da Emprazante e do Norte parte com o Casco da mesma Quinta, e do Sul parte com Amaro da Costa da Cidade do Porto o qual Pouzado foi do Prazo de Andre Denis.

Ittem huma Vinha que está a donde chamão Bellomonte que tem de comprido oitenta e sinco varas, e de largo sincoenta e huma parte do Nassente com Estrada Publica que vai para a Barca da Regoa, e do Poente parte com a Vinha da Emprazante e do Norte parte com a mesma Estrada que vai dar na da Barca da Regoa, e do Sul parte com João Ferreira de Quintião.

Ittem mais huma Matta de Castinceiras que tem de comprido cento e secenta e seis varas, e de largo cento e dezanove, parte do Nascente com Amaro da Costa da Cidade do Porto, e do Poente parte com Manoel de Gouveia de Riobom, e do Norte parte com o Casco da mesma Quinta, e do Sul parte com Amaro da Costa do Porto.

Ittem outro pedaço de Matta com suas Castinceiras que tem de alto a baixo trinta e huma varas e de largo sincoenta, todas estas varas asima declaradas são de sinco palmos craveiros cada huma, parte esta Matta do Nassente com Domingos Vas de Riobom, e do Poente parte com Francisco Rabello, e do Norte parte com a Matta da Emprazante, e do Sul parte com Francisco Rabello; as quaes propriadades forão vistas e apegadas pello Reverendo Padre Frei João de Faria Monge do ditto Mosteiro com os Vedores João Pereira de Riobom por parte da Emprazante, e pella do Mosteiro Antonio Rodrigues Barroca que para isso receberão o juramento dos Santos Evangelhos que pello ditto Reverendo Padre lhe foi dado de baixo do qual premeteram fallar em tudo verdade segundo consta da Apegação que eu vi e está no Cartorio do ditto Mosteiro em a coal os dittos Vedores assignarão a qual reporto sendo necessario e por este Emprazamento sem mais authoridade de justiça disserão que davão como de feito logo derão ã ditta Emprazante a Posse Real ãctoal e corporal da ditta Quinta e propriadades della de monte e fonte rotto e por romper com todas as suas serventias emtradas e sahidas novas e antigas direitos e pertenças que de direito lhe pertencem com todas as suas agoas de regar e limar e com todas as suas arvores de frutto e sem elle assim como tudo ão ditto Mosteiro pertence e de direito lhas podião emprazar e milhor se milhor a ditta Emprazante e pessoas depois della as poderm haver com tal condição que em tudo fassão bemfeitorias e melhoramentos dando ás dittas propriadades seos adubios necessarios, e a seu tempo devidos em modo e maneira que tudo por elles seja sempre melhorado e não piorado, e outro sim com tal condissão que dem e paguem de foro e penção e dizimo Cento e catorze Almudes de Vinho pello novo de cada hum anno, e agora mais de acrescentamento hum Almude de Vinho que tudo fas a soma de Cento e quinze que agora daqui em diante por emteiro hade pagar no qual Foro e quantia entrão catorze Almudes de Vinho procedidos das Propriadades do Prazo de Andre Denis as quaes vão emcluzas neste emprazamento, e outro sim serão mais obrigados a pagar trezentos reis em dinheiro da Caza da Adega com fore[sic] lhe o prazo velho, com declaração que serão obrigados oito dias antes que comessem a Vendima reccado ao ditto Mosteiro para que vanha dizer e escolher de que vinha e pastos quer o ditto vinho, e serão mais obrigados a dar Lagar e vazilha que será huma dorna que leve a sobreditta copia em que se recolha o ditto vinho em que emquanto se não leva para o ditto Mosteiro que será todo de huma Lagarada que se fará da maneira que o ditto Mosteiro quizer, e o Vinho atrãs declarado será escolhido da vinha e pastos milhores da ditta Quinta e

allem disso pagarão mais quatro bons cestos de Cebolinho em cada hum anno na mesma forma e maneira que emthe aqui se costumava pagar de tempo emmemorial e isto pello tempo costumado que será o mais tardar emthé o dia de Sancto Antonio sob penna de que não pagando emthé ão primeiro de Junho digo emthé áo ditto dia pagaram quatro mil reis por elle, o qual foro tudo atrãs se pagarã áo ditto Mosteiro em cada hum anno, e não pagarão outro foro algum mais que o atras declarado, e serão obrigados os dittos emprazantes a fazerem todo o Azeite que tiverem nas terras deste Emprazamento na Azanha do ditto Mosteiro e pagarão a maquia sob penna que não o fazendo em tal cazo pagarão em dobro a ditta maquia, e lhe poderá ser estimada naquillo que parecer ão ditto Snr Dom Abbade ou a seu Rendeiro, e a ditta Emprazante poderá nomiar hum filho ou filha na peça de Vallondo e no piqueno de Terra logo pegado e no Chão do Prado com o foro que lhe parecer a ella Emprazante mas o filho nomiado em todo o mais Corpo da Quinta será pessueiro e pagarã todo o foro atras declarado por emteiro e nomiado nas dittas duas Peças pagarã ao ditto pessoeiro o foro que lhe for carregado nas dittas peças, e declararão elle ditto Snr Dom Abbade e mais Convento oito Olliveiras que estão no fundo do Matto que foi de Andre Denis das quaes Olliveiras se não fez menção asima por esquecimento, com comdição que as dittas tres vidas digo a terceira vida deste Prazo será obrigada a vir a este Mosteiro pedir a confirmação da nomiassão que lhe for feita dentro em trinta dias sub penna de que fazendo contrario perder este Emprazamento e suas propriadades porem com isso para o ditto Mosteiro e as poder dar e emprazar a quem munto lhes parecer com todas as bemfeitorias que nelle feito tiverem não prejudicando a terceiro nestas e nas mais condições deste emprazamento, e outro sim com tal condição que não poderão vender dar doar partir demarcar dottar emprazar alliar afforar nem outra mais alguma alienação fazer das dittas propriadades sem licença do ditto Mosteiro se as quer tanto pello tanto, e não as querendo então as poderão vender com sua licença á tal pessoa com que lhes apraza e por seu concentimento e antão lhe pagarão o terço do presso que por ellas lhe houverem de dar ãboamente valler que poderá ser estimado se vai pello justo, com tal condição que não pagando o ditto foro pellos tempos costumados neste emprazamento refferidos e declarados, que possão ser Pinhorados pellos Mordomos e Criados e Procuradores do ditto Mosteiro sem mais outra alguma ordem necessaria de justiça e pagarão á pessoa que andar na arrecadação ou Demanda a dozentos por dia posto que seja Pião e sendo Rellegiozo a quatro centos reis por dia que se contaram do dia que sahir do ditto Mosteiro, e não se chamarão a outro algum Senhorio salvo áo ditto Mosteiro sendolhe sempre leaes e obedientes Vassalos e deligentes a seos rogos, e passando o ditto Snr Dom Abbade ou outro qualquer Rellegiozo do ditto Mosteiro que por suas passarem que possão pouzar com elles e farão servisso e agazalhamento com que poderem, e logo perante mim Escrivão apareceu Rodrigo Homem de Vasconcellos Marido da Emprazante Donna Antonia Sallema de Vasconcellos, e por elle foi aprezentada huma Procuração feita na Notta do Escrivão Antonio Correira Leitão da Cidade de Lamego assignada com seu signal Publico e Razo, e reconhecida pello Escrivão Antonio Teixeira de Carvalho da mesma Cidade a qual Procuração ella ditta Emprazante D. Antonia Sallema de Vasconcellos entre outras couzas mais clauzulas e condiçoes na ditta Procuração declaradas dava poder ao ditto seu Marido Rodrigo Homem de Vasconcellos para poder emprazar quaesquer fazendas que digo quaesquer bens e fazendas que a mesma pessoa e assignar em seu nome, e tudo o que por o ditto seu Marido fosse feito o havia por valiozo a qual Procuração comforme della se via, foi feita ãos vinte e seis dias do Mez de Outubro de mil e seis centos e noventa annos, e forão nella testemunhas Manoel Rodrigues Alfaiate, e Joze Cardozo do Logar da Villa Chaã que todos assignarão a ditta Procuração com ella ditta Constituinte; e logo pello ditto Procurador

Rodrigo Homem de Vasconcellos foi ditto que elle em nome da ditta sua Molher Constituinte acceitava este Emprazamento com todas as clauzulas e condiçoes nellas conteudas e declaradas e as mais que se costumam por nos prazos antigos, como tambem se obrigava por qualquer demanda a responder perante o Juiz Conservador do ditto Mosteiro ou para diante o Juiz de Fora da Cidade de Lamego a donde não querem ser houvidos sem primeiro depozitarem na mão delles senhorios o proprio e custas e que em tudo renunciavão o Juiz e Juizes de seu Foro, Ferias geraes e especiaes e que de nada (...)

Prazo de Bernardo Guedes de Vasconcellos

Morgado da Quinta do Moçullo

Lamego Anno de 1754

DOC. 10

AHQPM — Livro de Memórias

Saibão quantos este Publico Instrumento de Emprazamento e aforamento por tempo de tres vidas cumpridas e acabadas e mais não feito na milhor forma via e maneira que ser possa e em direito milhor logar haja virem em como no Anno da Nascimento do Nosso Senhor Jezus Christo de mil e sette centos e sincoenta e quatro annos ãos dezacette dias do Mes de Dezembro do ditto anno em esta Quinta do Moçullo que he Termo da Cidade de Lamego em Cazas e moradas de Bernardo Guedes de Vasconcellos, estando ahi pouzado o Padre Miguel da Silva Procurador do Real Convento de Santa Maria de Salzedas a donde eu Escrivão vim e estando ahi pouzado Bernardo Guedes de Vasconcellos morador na Cidade de Lamego Pessoa bem conhecida e reconhecida de mim Escrivão e das testemunhas áo adiante nomiadas, e no fim desta Notta assignadas de que dou fé ser mesmo, e logo pello ditto Procurador digo Padre Procurador me foi aprezentado huma Procuração bastante que tinha do Dom Abbade e mais Rellegiozos do ditto Mosteiro para occazo que ao adiante se segue que para mais validade deste contrato a mandarão aqui lançar cujo theor de verbo adeverbum he o seguinte ... [Procuração]... e não se continha mais na ditta Procuração que aqui trasladei bem e fielmente da propria a que me reporto em poder do Padre Procurador a quem a tornei logo a emtregar que de como a recebeu assignou no fim desta Notta e pello qual logo foi ditto que entre os mais bens de rais que ão ditto seu Mosteiro pertencem e bem assim hum Prazo chamado a Quinta do Moçullo Termo da Cidade de Lamego o qual Prazo foi feito a Donna Antonia Sallema de Vasconcellos Molher de Rodrigo Homem de Vasconcellos morador que foi na Quinta do Moçullo o qual Prazo se acha no Livro Primeiro de Cabral a folhas outenta e duas, e por estar extinto e por serem fallecidas as tres vidas e mais não em que forão emprazadas de novo as queria emprazar em tres vidas e mais não e com effeito logo emprazou ão ditto Bernardo Guedes de Vasconcellos em primeira vida e elle nomiria digo nomiaria a segunda e a segunda nomiaria a terceira comtanto que não sejão das prohibidas em Direito nem Igreija, mas sim a pessoas que o seu Mosteiro apras, de cujo Prazo e suas propriadades se tinha feito vedoria pello ditto Padre Procurador e Louvados cujo theor verbo at verbum é o seguinte Dezaceis dias do Mes de Dezembro deste prezente anno de mil e sette centos e sincoenta e quatro annos nesta Quinta do Moçullo que he Freguezia de Cambres Termo da Cidade de Lamego a donde eu Frei Miguel da Silva Procurador do Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas da Ordem de S. Bernardo vim para effeito de fazer a pegação e medição das propriadades que foi feito a Donna Antonia Sallema de Vasconcellos Molher de Rodrigo Homem moradores na Quinta do Moçullo da ditta Freguezia de Cambres que se acha no Livro 1° de Cabral a folhas 82 e por estar ahi prezente Bernardo Guedes de Vasconcellos morador na Cidade de Lamego a quem por lhe pertencer o direito da renovação do ditto Prazo se lhe ade fazer renovação delle e

novo emprazamento razão porque por elle foi ditto que elle pella sua parte se louvava em João Pereira de Carvalho do Logar de Riobom, e eu pella parte do Mosteiro me louvei em Francisco Xavier Criado do mesmo Mosteiro e aos quaes por estarem prezentes lhe deu o Juramento dos Sanctos Evangelhos para que bem e verdadeiramente medicem e comfrontacem as propriadades do ditto Prazo e juntamente lhe lançacem o acrescentamento do foro que achacem merecião o que prometerão fazer bem, e na verdade de como nos louvamos e premetemos de estar por tudo o que elles fizecem assignamos aqui e eu Frei Miguel da Silva os obscrevi Frei Miguel da Silva Procurador, Bernardo Guedes de Vasconcellos, e logo se procedeu a vedoria na forma seguinte.

Primeiramente humas Cazas de sobrado no corporal desta Quinta que tem de comprido vinte e seis varas e meia cada vara de sinco palmos craveiros e de largo sette varas; e logo de fronte humas Cazas terreas que todas tem de comprido secenta e quatro varas pella parte do patio, e de largo pella parte do Nassente des varas e do Poente seis e meia, e pella parte do Norte sincoenta e oito varas; partem todas estas Cazas com as sobredittas asima por todas as partes com fazendas e propriadades da mesma Quinta, servem estas Cazas terreas de Palheiro Estrebaria e de Lagares de Vinho e de Forno e Adega de Agoa pé, mais huma Caza da parte do Nassente com a porta para o mesmo Patio que serve de ter Agoardente que tem de comprido pella parte do Patio sette varas e meia. Mais o casco da Quinta que emclue em si arvores de espinho, terra para Horta e huma Capella e a maior parte consta de Vinha terrea, tem todo o Casco de comprido debaixo asima trezentas e sincoenta e sette varas, e de largo dozentas e quarenta e quatro varas parte do Nassente com a Estrada que vem para a mesma Quinta, e do Poente com Estrada Publica que vem de Riobom para o Douro, e do Norte com o Ribeiro do Fojo, e do Sul com Vinha de Francisco Perfeito da Corredoura na qual propriadade e Casco da Quinta vão encluzas e metidas nesta medição duas Vinhas que sahirão do Prazo de Andre Denis morador que foi na mesma Quinta do Moçullo o qual Casco e propriadade sopposto que no Prazo velho de Gaspar de Carvalho de Lucena conste de diversas propriadades de Caza e Azanha, no tempo prezente está tudo sem devizão de tapigos ou paredes, e se desfizerão as Cazas terreas Adegas Pardieiro e Azanha para se fazerem as Cazas terreas de que asima se fas menção. Mais hum Campo ao Chão do Prado que hoje esta de Campo e Vinha e Salgueiros polla parte do Ribeiro que tem de comprido pella Estrada Publica (...)

Prazo do Cabbido citto no Moçullo

Abril 25 de 1725

DOC. 11

AHQPM — Livro de Memórias, fl. 333.

Saibão quantos este publico Instromento de renovação de Prazo e novo emprazamento de livre nomiação de prazo digo de livre nomiação por tempo de tres vidas e de tres pessoas cumpridas e acabadas e mais não ou como em Direito mais valha e dizer se possa força e vigor tanha virem que no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e sette centos e vinte e sinco aos vinte e quatro dias do Mes de Abril do ditto anno nesta Cidade de Lamego e nos Claustros desta Sancta Sé della e na Caza do Despacho dos Reverendos Senhores do Cabbido, a donde eu Taballião vim e estando em Cabbido juntos e congregados e chamados por som de sino tangido segundo seos Estatutos os Reverendos Snrs Doutor Dam Alvaro Freire Fidalgo Cappelão da Caza de Sua Magestade que Deos guarde Deam da ditta Sancta Sé e Prezidente do ditto Reverendo Cabbido e mais Degnidades e Conigos e Cabbido ao diante assignados e bem assim Luiz Guedes de Vasconcellos e sua Molher Donna Clara Jacinta de Almeida moradores na Rua

Nova da ditta Cidade de Lamego e todas pessoas reconhecidas de mim Taballião e das testemunhas áo diante nomiadas e no fim desta assignadas, e logo ahi pello ditto Luiz Guedes de Vasconcellos e pella ditta sua Molher Donna Clara Jacinta de Almeida foi ditto e requerido ãos Reverendos Senhores do Cabbido que na forma da Vedoria que he de huma Vinha que pesoião citta a donde chamão o Foijo lemitte do Moçullo Freguezia de Sam Martinho de Cambres deste Termo de que erão directos Senhores lhe fizecem renovação de Prazo e novo Emprazamento de livre nomiação por tempo e vidas de tres pessoas cumpridas e acabadas como acrecentamento nella declarando, da qual Vinha sua Medição e comfrontaçoes tudo hé o seguinte.

Ittem a entrada da sua Quinta do Moçullo por baixo da Eira della huma Vinha no Lemitte do Foijo a qual parte de todas as bandas com propriadades e servidois da ditta Quinta foreiras ão Mosteiro de Salzedas que pessue elle Emprazante a qual Vinha tem algumas Olliveiras no fundo ao redor do Ribeiro do Foijo, e no sima junto ã Eira e Caza de Lagar que está mais pegada a ella tem esta Vinha pello fundo comessando a medição desde a Cançella ao redor do Ribeiro noventa varas de sinco palmos craveiros cada huma e da banda do nassente comessando a medir do fundo de o pé do Ribeiro athe á quina da Caza que está ão pé da Eira e no sima desta Vinha tem cento e quatro varas e começando a medir da quina da ditta Caza para o fundo emthe a Cancella em direitura cento e vinte e sinco varas, e não tem mais medição por ser triangollar esta Propriadade, e levará de Cava quinze homens pouco mais ou menos, e não se continha mais na ditta vedoria e apegação da ditta propriadade e Vinha, e logo pellos dittos Reverendos Senhores do Cabbido. (...)

Notas de Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos

DOC. 12

AHQPM — Livro de Memórias, última fl, s/n.

Tomei conta da ademenistração da Caza o anno de 1834 e desde esse tempo tenho mandado fazer as obras seguintes a saber

As portas da Capella do Monsul em	1834	1ª
Emparedamento da Mina do Encanamento	1835	2ª
Paredes e abertura da Carreira do encanamento	1836	3ª
Portas da Caza e grade de ferro no escriptorio de Lamego	1836	4ª
Dezaterrar o quinteiro do Monsul	1837	5ª
Encadernar todos os titollos da Caza	1840	7ª
Modança dos tanques do quintal para o meio do quinteiro	1841	8ª
Plantação dos tres Cyprestes no quintal	1850	10ª
Calços dentro do quintal de sima	1853	11
Portal e porta no sima do quintal de sima	1851	
Dorna de cantaria para o Potte foi transformada em caleira	1854	
Dezaterro e deçaibramento e paredes do quinteiro	1853	12
Plantação das Olliveiras da Carreira	1854	13
Encanamento da Mina emthe áo Tanque de sima	1837	6ª
Portal de Cantaria e portas no fundo da Quinta	1856	16
O Moinho	1855	15

Cabo do Moinho	1854	14
Reedificação da Capella	1848	9
Por os tilhados das Cardanhas de duas agoas	1857	17
Rebaixamento das mesmas	1857	18
Plantação das Olliveiras na Vinha da Volta	1858	19
Plantação das Olliveiras da Fonte do Lobo	1859	21
Plantação das Olliveiras em volta da Tintoreira	1858	20
Plantação de Olliveiras e gateiras e poças no Alto da Pedraça	1860	21
Encanamento da Ribeiro emthe ao Moinho	1862	22
Portal e porta na Despença	1862	23
Os calços novos que se fizerão no quintal de baixo para plantação do Pumar	1863	24
Poça grande do Moinho	1866	25
Telha nova na Quinta da Ordem	1869	9
Encanar e fechar com porta o Nassente novo que me derão	1866	26
Portal e fechar com porta o antigo nassente e encanar	1868	27
Meter o Fogão no meu quarto	1866	26
Dous Toneis de 19 pipas	1869	28

Caza Nova que foi feita por o Affonço

A Caza nova para o bicho da seda foi feita	1870	29
O novo portal e caminho que vai para a Bogalheira	1875	33
Encanar a agoa do nascente do quintal da Estrada e agoa da mina da pedra azul feita	1876	31
Plantação das arvores no quinteiro junto á Capella	1872	32
Mais abertura do Vallado desde a Gallafura em volta emthe ao pê junto da pia do quinteiro e aterro do mesmo	1876	34
Mais a continuação do Vallado e aterro desde o tanque emthe á porta do quintal para a plantação de mais 5 arvores	1878	35
A factura e reedeficação da Caza da Torre no Monsul	1879	37
Plantação de 84 Olliveiras em Bellomonte no anno de 1878	1879	36
O encanamento para hir a agoa á Cozinha foi feito no anno de	1879	

V.4. QUINTA DE RORIZ

LOCALIZAÇÃO: Ervedosa do Douro (S. João da Pesqueira)
CRONOLOGIA: 1781-1800; 1825; século XX (inícios/anos 70); 1995; 1997
PROPRIETÁRIO: Dr. Pedro Van Zeller
ARQUITECTO/ENCOMENDADOR: Robert Archibald; Nicolau Köpcke
FUNÇÃO INICIAL – Coutada de caça
ACTUAL – Produção vinícola
DIMENSÕES: 120 hectares
FONTES: Arquivo Histórico da Quinta de Roriz, Arquivo Histórico Köpcke

Est. V.55 — Enquadramento da Quinta de Roriz (1996 - James Symington)

Esta quinta situa-se no leito do Douro, isolada pelo vale de encostas onduladas, sendo o seu acesso feito através de um caminho estreito e íngreme, ligado à EN 222 que conduz às povoações mais próximas de Ervedosa do Douro e S. João da Pesqueira. Certamente utilizada desde a fundação da quinta seria a via fluvial como nos sugere a documentação[296]. O seu casario ergue-se numa rechã sobranceira ao rio, dominando-o visualmente, assim como às encostas que o enquadra.

[296] Temos notícias que até há bem pouco tempo existia uma barca de passagem neste ponto do rio. Por outro lado, o transporte dos vinhos da quinta em direcção ao Pinhão, e depois ao Porto, era feito em barcos como nos revela toda a documentação referente ao comércio e à contabilidade da casa, onde são vários os pagamentos a arrais, quer pelo envio de vinhos, quer pela remessa de alimentos e materiais essenciais ao funcionamento da exploração.

Na posse de particulares, é seu actual proprietário o Dr. Pedro Van Zeller. O primeiro dono de Roriz a que temos referência é Robert Archibald, um escocês que se deixou encantar por esta região e aqui resolveu instalar uma coutada de caça no século XVIII[297], vindo depois a emprazar as terras em seu redor à Comenda de S. Miguel de Três Minas da Ordem de Cristo para a plantação de vinha. Após a sua morte os bens passaram para seu filho, James Archibald, que se endivida. Os bens são levados a leilão, sendo a quinta comprada pelos irmãos Joaquim e Nicolau Köpcke, segundo nos noticia Charles Sellers[298].

Est. V.56 — Vista lateral da Quinta (s/d - Emilio Biel)

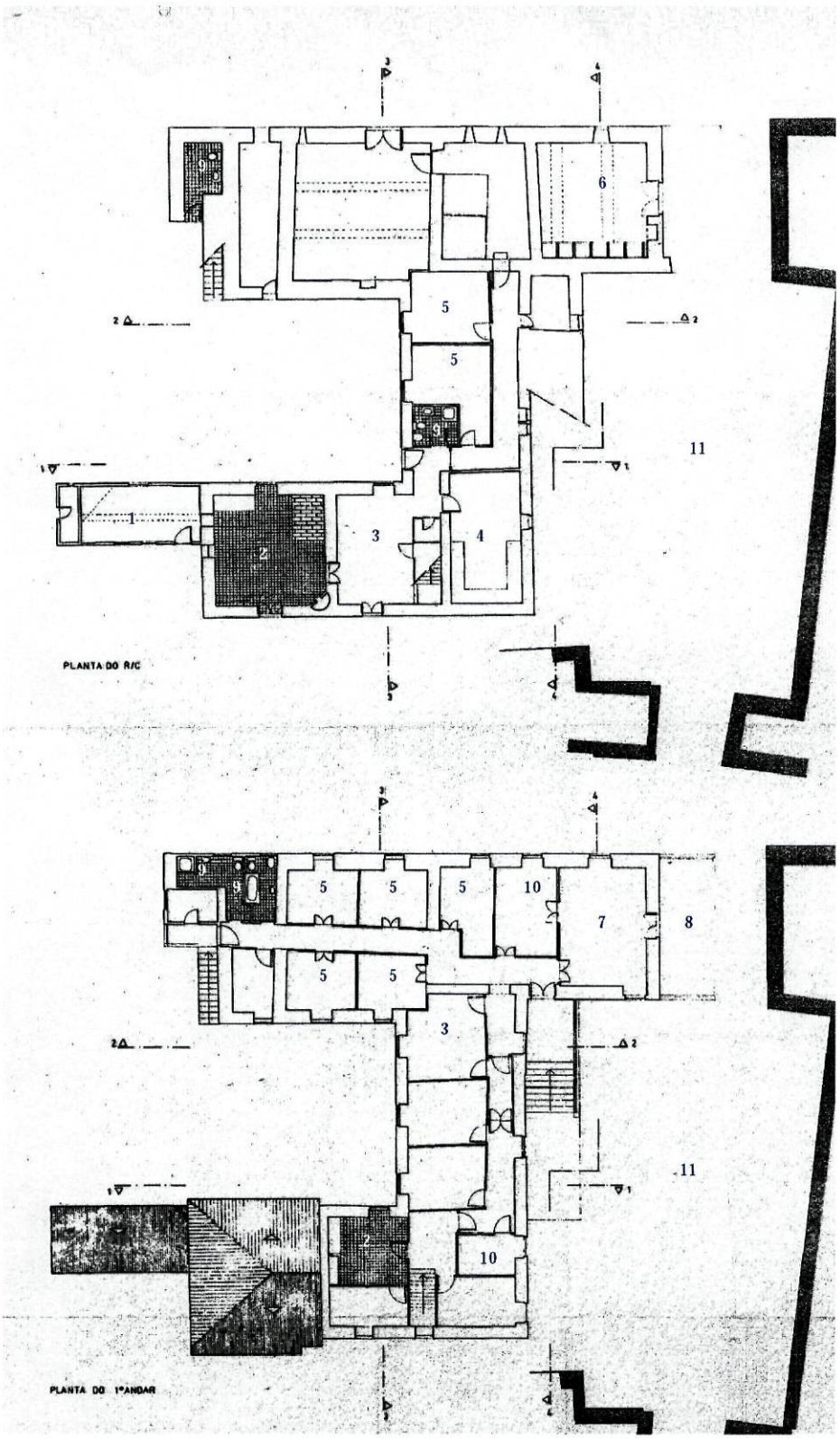
As informações por nós recolhidas no arquivo da quinta permitiram-nos saber que começou a ser administrada por esta família pelo menos a partir de 1781, data do primeiro rol de contas, então elaborado pelo Reverendo Maurício José de Morais. Da mesma data é também um *Inventário dos bens móveis da quinta de Roriz com que ficou Nicolao Copque e que se*

[297] COSTA, B. C. Cincinato da — *Le Portugal au point de vue agricole.* Lisbonne: Imprimerie Nacionale, 1900, p. 365; SELLERS, Charles — *Oporto Old and New.* Londres: Herbert E. Harper, 1899, p. 99; VILA MAIOR, Visconde de — Op. cit., 1876, p. 114; VIZETELLY, Henry — Op. cit., 1947, p. 46.

[298] SELLERS, Charles — Op. cit., 1899, p. 99, que depois é referenciado por outros autores.

Est. V.57 — Vista da vinha da Cerca (s/d - Emilio Biel)

Est. V.58 — Vista da vinha da Cerca (voltada a norte)



Est. V. 59 — Planta da casa de habitação da Quinta de Roriz

pagarão ao caixa dos Credores de Diogo Archibald Jozé de Basto Maya Pereira. Este pagamento só foi feito em 1792[299] e mais uma vez apenas é referido o nome de Nicolau Köpcke, o que nos faz supor que apenas este se encarregou da quinta.

Apesar de se situar numa zona não considerada pela Demarcação Pombalina de 1756, o seu vinho começa desde cedo a ser afamado, conseguindo James Archibald obter uma licença régia que classificava os vinhos de Roriz como vinhos de 19$200 reis[300]. Em 1787, a mesma licença é atribuída Nicolau Köpcke, mas com algumas limitações: apenas abrangia as vinhas já plantadas e não poderia ser passada aos seus herdeiros. Contudo, o Aviso de 2 de Maio de 1788 inclui a quinta na área demarcada, que virá a constar das Demarcações Marianas ou Demarcações Subsidiárias[301].

Como todas as propriedades do Douro, esta foi igualmente afectada pelas diferentes pragas que tomaram conta dos vinhedos. Baixou a produção sem desprezar a qualidade que a caracterizava, como nos revela Rebelo da Fonseca[302], mas a quinta não saiu das mãos da

Est. V.60 — Pátio da casa

[299] Assim o confirmam os dois recibos existentes no AHQR: *Como caixa que sou da União de Diogo Archibald recebi do Sr. Reverendo Maurício Jozé de Morais por mão do Sr. Nicolao Copque secenta e quatro mil, e quatro centos reis emporte em vinte e oito almudes de agoardente da Quinta de Roris e por clareza assinei o prezente. Porto, 17 de Janeiro de 1792. Jozé de Basto Maya Pereira.*
Recebi do Sr Nicolao Copque quinhentos e dous mil novecentos, e noventa reis emporte dos moveis da Quinta de Roris com que ficou o dito senhor cuja quantia pertence a Caixa da União de Diogo Archibald e por clareza assinei o prezente. Porto 17 de Janeiro de 1792. Jozé de Basto Maya Pereira.

[300] FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — Op. cit., 1951, p. 64-65, 114, 249-251.

[301] FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — Op. cit., 1996, p. 171, 319-321. O Eng. Moreira da Fonseca além da demarcação transcreveu também as cartas da Junta da Companhia (Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) que revelam todo o processo de 1787.

[302] «*Os vinhos que se produz à borda do Douro, desde a Foz do rio Torto até ao sitio da Arrueda, servião muito bem para embarque; dahi para sima já não são tão bons, excepto os da quinta de Roriz, que não estando em sitio mais vantajoso, são de excellente qualidade*». FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da — *Descripção economica do Territorio que vulgarmente se chama Alto Douro.* In "Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa". Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1791, vol. 3, p. 71-72.

Est. V.61. — Pátio da cozinha de fora

família, passando por morte do Barão de Vilar (1840) para Dorothea Köpcke, casada com Robert Van Zeller. Manteve-se até ao presente neste ramo da família, que a conservou efectuando sempre as alterações necessárias à comodidade e rentabilidade da mesma, procurando não a descaracterizar.

O casco da quinta é constituído por uma área significativa de vinha (40 hectares, segundo informação do proprietário), sendo uma parte considerável do terreno ocupada por vinha ao alto e por patamares. Resta ainda alguma vinha tradicional de socalcos largos, tendo sido derrubados os últimos calços antigos em 1997 - a vinha de D. Carlota,

Est. V.62 — Varanda lateral

tão gabada por Manuel Monteiro[303]. As encostas mais elevadas são ocupadas por mato, constituído pela tradicional flora arbustiva mediterrânea, onde ressaltam os de uma antiga exploração mineira.

Nas zonas mais baixas, demarcando muitas vezes a vinha, a paisagem é recortada por oliveiras de bordadura, cuja transformação constitui igualmente uma das produções da quinta. A outra zona fortemente arborizada é a correspondente ao pomar de laranjeiras, elemento quase imprescindível na estrutura de uma quinta, como já vimos, a par da horta, situada a poente da casa. Para além destes focos, dentro da zona construída encontramos várias árvores, como tílias, chorões, negrilhos, e plantas decorativas em vasos. As vinhas em latada são igualmente uma constante, uma das quais cobre um tanque de granito, datado de 1810.

Est. V.63 — Fachada da capela vista do pátio

A paisagem desta propriedade encontra-se marcada pela própria orografia do terreno, que lhe confere características cénicas sobre o rio, sendo palco de eleição a zona conhecida por vinha da Cerca (Est. V.58), na traseiras da casa. Trata-se de uma área quadrangular, plana, onde a antiga disposição perpendicular dos bardos criava uma sensação de profundidade[304]. A demarcá-la vários ciprestes e duas pequenas construções tradicionais, em xisto, voltadas ao rio, que serviam de palheiro e eira, cuja caiação as demarca do conjunto. Provavelmente existiriam mais duas construções deste

[303] MONTEIRO, Manuel — Op. cit., 1911, p. 43.

género junto da casa completando o conjunto. A confirmar esta afirmação está uma fotografia antiga onde é possível ver uma estrutura no topo esquerdo (Est. V.57) e os galinheiros, no topo direito da casa, que possuem fundações demasiado elaboradas para semelhante fim.

Acima desta vinha, que acaba por funcionar como o jardim da casa, ergue-se a habitação principal, cuja planta se organiza em torno de um pátio. Dentro dos moldes da arquitectura do Douro[305], teria uma estrutura primitiva mais simples de planta em L, sem a varanda, o quarto do lado nascente e o 1º piso da ala sul. O corpo da varanda terá sido acrescentado em 1782, conforme sobressai do rol de contas desse ano[306]. A corroborar esta informação está a cumeeira do telhado, que se encontra desnivelada neste ponto do edifício. O mesmo documento informa que a casa foi rebocada e caiada de novo e que foi feito o curral.

Est. V.64 — Interior da capela

No ano seguinte são referidas obras na cozinha e encanamento de águas, situação que já vinha do ano transacto[307]. Esta divisão da casa conserva ainda a sua estrutura original quase intacta, com a grande lareira de pedra de aba larga a um canto e a banca e bica de água em granito trabalhado. O chão seria em lajes de pedra, mas encontra-se cimentado. Trata-se de um

[304] Actualmente as vinhas encontram-se paralelas ao corpo da casa, como se pode ver na Est. V.58, contrariamente ao que se pode observar na Est. V.59.

[305] Cf. p. 13-14, relativamente à classificação da arquitectura duriense.

[306] «*Por 55 oficiais de carpinteiros que tantos andarão a fazer a baranda e o coarto da mesma a 120 reis...6$600*»; «*gastei com os carpinteiros que fizerão a varanda...1$880*» AHQR — Róis de contas (Docs. Soltos de 1781/1782).

edifício com apenas um piso, individualizado do resto da casa. Para além da serventia pelo interior da casa, a cozinha abre-se para um pátio que serve também o refeitório dos trabalhadores e os cardenhos das mulheres (Est. V.61).

O pátio principal, acima deste último, conhecido como *pátio das galinhas*, calcetado com seixos do rio, encontrando-se fechado por portões de ferro. A entrada da casa, de arquitectura muito simples como já referimos, é enobrecida por uma escada em xisto com o corrimão em madeira revestido a glicínias. Outro elemento de destaque na entrada é um brasão da família Van Zeller que veio, já neste século, de uma casa do Porto, em tempos pertença desta família.

As restantes notícias que temos de alterações de vulto no corpo da casa datam do século XX, embora a correspondência do feitor José Correia Rebelo com Nicolau Köpcke nos indique o mau estado de conservação da casa nos inícios do século XIX[308] e de consequentes reparações. A mudança verificada na fachada norte da casa foi efectuada

Est. V.65 — Fachada da adega

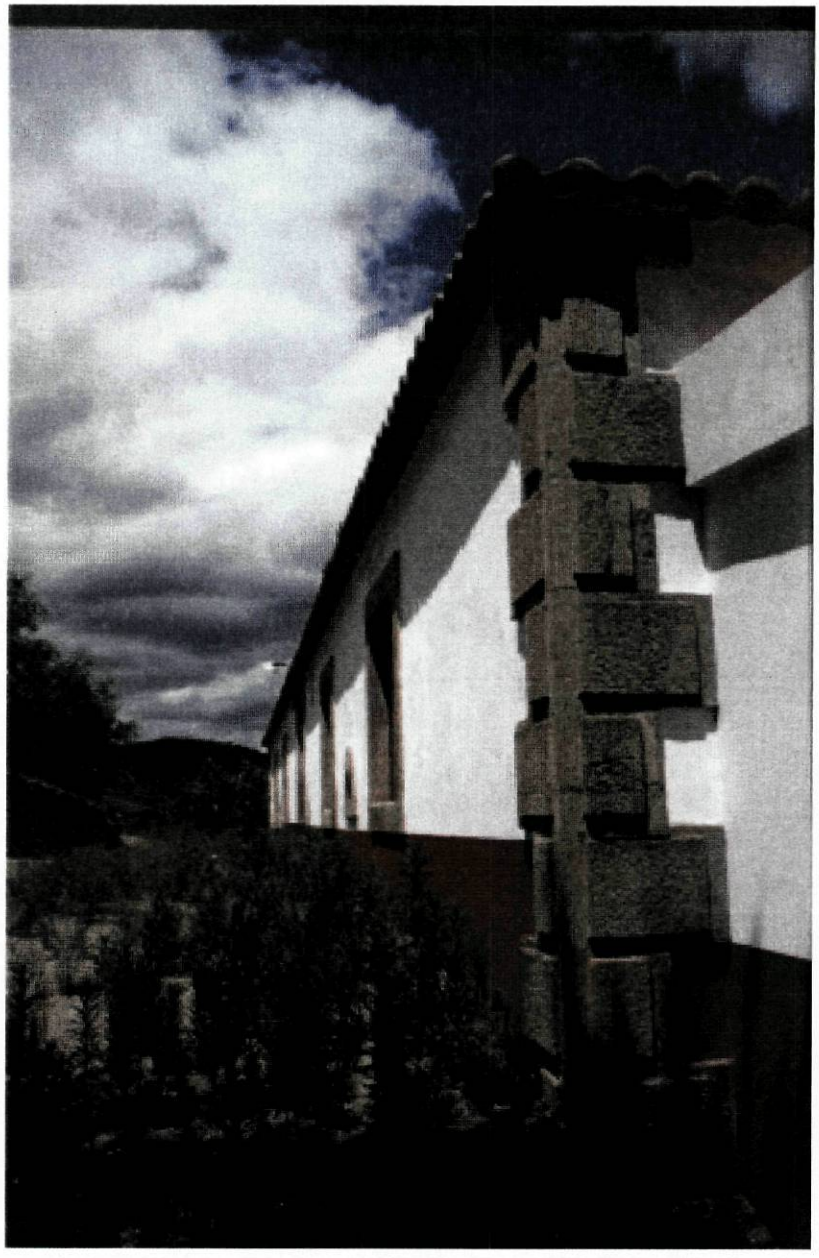
[307] «*Por 304 mestres de pedreiros que andarão no encanamento da água, e na serra a cortar as pias para a mesma, a saber...*»» AHQR — Róis de contas (Docs. Soltos de 1781/1782).

[308] «*Mandei hir ter comigo a Roriz hum pedreiro para ajustar a obra das cazas, paçando a examinar as paredes, achamos que bulindo na frontaria éra de necessidade reformarem-se todas, por estarem muito arruinadas. Mas podem servir por óra, e Vossa Senhoria vindo asima determinará o que for servido*». (AHK — Cx. 2, 25 de Abril 1825 - Paradela. Carta de José Correia Rebelo).

para se poder criar uma casa de banho, no topo das escadas que servem esta ala da casa, elemento essencial para o conforto dos seus habitantes, ainda que sazonais. Nos anos 70 foram feitas duas casas de banho, mais completas, roubando algum espaço à antiga e aproveitando um dos quartos da habitação, tendo o antigo W.C. passado a casa de arrumos. A casa dos caseiros, incorporada nos baixos da casa principal, também obrigou à divisão desta área e à criação de instalações sanitárias modernas.

Mais recentemente, no ano de 1997, iniciaram-se obras de restauro no interior da casa que visam restituir-lhe algumas das suas características mais tradicionais, como os tectos de madeira em camisa e saia, que irão substituir os tectos em estuque, provavelmente do século passado.

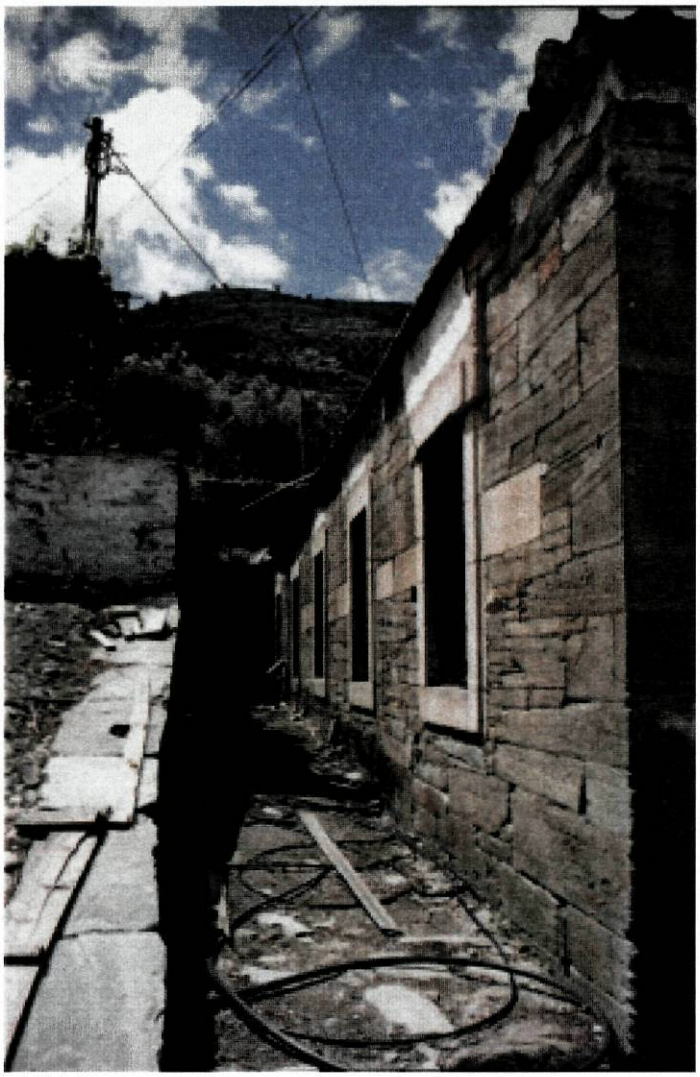
Junto da casa principal encontramos os cardenhos dos homens e das mulheres, duas estruturas fundamentais no funcionamento de uma quinta em tempos antigos. Hoje em dia não se utilizam dado que o número de trabalhadores é consideravelmente menor e todos os trabalhadores possuem uma habitação própria na vila mais próxima, deslocando-se diariamente para trabalhar na quinta.



Est. V.66 — Fachada dos lagares, com pormenor do cunhal

Separada da casa, fora do pátio, ergue-se a capela privativa (Est. V.63). Trata-se de uma construção de grandes dimensões própria para um sítio isolado como este, onde a capela deveria servir não só os senhores da casa como também os trabalhadores que aí viviam

permanentemente. Um aspecto curioso da história desta quinta está relacionado com a própria capela, uma vez que nos finais do século XVIII a administração da quinta é sempre entregue ao padre[309], homem de confiança do proprietário. Para o século XIX as cartas existentes permitem ver que os destinos da quinta tinham sido entregues a homens de confiança mas de diferente formação, mais preparados para negociar os vinhos na região e cuidar da sua produção.



Est. V.67 — Pormenor do armazém de baixo

A capela apresenta uma frontaria bastante simples, com decoração de gosto neoclássico embora de feitura algo ingénua. Ao centro do tímpano sobressai a pedra de armas da família Köpcke e Van Zeller. Interiormente, é uma capela sem motivos decorativos, com pé-direito bastante elevado e sacristia ampla. O retábulo de madeira é de dimensões reduzidas e encontra-se em restauro. A documentação dá-nos algumas indicações que nos levam a pensar que esta capela teria um coro alto, embora hoje não exista qualquer vestígio dele[310]. Seria uma divisão importante dentro da capela, já que os senhores assistiriam à missa em

[309] Os róis de contas do período em causa revelaram que de 1781 a 1796 foi seu administrador o Padre Maurício José de Morais, de 1796 a 1797 o Padre Manuel Monteiro Teixeira, sendo o ano seguinte ocupado pelos irmãos Filipe e Manuel de Gouveia, e de 1799 a 1802 administrou o Padre José Bernardo Pinto. Lembramos que a documentação da quinta é muito dispersa, pelo que não nos foi possível saber qual a situação noutras datas, excepto para os anos 20 do século XIX. Neste período a administração é confiada a José Correia Rebelo, embora a quinta estivesse directamente entregue a um empregado.

lugar diferente dos trabalhadores. Por outro lado, a capela conserva uma cancela de madeira, elemento que demarca o espaço (Est. V.64).

Junto destes edifícios erguem-se as duas oficinas vinárias da quinta, um numa zona mais alta e outro à saída do pátio da cozinha. A primeira, mais antiga, foi construída entre 1764 e 1778, segundo as inscrições sob um dos portais da adega e do portal da casa dos lagares. Na sua estrutura é idêntica a qualquer outra do Douro, de que já falámos, mas pela sua decoração é única. Apresenta uma série de pinturas em roxo-rei e ocre que decoram os rodapés e as molduras dos vãos com vários motivos simbólicos (Est. V..65). Na fachada dos lagares sobressaem os cunhais em granito, por rebocar, com os silhares almofadados (Est. V.66).

Est. V..68 — Reservatório de água (antigo pombal)

O interior foi ligeiramente alterado, por forma a estar a par das novas técnicas, contudo os tonéis ainda apresentam a disposição do princípio do século, como se pode ver na foto de Emílio Biel (Est. V.69). Assim, substituiu-se o passadiço de madeira em 1995 por um de metal que foi assente nas bicas primitivas. O chão foi cimentado, abandonando-se o chão de areão. Nos lagares, procedeu-se ao azulejamento das paredes e à instalação da

[310] O que nos leva a ponderar a existência de um coro alto é uma indicação constante do rol de contas para o ano de 1800 «*Compor o sobrado da capela...$720*». A palavra "sobrado" poderá também significar soalho, mas normalmente é utilizado o termo "solho" ou mesmo "soalho".

máquina de refrigeração e a prensa, numa construção anexa, ocultando desta forma a maquinaria da paisagem.

A outra oficina, datada de 1852[311], já não guarda as suas primitivas funções. O reboco exterior desapareceu, o que por um lado nos permite conhecer um pouco a qualidade da construção duriense. O aparelho é constituído por grandes blocos de xisto picado de excelente talhe (Est. V.67). A meio dos vãos e nas padieiras foram colocados blocos de granito para reforçar as paredes de xisto. No interior ainda conserva os lagares assentes sobre uma base muito alta em granito, com molduras trabalhadas, onde foram incorporadas as bicas, também lavradas. O primeiro lagar (junto à entrada) foi destruído para dar lugar a uma pequena construção que alberga animais.

Est. V.69 — Interior da adega (s/d - Emilio Biel)

Sob o último lagar encontramos a estrutura de pedra que servia de apoio à prensa de tronco. O interior da adega é utilizado como palheiro e arrumo de alfaias agrícolas, sobrando apenas as mísulas onde assentava o passadiço.

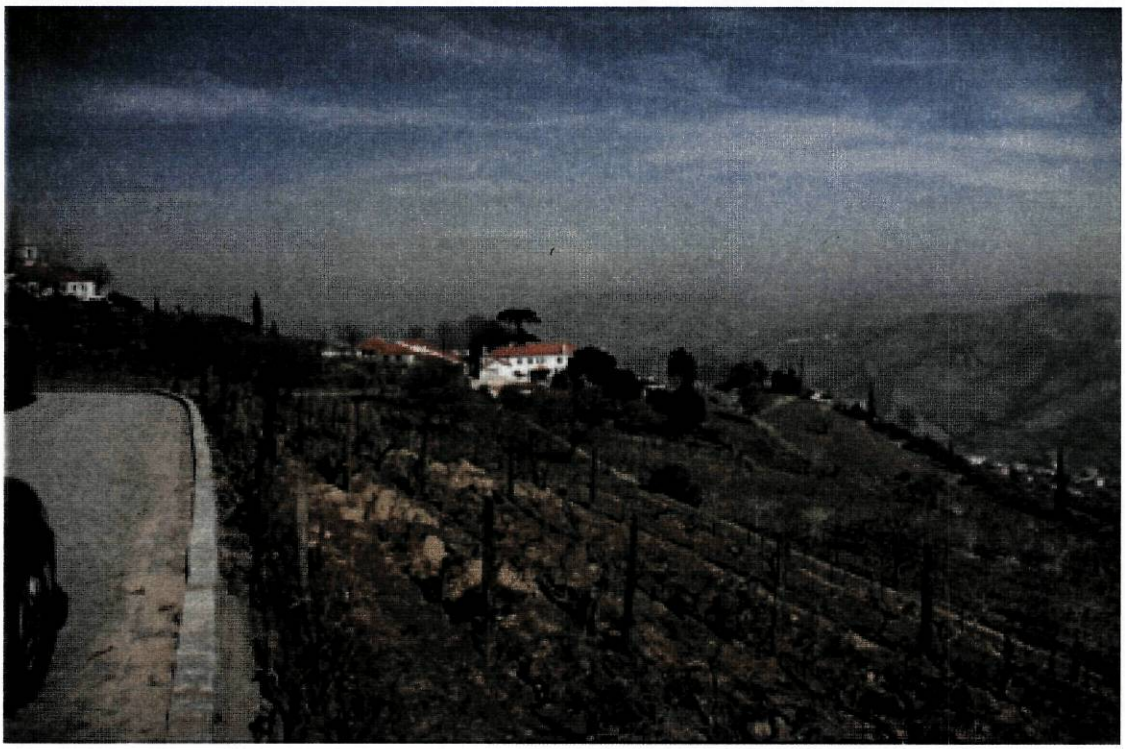
O mesmo destino de abandono e reconversão sofreram estruturas de apoio como o pombal, as cavalariças, a loja dos bois com casa para o moço, a casa para o azeite, o apiário, a forja e outras oficinas, como a do latoeiro, estas últimas convertidas em galinheiros. Entre estas destaca-se o pombal, pelas dimensões que aqui apresenta, actualmente transformado em depósito de água (Est. V.68). O destino dado às estruturas

[311] Segundo VILA MAIOR, Visconde de — Op. cit., 1865-1869, p. 185.

secundárias é compreensível dadas as dimensões e os custos de manutenção de uma quinta, uma vez que deixaram de fazer sentido com as novas facilidades de comunicação.

V.5. QUINTA DE SANTA JÚLIA DE LOUREIRO

LOCALIZAÇÃO: Loureiro (Peso da Régua)
CRONOLOGIA: 2ª met. Século XIX; 1985 a 1987
PROPRIETÁRIO: Eduardo Costa Seixas
ARQUITECTO/ENCOMENDADOR: 1º e 2º viscondes de Gouveia
FUNÇÃO INICIAL – Produção vinícola
ACTUAL – Produção vinícola
DIMENSÕES: 50 hectares
FONTES: Arquivo Histórico da Quinta de Santa Júlia de Loureiro



Est. V.70 — Vista geral da Quinta de Santa Júlia de Loureiro

Situa-se mesmo no seio da freguesia de Loureiro, num dos montes sobranceiros à cidade da Régua e ao rio Douro, de onde se desfruta de uma magnífica vista. A sua estrada de acesso, que leva à igreja de Loureiro, foi aberta em finais do século passado quando Vasco Serpa Pimentel cede uma parte da mata da quinta para esse efeito.

A primeira referência a esta quinta, que então era conhecida como quinta de S. Gião, data de 1682, ano em que a Comenda de Moura Morta a empraza a Mathias Correa Coelho, casado com Maria de Mesquita Pereira. O prazo havia sido de Gaspar de Carvalho Pinto, que tinha entrado em conflito com o Convento de Santo Elói do Porto por

causa da sua posse[312]. Desde o século XVII que se encontra nas mãos da família Mesquita e Vasconcelos, através do casamento da filha dos emprazadores, Luísa Pereira Coelho de Cerqueira Mansilha[313]. O último descendente será José Pimentel Freire Machado de Mesquita e Vasconcelos, 1º visconde de Gouveia, que morre sem descendência directa, sendo a sua sucessão assegurada por um acordo pré-nupcial (1844) que unia duas famílias: uma com nome e tradição e outra com dinheiro. Assim, a 1ª viscondessa, Ana Emília Oliveira Maia, doa os seus bens a sua sobrinha, Júlia Petronilha Pereira Leitão Carvalho, doando o visconde o título e bens de Gouveia a seu sobrinho José Freire de Serpa Pimentel.

Os primeiros e segundos viscondes vão ter um papel preponderante no destino da quinta, uma vez que empreendem uma série de obras que a alteram profundamente. A simples casa agrícola de quinta é engrandecida ficando à imagem e semelhança da gente nobre que a habita[314].

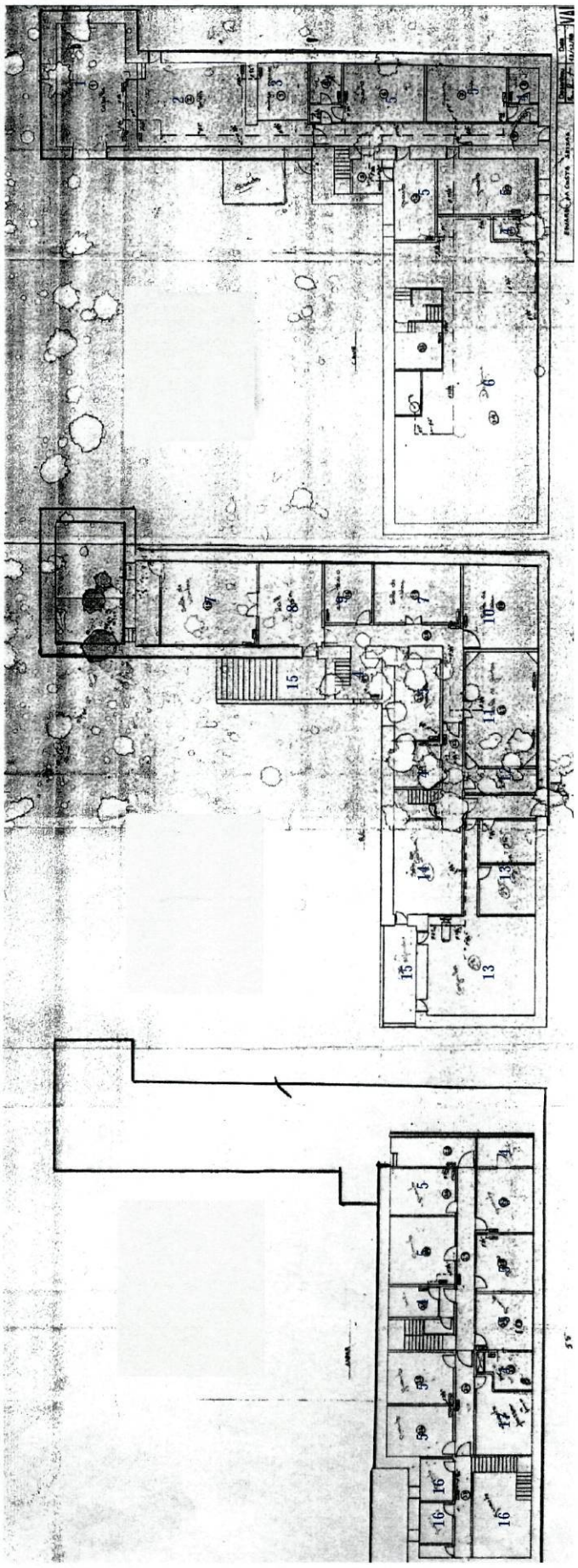
Estas mudanças começaram pelo alargamento da própria quinta, encetado pelo 1º

Est. V.71 — Fachada norte com balcão

[312] AHQSJL — Cx. 7.

[313] Esta senhora casa com José Inácio Pimentel de Mesquita e Vasconcelos, capitão-mor da vila de Gouveia. AZEVEDO, Correia de — Op. cit., 1974, p. 181-184.

[314] Acerca da situação financeira e os cargos importantes desempenhados pelos viscondes veja-se: SILVEIRA PINTO, Albano; SANCHES DE BAENA, Visconde de — *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal.* 2ª ed. Lisboa: Ed. Francisco Arthur da Silva, 1991, II vol.



LEGENDA:
1 — Capela
2 — Salão
3 — Local da antiga prensa
4 — Casa de banho
5 — Quarto
6 — Frasqueira
7 — Sala de visitas
8 — Hall
9 — Escritório
10 — Sala de estar
11 — Sala de jantar
12 — Copa
13 — Cozinha
14 — Sala de costura
15 — Varanda alpendrada
16 — Quarto das criadas
17 — Quarto de passar a ferro

Est. V.72 — Planta da casa de habitação da Quinta de Santa Júlia de Loureiro

Est. V.73 — Fachada poente

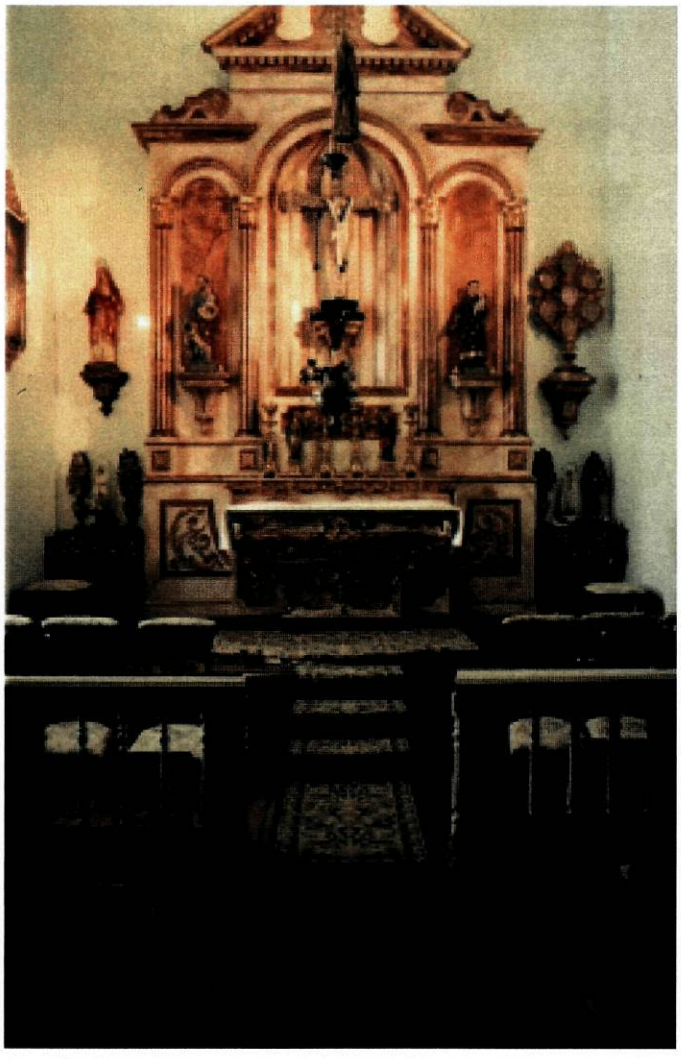
visconde de Gouveia. Tirando partido da desamortização dos bens religiosos, compra a baixos preços mais terras junto da quinta e mesmo fora dela. Tratam-se de terras de vinha e principalmente de mato que significam um aumento do património familiar. Pensamos que o mesmo José Pimentel de Mesquita e Vasconcelos inicia as obras de remodelação ou pelo menos participa nelas como autor do risco. Baseamo-nos numa carta sem data e sem assinatura mas cuja letra é coincidente com a do 1º visconde[315]. As obras que transformam a casa serão portanto iniciadas ainda em vida do 1º visconde, sendo depois concluídas pelo seu sobrinho, na segunda metade do século XIX.

Est. V.74 — Vista do jardim lateral

A estrutura arquitectónica da casa alterou-se com a construção da fachada voltada a poente (Est. V.73). Organizada de forma simétrica em função de uma fonte em granito e de

[315] AHQSJL— Cx. 38. Cf. Doc. n.º 15.

duas janelas ovais que a sobrelevam, enobrece a casa pelas suas dimensões e pelos pormenores decorativos empregues, nomeadamente o tipo de vidraças, as molduras de granito e os concheados que rematam algumas janelas. Os desenhos que encontrámos no arquivo da casa não representam o alpendre da cozinha dos trabalhadores, pelo que supomos que provavelmente esta ala já existisse, sendo apenas submetida a arranjos posteriores. Esta cozinha serve para confeccionar a comida dos trabalhadores, mantendo ainda o pavimento em xisto, a roda e a lareira, já sem uso. A cozinha dos senhores, do outro lado da fachada, sofreu obras de remodelação que incluíam a instalação de água encanada[316]. Ainda é possível encontrar vestígios da antiga banca de granito e da bica da água.



Est. V.75 — Interior da capela de Santa Júlia

Na fachada norte (Est. V.71), que com a anterior forma o L da planta, procederam-se a alterações, que tiveram por base o protótipo da casa nobre, através da colocação da escada, com guardas de linguagem barroca e tecto de madeira talhada. Este elemento vai ocupar o lugar que pertencera à entrada para os lagares, datados do século XVIII, sendo provável que existisse uma escada para o andar superior, onde se situava a habitação. No interior da cave foi deixado um vestígio do local onde encaixava a prensa, pois esta área foi submetida a obras de vulto que a transformaram numa zona residencial[317]. As obras datam de Agosto de 1867, sendo já da autoria do 2º Visconde de Gouveia que, no anterior,

[316] AHQSJL— Cx. 38. Carta do Visconde de Gouveia para o feitor. 15 de Abril de 1863.

iniciara no mesmo piso a construção da garrafeira, integralmente forrada a lousa. Estes quartos foram depois remodelados pelo actual proprietário, criando condições para a sua utilização turística.

A acção de enriquecimento passou igualmente pelo interior da casa e seu conforto. Um exemplo é a construção de uma lareira. O desenho foi dado por Manuel António Pinto do Soveral que, além do risco, forneceu também preciosas indicações sobre o modo de a construir e materiais a empregar[318]. Foram igualmente colocados móveis e adereços mais luxuosos, como o tecto do *hall* de entrada (Est. V.80) e do próprio alpendre exterior (Est. V.81). São dois tectos de madeira talhada que pensamos terem vindo de outro local para a capela mas que, talvez pelas suas dimensões, tenham sido aproveitados para estes dois locais[319]. Já em finais do século, pela mão de Vasco Serpa Pimentel, foram colocados noutras áreas da casa tectos de elaborada construção, como é o caso do da sala de visitas (Est. V.82) e do quarto principal[320].

O aproveitamento de elementos arquitectónicos de outras construções parece ser frequente na história desta casa. Uma tradição familiar diz que o balcão teria vindo da quinta do Sol, propriedade da família neste mesmo concelho[321]. Esta atitude revela um

Est. V.76 — Exterior da capela de Santa Júlia

[317] AHQSJL— Diário, fl. 5v. Item que refere os pormenores da construção dos "*Novos quartos por baixo da casa*".

[318] AHQSJL— Cx. 38. Carta de 20 de Maio de 1851.

[319] «*Por baixo da planta venho de riscar hua prespectiva da caza, com capella, suppondo esta pelas medidas d'altura e de largura exteriores dess'outra que viste e da qual compraste o retabulo, altar, tecto, etc.*». AHQSJL— Cx. 38. Carta s/d.

[320] Os desenhos que se encontram no arquivo da quinta não estão datados nem assinados, mas a tradição familiar dá a autoria a Vasco Serpa Pimentel.

[321] Informação confirmada pelo "Livro da Casa de Loureiro, de 1866/1868", fl. 23.

Est. V.78 — Edifício do laboratório

Est. V.77 — Fachada sul com jardim

gosto pelo antigo e pela sua preservação, tentando que o novo não choque de forma alguma com o que estava antes, como se vê de uma carta do 1º visconde: "*2º porque acho conveniente que a capella exteriamente* [sic] *seja da aparencia mais simples, e ordinaria que fôr possivel dárlhe em obra nova, pois do contrario disparatará do aspecto da caza, e o fará parecer mais*

Est. V.79 — Piscina

mesquinho do que hé."[322] (Est. V.76) Não quer isto dizer que também não haja uma procura do antigo pelo prestígio que significa, pois de contrário para quê fazer uma capela com material de outra construção, possivelmente mais antiga. Por outro lado, era mais barato fazer a dita capela com os materiais disponíveis, como veremos mais adiante, do que gastar dinheiro em novos.

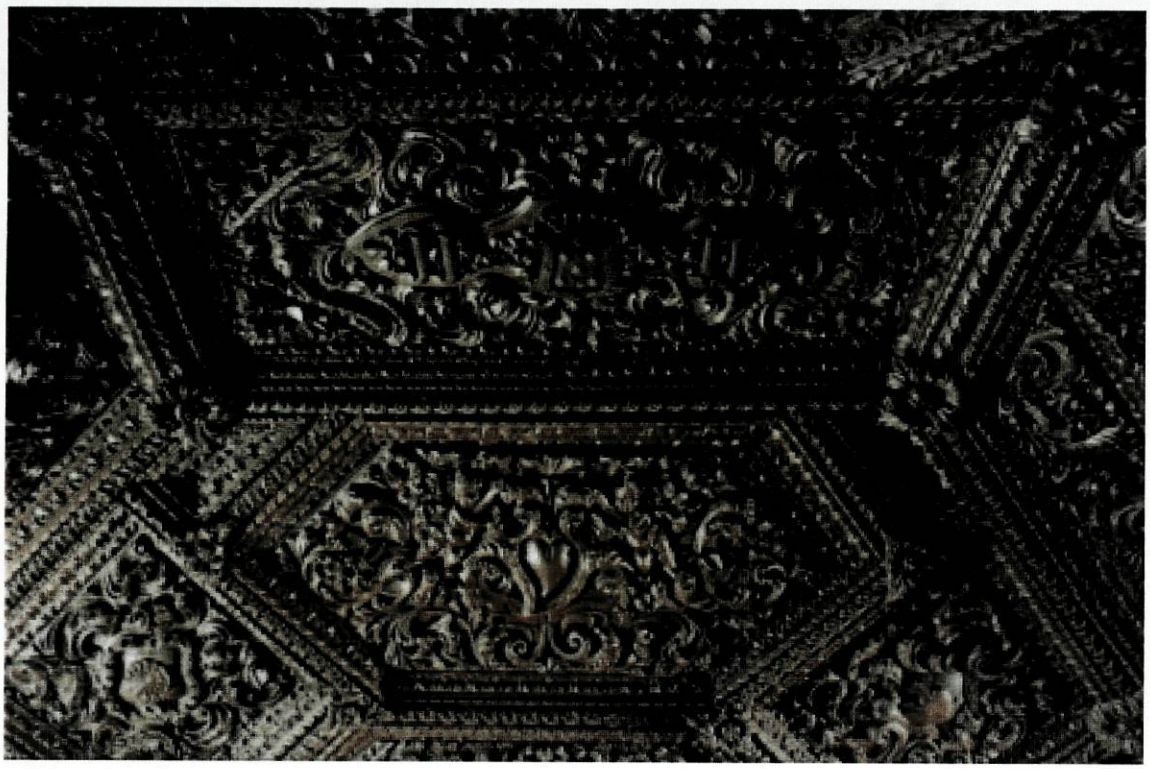
De início a casa possuía um oratório, que funcionou até ser possível dizer missa no novo edifício. A sua construção, como já vimos, utilizou material de outra capela, o que condicionou todo o risco: medidas, decorações. O material de base foi comprado em hasta pública pelo 1º Visconde de Gouveia, em 1826, a Joaquim d'Almeida Mendonça Furtado, que vê penhorados os seus bens, entre eles a Quinta das Laranjeiras, em Loureiro, de onde pensamos que terá vindo parte do material aqui empregue. No arquivo da quinta existem vários rascunhos com medições e desenhos possíveis para a capela, referenciando um deles as medidas da capela de Joaquim d'Almeida[323].

A fachada é claramente uma obra de arquitecto amador, evidenciando-se uma diferença de erudição em relação à estrutura do portal, já existente[324]. Interiormente já não

[322] AHQSJL— Cx. 38. Carta s/d.
[323] AHQSJL— Cx. 6. Execução dos bens de Joaquim de Almeida Furtado, Maio, 1826.
[324] «*Risco para o frontespicio não to mando, pelas seguintes razões - 1º porque conviria adapta-lo ás pedras de cantaria, cornija etc que la tens e eu não conheça*». AHQSJL— Cx. 38.

é tão notória pois o retábulo era de fácil adaptação[325] (Est. V.75). Ao mesmo tempo foi reconvertido o salão de baixo, onde se colocou a sacristia, hoje já desaparecida. A fachada sul desta ala também sofreu alterações, deixadas em desenho e que se entendem pela análise do tipo de pedra das cercaduras dos vãos.

Foi também colocado um *banco de cantaria no patim, no fundo do balcão*[326]. O interesse deste banco está no painel de azulejos que lhe coloca Vasco Serpa Pimentel. A composição aparenta alguma antiguidade mas foi mandada fazer em 1921. Jesus, o autor dos desenhos, era de Lisboa, sendo contactado por intermédio de Fernando Serpa Pimentel[327]. Embora possa não ter sido intenção do proprietário, este painel acaba por dar ao conjunto



Est. V. 80 — Tecto do hall de entrada

um ar vetusto que, como já vimos, tem implicações de representação social (Est. IV. 24).

Feito já intencionalmente foi o edifício da garagem e sala de provas (Est. V.78) que apresenta vãos semelhantes aos da casa principal. Tudo nos levaria a pensar ser uma obra coeva. No entanto, este edifício foi construído pelo actual proprietário em 1986/87. A ideia subjacente foi não criar disparidades de estilo entre as várias construções. Além dos

---

[325] Esta peça foi totalmente restaurada em 1996. A intervenção permitiu recuperar a pintura original, marmoreada, que se encontrava encoberta por tinta branca; os elementos dourados do retábulo foram apenas consolidados e não repintados.

[326] AHQSJL— Diário, fl. 5v.

[327] AHQSJL— Doc. Soltos. Cartas de 4 e 27 de Junho de 1921.

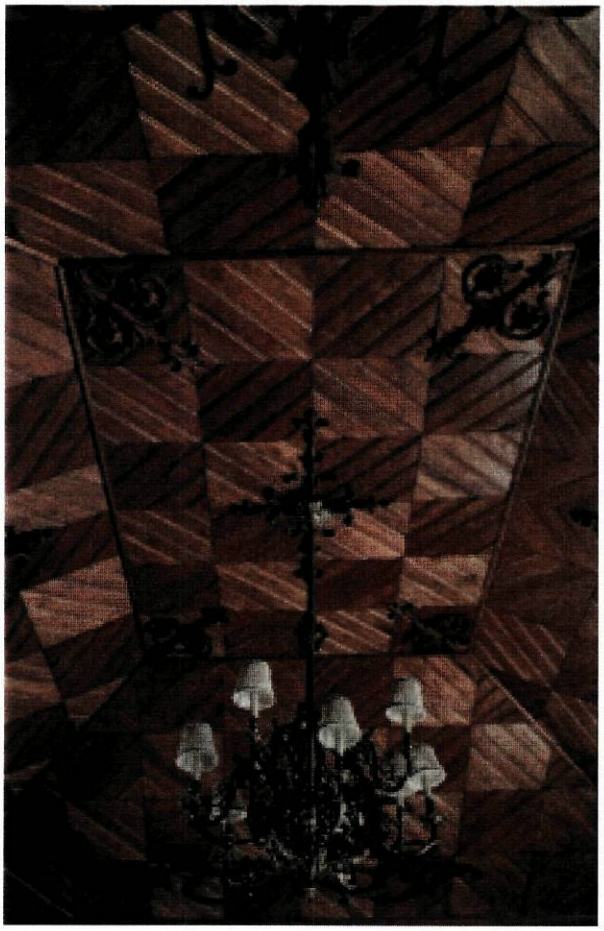
Est. V.81 — Tecto do balcão

cuidados com a renovação das vinhas, o Sr. Costa Seixas tem feito uma série de obras que visam a consolidação dos prédios (capela e várias casas da quinta) e o conforto de quem os habita permanentemente (construção de casas de banho, aquecimento central e solar, canalizações em aço inoxidável, etc.), tendo sempre presente um grande respeito pelo passado.

O tipo de atitude é extensível ao respeito pela própria natureza. Assim, as cubas de aço do centro de vinificação foram deliberadamente colocados nas antigas cavalariças para não alterar o equilíbrio da paisagem. Com isto não fez desaparecer a oficina vinária (Est. V.83 e V.84), que também data do tempo do 2º visconde de Gouveia: no piso térreo funciona a adega, com os seus tonéis, e o superior alberga os lagares (três lagares de 25 pipas e uma lagareta). Outro exemplo foi a construção da piscina (Est. V.79), em 1994. É uma estrutura muito interessante sob o ponto de vista paisagístico, pois foi concebida de modo a não gerar qualquer alteração no desenho que os muros criam na face sul da quinta: aproveitando o desnível a seguir ao pátio principal da casa, logo a seguir à capela, foram feitos largos muros de xisto à antiga, nos quais se encaixaram as escadas de acesso e um vestiário. Sobre o patamar colocou-se a

piscina.

A quinta requer cuidados redobrados com a paisagem pois conserva dos poucos exemplares de jardins e mata do Douro, sendo algumas das suas espécies objecto de zelo por parte da Divisão de Protecção e Vigilância dos Ecossistemas Florestais e Inspecção Fitossanitária. Os seus técnicos visitam periodicamente a propriedade a fim de examinar as principais espécies classificadas de Interesse Público pelo Instituto Florestal[328], tratando da sua manutenção.



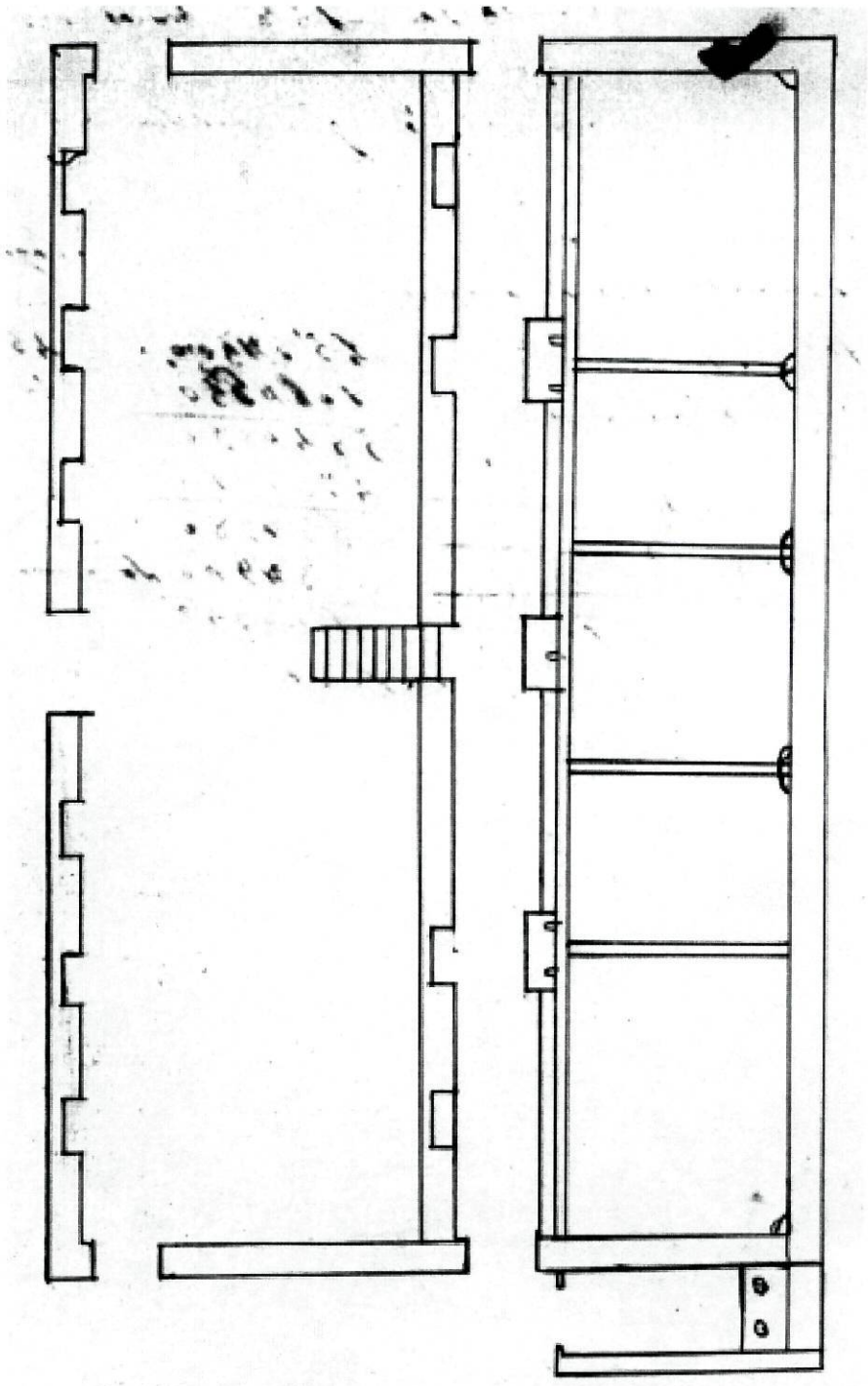
Est. V.82 - Tecto da sala de visitas

Logo na entrada casa temos um souto e para lá da estrada que leva a Loureiro, fica a mata da quinta, constituída por castanheiros (*Castanea sativa Miller*), sobreiros, pinheiros eucaliptos e espécies exóticas[329]. Era no seu interior que se situava o "jogo da bola", durante muitos anos abandonado e depois transformado em vinha. Também aqui se situa uma casa de chá, de forma acastelada, cujo restauro está a ser pensado.

---

[328] A classificação de Interesse Público data de 30/5/1942 e abrange todo a mancha arborizada, tendo dentro dela especial relevância algumas espécies mais raras, pela sua antiguidade, por nós assinaladas ao longo do texto com o respectivo nome científico. Veja-se DIVISÃO de Protecção e Vigilância dos Ecossistemas Florestais e Inspecção Fitossanitária — *Árvores Isoladas, Maciços e Alamedas de Interesse Público.* Instituto Florestal: Lisboa, [1995].

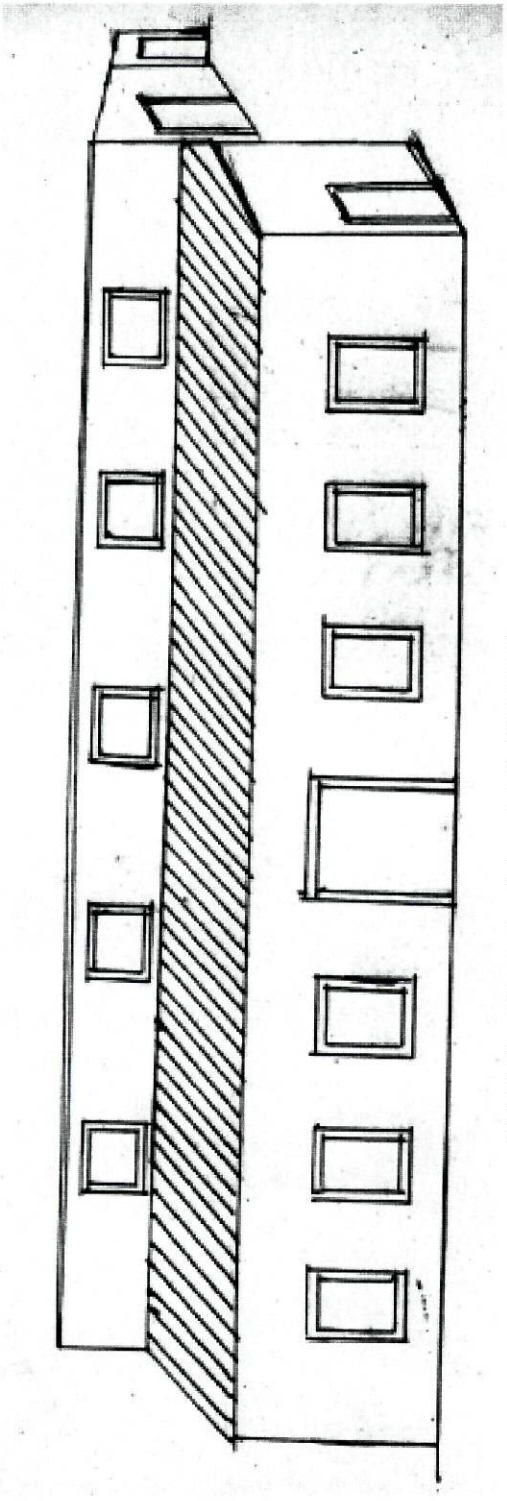
[329] A plantação destas árvores, como de outras por toda a quinta foi obra do 2º visconde, no ano de 1867. «*Arvores, e plantas que devem vir do Porto em Outubro de 67. √ Eucaliptos para a Quinta e Matta. Estrada a baixo das portas de ferro. Em volta do souto, especialmente para o lado do A. Francisco, entremeados com Australias. Viéram. Devem vir mais em Outubro de 68; √ Australias. Em roda do souto, a seguir as que ja lá estão. Na Mata.; Amoreiras brancas aos 2 lados do caminho para o souto. Á beira e volta dos campos. Viéram. Devem vir mais; √ Multicaules. A vestir a capela, do nascente? Em volta dos caminhos em mouteiras, como os vimes. Devem vir muitas, e das brancas haute tige em Novembro de 68*». AHQSJL— Diário, fl. 7-7v, cf. doc. n.º 14.



Est. V.83 — Planta da oficina vinária(AHQSJL)

Próximo da casa encontramos o primeiro de 3 jardins. (Est. V.74) Este espaço, datado do século passado, está divido em quatro parcelas por pequenos muros de buxo, que albergam espaços de horta e pomar. Ao centro o buxo é mais alto e trabalhado, tal como em alguns recantos, onde forma pequenos assentos para repouso dos visitantes. Todo o jardim está bastante arborizado com uma grande variedade de árvores: japoneiras de grande porte, uma magnólia gigantesca (*Magnolia grandiflora L.*), loureiros, azevinho, ácer branco, entre outras. A fechar o jardim vários pedestais de granito trabalhados, o que

pressupõem que em tempos terá existido uma grade de ferro que os ligava, formando um balcão sobre a parte sul da propriedade. No topo nascente desta parte baixa situa-se uma estufa de vidro e ferro com perfis à moda dos chalés suíços, muito em voga no século passado[330].



Est. V.83 — Planta da oficina vinária (AHQSJL)

Logo acima outro espaço ajardinado formado por uma composição de buxo anão e buxo talhado, com canteiros de roseiras, entre diversas flores de canteiro, e árvores de pequeno porte como japoneiras e cicas. A decoração fica completa com um pequeno espelho de água, bancos de madeira e ferro e uma estátua de pedra. A zona de ligação ao último jardim da propriedade é feita por muros cobertos de trepadeiras, onde se erguem mais duas frondosas japoneiras, uma cárnea e outra vermelha (*Camellia japonica L.*)[331] (Est. V. 77) . O terceiro jardim é o mais bem cuidado da quinta, com uma série de buxos em formas animais e geométricas, mantendo a tradição da arte das topiárias, por entre uma série de plantas de canteiro e um caramanchão com trepadeiras.

Todo o perímetro da quinta está demarcado com ciprestes, sempre

---

330 «*A estufa ou coberto em seguida para o Nascente, deixando um intervalo para o tanque. O telhado prolonga-se e leva uns recortes pendentes como as casas suissas. A casa leva para o sul porta e janela de vidraças, terminando as bandeiras d'ambas em pontagudas. Por detraz da vidraça (fina) 3 parteleiros para vasos que precisam mais calor. A escada dos vasos menos inclinada que a actual. O tapamento para o lado do poente deve ser de parede.*» AHQSJL— Diário, fl. 8, cf. 14.

331 Lembramos que este tipo de árvore para atingir esta magnitude tem que ter um longo período de vida, o que torna este jardim numa paisagem de categoria histórica.

alternados por oliveiras. Muitos terão sido colocados pelo 2º visconde, que traz também outro tipo de plantas exóticas para o Douro, como as araucárias (*Araucaria angustifolia (Bertol.) Kuntze*). Uma destas foi plantada no centro do pátio principal em 1842, fazendo companhia a duas tílias prateadas (*Tilia tomentosa Moench.*) mais antigas. Exemplares desta planta formam, acima do pátio, uma alameda de acesso que servia a antiga entrada na quinta.

Na propriedade existem ainda duas pequenas casas que foram recuperadas para fins turísticos, uma das possíveis vias para poder sustentar uma propriedade desta envergadura.

O restante terreno da propriedade é ocupado por vinha, a principal produção da quinta. As vides estão distribuídas por largos socalcos, por vezes cortados por oliveiras e árvores de fruto. Nos limites orientais alguma vinha ao alto, já que a pequena inclinação do terreno o permite. Esta quinta tem ainda alguma vinha em patamares, estando prevista a reconversão de todos antigos socalcos.

DOCUMENTOS

DOC. 13

AHQSJ — Cx. 38

«Na sollitaria, infelis carreira em 20 de Mayo 1851

Meu Exmo. e sempre prezado amigo e Visconde

Tenho a mim ou prezente do seo estimado em data de 11 deste neste momento que o recebo para satisfazer à sua recomendação na prompta remoção das medidas do fogão. Aqui mesmo a frente delle tiro as medidas nesta incluza tanto da altura, como da largura.

Prestando toda a minha attenção ás suas observações. Devo notar-lhe que em quanto á largura, poder ser a que vay notada se bem que o angulo que fazem as duas paredes milhor á vista dellas pela grandeza da sala hé que a deve marcar em quanto a altura eu acho que lhe pode augmentar mais meio palmo escasso isto he mais 3 ou 4 dedos. V. Exa. sabe que deve fazer hum angullo V.g. . Este agullo pode ser mais ou menos agudo para economia do conbustivel pondo-lhe pedra ou tijollo conforme quizer nas riscas que vão notadas. Sim senhor a onde ha tanta lenha, não são precizos os fogões de ferro, em geral em França tudo he de lenha e so tem de ferro a Cabeceira.

Também aprovo e muito que seja de pedra de cantaria bem escudada liza e fina, e depois pintada de preto ou marmore fingido.

A padieira deve ser acornijada e com hum bom palmo o sera para se por nella candieiro = castiços. Repito a padieira deve ser de cornija bem feita e bem lavrada e com hum bom plamo de aboamento como dizem os pedreiros em cima desta cornija deve começar a parede da frente da salla, deve ser de perpianho athe ao tilhado, para sustentar bem a padieira do fogão, e para dar ao fogáo hum vaco, ou espaço livre e largo athe ao tilhado ou do tilhado para cima. V. Exa. notará o que mais lhe convem e for mais barato, se alvenaria, se tijollo ou se perpianho. O que deve ordenar, e muito escrupolozamente recomendar, he que deixem athe a altura a cima do tecto do tilhado = todo o espaço possivel a chemine, livre, largo = e sem embaraço de pedras dentro, isto he todas as paredes bem lizas e bem dezimpenadas.

A boca da chemine deve ter infalivelmente 3 ou 4 palmos a cima do tecto ou cume mais alto de toda a caza para que o vento não retroceda e faça retroceder o fumo.

Recomendo essencialmente toda a possivel largura na chemine e altura acima do tecto ou cume da caza. Sim senhor aprovo que faça caza e cazas comodas e confortaveis, nada de luxos, que servem nestas alturas de desgosto os fogos do Porto — attendendo o carreto do rio, de terra, caixões, soltos e boleios = infalivelmente serião mais caros, e não podião chigar a salvo = sem que algumas peças quebrassem = estimo que me tenha intendido porque estou certo = hade ficar bem contente bem servido, e muito satesfeito.

(...)Manuel Pinto Soveral»

DOC. 14

AHQSJ — Diário de Lembranças do Visconde de Gouveia.

[fl.1] *Casa de Loureiro*

Apontamentos e lembranças em Abril de 1866.

Caramanchão sobre o patim da escada do jardim. Outro defronte. Caramanchões nos mirantes, e assentos.

Assentos ao portão de ferro.

Garrafeira. A lousa grossa de 2 1/2 palmos de largo, posto em Loureiro 35 reis o palmo. É melhor pedra da pedreira.

Montadouro de pau volante.

As 6 barricas de sardinha postas na Regua 54:250

Duraram

As ancoretas de folha levam 6 cantaros, e 4 canadas de azeite, medida da Regua.

2 lanternas para o carro.

Garrafas, rolhas, e todos os arranjos de Garrafeira

√ Novos escriptos de arrendamento para as 3 casas. Ja ha.

[fl.1v] Imagem de Sta. Julia, e banqueta para a Capella.

Pipas, quando forem baratas.

Outra escadinha de subir para a cama.

12 1/2 metros de alcatifa para o quardo [sic] da Julia

Marca de ferro a fogo para caixas e pipas*

√ Diamante para cortar vidro.

Remissão das Pensões d'Abrantes. Devem declarar-se que fico desonerado em todas as mesmas terras, e em Sedielos. Paga-se em dinheiro 5:861reis e 5 almudes menos 2 1/2 quartilhos que a 600 — 3.000 somma 8:861 reis que em 20 annos são 17:220 reis.

√ Irem 2 duzias de mantas para os homens da vindima. Foram 20 em 1867.

√ 2 espelhos para a sala de entrada. 2 quadros para a dita

As mantas estão encommendadas em Gouvêa.

Agosto de 1866

Encomendar Negrilhos, não só mais para o Penso, mas para Loureiro, devendo ficar 2 no pateo, aos lados da porta grande.

Plantar amoreiras, das que tem de ir para o Penso.

√ A tulha de cereais vai ser mudada para cima da casa da Eira. Mudou-se.

[fl.2] Corridor de 5 1/2 palmos de largo paralelo á capela, com escada para o côro, e entrada pela porta junto á janela da sala para o jardim. A porta correspondente é fingida.

* Tem o desenho da coroa de visconde com as suas iniciais: V. G.

3 dusias de sôlho de Flandres para a sala de visitas, cumprimento 5m 65c ou 25 palmos 3 passadas.

√ Mandar para Loureiro, cha, cafe, assucar, bolacha, mustarda, linhaça. Lampeão para o corredor. Papel para escrever, almaço pautado, e envelopes. Nacional ao Joaquim. Procuração para aforar ao J. Monteiro. Comenso na outra escriptura.

Em 29 de Janeiro de 67 recebi de Loureiro por uma ordem 218:650. E tenho lá na gaveta, pelo que dei aqui por conta de Pedro Francisco 21:500 reis

No 1º vinho queimado do tonel das 17 ficou a aguardente a 145:000 e portanto o vinho a 20:000 reis. As 2 pipas de aguardente vendidas depois ficáram a 134:000 reis.

Extracto do plano de estradas municipais da Regua

7º Salgueiral — Godim — Fontellas — em direção a Oliveira, Nostim, Ponte Cavalar(?).

8º A estrada na Freguesia de Loureiro, que tem de ligar a que vem de Oliveira, Concelho de Mesão Frio com a que ha de condusir para Sanhoanne, Concelho de Santa Marta.

13º Godim — Gervide — Travassos — A entroncar na estrada nº 8.

[fl2v] Nome e correio para a Estalage dos Casais.

Anna Ritta d'Andrade — Penafiel — Casais.

Idem de Amarante sahida para o Porto.

Joaquim Pinto. Hospedaria da Bôa Vista — Amarante.

Conservar os Marcos da Companhia na Quinta do Sol.

Apontar no Livro da Administração o 1 1/2 carro de castenhas, que paga o caseiro, e que lá costumam vender-se.

~~Paguei o~*~ Veio para Loureiro a bomba de jardim, que estava no Porto.

√ Mandei guardar da colheita de 67 1/2 pipa de Moscatel feito á moda de Setubal, e 1/2 de Alvarilho secco, da Quinta do Sol.

[fl. 3] Objectos para virem do Porto. Agosto de 67.

√ Esquentadeira nova, ou compôr a que ha.

√ Esquentador para brasas — idem.

√ 2 latas cheias d'oleo.

√ 2 arrateis d'Alvaiade, do mais fino.

√ 1 dita de gesso cré.

√ Pedra pomes — 1 alqueire

√ Vernis copal — 1 canada

√ Agua raz — 3 canadas

√ Feses Francesas — 2 alqueires

* Riscado no original.

√ Brochas — uma de E, outra de O, outra de nº 16, outra de nº 12, outra de nº 14, outra de nº 1.

Mohinho [sic] de moer tintas.

√ 1 Fechadura pequena para a meia porta da capela para a sacristia .

√ Fechadura de broca e moleta para a porta da sacristia.

√ Fechadura pequena e muleta para a meia porta para a saleta do sótam.

√ Fechadura e muleta para o quartinho.

√ 4 ferrinhos pedreses para segurar abertas as janelas de vidros.

√ Moleta grande e bôa para a porta da capela.

√ Fechadura de broca, e muleta para a porta do côro.

√ Fechadura pequena para a porta do armario por baixo da escada para o côro.

[fl. 3v] √ 48 cabides de ferro para regoas de taboa.

√ 3 jogos de peras brancas para as portas do salão, e côro. Terão outro destino.

2 quadros para o côro.

√ 2 quadros para o salão, caixilhos dourados.

√ Espelho para o fogão, caixilho dourado. Altura da pedra á cornija 1m 70c. Largura da pedra 1m 27c.

Lustre para o meio do salão.

√ 6 cortinas ou raposteiros [sic]. Altura de todos os portais para este effeito 2m 78c. Largura dos das 2 sacadas 1m 75c. Largura das fronteiras 1m 56c. Largura dos das 2 portas 1m 45c. ~~Paus, argolas,~~*

√ Paus, argolas, e prisões de madeira para as 6 cortinas (Ver medidas retro.)

√ Fogão para a chaminé. Vão d'esta largura 76c altura 73c.

√ 2 Espelhos de 3 palmos, moldura negra para a sala d'entrada. Vieram de Gouvêa.

√ 4 Jarras asues, 2 para as cantoneiras, e 2 para a mesa do espelho.

√ 2 Castiçais de bronze para a dita.

√ Jarras, e castiçais para o salão.

Medida entre os 2 portais do salão para o corredor, (para sofá) 2m 38c.

Numeros de metal para a Garrafeira.

[fl. 4] Arranjos ou machina para engarrafar o vinho.

Garrafas para 1 1/2 pipa, ou antes para 2 a 300 garrafas cada meia pipa. Foram 3 grosas em Abril de 68.

Pesos modernos, (grandes e pequenos) e balanças.

√ Patos marrecos, e galinhas d'Angola.

√ Banco de ferro para encostar á capela á sahida da porta do sótam.

Sineta grande em campanario de ferro, com grimpa no alto.

√ 12 ou 20 Enxofradeiras verdes.

√ Um limpa pennas.

Montadouro de 4 degraus.

Em Março de 68

√ 5 capachos de côco. Vão as medidas 1m e 15c para 4, 87c para 1, 1m e 3c para 1.

√ Abas-jours de porcelana, ou soldar o velho.

Tapetinhos para as 3 janelas da sala. Medidas: as 2 1m 42c sôbre 52c, a 3ª 1m 2c sôbre 56c.

Esteira para o côro. Vão as medidas

√ Aldrave grande para a porta da sacristia para o jardim.

Transparentes para a capela. Vão as medidas

Cortinas, idem. Idem.

Aramearias.

4 Cedros palmares ou schmilhantes para os 4 cantos da latrina.

[fl 4v] √ Camisólas, limpa puras, tinta,

Trastes para os quartos da capela.

√ 3 camas de ferro, colxão, e travesseiros. 3 peniqueiras, 6 cadeiras, e 2 para a sacrestia. Mesa, e espelho. 3 jogos de valdes, 3 jogos de louça.

√ carros de mão para entulho, 1 grande para o hortelão.

30 ou 24 vasos para as escadas do jardim.

√ 2 bobeches asues. 4 ditos verdes.

Mais 2 castiçais para o salão.

√ Mais 2 quadros para o salão.

√ Columna de espelho.

√ Mais um reposteiro, e paus para a sala, 2m 62c sôbre 1m 42 c de pau.

√ Bahu de lata para as cortinas cumprimento 2m 20c. Não pode ter d'alto mais de 70c.

√ Pregos de cabeça dourada grandes e pequenos.

√ 6 ganchos amarelos para segurar as cortinas brancas devem ter o gancho de todo aberto para entrar o pano.

√ Provimentos: assucar, cha, café, manteiga, biscouto.

√ Lousa para o fogão. Vai a medida.

√ Ferrage e sôlho para os quartos de baixo?

√ Cordão para campahinha, preto e verde.

√ Fosforos, papel e envelopes.

√ 25 peças de papel para os sótans, sendo 5 ou 6 d'estas para a sacristia, e para a saleta d'entrada.

---

* Idem.

√ Coleção de parafusos de todas as medidas.

√ 3 pares de braçadeiras brancas.

√ Saber se as cortinas brancas devem ser recortadas.

Vai a continuação na 4ª pagina seguinte.

[fl 5] Apontamentos para obras e quintas. Agosto 67

√ Mudar os limoeiros do pateo para traz da capela. E substituir estes por trepadeiras.

Mudar os castanheiros dos lugares tesos da Mata para os vales, e junto aos muros.

Um montadouro movel. 4 degraus.

√ 2 tornos de pau aos lados da grade do côro da capela a 10 palmos d'alto do sôlho.

√ 2 ditos aos lados do óculo luz e abaixo da cornija.

√ Grades a dividir o pateo. Piramides de grade ao portal grande. Arco, e cancella no portal pequeno.

Obra de pedreiro no pateo e capela.

√ Ladrilhar a capela, degraus de cantaria no portal da mesma, degrau de boa alvenaria na porta da sacristia para o jardim. E reforma do ultimo degrau do balcão. Fresta com peitoril no sitio do portal da loja grande. Vão 5 palmos de largo, e 9 d'alto. Guarnição de cantaria por fóra, grade de ferro embebida.

Fresta egual no sitio do portal por baixo do antigo escriptorio, mas de alvenaria.

√ Guarnição de pedra de 1 1/2 palmo d'altura entre cada um dos pilares de pedra do pateo para começar em cima a grade de madeira, ou em ferro.

[fl 5v] Guarnição egual de 2 1/3 palmos d'altura, e 1 1/2 palmo de largura, em forma de banco, em frente da parede do armasem, deixando 1 palmo de vão entre a parede.

√ Banco de cantaria no patim, no fundo do balcão.

2 pilares de cantaria, a segurar a pia do chafaris. E pia nova.

Novos quartos por baixo da casa

√ Portal, ou corte de alvenaria no tôpo da loja grande, a formar o seguimento do corredor em toda a altura, e da mesma largura do corredor, (6 palmos.)

Portal entre a casa da fructa secca, e a loja de passage, (no extremo para o pateo das galinhas.)

√ Estreitar o portal da loja da fructa.

√ Janela por baixo do balcão sôbre a pia, do jardim. Alvenaria escolhida. Grade de ferro exteriormente.

√ 2 janelas por baixo dos portais das duas sacadas. Grades como a outra.

√ Janela egual para o lado da eira.

Ladrilhar a nova casa da fructa seca e o forno.

Sala de jantar e balcão.

Elevar a parede mais 3 palmos ou 4.

Redusir as sacadas a janelas de peitoril,[fl 6] e mais altas, e mudadas mais para o norte, e fogão no meio. Reformar os 2 portais das lojas.

Rasgar a janela da cusinha.

Varanda exterior formada em pilares de pedra, e vasada.

Balcão de 2 escadas na frente.

Pateo das Galinhas

Portal pequeno d'alvenaria com 3 degraus.

Muro estreito do lado do norte, para a elle se encostarem os novos capoeiros. Ficam no sul.

Guarnição de 3 palmos d'alto de perpianho em volta do pateo, para n'ella se firmarem as grades, e ~~pilares ao alto, para segurarem éstas~~.* Porta no meio.

Pequeno tanque entre a do de betom, para os patos. Pia para as outras aves.

Obra da sala de jantar

Alargar o corredor, que deve ficar de 6 1/2 palmos, e prolongar-se até a parede da cusinha.

Metter a escada de 4 palmos para o andar de baixo, e cópa de louça no vão d'ella.

Tecto de estuque como o do salão.

Cópa do creado, e pequena despensa no extremo, com porta para o corredor da cusinha.

[fl 6v] Medidas da capela, para a Tribuna. Altura do chão á cornija 5m 61c, largura 4m 50c.

Em Novembro de 67 o vinho que se queimou veio a ficar pelos calculos do Joaquim em 31:780 reis a pipa. Foram 14 pipas, deu 2 d'agua ardente que se vendêram a 215:000 reis para gastos, e 2 cantaros e tanto.

Mais apontamentos em Março de 68

√ 2 fechinho amarelos para segurar abertas portas de vidraça.

√ Fecho inglez de mola para a porta da sacristia para a capela.

√ Banco de ferro de 10 palmos para a sahida da sacristia, no jardim.

√ Carimbo para os papeis todos.

√ Falar ao Baltar, e amostras.

Sineta para a capela

~~Redondos de ferro a formar os arcos na escada do jardim e defronte~~.*

Deixo em Loureiro camisas, ceroulas, meias, lenços d'algibeira, ditos do pescoço, e manta grande de setim, colarinhos, calções, 3 coletes, casaco curto d'inverno, dito de verão d'algodão, dito

* Idem.

de pano preto, çapatos, e botas, fóra o tren de andar a cavalo, chapeus, 2 baretes ~~(Falta camisólas, e calças~~. 2 camisólas.†

[fl 7] Arvores, e plantas que devem vir do Porto em Outubro de 67.

√ Eucaliptos para a Quinta e Matta. Estrada a baixo das portas de ferro. Em volta do souto, especialmente para o lado do A. Francisco, entremeados com Australias. 1 á sahida da Quinta do Sol, da parte de fóra. Nas Agoas ferreas. Na sahida para o Pinheiro. *Viéram.* Devem vir mais em Outubro de 68.

√ Australias. Em roda do souto, a seguir as que ja lá estão. Na Mata.

Amoreiras brancas. Na Portela, aos 2 lados do caminho para o souto. Á beira e volta dos campos. No caminho do Pinheiro, que se inutilisa. No caminho da eira para o tanque. Á beira do olival da porta de ferro. Viéram. Devem vir mais.

√ Multicaules. A vestir a capela, do nascente? Em volta dos caminhos em mouteiras, como os vimes. Devem vir muitas, e das brancas haute tige em Novembro de 68.

√ Pereiras Maceiras. Maceiras amaus. Mais laranjeiras para a Quinta do Sol, Limoeiros tudo haute tige. Oliveiras na Quinta Nova. Castanheiros na vinha superior. Devem vir Macieiras haute tige em Outubro ou Novembro de 68.

Pateo

Trepadeiras para as grades. Arvore pouco alta para juncto á cancella da capela. Murteira, ou cypreste de palma para a esquina [fl 7v] de traz do balcão. Idranjas, e arbustos para o mesmo, e buxo, ou grade a fechál-o. √ Piteiras e relva grossa para debaixo da Araucaria. 2 Araucarias ou pinheiros para os lados da entrada do pateo. Trepadeiras a vestir a parede do armasem. Bucheiros a vestir a entrada no pateo. Tilia, ou pendulo no campo superior, a cobrir a vareira dos Lauros regios.

Lauros regios a fazer abrigo do poente no grande coberto, e pateo correspondente.

Tilias para a frente do canto atraz da capela, e outros locais. Outra arvore de aparar, ao canto.

Punlonias, Jasmins do cabo, Idranjas variadas.

Mais lauros regios, a faser abrigo no tôpo do laranjal por baixo da varanda.

Larangeiras na Quinta da Larangeira. Limoeiros ou multicaules no muro da Quinta do Sol.

Obra dos Capoeiros.

√ Grade em toda a frente, de latas aplainadas, terminando em pontaguda, e pintada de verde. Porta egual no meio, segura em duas columnas de pedra laterais. 4 Capoeiros, sendo 2 maiores. No ultimo do poente grade divisoria, com porta, a faser quina na Pereira, até entestar no muro. Para o

---

* Idem.
† Idem.

Nascente coberto com a mesma inclinação e dimensão dos capoeiros, levando dentro um [fl 8] armario ligeiro, e uma mesa de pedra, e um banco.

Casa do jardineiro e estufa.

A casa para o poente. A estufa ou coberto em seguida para o Nascente, deixando um intervalo para o tanque. O telhado prolonga-se e leva uns recortes pendentes como as casas suissas. A casa leva para o sul porta e janela de vidraças, terminando as bandeiras d'ambas em pontagudas. Por detraz da vidraça (fica.) 3 parteleiros para vasos que precisam mais calor. A escada dos vasos menos inclinada que a actual. O tapamento para o lado do poente deve ser de parede.

Para vir do Porto em Outubro 68

√ 16 kilos de chumbo. √ Algum ferro ordinario, se for a 15 reis o alqueire ou menos. Galhetas de prata. √ Dobradiças de chumbar para 8 meias portas de vidraça, segundo a medida. √ E 4 pedreses modernos, segundo a mesma medida. √ Ferrage completa para 7 portas.

Mandar em Novembro as 6 Macieiras do S. João que se plantáram no caminho novo, para em volta das hortas.

√ 55 palmos de cano de chumbo estreito.

[fl 8v] Em Julho de 1868

√ 6 dusias de pinho da terra de 1 1/2 palmo de largo e 13 ou 6 de cumprido para as escadas.

√ Pinhões de Gouvêa.

Juncos de Penso no tempo.

Sistema de faser subir logo as vides — unidas até junto á pareira, e ahi lenha para a subirem, cortando-lhes os olhos até a altura.

Levar a agua aos sótams

Castanheiros alinhados nas duas vinhas. Augmentar por baixo o olival.

Alinhar e vestir o caminho de carro para o pôço.

Enxertar larangeiras brancas.

deposito d'adubos.

Videiras ao longo da parede da rua da Vinha do Outeiro.

Clarificar todo o vinho 30 dias antes de engarrafado.

Os pregos de arame, meia cabeça que se servem são nº 8,16, 24, 32.

Pantas [sic] de sombra. Papel de apagar.

√ Lapis. Papel almaço. Selos.

√ 2 Caixilhos com grade d'arame.

√ Tinta verde

√ Calçadeira.

Ver os fogões para a sala de jantar, e mandar medida.

Ferrage para as portas e janelas da dita e para os armarios.

Codigo civil e Tabella dos sêlos.

pedreses para meias portas, e para 1 porta de caixilhos.

√ Gêsso para os 4 quartos e sala de jantar 10 barricas pequenas de 5 arrateis.

[fl 9] O melhor Alvaiado ja mohido e desfeito em massa, para se pintar, e o melhor vernis para as portas, dito é em Achiroute em casa do doceiro, Gustavo.

Receita para as portas — Alvaiado com amarelo tostado, e pouco ou ninhum amarelo d'Italia. Filetes alvavado [sic] com terra de Siena calcinada e ocar.

√ Encommendei ao Severino 2 dusias de taboas de Flandres seca, de 13 palmos, para desdobrar, para as janelas, portas, e 2 armarios da sala de jantar e janela do meu quarto.

Em Dezembro de 1868

Para vir do Porto

Medidas grandes de fita

Um verrumão para furar tabiques de madeira.

2 bambinelas d'oleo ou mógono para as duas janelas do nosso quarto, e 1 para o arco.

Cortinas para as ditas — altura 2m 35c.

Mais castiçais de metal branco, e 2 vasos verdes para o salão.

Uma bambinela como as de cima para a janela do meu quarto.

Para a grade do jardim

Ferro inglez. Barra chata, por 3 oitavas de grosso, 1 1/2 polegada de largo 120 palmos

Ferro quadrado de 5 oitavas 400 palmos

1 Barra de ferro quadrado de 1 1/4 polegada

Mais ferro para os pilares dos caramanchões.

[fl 9v] 10 ou 12 peças de papel duro miudo para o meu escriptorio.

10 ditas irmaus [sic] do do quarto de dormir, para a antesala, e gabinete de lavar.

Uma garrafa de Cognac velho.

Vereficar por quem mandáram a saca d'arroz, que inda não apareceu na Regua.

Ferrage completa para as portas, e dita de caixilho do tôpo do corredor dos sótans, para a que liga com a casa da fructa, para a da privada, para a do tôpa do corredor, para a de communicação com os sótans da capela, para as da sala do jantar, e corredor.

Cifões para a privada.

Cortinas de fostão branco e asul para as duas janelas do nosso quarto, e para o arco.

Prensa para feses.

2 castiçais mais para o salão 2 bobeches lisos verdes.

[fl 10] 1868. Obra das escadas internas.

Cumprimento do vão desde a guarda áo balcão até a parede do velho escriptorio 14 palmos e 2 polegadas.

Largura do vão entrando o tabique exterior, que hade assentar sôbre parede da altura do balcão para cima 12 palmos.

Acrescem para a escada inferior mais da grossura da parede da casa 4 palmos e 1/2.

Começando a escada no alto com 3 degraus de um terço de esquadria, para a escada 16 palmos; altura 11 palmos e 1/2.

Levando 14 degraus, vem a ficar menos de 3/4 d'altura cada um. Deve porem levar 13 que vem a ficar de 3/4 com leve diferença para mais, e ficam com palmo e 1/4 aproximadamente de base.

Parte superior

O mesmo cumprimento de vão.

A mesma largura, com os mesmos 4 1/2 palmos da grossura da parede.

Altura até ao solho que se pode formar sôbre o tecto do corredor para o patim superior da escada 12 palmos.

A escada vem portanto a ter as mesmas dimensões, levando os 3 primeiros degraus em baixo de 1/3 de esquadria.

Tem de abrir-se no meio do vão, na parede da casa um portal da mesma altura dos outros [fl 10v] da sala d'entrada e corredor, e meio palmo mais estreito, guarnecido de madeira, que ha de communicar o corredor geral com o patim das escadas. Hão de levar as duas meias portas, que se tiram do meu quarto, um pouco cortadas na largura.

Patim de 4 palmos e 5 polegadas de largo. Cada uma das escadas terá a mesma largura.

Em baixo leva 2 portais. O 1º de 4 palmos e 6 polegadas de largo, e com a padieira de lavado aro a subir para o lado da escada, e ao fundo da mesma. O 2º a 2 palmos e 3 polegadas, distante do vão do 1º vem a ficar no meio do vão que fasem o patim, e a escada superior, e communica com as privadas. Soleira de madeira, e de nivel 4 palmos de largo.

Estas devem ficar um degrau ou dous acima do sôlho do corredor dos sótans.

Oculo egual ao do côro, a tocar no mais alto da parede nova, logo por baixo do forro de estuque da privada. Vão do oculo de cantaria exactamente egual ao do côro. deve ficar bem no centro do lanço de parede nova. Leva grade.

Sôbre o patim que communica para as escadas, e no centro do tabique, sôbre o dito oculo, deve ficar uma janela com 3 palmos de peitoril, 6 palmos de largo e 71/2 d'alto. Leva grade de ferro com vidros, para o que os varões devem ter recrava. E a guarnição exterior deve levar remates [fl 11] similhantes á janela da sala de visitas, e deve ser de aro abatido a padieira. Os vidros devem ser foscos ou de riscos, a maior parte.

Por baixo de cada uma das escadas fica um armario.

A privada leva um cifão para serviço, outro para despejos.

O cano da agua para o cifão de serviço communica com uma torneira para o serviço dos quartos.

Convirá levar um oculo egual ao do côro no alto do tabique no tôpo do patim.

Corredor dos sótans

Soleira de pedra de 3/4 d'alto grossura de peitoril no portal exterior do tôpo do corredor. Porta com vidro do meio para cima. As portas interiores servem as que ha, remontadas.

Portal de 4 palmos de largo do corredor para a casa da fructa secca. E porta no mesmo tôpo oposto, com degrau para o patim da casa [fl 11v] das batatas.

Portal e porta da mesma largura a communicar este patim com os sótans da capela.

Os 2 portais para a escada e privada ja vão medidos acima.

Taboas para cabidos em todo o corredor do lado da parede.

Arames para campainhas em todos os quartos .

Capela

O Presbiterio feito como está riscado no sôlho, só vem um palmo mais para a frente.

O Altar tem 8 1/2 palmos de frente, e 51/2 de largura, da parede.

Obra da sala de jantar, e andar superior

O travejamento é reformado, e colocados os caibros para ser solhada por egual.

As traves do andar superior são seguras na divisão entre sala e corredor. Deve levar algumas columnas de ferro desde as lojas até acima, ou de pedra só nas lojas, e d'ahi para cima pés direitos.

Na cusinha no mesmo sentido.

[fl 12] Por ora basta travejar e solhar sôbre a sala de jantar, e copa.

O corredor dos quartos superiores vai dentro da sala de jantar e copa.

Liga com os quartos velhos, ou por portas sôbre 3 degraus para os velhos. E até caso os intervalos do corredor velho entre as portas ficam armarios; e a ligando no tôpo com 3 degraus com o dito corredor velho.

A 1ª trave vai sôbre o tapamento ao sul da sala de jantar.

A baranda de vidros vai em seguida occupando somente a largura do prolongamento do corredor da sala d'entrada.

Os 3 caixilhos para as 3 janelas da sala e do meu quarto virão do Porto.

O sôlho da sala, de Lamego ou do Porto.

Armarios e portas da sala côr de carvalho, e os portais brancos.

Obras no nosso quarto.

Buraco para o fogão ou estufa entre a janela nova e a esquina.

Portas de dobrar na janela antiga.

Porta de 3 1/2 palmos do gabinete de lavatorio para o armario da esquina da sala.

[fl 12v] Tirar as portas para o corredor, guarnecer o portal em forma d'arco abatido.

Porta de um só batente mais para o lado da sala na parte do corredor correspondente, ficando este a formar uma pequena antecamara, communicando com o quarto pelo dito arco.

Ver se ha papeis eguais para ésta antecamara.

Oculo do gabinete deve ter caixilho de abrir para dentro, e porta de um só batente.

Copa

Altura dos armarios de baixo	95 c.
Altura do vão entre os 2 armarios	40 c.
Altura do armario superior	o que der
Largura dos armarios	70 c.

A borda por baixo do vão intermedio sai mais 6 c.

Parapeitos do jardim

28 palmos desde as quinas. Largura 2 palmos, entrando o bordo exterior. Coberto e com o capeado de cantaria. Nas quinas os quadrados mais grossos, para segurar as grades.

(...) [fl. 19] Receita para encerar a talha

Primeiro tem a escurecer-se a madeira, que fôr clara. Mói-se a sombra com agua. Junta-se depois a cóla de retalho muito ligeira, e corre-se com um pincel. Para encerar: cêra amarela derretida ao lume, junta-se depois com terebentina, ou agua-raz. Junta-se-lhe sombra moida, se quer fazer-se mais escura. Depois de secar a pintura, esfrega-se com escova, ou pincel muito grosso, até ter lustro. Cêra— ½ libra; Terebentina — 1 libra.

DOC. 15

AHQSJ — Cx. 38. Documento sem data, local e autor

Da planta baixa nova que te invio verás a caza velha, e a nova caza d'agua pé nas proporcionaes distancias (os seus cunháes, e alinhamentos). E alem do topo da caza vai riscada a capella nas medidas dessa cujas madeiras e retabulo que compraste = 16 palmos de largo, no interno; e 22 ou 22 1/2 de fundo. Altar e retabulo, 8 de fundo; e só o altar 2 1/2. Ora, a tua nova capella pode ficar com 16 de largo; mas quanto ao fundo, acho o de 22 mesquinho, especialmente depois de se lhe tirar por cima os 9 palmos para o côro, que bem he que não tenha menos desta medição para nelle se estar á vontade, maxima sendo conveniente pôr-lhe em metade hum degrau, ou estrado superior, de sobre o qual as pessoas da 2ª linha vejão o padre e o altar por cima das cabeças das pessoas da 1ª. Entre o retabulo, e este côro so ficaria hum espaço de huns 8 palmos, que não darião proporções degorar o tecto. E então, como o cunhal do sul da caza fica mais saliente 1 palmo e 3 polegadas do cunhal da capella, creio que poderás sem grave inconveniente dar a área desta, 4 palmos e 3 polegadas mais de fundo; que juntas no interno aos 8 palmos do mencionado espaço, o estenderá à caza de 12 1/2, que já será suffeciente. E por fora, do lado do sul, o unico defeito que se

me antolha he o de tomar hum pouco a vista das janellas da salla de visitas. Mas este defeito será so o de 3 palmos, e deminuido em razão do espaço de 9 e 2 polegadas que ha entre os dous cunhaes; e ainda aquelle que decorre desde o cunhal da caza athe o meio do 1º balcão, que he bastante longo. No risco deitei hüa linha visual, mancada [sic] com pontinhos, da qual verás que o tal defeito de ficar a capella mais saliente da caza os 3 palmos, he quaze imperceptivel. Com dittos pontinhos vai marcado o maior fundo a onde eu proponho que edefiques a parede do lado do sul da capella. Do lado do sul não he minha opinião que feches o espaço em cima, entre a caza e a nova capella; converá antes que esta d'ali fique isolada, porque do contrario, prolongando o corpo da caza, com hüa parede privada de janellas, hiria destruir essa pouca nobreza, e regularidade que o meo risco executado deve ter dado á ditta caza. E demais privarías a 2ª alcova da salla dessa indispensavel lus que lhe provem do oculo, ou olho de boi que tem. E athe he minha opinião que no cume da empena da parede da capela do lado do sul, se deve collocar hua crus de pedra, para que quem vir por aquella parte a caza conheça que destino tem o corpo informe, e sem architectura que a ella se segue. Agora do outro lado, quanto mais quizeres fechar do ditto espaço entremedio melhor será. Eu no risco marquei-o exactamente ao meio do topo, ou dos dous cunhaes da caza por aquelle lado do nascente. Mas pode ser menos, e pode ser algüa couza mais sem grande inconveniente. E athe nesse espaço fechado se lhe poderá deixar tambem janella para o lado do sul, que visse, e esclarecesse por entre as duas paredes da caza, e da capella.

Quanto á altura, a da tua caza he muito baixa; mas a da cumiada dos telhados della disfarcaria parte do que mais quizeres subir com a capella; e não será notavel o defeito das desproporções dos dous edeficios se o telhado e parede do fechamento do espaço entremedio, ficeram da altura da caza, e não da altura da capella, afim de que esta no aspecto fique sempre separada da caza. E esta maior altura da capella traria varias conveniencias. A porta principal poderia ficar mais elevada, porque o coro poderia nella tambem subir. E o estrado do altar se poderia elevar igualmente a 2 ou 3 degraus (creio eu; se a altura do retabulo o não estorvar;). E neste sistema o sobrado da passagem da alcova para coro da capella deveria ficar no nível do sobrado da alcova; e deste sobrado e nível se poderião subir 3 ou 4 degraos para o sobrado do coro, os quaes se poderião praticar na espeçura da parede da capella, como os levo apontados na planta.

Recomendo de novamente a abertura de hüa janella alta, pouco alem do balaustrado do coro, que dê lus não só para o ditto coro, mas e principalmente para o altar. E esta janella, bem entendido, na parede do lado do nascente.

Por baixo da planta venho de riscar hüa prespectiva da caza, com a capella, suppondo esta pelas medidas d'altura e de largura exteriores dess'outra que viste e da qual compraste o retabulo, altar, tecto, etc. E tambem da ligação, ou passagem a fazer-se desde a caza para o coro da capella. Marquei nesta com pontinhos, a espeçura das paredes (cujos cunhaes externos não devem ser tão largos no appulorado). E marquei nella o nivel do sobrado do coretto 3 ½ palmos a curva do nivel do sobrado da alcova; e marquei igualmente com pontinhos o como na espeçura da parede da

capella os 3 degraos poderião praticar-se. O nivel do solho [sic] da passagem , ao mesmo nivel do da alcova. O peitoril da janela, a 4 ½ palmos delle. O telhado que a cobre pode ser, ou de duas aguas, hüa para o norte, outra para o sul; ou de tres aguas, tendo hüa terceira para o lado da caza sobre o beirado della; e ninhum para o lado da capella, para evitar nella as humidades de hum cano, e para que não va tolher a altura da porta de passagem para o coro, desde o mais elevado dos 3 degraos. O aspecto da capella fica deste modo separado sempre do da caza; e he sem inconveniente por tanto, eleva-la á altura que a outra tem. No risco, a porta d'entrada sobre o degrao externo, vai riscada de 12 palmos, mas pode-se baixar a 11 se parecer demasiada a ditta altura; e a largura vai de 6 palmos. E não he isto que mando, hum risco de prespectiva de capella; mas somente hum estudo para se ver o effeito que faria hüa, na largura e altura dessa que viste e donde compraste o altar, ligada à caza pelo modo que te digo.

Quanto ao maior comprimento interno em referencia a adaptação do antigo tecto, repito que o acrescentamento feito do lado do norte pode ser de qualquer sorte, visto que só do fundo do corêto he que poderá ser observado; e mais ainda se este corêto se subir, como digo, alguns palmos acima do nivel do sobrado da alcova da passagem.

Risco para o frontespicio não to mando, pelas seguintes razões — 1º porque conviria adapta-lo ás pedras de cantaria, cornija etc que la tens, e eu não conheça; 2º porque acho conveniente que a capella exteriamente [sic] seja da aparencia mais simples, e ordinaria que fôr possivel dárlhe em obra nova, pois do contrario disparatará do aspecto da caza, e o fará parecer ainda mais mesquinho do que hé. Nem eu, no teu lugar começaria esta obra na minha auzencia (provavel) dessa Quinta; mas antes a reservaria para quando a ella podesse desde o seu principio assestir, não so para com isso me distrahir, mas porque lucraria na sua melhor direção; e ainda que isso deitasse para os dias pequenos do inverno, seria o perjuizo do tempo compensado, com o mais aturado e bem dirigido trabalho com a assistencia do seo dono. E se tu tomares esta resolução, e vieres a Fós, como esperamos que virás, ca fallaremos, e faremos tantos riscos quantos te aprouver.

Parece-me que com o que levo ditto tenho por agora satisfeito as tuas consultas a este respeito de capella.

Lisboa, 4 de Junho de 1921

DOC. 16

AHQSJ — Correspondência de Vasco Serpa Pimentel. Documentos soltos.

Meu querido Vasco

Incluso invio a guia de dois caixotes contendo os azulejos para o teu banco, que foram despachados para a Regua no dia um do corrente mez, em pequena velocidade e o transporte a pagar ahi. Deus queira que ahi cheguem todos inteiros e sem novidade e que tenham ficado a teu gosto. Vae cada azulejo embrulhado em papel de jornal e deves recomendar ao desencaixotar que não se perca algum azulejo pequenino que pertença aos recortes. Vão todos marcados nas costas como já te disse em carta anterior, mas venho prevenir-te do seguinte. O artista Jesus perdeu o

papel com as dimensões e quando os desenhou esqueceu-se de juntar a expessura do banco à altura dos cachorros em que assenta de forma que os cestos laterais ficaram com pouca altura e como as flores d'esses cestos entram no ornato do espaldar, subeja um espaço de parede entre o chão e o fundo dos cestos assim [desenho].

Deves portanto mandar dizer a altura d'esse espaço para aqui o Jesus pintar um degrau em pedra em que assentem os cestos. Não querendo isso, lembro-me que poderias mandar fazer em pedra uns de granito d'essas dimensões, que mandarias colocar na parede e fingindo que sobre elles descançavam os dois cestos. Como entenderes melhor.

(...) Calculo que ainda estarás em Loureiro, aonde de bom grado eu gostaria de estar tambem (...)

Fernando Serpa Pimentel

Lisboa, 27 Junho

Meu querido Vasco

Recebi telegrama e carta com os parabens pelo dia 20 (...)Pela tua carta penso que já estarãlo no Porto fugidos aos calores do Douro, por isso para ahi envio esta carta.

Os teus azulejos foram efectivamente em dois caixotes como dizes e hiam marcados VS Regoa. Levam dentro de si 115 azulejos entre grandes e pequenos na sua totalidade, que tantos são os que formam o espaldar e os cestos lateraes. O Jesus já me trouxe a conta que eu devolvi por vir errada e que elle mandará brevemente corrigida e acrescida dos azulejos que estão no forno e que elle já pintou para os taes degraus fingidos que faltavam por baixo dos cestos. A conta com as alcabalas de empacotamento, caixotes etc deve orçar menos os que agora estão no forno em 83.000rs pouco mais ou menos, mas espera que eu te mande a conta.

Fernando Serpa Pimentel

DOC. 17

AHQSJ — Correspondência de Vasco Serpa Pimentel. Documentos soltos.

Medições da Cappella de Joaquim d'Almeida.

DOC. 18

AHQSJ — Cx. 38. Os documentos aqui transcritos foram seleccionados de um conjunto de diversos apontamentos (rascunhos) que serviram de estudo prévio ao levantamento da capela.

1ª Cumprimento por dentro 23 palmos. —— ou ——

2ª Largura por dentro 16 palmos.

3ª Altura desde a soleira da porta até ao simo da cornije, sobreleito, ou parte superior, que circuita o corpo da Cappella, 27 e $^1/_2$.

4ª Dista da armação do timpano, ou remate da frente, ou ponto d'esta da cornije para sima, ou sobreleito, que circuita o corpo da Cappella 5 e tres quartos, ou 6 polegadas. Total 33 palmos, e 2 polegadas. —— 6 ——

5ª Dista, desde o pavimento até a alquitrave do entebelamento, ou parte inferior do faxiado da cornije do forro 19 e$^1/_2$.

6ª Dista, desde esta parte inferior do faxiado da cornije do forro, até ao ponto, ou todo o simo da armação, 13 palmos, e 6 polegadas.

7ª Dista, do pavimento, ou ladrilho ao coro 12 palmos, e 2 dedos.

a- Nos 23 palmos de cumprimento, incluemse 8 e 1/2 até á frente do altar, medidas desde a parede que fica detrás da tribuna; tendo o altar 2 e 1/2 de largura, e 6 e duas polegadas e meia de cumprimento, e 4 palmos, e 3 polegadas d'altura.

b- Os 27 palmos e meio com os 5 e tres quartos, fazem 33 palmos, e hum quarto, ou 2 polegadas, desde a soleira da porta da Cappella ate á sua parte superior, ou remate, sendo 19 e 1/2 desde o pavimento ate a alquitrave, e devendo ser d'esta para sima 13 e tres quartos; podendo apenas haver alguma pequena differenssa procedida da grossura das madeiras, ou de mais, ou menos chigadas ao simo da armação.

Medições, e differentes lenbranças relativas á Cappella, que se quer fazer.

Comprimento por dentro, 30 palmos; por fora 36, para ficarem as paredes com 3 de largura cada uma.

Largura por dentro, 16 palmos; por fora 23, para ficarem as paredes com 3 e meio de largura.

Altura, desde a soleira da porta da Cappella até ao simo da cornija, sobreleito, ou parte superior, que circuita o corpo da Cappella, 30 palmos; mas a dita soleira deve ficar 2 palmos assima do tereno para 2 degraus, cada hum do mesmo de palmo, pelos qais se suba para a Cappella; afim de ficar sendo toda a altura d'esta de 32 1/2 palmos desde o terreno até ao simo da cornija.

Altura da armação do timpano, ou remate da frente, ou ponto d'esta, da cornija para sima, ou sobreleito, que circuita o corpo da Cappella, 5 palmos e 3 quartos, ou 6 polegadas.

Altura desde o pavimento da Cappella até ao pavimento da altar 3 palmos, e 4 polegadas, formada esta altura por 4 degraus, cada hum de 7 polegadas d'altura, e 10 ou 11 ditos de largura.

Altura desde o pavimento até a alquitrave do entabelamento, ou parte inferior do faxiado da cornije forro, 19 e 1/2 palmos, ou a que for necessaria ao assentar o forro.

Altura desde esta parte inferior do faxiado da cornije do forro ate ao ponto, ou todo o simo da armação 13 palmos, e 6 polegadas o for necessario ao assentar a fórra.

Altura da porta, 11, ou 11 e 1/2 palmos.

Largura da mesma, 6 ou 6 e1/2. Desta 2ª medida talvez fica mais elegante uma faxa, ou cornije sobre a porta.

A pedra d'armas com os timbres de Pimenteis, Freires só; ou com os mesmos dois, e taobem com os de Mesquitas, e Vasconsellos; com a coroa de linde simples; ou com esta, e o timbre do touro em sima; e uma boa frésta, óculo, ou janella; quando se não julgue preferivel, uma janela no coro do lado do Nórte, ou no meio do espaço que ficar entre este, e o altar. Dezejase que a frontaria seja de simples, e bonito gosto, e em alguma uniformidade com o da tribuna, e técto comprado; que leve

sôco, cunháes, e cornije de cantaria, da qual deve ser taobem a cornije de toda a Cappella, assim como a pórta, fresta ou janella que se decidir; mas o sôco, e cunhés, só na frontaria. Que a pedra d'armas seja feita no Porto de pedra mármore branca, ou de alguma outra que se julgue preferivel. Que seja do mesmo gosto o feitio da enpenna; e da cruz no simo d'esta; o da outra do fundo da Cappella, e das pijramides no simo dos cunháes, que se julga necessario levar; pelo menos nos da frente.

Uma porta na parede do lado das cazas que dê entrada, e servintia para o coro. O coro de 16 palmos de cumprimento; que vem a ser toda a largura da Cappella; e de 9 de fundo, subese dese para elle pelos degraus que forem necessarios, metendose na parede os que couberem nella, devendo ficar a porta na altura do pavimento do coro, e o fundo do dito degrau, no do pavimento do sobrado das cazas.

Outra porta na parede das cazas defronte da antecedente na mesma altura do colho, da qual se va por hum passadisso para a do coro. O passadisso da largura de 3 palmos, e 2 polegadas entre as duas paredes, e mais curto do que a parede das cazas, pelo menos 5 palmos; afim de que a Cappella fique sensivelmente destacada das cazas, assim como lhe deve ficar superior, para sobresair milhor, e para que fique taobem de duas agoas o telhado da caza do passadisso, e o cume d'este no mesmo nivel que traz o das cazas. Serão sufficientes 2 palmos; quando muito 2 e $^1/_2$; visto ter a caza d'altura 30, regulados pela soleira da porta da cansella, ou 30 e $^1/_2$; que dá servintia para a rua que se lhe segue, e que lhe vão todos 32 e $^1/_2$.

O dito passadisso ser tapado do lado do terreiro com uma boa porta no centro. Levar esta uma janella em sima com as devidas porporçõens. Sendo de gosto differnte do das das cazas, tornariam mais saliente este intermedio, e destacadas as cazas, e Cappella. No lado do sul póde ficar tapado, ou aberto; mas será milhor para siguransa da caza que fique tapado, levando taobem uma porta, e uma janella. Será conviniente fazerse hum armario metido na parede junto do altar, para estarem nelle as vestimentas, e mais paramentos, e objectos para se dizer Missa, com uma taboa de correr que sirva de meza, e na qual sejao postos o (...), e junto d'esta se revista o Padre; visto que a pouca largura da Cappella, do pouco espaço para nelle se colocar hum caixão que sirva para o mesmo fim e julgo se preferrivel ser ladrilhado todo o pavimento da Cappella de pedra de Val d'ebrades; e não ficará muito caro o serem cobertos de azulejo as suas paredes internas, e mesmo a sua frente.

Medições do terreno que há para se fazer a Cappella.

Tem 32 palmos, e 2 polegadas de largura desde a esquina das cazas até quadrar com a frente das cavalharissas, e lóje da agoa pé.

Tem 31 palmos, e 3 polegadas, desde a mesma quina das cazas no terreiro, ate á outra quina das mesmas da parte do jardim.

Tem 9 palmos, e 2 polegadas de largura, a escada que vai para a rua da ramada, e conseguintemente a mesma largura a rua até a dita escada.

Tem 21 e 1/2 d'altura, a quina das cazas no terreiro junto do montadouro, desde a soleira da canséllа que pega na mesma até por baixo dos aljarózes; e 8 do simo das paredes até ao cume do telhado. Podem se lhe crear 30 palmos.

Obra da Capela

DOC. 19

AHQSJ — Cx. 38.

Capelas das mesmas dimensões, com mais ou menos 2 ou 3 palmos de longo.
Porta ao centro, com 2 degraus. Oculo por cima. Armas na empena. Crus no altar, 2 pilastras.
do nascente janela de peitoril no coro, e dita sem peitoril mais em baixo, para dar lus ao altar.
do poente porta do côro para o corredor da sala, porta em baixo para a sacristia em frente da janela.
do súl crus sobre a empena. Grande oculo fingido na cal.

Sacristia e sotais

[desenho]

Cusinha

Torneira da agua na 2ª janela; Vala e despejos à direita da porta; Reforma das mesas de pedra, e prateleiras da esquerda; Reduzir o forno à casa de despensa, com porta para o sul, e postigo para a varanda, ficando inda um esconderijo com entrada para a despensa; Ladrilhar de novo; Mudar o pote para o meio, bem como o sitio do fogo; Levar a agua com 3 torneiras e canos de cobre à panela da agua, e às duas laterais; Caiar as paredes, e pintar a gesso o tecto.

DOC. 20

AHQSJ — Cx. 38.

Pelo presente escripto por hum de nós, e por ambos assignado, confessamos, eu Visconde de Gouvea, e eu Ignacio Joze Martins, do lugar de Fiolhães, concelho de Santa Martha, termos contractado o seguinte. Eu Ignacio Joze Martins de pôr nesta Quinta de Loureiro, concelho do Pezo da Regua, do 1º outorgante, as pédras de cantaria constantes da relação tãobem por nós ambos assignada na data de hoje, que fazem secessenta e oito cárros, cada hum dos mesmos, a preço de mil e setecentos reis, pagos á porporção que se for entregando a pédra; e todos os mais que o 1º outorgante quizer das mesmas, maiores ou menores dimensões, pelo mesmo preço, sendo da minha conta o quebralas, e todas as dispezas feitas até que sejão emtregues na dita Quinta de Loureiro, e todo o risco que tiverem, e uma pya com as dimensões constantes da dita redação; esta por dois mil e quatro centos reis. As vinte e tres pedras para os tres portáes, e as seis de 7 palmos para as 6 bicas, ou caleiras; devem ser emtregues; metade das primeiras até ao dia nove do seguinte mez de Março e a outra metade, e as seis de 7 palmos, até ao dia vinte e tres do mesmo mez. Todas as mais seguidamente, de fórma que a sua emtrega esteja concluida no fim do seguinte mez de Julho, o mais tardar.
Confesso eu dito Joze Ignacio Martins, ter recebido por conta dois mil e oitocentos, e oitenta reis, que me obrigo a pagar em dobro caso não satisfasa na forma convencionada, ou faltando nos

prazos marcados, ou de qualquer outra forma; assim como, ao seu pagamento, e ao cumprimento, e satisfação d'este cuntracto; obrigo todos os meus bens, havidos e por haver, e a responder semmariamente pelo mesmo, perante o Juiz de Direito d'esta Comarca sendo tãobem da minha conta quaisquer dispezas que se fizerem com a justiça até que se verifique o dito cumprimento. E eu Visconde de Gouvea me obrigo, a pagar-lhe pelo dito preço, satisfazendo elle 2º outorgante na forma que fica estipulado; e para cunstar se fizerão dois do mesmo theor, que ambos assignamos, sendo testemunhas presentes que tãobem assignarao, Manoel Bernardo, e Justino Alves d'esta freguesia de S. Pedro de Loureiro. Quinta de Loureiro – 5 de Fevereiro de 1850.

DOCUMENTO 21

AHQSJ — Cx. 38.

Pelo prezente escripto por hum de nós feito, e por ambos assignado, confessamos, eu Visconde de Gouvea, e eu Manoel Domingues, Mestre d'obras, estarmos juntos, e cuntractados no seguinte. Eu Manoel Domingues, de fazer toda a obra das paredes da caza do armazem, e da dos lagares, mandada construir pelo 1º outorgante n'esta sua Quinta de Loureiro, em cunformidade dos apontamentos, medidas, e mais clarezas por nós ambos assignadas na data de hoje, a preço de tres mil reis a bráça, livres, e de tudo, sendo da minha conta toda a mão d'obra, ferramentas e apéstos, devendo ser feita a mesma obra com a devida perfeição, e siguranssa, e de conta delle 1º outorgante, a quebra d'ella e cunducção de toda a pedra de cantaria e alveneria para a dita obra até junto da mesma; a abertura dos alicerses, e todo o desaterro que seja necessario ainda fazerse; dar caza para os trabalhadores dormirem; dita, cama, e de comer ao aparelhador, sendo caldo e sardinha ao almoço e á ceia, caldo e ao jantar, sardinha á merenda, uma garrafa de vinho em cada dia, e o pão por conta delle aparilhador; caza, cama, e de comer a elle 2º outorgante quando vier inspécionar a obra, ou ao seu commissionado para este fim; pinheiros para serem guindadas as pédras, e as madeiras para a estáda e para a róda. Fica cumprehendido no dito porem, e de conta tãobem delle 2º outorgante Manoel Domingues, o apear as paredes da caza nova que o 1º outorgante tem na sua Quinta do Souto até ás soleiras das janellas inclusive, e o portal interior das ditas cazas, sendo este serviço feito com a preciza cautela, para que possão servir os portáes, e mais pedras nos differentes mistéres para que estão destinadas, e por isso tãobem cumpetentemente numerada toda a pedra dos portáes. Para constar , e titolo de cada hum de nós, se fizerão dois do mesmo theor que assignamos. Declaramos dever ser a dita obra concluida até ao fim do seguinte mez de Setembro o mais tardár, e será dado o importe da dita obra da porporção que se for fazendo. Quinta de Loureiro – 17 de Fevereiro de 1850.

CONCLUSÃO

«...un autre problème, celui du patrimoine rural non bâti, se posera bientôt dans une partie de l'Europe, notamment en France, pays de tradition rurale, dont la campagne était un immense et savant monument: que faire quand, tel le jeune patrimoine industriel devenu obsolète, l'ancestrale agriculture sera en partie condamnée à la friche? Quel réemploi alors pour une paysage qui fut un des plus beaux joyaux artistiques de notre pays, et dont résisteront seuls des villages reconquis par des populations urbaines et cernés de «banlieues» pavillonnaires? Nous ne disposons pas de précédents pour aider à résoudre ces désaffections territoriales.»

(Françoise Choay) [1]

Após a análise da quinta duriense, tendo em especial atenção as múltiplas facetas arquitectónicas que nela se geram, é possível ressaltar algumas ideias base com que ficámos.

- A quinta deve ser entendida como uma unidade de exploração vinícola, tradicionalmente associada à produção de vinho do Porto. Este produto, que encerra uma grande tradição histórica, apresenta um processo de elaboração marcadamente manual, quase artesanal, cujos locais de produção estão a ser progressivamente abandonados face ao aparecimento de novos meios técnicos.
- Pela especificidade de factores que congrega para a sua análise, a quinta do Douro deve ser encarada como um documento histórico uma vez que gera em seu redor uma rede de condições naturais e criações culturais[2], englobando a própria paisagem que, tal como os edifícios, é fruto da acção construtora do homem.
- A casa de quinta deve ser entendida como um exemplar da arquitectura rural portuguesa, marcada por imperativos de produção e também por imperativos de representação social. Não nos parece plausível ordenar estas casas segundo uma classificação tipológica ao nível da planta, podendo apenas ser indicados os espaços mais marcantes e essenciais ao seu funcionamento e à sua projecção social.
- A casa congrega em seu redor espaços ajardinados ou elementos vegetais isolados que, pelo seu exotismo e antiguidade e pelo seu posicionamento na paisagem, merecem uma atenção particular.

---

[1] CHOAY, Françoise — *L'Allégorie du patrimoine*. 2ª ed. Paris: SEUIL, 1996, p. 164-165.
[2] LA REGINA, Francesco — Op. cit., 1980, p. 3.

- Ao ser uma exploração agrícola, a quinta contém dentro do seu perímetro construções que são fundamentais para a manutenção da sua actividade principal, como a oficina vinária, ou que são essenciais no apoio das actividades agrícolas complementares. Testemunhas de uma etapa do desenvolvimento agro-técnico, são um património vinícola em risco, cujo funcionamento é defendido por alguns enólogos.
- Grande parte da área da quinta é ocupada por vinhas, cuja plantação originou uma transformação considerável do espaço duriense, através de socalcos e patamares, agentes definidores da paisagem vitícola da Região Demarcada do Douro.
- Os materiais e as técnicas de construção perpetuam procedimentos há muito estabelecidos, sendo notória a sua conservação na manutenção dos muros de vinha (quando estes persistem). A falta de formação põe claramente em risco este conjunto de conhecimentos vitais para a manutenção da paisagem tradicional duriense.
- Todos estes elementos fazem parte de uma paisagem cultural cuja dimensão é a da própria Região Demarcada do Douro. Integrando um tão importante conjunto, o seu valor individual nem sempre é passível de classificação segundo os moldes vigente no nosso país. Uma nova política de classificação, menos centralista, baseada no interesse local e regional, seria uma das hipóteses para uma melhor salvaguarda e preservação deste património rural agrícola, cuja continuidade está em muito dependente da utilização tradicional, a produção vinícola.

Pensamos que este deve ser o primeiro passo para a aceitação da classificação a nível internacional pela UNESCO, pois o reconhecimento além fronteiras por si só não é suficiente para garantir a salvaguarda dos elementos que compõem esta paisagem cultural.

Dentro desta política, seria essencial a realização de um inventário criterioso das diferentes arquitecturas durienses por forma a definir um esquema de trabalho que destacasse e valorizasse o património da região.

Uma classificação não deve ser, de forma alguma, prenúncio de cristalização de todo este espaço. É antes um imperativo para a sua utilização como recurso, o que obriga à criação de entidades de gestão, que devem guiar todas as acções de forma consciente e cautelosa, para que a Região Demarcada do Douro não fique prisioneira do seu passado.

ABREVIATURAS

ADP — Arquivo Distrital do Porto

AFPM — Arquivo Familiar Perfeito de Magalhães

AHK — Arquivo Histórico Köpcke

AHQP — Arquivo Histórico da Quinta da Pacheca

AHQPM — Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul

AHQR — Arquivo Histórico da Quinta de Roriz

AHQSJL — Arquivo Histórico da Quinta de Santa Júlia de Loureiro

AHRP — Arquivo Histórico Ramos Pinto

ILUSTRAÇÕES

Capa — Desenho de Joaquim Mirão, publicado por FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949-1951. 3 vols.

AHQP — V.31, V.33, V.35.

AHQPM — V.40, V.41, V.49, V.50, V.54.

AHQR — V.56, V.57, V.69.

AHQSJL — III.12, III.13, III.18, III.26, IV.21, IV.22, IV.24, V.83, V.84.

AHRP — III.6, III.8, III.24, V.4, V.13, V.14, V.15.

Mapas — Miguel Nogueira

Planta da Quinta da Pacheca (Est. V.32) —Luís Sá e Sousa

Est. III.9, III. 14, IV.5, IV.23, V.80, V.81, V.82 — Nuno Miguel Soares

Est. III.3 e III.5 — Cedidas pelo Dr. Jerónimo da Cunha Pimentel

Est. III.20, III.25, III.36, V.30 — Cedidas pela Sra. D. Teresa e Eng. José Serpa Pimentel

Est. III.27 — Cedida pelo Dr. Miguel Pinto Félix

Est. IV.5, IV.17, V.6, V.12 — Cedidas pelo Arq. Arnaldo Barbosa

Est. V.8, V.9, V.10, V.18, V.19, V.20, V.21, V.22, V.23, V.24, V.25, V.26, V.27, V.28 — Cedidas pelo Sr. Francisco Ramos-Pinto.

Est. V.55 — Cedida pelo Dr. Pedro Van Zeller (James Symington).

Est. III.1 — Publicada por PINHEIRO, José Feliciano Fernandes — *Sobre a construção de edificios ruraes. Discursos apresentados à meza da Agricultura sobre varios objectos relativos à cultura e melhoramentos do reino.* Lisboa: [s. n.], 1800. Part. I.

Est. III.2 — Publicada por CASCONE, Giovanori; PENNISI, Paola; FAZIO, Salvatore di — *Edificios protoindustriales para la producción de vino en Sicilia. Los Palmentos y las bodegas del Etna desde el século XVII al XIX.* In "Informes de la construcción" Patrimonio arquitectonico industrial. Madrid: CSIC. Vol. 49, n.º 450 (Julho/Agosto 1997) p. 61-75.

Est. III.4 — Publicada por AZEVEDO, Carlos de — *Solares portugueses: introdução ao estudo da casa nobre.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

Est. III.19 — Publicada por VILA MAIOR, Visconde de — *Ampelographia e Oenologia do paiz vinhateiro do Douro.* "Archivo Rural" Lisboa: [s. n.]. Vol. VIII-IX, 1865-1869.

Est. III.21 — Publicada por SANTOS, Júlio Eduardo dos — *O vinho do Porto: seu passado, presente e futuro.* Lisboa: [s. n.], 1919.

Est. III.29 — Publicada por ALMEIDA, João Rosas Nicolau de — *A vitivinicultura duriense: contributo para uma actualização.* In "Observatório" Actas do 1º Congresso do Rio Douro. V. N. Gaia. N.º 1 (1990) p. 17-30.

Est. III.30 e IV.7 — Publicadas por BARRETO, António — *Douro.* Fot. Emílio Biel, Alvão e Maurício Abreu. Lisboa: Ed. Inapa, 1993.

Est. IV.6 — Publicada por PEREIRA, Gaspar Martins — *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco.* Porto: Edições Afrontamento, 1991.

Est. IV.11 — Publicada em RODRIGUES, M.ª João Madeira [et. al.] — *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura.* 2ª ed. Coimbra: Quimera Editores, 1996.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

(La) Arquitectura del Jerez. Cádiz: Consejo regulador de las denominaciones de origen Jerez - Xérès - Sherry y Manzanilla, 1996.

Bordeaux — Porto: História e renovação das arquitecturas do vinho. Catálogo da Exposição do Centre Georges Pompidou/Mercado Ferreira Borges. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.

Carta Europeia do Ordenamento do Território. Lisboa: MPAT, 1988.

Cartas e Convenções Internacionais. Lisboa: IPPAR, 1996.

Dicionário Universal da vida pratica na cidade e no campo. Porto: Magalhães & Moniz ed., [1889]. 2 vol.

Jornadas do património rural. (Pré actas). Constância. Outubro de 1998.

Legislação Nacional: património arquitectónico e arqueológico. Lisboa: IPPAR, 1996.

(Le) Viticulteur Architecte: Domaines, Demeures, Dépendances. Conseil Général de Loire-Atlantique, 1998.

ACKERMAN, James — *The villa: form and ideology of country houses.* London: Times and Hudson, 1995.

AFONSO, José Ferrão — *A rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Tese de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AIKIN, Edmund — *Desingns for villas and other rural buildings.* Londres: J. Taylor at the Architectural Library, 1808.

ALARCÃO, Jorge — *Introdução ao estudo da história e do património locais.* Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1988.

ALCALDE CRESPO, Gonzalo — *Arquitectura civil de los siglos XVI, XVII y XVIII de la provincia de Palencia. (Inventario).* Burgos: Diputacion Provincial de Palencia, 1988.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *O românico no Entre-Douro-e-Minho.* Porto, 1978. vol. I. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Território paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização.* In "Nova Renascença". Vol. I 2 (1981) p. 202-212.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *A Paróquia e o seu território.* In "Cadernos do Noroeste". Vol. 1 (1986) p. 113-130.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Alto Minho.* Lisboa: Editorial Presença, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Património: Riegl e hoje.* In "Revista da Faculdade de Letras. História" II série, Vol. X (1993) p. 407-416.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Património: o seu entendimento e sua gestão.* Porto: Etnos, 1998.

ALMEIDA, João Rosas Nicolau de — *A vitivinicultura duriense: contributo para uma actualização.* In "Observatório" Actas do 1º Congresso do Rio Douro. V. N. Gaia. N.º 1 (1990) p. 17-30.

AMARAL, Luís Carlos Ferreira de — *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV.* Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

ANAGNOSTOPOULOS, George — *Tourism and Historic Landscape Management.* In "Actas do Simpósio da Região Central da IFLA". Porto: Associação Portuguesa dos Arquitectos, 1990, p. 145-151.

ANDRESEN, M. Teresa Lencastre de Melo Breiner — *Para a Critica da Paisagem.* Universidade de Aveiro, 1992.

ANTUNES, Alfredo da Mata [et al.] — *Arquitectura popular em Portugal.* 3ª ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. 3 Vols.

ANTUNES, Maria Manuela Martins Soares — *Jardins do Porto de oitocentos: percursos, tipologias e persistências.* Porto, 1996. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ARAÚJO, Ilídio Alves de — *A arquitectura rústica e a paisagem.* Separata do "Agros" XXXVII (4) (1954) p. 137-148.

ARAÚJO, Ilídio Alves de — *Arte Paisagística dos jardins em Portugal.* Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1962. Vol. 1.

ARAÚJO, Ilídio Alves de — *Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto.* In "Revista de História da Faculdade de Letras" Actas do Colóquio O Porto na Época Moderna. Vol. II (1979) p. 375-387.

ARAÚJO, Ilídio Alves de — *Douro Superior: notas corográficas.* Porto: Delegação Geral de Ordenamento - Delegação Norte, n.º 4, 1986.

ARAÚJO, Ilídio Alves de — *A alternativa é rural.* Porto: Delegação Geral de Ordenamento - Delegação Norte, n.º 7, 1986.

ARAÚJO, Ilídio Alves de — *A tradição da arte da jardinagem na região do Porto.* In "O Tripeiro". Série Nova, vol. VIII, n.º 11 e 12 (1989) p. 339-348.

AURORA, Conde de — *Varandas, janelas, postigos e outros ferros da cidade do Porto.* In "Boletim Cultural da Câmara do Porto". Vol. 30, n.º 1-2 (1967) p. 163-275.

ÁVILA MACÍAS, Maria Ángeles — *Arquitectura doméstica de la Comarca de Las Villuercas.* Mérida: Asamblea de Extremadura, 1995.

AZEREDO, Francisco — *Casas Senhoriais Portuguesas.* Lisboa: [s. n.], 1978.

AZEVEDO, Carlos de — *Solares portugueses: introdução ao estudo da casa nobre.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

AZEVEDO, Correia de — *Brasões e casas brasonadas do Douro.* [s. l.: s. n.], 1974.

AZEVEDO, Correia de — *O Douro maravilhoso.* [s. l.: s. n., s. d.].

AZEVEDO, M. Pacheco de; PEREIRA, Joaquim — *O vinho do Porto: tecnologia clássica e sua evolução no presente.* In "Anais do Instituto do Vinho do Porto". Porto: IVP, 1969.

BARBER, William — *Farm buildings.* Londres: [s.n., s. d.].

BARREIRA, João — *A habitação em Portugal.* In "Notas sobre Portugal" Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol. II, p. 147-178.

BARRETO, António — *Douro.* Fot. Emílio Biel, Alvão e Maurício Abreu. Lisboa: Ed. Inapa, 1993.

BARROCA, Mário Jorge — *Torres, casas-torres ou casas fortes: a concepção do espaço de habitação na pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV).* In "Revista de História das Ideias". Vol. 19 (1998) p. 39-103.

BARROS, Henrique de; BASTOS, E. A. Lima — *Inquérito à habitação rural. A habitação rural nas províncias de Norte de Portugal.* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943.

BINNEY, Marcus — *Casas nobres de Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

BRANCO, Manuel Bernardes — *Portugal e os estrangeiros.* Lisboa: Imprensa Nacional., 1893-1895. 3 vols.

BRISEUX, C. E. — *L'Art de bâtir des maisons de campagne.* Paris: Prault Pee, 1793. 2 vols.

CABRAL, Afonso do Vale Pereira Coelho — *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira.* In Boletim da Direcção Geral da Agricultura. Lisboa: Imprensa Nacional. 6º ano, n.º 3, 1895.

CALDAS, João Vieira — *Casa Rural.* In "Dicionário da Arte Barroca em Portugal". Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.109-110.

CANGUEIRO, José Alves — *Esboço e Caracterização Paisagística da Região Norte.* In "Actas do Simpósio da Região Central da IFLA". Porto: Associação Portuguesa dos Arquitectos, 1990, p. 103-107.

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem — *Oriente e ocidente nos interiores em Portugal.* [s. l.]: Livraria Civilização, [s. d.].

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem — *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal: ou a originalidade e desaires desta arte.* Lisboa: Editora de Autores, 1987.

CARVALHO, Manuel — *Guia do Douro e do Vinho do Porto.* Porto: Edições Afrontamento, 1995.

CARY, Francisco Caldeira — *Paisagem e Agricultura.* In "Paisagem". Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1994, p. 49-65.

CASCONE, Giovanori; PENNISI, Paola; FAZIO, Salvatore di — *Edificios protoindustriales para la producción de vino en Sicilia. Los Palmentos y las bodegas del Etna desde el século XVII al XIX.* In "Informes de la construcción" Patrimonio arquitectonico industrial. Madrid: CSIC. Vol. 49, n.º 450 (Julho/Agosto 1997) p. 61-75.

CASTRO, Nuno Meira da Silva e — *Pombais de Bragança.* In "Brigantia". Vol. 1, n.º 2 (1981) p. 45-92.

CHAPELOT, Jean; FOSSIER, Robert — *Le village et la maison au Moyen Age.* [s. l.]: Hachette, [1980].

CHOAY, Françoise — *L'Allégorie du patrimoine.* 2ª ed. Paris: SEUIL, 1996. (La couleur des idées).

CIRICI NARVÁEZ, Juan Ramón — *Estética y técnica de la arquitectura bodeguera jerezana.* In "El Jérèz - Xérèz - Sherry en los tres últimos siglos". El Puerto de Santa Maria: Alberto Ramos Santana Y Javier Maldonado Rosso (eds.), 1996, p. 197-209.

CIRICI NARVÁEZ, Juan Ramón — *La arquitectura y otros aspectos artísticos del mundo de las bodegas.* In "Vinos, vinagres, aguardientes y licores de la provincia de Cádiz". Cádiz: Alberto Ramos Santana Y Javier Maldonado Rosso (eds.), 1997, p. 127-141.

CLAVER FARIAS, Ignácio (coord.) — *Guia para la elaboracion de estudios del medio fisico: contenido y metodologia.* 2ª ed. Madrid: MOPU, 1984. (Manuales. CEOTMA).

COSTA, B. C. Cincinato da — *Le Portugal au point de vue agricole.* Lisbonne: Imprimerie Nacionale, 1900.

COSTA, F. Ramos da — *Inquérito à habitação rural: crítica à obra, estudo e soluções do problema.* Cadernos da "Seara Nova". Lisboa: Seara Nova, 1944.

COSTA, M.ª João Dias; FORTES, Mário Soares; GONÇALVES, Rita Theriaga — *Turismo: Salvaguarda ou Destruição dos Jardins e Sítios Históricos.* In "Actas do Simpósio da Região Central da IFLA". Porto: Associação Portuguesa dos Arquitectos, 1990, p. 153-161.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado — *Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na serra da Lousã — Casal Novo e Talasnal.* Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1989.

CROFT, John — *Um Tratado sobre os vinhos de Portugal.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1942. Reeditado a partir da edição de 1788.

CROUCH, David — *Landscapes and Contemporary Culture.* In "Landscape Issue". Vol.11, n.º 1 (Abril 1994), p. 47-51.

DACAL, Carlos Rodríguez; IZCO, Jesus — *Pazos de Galicia.* [s. l.]: Xunta de Galicia, [1994].

DALRYMPLE, Major William — *Voyage en Espagne et en Portugal.* Paris: [s. n.], 1783.

DAVEAU, Suzanne — *Portugal Geográfico.* Lisboa: Ed. Soares da Costa, 1995.

DETHIER, Jean — *Les architectures du vin: grandeur, déclin et renaissance d'une stratégie de la qualité conciliant culture et viticulture.* In "Les Arts du Vin". Bruxelas: Snoeck-Ducafu & Zoon, 1995, p. 35-49.

DIAS, Jorge — *La "Région Délimitée" du Douro.* In "Viticulture de Montagne". CERVIM. N.º 7 (1996) p. 5-10.

DIAS, Rodrigo Alves R. — *A quinta de recreio dos marqueses de Pombal - Oeiras. Contributo para o estudo da arte paisagística no século XVIII.* Lisboa: Instituto de Agronomia, 1984.

DIVISÃO de Protecção e Vigilância dos Ecossistemas Florestais e Inspecção Fitossanitária — *Árvores isoladas, maciços e alamedas de interesse público.* Lisboa: Instituto Florestal, [1995].

DOWER, Michael — *Cultural Landscapes: What Should we do about them?* In "Landscape Issue". Vol.11, n.º 1 (Abril 1994) p. 80-85.

DOYON, Georges; HUBRECHT, Robert — *L'architecture rurale & borgeoise en France.* Paris: Ed. Ch. Massin et Cie, 1942.

FERNANDES, Rui — *Descripção do terreno em volta da cidade de Lamego duas légoas.* In "Colecção de Inéditos de História Portuguesa". Lisboa: Academia Real das Ciências, 1824. Editado a partir do manuscrito de 1531-1532.

FERREIRA-ALVES, J. Jaime — *A casa nobre no Porto nos séculos XVII e XVIII: introdução ao seu estudo.* In "Poligrafia". N.º 4 (1995), p. 25-54.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto na época barroca: artistas e clientela, materiais e técnicas.* Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1989. Vol. 1.

FILLER, M; FRIED, H — *Art + architecture + landscape: the Clos Pegase desing competition.* Catalogue d'exposition. San Francisco: Museum of Modern Art of San Francisco, 1985.

FLORIDO TRUJILLO, Gema — *El cortijo andaluz.* Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 1989.

FLORIDO TRUJILLO, Gema — *Hábitat Rural y Gran Explotación en la Depresión del Guadalquivir.* Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 1996.

FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949-1951. 3 vols.

FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996.

FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da; GALHANO, Fernando; PIMENTEL, Eduardo Mendia Serpa; e ROSAS, José António — *O vinho do Porto. Notas sobre a sua história, produção e tecnologia.* 4ª ed. Porto: IVP, 1991.

FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da — *Descripção Economica do Territorio que vulgarmente se chama Alto Douro.* In "Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa". Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1791, vol. 3, p. 36-72.

FREGONI, Mario — *La viticulture de montagne entre tradition et innovation.* In "Viticulture de Montagne". CERVIN. N.º 1 (1991), p. 2.

FREITAS, Maria Inês Portela de Herédia Lancastre — *Os Valores Patrimoniais de Castro Verde: Proposta de uma Rede de Protecção e Utilização.* Lisboa: UTL/ISA, 1995.

FRÉMONT, Armand — *A região, espaço vivido.* Coimbra: Almedina, 1980.

GANDY, Joseph — *The rural architect.* Londres: John Harding, 1806.

GIRÃO, António Lobo Barbosa Ferreira de Teixeira — *Tratado teórico e prático de viticultura.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira — *Memoria historica e analytica sobre a Companhia dos Vinhos denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1833.

GOMES, Geraldo — *A arquitectura dos engenhos.* In "Antigos Engenhos de Açúcar do Brasil". Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994, p.28-41.

GONÇALVES, Eduardo Osório — *Salvaguarda do Património: uma estratégia de Desenvolvimento Regional nas Área Protegidas.* In "Correio da Natureza". N.º 2 (1988), p. 2-6.

GONÇALVES, Iria — *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989.

GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, Fernando — *El Porque de la Conservacion del Paisaje (hombre-ecologia-paisaje).* In "Jornadas sobre El Paisaje". Segovia: Horizonte Cultural y Academia de Historia y Arte de San Quirca, 1988, p. 25-37.

HERÉDIA, Maria Rita — *A Paisagem Duriense e as possibilidades de aproveitamento turístico.* In "Actas do Simpósio da Região Central da IFLA". Porto: Associação Portuguesa dos Arquitectos, 1990, p. 97-110.

INSTITUTO Português do Património Arquitectónico e Arqueológico — *Critérios: Classificação de Bens Imóveis.* Lisboa: IPPAR, 1996.

JORGE, Virgolino Ferreira — *Princípios de Salvaguarda do Património Monumental.* In "Correio da Natureza". N.º 17 (1992) p. 56-58.

KENT, Susan — *Domestic architecture and the use of space.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KLEIN, Alan; RIVIÈRE, Philippe — *Redécouvrir la terre crue... Approche typologique, architecturale et technologique.* In "Monuments Historiques" Midi — Pyrénnés. N.º 181 (1992) p. 23-27.

KOCH, Olga Paterlini de — *Agro-industria azucarera de Tucumán. Argentina. Patrimonio urbano-arquitectónico.* The internacional committee for the conservation of the industrial heritage Actas VIII congreso internacional para la conservación del património industrial. [Madrid]: CEHOPU — Ministério de Obras Públicas, Transporte y Medio Ambiente, 1995, p. 349-357.

LA REGINA, Francesco — *Arquitectura rurale: problema di storia e consérvazione della civilitá edilizia contadina in Italia.* Bolonha: Calderini, 1980.

LASTEYRIE, C. P. — *Traité des constructions rurales.* Paris: F. Buisson, 1802.

LATOUCHE, John — *Travels in Portugal.* 3ª ed. Londres: Ward, Lock, & Co., 1878.

LAVE, Jean; DUGUID, Paul — *A produção de famílias: o comércio na história. Um projecto antropológico — histórico.* In "Douro - Estudos & Documentos". Vol. 1, N.º 1 (1996), p. 97-117.

LEITE, Ana Cristina — *Jardins.* In "Dicionário da Arte Barroca em Portugal". Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 236-238.

LEITE, Ana Cristina — *Alegorias do mundo: a arte dos jardins.* In "História da Arte Portuguesa". Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. III, p. 207-231.

LEMA, Paula Bordalo — *O Alto Douro.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1980 (policopiado).

LENCASTRE, José de — *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (séc. IX a XV): subsídios para um estudo.* In "Anais do Vinho do Porto". Porto: IVP, 1953.

LETELLIER, Dominique — *Les Pigeonniers.* In "Monuments Historiques". Midi — Pyrénnés. N.º 181 (1992) p. 28-32.

LIDDELL, Alex; PRICE, Janet — *Douro: as quintas do vinho do Porto.* 2ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1995.

LIMA, José Joaquim da Costa — *O vinho do Porto no passado e no presente.* Porto: IVP, 1940.

LINK, H. F. — *Voyage au Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799.* Paris: Levrault-Schoell, 1803-1805, vol. 2, p. 34 - 67.

LINO, Raúl — *As casas portuguesas. Alguns apontamentos sobre a arquitectura das casas simples.* Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933.

LINO, Raúl — *Essai sur l'evolution de l'architecture domestique du Portugal.* "Bulletin des Etudes Portugais". Lisboa. T. 4, n.º 1 (1937).

LLOP I BAYÓ, Francese — *Los inventários, herramenta de creación del patrimonio etnológico.* In "Cuadernos - Catalogación del património Histórico". Sevilha: Junta de Andalucia, 1986, p. 49-57.

LOUDON, J. C. — *A treatise on the forming, improving and managing country residences.* Londres: John Harding,. 1812. 2 vols.

LUGAR, R. — *The country gentleman's architect.* Londres: J. Taylor, 1807.

MACAULAY, Rose — *Ingleses em Portugal.* Porto: Livraria Civilização, 1950, p. 201-227.

MAGALHÃES, Nuno Pizarro de — *A região.* In "Enciclopédia dos vinhos portugueses: o vinho do Porto, os vinhos do Douro". [s. l.]: Chaves Ferreira, 1998, p. 12-35.

MARQUES, Teresa Rosas da Silva Figueiredo — *Proposta de Reabilitação do Jardim do Auditório do Prof. Caldeira Cabral.* Lisboa: UTL/ISA, 1995.

MARTINEZ-BARBEITO, Carlos — *Torres, pazos y linajes de la provincia de La Coruña.* Leon: Editorial Everest, [1986].

MARTINS, Maria da Conceição Andrade — *Memória do vinho do Porto.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990.

MEEUS, J.; PLOEG, J. D. V. D.; WIJERMANS, M. — *Changing Agriculture Lanscapes in Europe: Continuity, Deteriotation or Rupture?* In "International Conference on the Future of the European Landscape". Rotterdam: IFLA, 1989, p. 240-256.

MENDONÇA, F. A; VASCONCELLOS, J. de Carvalho — *Estudo Fitogeográfico da região duriense.* In "Anais do Instituto do Vinho do Porto". Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1954.

MÉTAILIÉ, Jean-Paul — *Le paysage montagnard: un patrimoine inconstant.* In "Monuments Historiques". Midi — Pyrénnés. N.º 181 (1981), p. 33-38.

MONTEIRO, Manuel — *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes.* Porto: Imprensa Moderna, 1911.

MORENO-NAVARRO, Antoni González — *Patrimonio arquitectónico: lo que el viento no se llevó.* In "Cuadernos - Catalogación del patrimonio histórico". Sevilha: Junta de Andalucia, 1986, p. 17-27.

MOUTINHO, Mário — *Arquitectura popular portuguesa.* Lisboa: Ed. Estampa, 1979.

MUET — *Maniere de Batir: pour touttes sortes de personnes.* 2ª ed. Paris: [s. n., s. d.].

MURPHY, James — *Voyage en Portugal.* Paris: [s. n.], 1797.

NASSAUER, Joan Iverson — *Landscape Care: Perceptions of Local People in Landscape Ecology and Sustainable Development.* In "IFLA World Congress on International Perspectives Collaboration and Communication". Boston: IFLA, 1989, p. 85-89.

NEVES, Jorge Gabriel Rosa — *Paço do Lumiar. Valores Patrimoniais: Interpretação da Paisagem e Proposta de Revitalização.* Lisboa: UTL/ISA, 1993.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de — *Arquitectura tradicional portuguesa.* 2ª ed. Lisboa: Edições D. Quixote, 1994.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, [et al.] — *Construções primitivas em Portugal.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de — *Para uma classificação tipológica da casa rural.* Separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra: [s. n.], 1965.

OLIVEIRA, Welder de — *O jardim rural.* Lisboa: Tipografia Portuguesa, [s. d].

PADRÓ WERNER, Jordi — *La interpretación: un método dinámico para promover el uso social del patrimonio cultural y natural.* "Cuadernos - Difusión del Património Histórico". Sevilha: Junta de Andalucia. N.º VIII, p. 9-13.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII.* In "Actas das 1ª Jornadas de Estudo de Norte de Portugal - Aquitânia". Porto: CENPA, 1986, p. 93-118.

PEREIRA, Gaspar Martins; SOUSA, Fernando de — *Alto Douro. Douro Superior.* Lisboa: Editorial Presença, 1988.

PEREIRA, Gaspar Martins — *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera.* In "Revista da Faculdade de Letras - História". Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. VI (1989) p. 311-353.

PEREIRA, Gaspar Martins — *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco.* Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PEREIRA, José Fernandes — *Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil.* In "História da Arte em Portugal" Lisboa: Publicações Alfa, 1993, vol. 8, p. 59-65.

PEREIRA MOLARES, Ana Maria — *La arquitectura del pazo en Vigo y su comarca.* [s. l.]: COAG, 1979.

PINA, Helena Mesquita — *Alguns exemplos de continuidades e rupturas no Alto Douro: livro guia da visita de estudo.* Porto: Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

PINA, Helena Mesquita — *A região demarcada do Alto Douro: guia de visita.* Porto: Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes — *Sobre a construção de edificios ruraes. Discursos apresentados à meza da Agricultura sobre varios objectos relativos à cultura e melhoramentos do reino.* Lisboa: [s. n.], 1800. Part. I.

PIRES, Fernando Tasso Frogoso — *Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil.* Nova Iorque [etc.]: Abbeville Press Publishers, 1995.

POCOCK, William Fuller — *Architectural designs for rustic cottages, picturesque dwellings, villas.* Londres: J. Taylor at the Architectural Library, 1807.

QUEIRÓZ, Eça de — A cidade e as serras.

RAISON, Jean-Pierre — *Habitação.* In "Enciclopédia Einaudi". Região. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, vol. 8, p. 341-375.

REBELO, Vasco — *A revolução pós-filoxérica e os anos oitenta: dois períodos de grandes transformações na viticultura duriense.* In "O voo do arado". Lisboa: MNE/IPM, 1996, p. 398-410.

RIBEIRO, Irene — *Raul Lino: pensador nacionalista da arquitectura.* Porto: FAUP Publicações, 1994.

RIBEIRO, José Alves — *Património agro-ecológico do Douro.* In "Observatório" Actas do 1º Congresso Internacional do Rio Douro. N.º 1 (Dez. 1990) p. 115-122.

RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria — *Quintas do Concelho de Lisboa: inventário, caracterização e salvaguarda.* Lisboa: UTL/ISA, 1992. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Universidade Técnica de Lisboa.

RIBEIRO, Orlando — *Geografia e civilização.* [s. l.]: Livros Horizonte, [s. d.] (Col. Espaço e Sociedade).

RIBEIRO, Orlando — *Inquérito à habitação rural.* Coimbra: Ministério da Educação Nacional / Instituto para a Alta Cultura, 1938.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da — *Espaços de culto público e privado nas margens do Douro.* In "Poligrafia". N.º 5 (1996) p. 57-72.

RODRIGUES, M.ª João Madeira [et. al.] — *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura.* 2ª ed. Coimbra: Quimera Editores, 1996.

RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador — *Problemática en torno de la catalogación de la arquitectura tradicional.* In "Cuadernos - Catalogación del património histórico". Sevilha: Junta de Andalucia, 1986, p. 196-204.

ROSEIRA, Arnaldo — *A flora da província de Trás-os-Montes e Alto Douro.* Porto: FCUP, 1944. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

RÖSSLER, Machthild — *New perspectives for the protection of cultural landscapes.* Resumo da comunicação apresentada ao Simpósio anual do CERVIM "Avaliação das Paisagens Vitícolas Históricas de Encosta e Montanha: classificação como Património Mundial" Maio de 1996. (No prelo).

RUBIO, Pablo Diáñez — *La producción del vino en el marco del Jerez: património arquitectónico y urbano.* In "El Jérèz - Xérèz - Sherry en los tres últimos siglos". El Puerto de Santa Maria: Alberto Ramos Santana Y Javier Maldonado Rosso (eds.), 1996, p. 211-227.

SAMPAIO, Alberto — *As vilas do norte de Portugal.* Sep. da Revista "Portugalia". Porto: Imprensa Moderna, 1903.

SANTOS, Júlio Eduardo dos — *O vinho do Porto: seu passado, presente e futuro.* Lisboa: [s. n.], 1919.

SARAIVA, Maria da Graça Magalhães Neto L. — *O Rio como Paisagem: Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território.* Lisboa: UTL/ISA, 1995. Tese de Doutoramento em Arquitectura Paisagista apresentada à Faculdade Técnica de Lisboa.

SEGURADO, João Emílio dos Santos — *Materiais de construção.* 5ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, [s. d.] (Col. Biblioteca de Instrução Profissional).

SELLERS, Charles — *Oporto Old and New.* Londres: Herbert E. Harper, 1899.

SEQUEIRA, Gustavo Matos — *Palácios e solares portugueses.* Porto: Liv. Lello, [s. d.].

SILVA, António Lambert Pereira da — *Nobres casas de Portugal.* Porto: Livraria Tavares Martins, [s. d.] 5 vols.

SILVA, Francisco Ribeiro da — *Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna.* In "Douro — Estudos & Documentos". Vol. 1, n.º 2 (1996) p. 93-118.

SILVA, José Custódio Vieira da — *Paços Medievais portugueses: características e evolução da habitação nobre (séc. XII a XVI).* Lisboa: IPPAR, 1995.

SILVEIRA PINTO, Albano; SANCHES DE BAENA, Visconde de — *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal.* 2ª ed. Lisboa: Ed. Francisco Arthur da Silva, 1991. 2 vols.

SIVAN, Renée — *El futuro del pasado. El producto turístico y la conservación de los bienes culturales.* "Cuadernos - Difusión del Património Histórico". Sevilha: Junta de Andalucia. N.º VIII, p. 38-43.

SKEA, Ralph G. — *The conservation of scotland's historic gardens: some recent issues.* "Journal of Architectural Conservation". Donhead: Editor David Watt. Vol. 2, n.º 3 (1996) p. 23-35.

SOEIRO, Teresa — *O progresso também chegou a Penafiel.* Porto: FLUP, 1993, vol. 2, p. 624-776. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SPIDOURO; QUATERNAIRE Portugal; OFICINA de Planeamiento — *Viabilidade da Candidatura do Vale do Douro a Património Mundial: relatório final.* [s. l.: FRAH], 1999.

STOOP, Anne de — *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa.* Porto: Liv. Civilização, 1986.

STOOP, Anne de — *Palácios e casas senhoriais do Minho.* Porto: Liv. Civilização, 1993.

STOOP, Anne de — *A arte de viver em Portugal.* [s.l.]: Civilização Editora, 1994.

TALEGO VÁZQUEZ, Félix — *El inventário de Arquitectura popular de produccion y transformación: el enfoque etnológico.* "Cuadernos - Catalogación del património Histórico". Sevilha: Junta de Andalucia, 1986, p. 94-107.

TELES, Gonçalo Ribeiro — *A Conservação das Paisagens Históricas e Rurais.* "Correio da Natureza". N.º 17 (1992) p. 52-55.

TELES, Gonçalo Ribeiro; CARAPINHA, Aurora — *Estudo e Recuperação de Jardins Históricos.* Évora: Universidade de Évora, [s. d.], p. 7.

VILA MAIOR, Visconde de — *Ampelographia e Oenologia do paiz vinhateiro do Douro.* "Archivo Rural" Lisboa: [s. n.]. Vol. VIII-IX, 1865-1869.

VILA MAIOR, Visconde de —*Manual de viticultura pratica.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1875.

VILA MAIOR, Visconde de — *O Douro Illustrado.* Porto: Magalhães & Moniz Edit., 1876.

VILARINHO DE S ROMÃO, Visconde de — *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes e Alto Douro Central.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de — *Elucidário das palavras, termos e frases.* Ed. critica. Porto/Lisboa: Liv. Civilização, [1966]. 2 vols.

VIZETELLY, Henry — *No País do Vinho do Porto.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1947. Traduzido de Facts about Port and Madeira. Londres, 1880. Cap. "In the Port Wine Country".